

**REVISTA *GIL*
BLAS E O
NACIONALISMO
DE COMBATE
(1919 - 1923)**

CARLOS GUSTAVO NÓBREGA DE JESUS

REVISTA *GIL BLAS*
E O NACIONALISMO
DE COMBATE
(1919-1923)

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Áureo Busetto (Coordenador)
Carlos Eduardo Jordão Machado (Vice-Coodenador)
Milton Carlos Costa
Wilton Carlos Lima da Silva

CARLOS GUSTAVO NÓBREGA
DE JESUS

REVISTA *GIL BLAS*
E O NACIONALISMO
DE COMBATE
(1919-1923)

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora

© 2012 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

J56r

Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de

Revista *Gil Blas* e o nacionalismo de combate (1919-1923) / Carlos
Gustavo Nóbrega de Jesus. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-358-8

1. Imprensa e política. 2. Nacionalismo. 3. Imprensa. I. Título.

12-9270.

CDD: 320.54

CDU: 323.1

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de
Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*Dedico este livro ao meu irmão Carlos Márcio Nóbrega
de Jesus, que sempre me apoiou nos momentos difíceis.*

AGRADECIMENTOS

Devo afirmar que tive sorte em contar com apoio de pessoas e instituições para uma formação séria e compromissada. Para tanto, quero destacar o papel da Unesp de Assis, que desde a graduação contribuiu para o meu crescimento intelectual e humano, e da Fapesp, órgão de fomento diferenciado, sem cujo apoio não teria conseguido concluir a pesquisa que resultou neste livro. A minha orientadora Tania de Luca, que conduziu meus primeiros passos rumo à investigação científica, revelou-se competente e paciente fazendo que eu tenha uma dívida de gratidão eterna por sua dedicação. Aos professores do Departamento de História, que tanto colaboraram para minha formação. Além disso, devo destacar o apoio de familiares e amigos, que sempre dividiram os momentos prazerosos e delicados que marcaram esse quatro anos de pesquisa.

Aos meus pais Carlos e Lucia, aos meus avós Roberto e Diva, ao Sancho, aos meus tios Fábio, Mônica e José Paulo (*in memoriam*), ao meu sobrinho Felipe, aos meus primos Leonardo, Roberta e Isabela, à minha irmã Júlia, à minha cunhada Fabíola, à Marli, à Maria José (Dedé), aos meus sogros Flor e Toninho (*in memoriam*) e aos meus cunhados Cida e Moacir devo dizer que a compreensão e o apoio de todos foi essencial para realizar tal trabalho. Agradeço, especialmente, ao meu irmão Carlos Márcio, que sempre me

apoiou e desempenhou o papel de conselheiro e amigo até mesmo nas iniciativas acadêmicas das quais também faz parte.

A todos os colegas do Geint (Grupo de Estudos Integralistas); aos amigos de Piraju, Renato Dardes, Adriano, Luciano, Jerusa e Tânia Guerra; da Unesp, Sérgio Fonseca, Eduardo Giavara, Suirlei, Edvaldo Sotana, Lidia, Candido, Ricardo Abussaf, Fábio Ruela, Edinei, Patrícia Marcondes, Paulo Gustavo, Yuri, André, Rodrigo Graco, Rodrigo Cristofolleti, Lúgia, Renata Barbosa, Priscila, Fernanda, Alexandre, Andrew, Miguel Zioli e Rodolfo; de Sorocaba, Welly, Débora, Eudi, Carol, Tiago, Aline, Ramiro, Natália, Novello e Marquinhos; aos meus ex-alunos, de quem fiquei tão longe nesse anos de pesquisa e que são a verdadeira razão de minhas escolhas por uma formação acadêmica cada vez melhor. Agradeço a todos pelo apoio e companheirismo, principalmente nos momentos difíceis.

Finalmente, para meus dois amores Bia e Bel. Além de contribuir ativamente na edição das imagens contidas neste trabalho, a convivência com a Ana Beatriz Pasini me fez ver que o prazer de ser pai, educar e buscar um mundo melhor transcende qualquer ato de amor, profissional e/ou pessoal.

À Bel Pasini agradeço a paciência, o apoio e principalmente a dedicação que dispensou a mim nos momentos finais desta pesquisa, por sempre estar ao meu lado e me ensinar o verdadeiro significado do amor, companheirismo e compreensão.

SUMÁRIO

Prefácio 11

Introdução 13

1 *Gil Blas* em sincronia: lugar na história
da imprensa e caracterização 21

2 *Gil Blas* e as mediações com o poder (1919) 65

3 *Gil Blas* e ASN (1920) 115

4 *Gil Blas* em transição (1921) 163

5 *Gil Blas*: revista católica (1922-1923) 101

Considerações finais 241

Referências bibliográficas e fontes 247

PREFÁCIO

GIL BLAS E OS MATIZES DO NACIONALISMO

A multiplicação de estudos sobre impressos periódicos é um fato auspicioso e que merece ser saudado. Afinal, não se duvida da contribuição estratégica que os jornais e as revistas podem proporcionar para o entendimento de um dado contexto histórico. Graças às cuidadosas pesquisas produzidas, sobretudo, nos Programas de Pós-Graduação, títulos sobre os quais não se tinha mais do que informações genéricas e repetitivas tornam-se objeto de análises circunstanciadas, que descortinam complexidades antes insuspeitas.

O exemplo da revista *Gil Blas* pode ser considerado paradigmático. A publicação, caracterizada como nacionalista, é frequentemente citada pelos estudiosos da temática, mas ainda não havia sido objeto de estudo sistemático, que abarcasse toda a sua circulação, desde a fundação (1919) até o seu desaparecimento (1923). Tomar a revista como fonte e objeto implica em percorrer todos os seus números, atentar para as mudanças e permanências em relação aos responsáveis, objetivos, colaboradores, projeto gráfico, natureza do material publicado, tarefa que demanda perseverança e dedicação, mas que pode trazer resultados muito significativos.

A pesquisa de Carlos Gustavo, que contou com o apoio da Fapesp, seguiu essa trilha metodológica, que lhe permitiu distinguir consideráveis diferenças na trajetória de *Gil Blas*. Publicação de

cunho nacionalista, sem dúvida, mas na qual os sentidos atribuídos ao nacional variaram de forma muito expressiva. E são justamente essas diferentes acepções que permitiram ao autor distinguir fases para a revista e propor periodização interna à fonte, de acordo com as alterações nos ideais propalados.

O livro abre-se com a análise das características da publicação e do lugar que ocupou na história da imprensa brasileira e, em seguida, dá a conhecer a sinuosa trajetória de *Gil Blas*, perscrutada ao longo de cada um dos capítulos. O leitor é conduzido pelos complexos meandros do nacionalismo do final dos anos 1910 e início da década seguinte. O trabalho constitui-se numa importante contribuição, tanto para o estudo da imprensa quanto para a compreensão do discurso sobre nacional urdido no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial.

Tania Regina de Luca
Unesp

INTRODUÇÃO

Gil Blas surgiu em fevereiro de 1919, em meio à sucessão presidencial e num contexto histórico marcado pelo crescimento do ideal nacionalista. A necessidade de forjar uma nação capaz de responder aos desafios do seu tempo era consoante com o contexto mundial, marcado pelas disputas entre as grandes potências europeias, e com a aproximação do centenário da Independência. Entretanto, não havia acordo quando se tratava de identificar e propor soluções para os males e problemas do país: as respostas divergiam e os caminhos propostos seguiam rotas distintas, em função dos interlocutores e de seus lugares sociais.

Não se pode esquecer que o termo nacionalismo não comporta um sentido único. Benedict Anderson (1989, p.20) conceituou a nação como uma “comunidade imaginada”, pelo fato de ser forjada e, pelo menos aparentemente, organizada a partir de interesses comuns, num processo nem sempre consciente. Tal assertiva evoca o que Hobsbawm (1984, p.15) denominou de “tradições inventadas”, ou seja, a produção de um passado que reivindica símbolos, valores, bandeiras e hinos, numa legitimação que se faz a partir da história, relida e rearranjada de acordo com as necessidades do momento.

Tais considerações possibilitam perceber que, pela sua própria natureza, o nacionalismo pode ser entendido como uma apropriação

histórica e cultural de valores e tradições, por diferentes tendências do espectro político. Isso explica seu caráter abrangente e ambíguo, passível de diferentes apropriações, o que fica patente, aliás, na análise de *Gil Blas*, publicação na qual se propunham modelos e soluções diferenciadas para a nação.¹

Para abordar a revista levou-se em conta as práticas historiográficas devotadas aos periódicos, que ganharam espaço nos anos 1980 com a denominada “nova história cultural” e terceira geração dos *Annales*, e que hoje contam com fortuna crítica já vasta.

As fontes ligadas à imprensa deixaram de ser coadjuvantes para preponderar enquanto objeto das pesquisas acadêmicas. Estudos como *O Bravo Matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Coelho Prado (1980, p.XIX), no qual se analisou o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte e objeto, evidenciam a importância dessa nova forma de abordagem historiográfica. Com isso, jornais, revistas e almanaques, utilizados como documentos históricos e fontes principais da pesquisa, foram submetidos à análise e deixaram de ser tomados como portadores imparciais da realidade e do acontecimento, num registro próximo ao positivismo.

Não se pode esquecer que, como ocorre com qualquer outro documento, os periódicos representam uma realidade que, por sua vez, está atravessada por interesses dos mais diversos níveis e pelos valores de seu tempo, o que exige tratamento rigoroso, tal como o destinado a qualquer fonte histórica. Sua localização no contexto histórico e social é pré-requisito para compreender não só os objetivos editoriais da publicação, mas também as práticas culturais e sociais de seus colaboradores.²

Por outro lado, esse tratamento historiográfico tem suas regras específicas, caso, por exemplo, da materialidade do impresso, ou seja, “sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade de impressão, capa, presença/ausência de ilustrações) (...), a publi-

1 Sobre o caráter ambíguo do nacionalismo, ver Hobsbawm, 2004, p.11-22.

2 Sobre a importância de localizar o objeto de pesquisa no seu devido contexto histórico, ver Certeau, 2000, p.66-7.

cidade, o público a que visava atingir e os objetivos propostos” (Luca, 2006, p.142). Peculiaridades que fazem do trabalho com os periódicos uma pesquisa minuciosa, na qual os detalhes, ou o que Carlo Ginzburg (1990, p.143-79) denominou de indícios e sinais, podem fazer toda diferença.

Tal investigação exige uma sistematização igualmente atenta quando se trabalha com revistas. Ana Luiza Martins (2001, p.46) salienta a dificuldade de se definir esse impresso que, muitas vezes, se confunde com o jornal:

Mais difícil é contrapô-la ao jornal, com periodicidade assídua, geralmente diária e muito semelhante no formato, sobretudo quando a revista se apresenta com páginas soltas, *in folio*. O que os distingue com frequência é a existência da capa na revista, acabamento que não ocorre no jornal; mais do que isso, é a formulação de seu programa de revista, divulgado no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação. Insista-se que o caráter fragmentado e periódico da revista é seu traço recorrente (...) resultando sempre em publicação datada, por isso mesmo de forte conteúdo documental.

Deve-se levar em conta que as revistas podem ser vistas como espaço de fermentação cultural e de agregação em torno dos quais se compartilham posturas políticas, ideológicas e/ou culturais. A partir destes, é possível estudar a disseminação não só de ideias comuns, mas também a trajetória das mesmas ao longo do tempo (Sirinelli, 1996, p.248-50). Clara Rocha (1985, p.34-5), afirma que revistas são:

(...) um lugar de afirmação dum grupo – que pode constituir-se como geração, tendência ou mesmo vanguarda, mas não forçosamente. Isto é: como lugar de encontro de espíritos criadores mais significativos de um momento (...); ou então daqueles que ainda desconhecidos do grande público, pretendem lançar-se no meio literário através dum órgão coletivo.

Nesse sentido, merece destaque o trabalho de Angela de Castro Gomes (1999, p.20), que se valeu de duas revistas, *Lanterna Verde* e *Festa*, para analisar grupos intelectuais cariocas dos anos 1920 e 1940. Segundo a autora:

(...) se os espaços de sociabilidade são “geográficos”, são também “afetivos”, neles se podendo e devendo captar não só vínculos de amizade/cumplicidade e competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades e grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de “ecossistema”, onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional.

Tal método de análise dialoga com o conceito de cultura política, situado na intersecção entre a história política renovada e os estudos culturais, cada vez mais numerosos e fecundos (Rémond, 1996, p.22-4). De acordo com Jean-François Sirinelli (1998, p.350), a cultura política deve ser entendida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Berstein (1998, p.362-3), por seu turno, afirma que intelectuais compartilham e difundem culturas políticas nos seus espaços de sociabilidade, o que possibilita entendê-los a partir do estudo desses valores compartilhados.

A tradição política referida por Sirinelli e Berstein é acompanhada de seus códigos, símbolos e crenças, o que em certa medida os aproxima das observações de Roger Chartier (1990, p.17):

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam (...) As percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros (...) Por

isso esta investigação sobre as representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais os grupos se impõem ou tentam se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

É por meio das representações que os agentes dos meios sociais “articulam suas propostas políticas, sociais e culturais”. Dessa forma, traduzem posições, interesses e descrevem a sociedade tal como concebem e como gostariam que fosse, ou seja, a partir de “práticas articuladas” é que produzem historicamente “as estruturas do mundo social” (ibidem, p.27).

Tais considerações inspiraram a análise de *Gil Blas* como eixo aglutinador de propostas nacionalistas e colaboraram para que se definisse seu perfil como complexo e multifacetado. Assim, ao investigá-la como espaço de sociabilidade, no qual se compartilharam leituras e propostas acerca da nação, procurou-se distinguir qual(is) grupo(s) fazia(m) parte da revista, seus intentos e características. Uma das hipóteses levantadas foi que, ao longo de sua trajetória (1919-1923), a publicação atravessou várias fases, manifestas na alteração de seu subtítulo, materialidade, objetivos e colaboradores, ao sabor de interesses diversos. Para dar contas dessas sutilezas, optou-se pela subdivisão cronológica dos capítulos.

De início, tratou-se de posicionar *Gil Blas* na história da imprensa, situando-a no amplo painel de publicações do começo do século XX e, além disso, apresentaram-se as diversas alterações que conheceu ao longo do tempo, salientando-se que, diferentemente do que se fizera a historiografia até o momento, o periódico não poderia ser estigmatizado segundo um único viés, de caráter nacionalista.

No segundo capítulo, analisou-se o primeiro ano da revista (1919), período em que o seu projeto começava a ganhar corpo. Deve-se destacar que o momento fundador de *Gil Blas* ocorreu no contexto da conturbada sucessão presidencial de 1919, situação que indica o caráter político da publicação e permite levantar hipóteses a respeito da ligação entre a revista e seu diretor, Alcebiades De-

lamare, com Epiácio Pessoa. O ano subsequente, alvo do terceiro capítulo, marcou o direcionamento de *Gil Blas* para um nacionalismo excludente, ao mesmo tempo que a revista tornou-se órgão da *Ação Social Nacionalista*, o que possibilitou a colaboração de nomes como de Afonso Celso, que compartilhavam de leituras do nacional muito diversas do núcleo original. Julga-se que a adoção de intentos distantes das iniciativas presidenciais e o enfrentamento de proposituras acerca do nacional gerou tensão nas páginas da revista, levando às mudanças.

O quarto capítulo é dedicado ao ano de 1921, quando o nacionalismo xenófobo passou a compartilhar espaço com o catolicismo, numa transformação complexa, da qual não estiveram ausentes os interesses pessoais do diretor, situação que possibilitou denominar tal momento como fase de transição de *Gil Blas*. Já os dois últimos anos da revista (1922-23) foram objeto do capítulo final, no qual ficou evidente a mudança do periódico em direção ao catolicismo; inclusive encerrou sua circulação como publicação de cunho religioso. A hipótese levantada foi de que o fechamento de *Gil Blas* esteve intimamente ligado à mudança de seu perfil que, nos últimos anos, se revelou exclusivamente panfletário e católico.

Deve-se salientar que tais iniciativas conservadoras e excludentes, que particularizaram a leitura do nacional no Rio de Janeiro, também estavam em conformidade com o nacionalismo que ganhava força no contexto internacional do pós-guerra e que marcou o fascismo e o nazismo nas décadas seguintes. Apesar da duração de *Gil Blas* não ter sido longa, deve-se destacar que o semanário revelou-se uma fonte importante para a história política e cultural brasileira, capaz de evidenciar a diversidade que perpassava o debate em torno do nacional, os diferentes grupos que se articularam em torno de sua redação e o papel da imprensa como instrumento a serviço de interesses políticos de indivíduos e do poder.

NOTA DO AUTOR

A Revista *Gil Blas* está em domínio público, e ainda assim tentou-se entrar em contato com os familiares do editor da Revista, Alcebíades Delamare (falecido em 1951), mas não foi possível localizá-los.

1

GIL BLAS EM SINCRONIA: LUGAR NA HISTÓRIA DA IMPRENSA E CARACTERIZAÇÃO

A revista *Gil Blas* foi uma das principais publicações de cunho nacionalista da década de 1920. Fundada no Rio de Janeiro em 14 de fevereiro de 1919, manteve grande proximidade com as iniciativas da administração Epitácio Pessoa (1919-1922), da qual foi porta-voz. Esse fato a torna importante fonte para entender não só as propostas de intelectuais que se organizaram em torno de um nacionalismo carioca, mas também das iniciativas políticas do Governo Federal da época.

Neste primeiro capítulo, procurou-se posicionar *Gil Blas* no amplo universo das revistas do começo do século XX. Posteriormente, a partir da sistematização de seus conteúdos (artigos e seções), materialidade (capa, publicidade e preço) e articulistas (redatores e colaboradores externos), buscou-se caracterizar o perfil e descrever as mudanças ocorridas no periódico, ao longo de quatro anos de circulação.

As revistas no início do século XX

O processo de modernização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro contribuiu para o processo de renovação da imprensa e para diversidade de jornais e revistas:

O Rio de Janeiro da década de 1920 definitivamente “civilizar-se”, pelo menos no dizer dos cronistas da época. As revistas de críticas e costumes que proliferavam pela cidade – *Revista da Semana* (fundada em 1900), *Fon-Fon* (criada em 1908), *Careta* (1907), *O malho* (1902), – apenas para citar as mais importantes –, abrem espaço para o *footing* na Avenida Central, para as festas na Beira Mar, para os torneios que reúnem as elites mundanas. A quantidade de publicidade – ocupando habitualmente as quatro últimas páginas, além dos anúncios que se distribuem ao longo de todas suas publicações – indica um público ávido por consumo e modernidade. (Barbosa, 2007, p.57.)

No Rio de Janeiro da década de 1920, onde *Gil Blas* era publicada, circulavam mais de oitocentos periódicos, indício do sensível crescimento do público leitor, registrado no censo, que apontava o aumento da população alfabetizada (ibidem, p.58). Além disso:

(...) o desenvolvimento urbano, as cisões políticas produzindo divisões mais profundas na sociedade, os aspectos tecnológicos, os aperfeiçoamentos tecnológicos, uma certa especialização dessa imprensa (...) e a revolução na forma de se fazer jornal, que ocorrera no começo do século, tem continuidade na década de 1920 e é marcada agora pela difusão de retrogravuras e cores, pelo aparelhamento de oficinas gráficas e pelas modificações na organização empresarial, incluindo novas formas de assinaturas e vendas avulsas (ibidem).

Nelson Werneck Sodré (1999, p.275) caracterizou essa marcante especialização e modernização da imprensa “como um processo de passagem da pequena para a grande imprensa”, quando periódicos “de estrutura simples e as folhas tipográficas cederam lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função (...)”. A referida profissionalização contribuiu para o aprimoramento das revistas do começo do século XX, que se valiam das novas técnicas e estratégias para alcançar um crescente mercado consumidor.

A grande variedade de temas tratados era uma das marcas desses impressos, com “apelo conotativo de sua atualidade, garantindo o interesse consumidor, ávido de informação ligeira, diversificada e, acima de tudo, ilustrada”. De fato, (...) de variedades praticamente todas o eram, pois em seu interior os assuntos e as seções se diversificavam para agradar o respectivo público-alvo e aquele que poderia conquistar (Martins, 2001, p.276).

A ilustração, por seu turno, era um dos principais componentes das revistas de variedades do começo do século XX, resultado, também, do processo do aperfeiçoamento técnico da época. Nesse sentido, pode-se afirmar que a utilização da fotografia foi uma dessas inovações marcantes, pois deu margens a outro tipo de interação entre texto e imagem, aspecto importante na tentativa de atingir um novo leitor, interessado em consumir informações.

O caráter cada vez mais segmentado do mercado letrado contribuiu para que surgissem publicações voltadas para públicos específicos: revistas agrícolas, étnicas, operárias, masculinas, femininas, infantis e de esporte. Para citar alguns setores importantes, entre as masculinas, merece destaque pela qualidade gráfica *A Maçã*, fundada por Humberto de Campos, em 1922, no Rio de Janeiro. Ele, que assinava pelo pseudônimo de Conselheiro XX, abusava dos trocadilhos de duplo sentido e “dizia com graça, com arte e com literatura o que se acostumava dizer por toda parte sem literatura, sem arte e muitas vezes sem graça (...)” (A revista..., 2000, p.184 e 194).¹

Já a ampliação das revistas femininas não deve ser dissociada da crescente profissionalização e participação da mulher na sociedade, isto sem falar na “ressonância cada vez mais forte dos movimentos sufragistas e feministas internacionais”. Os periódicos dessa época prefiguraram a imagem da mulher, “reiterando a tradicional postura

1 Além de Humberto de Campos, da Academia Brasileira de Letras, na colaboração da revista configuravam artistas gráficos de renome como K. Lixto e Di Cavalcanti e escritores como Artur Azevedo e Coelho Neto. (A revista..., op. cit., p.184 e 194 e Martins, op. cit., p.277)

de rainha do lar, mas abrindo um leque para condutas alternativas, em que se projetou a mulher emancipada (...) moderna, e por que não, a sufragista e feminista” (Martins, 2001, p.377 e p.379). Dentre essas, pode-se mencionar a revista *Melindrosa*, que circulou no Rio de Janeiro em 1921, e a *Revista Feminina*, fundada em 1914 por Virginia de Sousa Salles, em São Paulo, e que foi publicada até 1936.

Publicações como *Sports* (SP/1919-1923), a *Cigarra Esportiva* (SP/1917-1919), *A Vida Sportiva* (RJ/1918-1920) e *Sport Ilustrado* (RJ/1920-1921) particularizavam-se por apresentar seções que tratavam de futebol, atletismo e ciclismo, enquanto outras, a exemplo da *Revista dos Automóveis* (RJ/1911-1912) e *Auto Sport* (RJ/1912-1927), eram, ainda, mais específicas, como bem indicam os seus títulos.

Dentre as destinadas ao público infantil, o grande destaque coube ao *Tico-Tico* (RJ/1905-59), fundada por Manoel Bonfim, Luis Bartolomeu de Sousa e Silva e Renato de Castro, e que contou com a participação de nomes como Ângelo Agostini e J. Carlos, além de ser a primeira revista em quadrinhos do país e “uma das primeiras produções destinadas aos meninos e adolescentes” (Sodré, 1999, p.302). O periódico combinava uma linha educacional com tons lúdicos, pois apresentava seções voltadas à cultura (poemas e literatura), aliadas a jogos e narrativas em quadrinhos. *Tico-Tico* foi responsável por divulgar personagens marcantes no cenário da revista em quadrinhos no Brasil, como Chiquinho, herói infantil decalcado de um congêneres americano, Buster Brown, Reco-Reco, Bolão e Azeitona, nomes que ganharam espaço e perderam no imaginário dos seus leitores (cf. A revista..., 2000, p.149; Azevedo, 2005).

Revistas humorísticas, tradição que vinha do século XIX, com Ângelo Agostini e Rafael Bordalho, para citar dois nomes dos mais destacados na caricatura, ganharam novo alento com *A Careta* (RJ/1908-1954) e *O Malho* (RJ/1902-1954). Tais publicações, diferentemente das revistas de variedades, utilizavam a ilustração para aliar humor e crítica política. Nomes como J. Carlos, K.Lixto e Raul Perdeneiras desfrutaram de enorme prestígio e contribuíram,

com seus traços inconfundíveis, para o sucesso editorial das publicações das quais participaram.²

Os periódicos ilustrados e de variedades, que visavam entreter, agradar e distrair, conviviam com impressos “que exigiam um leitor disposto a enfrentar textos densos e/ou propostas estéticas inovadoras”, caso das revistas literárias e culturais (Luca, 2008, p.19).

A literatura era ingrediente obrigatório em quase todas as publicações da época. Nas revistas de interesse geral, de variedades e ilustradas, a produção de cunho ficcional era mais um item no vasto cardápio oferecido (moda, crônica social, humor, curiosidades). Por outro lado, havia aquelas em que a questão literária era central, ou seja, discutia-se e criticava-se o mundo das letras, ao lado das quais se postavam as que objetivavam divulgar novas ideias estéticas. As revistas de vanguarda, comprometidas com o pensamento modernista, caso de *Klaxon* (SP/1922-1923) e do rol que se seguiu até a *Revista de Antropofagia* (SP/ 1ª denteção, maio/1928 a fev./1929/ 2ª denteção, mar./1929 a ago./1929), são bons exemplos desse tipo de periódicos. Sem se preocupar em atingir um amplo mercado consumidor, circulavam por pouco tempo e eram mantidas pelos seus proponentes.

As nuances alertam para as diferenças de objetivos desses periódicos; contudo, é correto afirmar que nomes de prestígio figuravam tanto em revistas literárias e culturais como nas mais leves e de variedades. Publicações no estilo magazine “atraíam boa parte do público letrado e possibilitavam a participação de intelectuais de renome” (Sevcenko, 2003, p.131). Veja-se, por exemplo, *Ilustração Brasileira* em sua segunda fase (RJ/1920-1930) que, além de colaboradores estrangeiros, contava com Olavo Bilac e João do Rio, nomes que também figuravam na *Revista da Semana* (RJ/1900-1954) e em *O Malho* (RJ/1902-1954). Tal presença explica-se pelo

2 J. Carlos, José Carlos de Brito e Cunha, foi criador de personagens memoráveis dos anos 1920, como a Melindrosa e o Almofadinha. K.Lixto, Calixto Cordeiro, se destacou como um “vigoroso chargista político e atento observador de costumes (...) mestre na sátira social”, e Raul Perdeneiras “propagou a cultura popular no Rio de Janeiro”, por meio de sátiras e caricaturas. (cf. A revista... 2000, p.215-20; Velloso, 1996, p.108)

fato de os letrados encontrarem na imprensa espaço de divulgação de ideias e um campo crescente para sua profissionalização. Esses “homens de letras buscavam nos jornais ou revistas o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; e um pouco de dinheiro, se possível”. (Sodré, 1999, p.292).

O amplo universo de periódicos do começo do século XX comportava, ainda, revistas comprometidas com ideários políticos. As publicações operárias, em geral efêmeras e vítimas de repressão policial, compuseram o mundo dos impressos nessa época. Pequenas folhas, feitas por abnegados, de maneira artesanal e sob influxo das mobilizações, circularam em São Paulo e no Rio de Janeiro, principais centros industriais do país. A preferência era dada aos jornais; mesmo assim, pode-se citar, entre outras, em 1914, a circulação de revistas como *A Vida* (1914-1915), dirigida por José Oiticica e, em 1920, a *Clarté* (RJ/1920-1922), fundada por Nicanor Nascimento e um grupo de intelectuais da *Liga Socialista*.³

As revistas católicas também compuseram um grupo importante e foram organizadas para se contrapor a uma sociedade cada vez mais laica e científica. O fenômeno estava em sintonia com a cruzada orquestrada pelo Vaticano, em âmbito mundial. No Brasil, a Constituição de 1891 marcou a separação entre o Estado e a Igreja, num espírito de laicização combatido pelo laicato católico, que pretendia reacender a força da fé e dos valores da Santa Sé na sociedade brasileira. Essa intelectualidade valeu-se de revistas, jornais e movimentos organizados em várias regiões do Brasil. Os mais proeminentes foram a revista *A Ordem*, fundada em 1921, e o *Centro Dom Vital*, criado em 1922, no Rio de Janeiro, que contaram com a participação ativa de Jackson Figueiredo, maior expoente dessa intelectualidade.⁴ Assim, “ (...) a revista *A Ordem* e o *Centro*

3 “A predominância do jornal em detrimento da revista é explicada pelo caráter doutrinário daquela imprensa, voltada para a propaganda ideológica e não publicitária (...)”. (Martins, 2001, p.388). Sobre os jornais operários, conferir: Ferreira, 1978, p.87-144.

4 “Jackson Figueiredo nasceu em 1891 na cidade de Aracaju. Desde pequeno cheio de inquietações, voltou-se para as letras, compondo poesias (...) viaja em

Dom Vital surgem em um contexto social que tende a adotar uma cosmovisão cada vez mais agnóstica. A luta que a inteligência católica trava é no sentido de legitimar-se perante a sociedade, combatendo seus erros políticos e religiosos” (Velloso, 1978, p.120-1).

Em torno do Centro e da revista, pretendia-se recatolizar a sociedade brasileira, vista como a única possibilidade de salvação nacional, isso num momento em que a discussão a respeito dos rumos da sociedade brasileira estava na ordem do dia.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, a questão do lugar reservado ao país, num contexto marcado pelo imperialismo e pelas disputas entre as grandes potências europeias, ganhou urgência. Havia mesmo o temor pela perda do território, que se apresentava como uma possibilidade efetiva.

Não por acaso, surgiram movimentos como a *Liga de Defesa Nacional*, fundada no Rio de Janeiro, em 1916, e a *Liga Nacionalista*, criada em São Paulo no ano seguinte. Tal preocupação tomou conta da imprensa na época, situação ilustrada por Nicolau Svcenko (2003, p.127-8):

(...) o tom mundano, cosmopolita, despreocupado dessa imprensa, seria estigmatizado por toda parte. Sobrevieram as maiores investivas contra toda forma de idealismo ou *smartismo* literário residual. E a campanha contra o “bovarismo” de intelectuais que se alienavam de sua própria terra e realidade, trocando-a pela fantasia ou pela Europa (...) Os jornalistas, por sua vez, assalariados que são, se ressentem das dificuldades da crise, sendo possível encontrar uma

1915 para o Rio de Janeiro, onde viverá com muita dificuldade nos primeiros anos até projetar-se na imprensa com jornalismo combativo. Em 1918, torna-se proprietário da Livraria Católica (...), em 1921 passou a editar a revista *A Ordem* e em 1922 fundou o Centro Dom Vital. Esta é fase mais significativa de sua existência: aí vai extremar-se o seu espírito polêmico em conferências e artigos de jornal (...). Ocupou eventualmente algumas funções, como a pouco simpática de censor da imprensa do governo Bernardes. Morreu afogado na Barra da Tijuca, no dia 4 de janeiro de 1928.” Do conjunto de suas obras destacam-se: *Do nacionalismo da hora presente* (1921), *A reação do bom-senso* (1922), *Literatura reacionária* (1924) e *Coluna de fogo* (1925) (Iglésias, 1971, p.138).

preocupação pessoal nas suas campanhas contra os monopólios, as especulações e as falsificações de gêneros. Feridos pela febre nacionalista, substituem o mundanismo pelo novo credo. A campanha nacionalista praticamente se concentra toda na imprensa.

Tal contexto mostrou-se propício para expansão de periódicos preocupados com os rumos do país. Exemplo clássico é a *Revista do Brasil*, na sua primeira fase (SP/1916-1925), fundada por Júlio Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, e adquirida, posteriormente, por Monteiro Lobato, tornou-se “paradigma de revista cultural, dedicada a discutir as questões nacionais, procurava identificar os males do país e propor soluções” (Luca, 1999, p.42).

Também em São Paulo, surgiu, em 1917, *Panóplia. Mensário de Arte, Ciências e Literatura*, revista nacionalista e literária. Dirigida por Pedreira Duprat e Cassiano Ricardo, tinha estilo luxuoso, diagramação inovadora e contava com colaboradores de peso no campo intelectual da época, como Afonso Celso, Olavo Bilac, Emílio de Menezes e Amadeu Amaral. Apresentava-se como uma revista de arte e apolítica, ainda que a questão nacional não tenha ficado ausente em suas páginas. (Martins, 2001, p.541-2).

Foi nesse momento que, dentro do amplo espaço reservado à questão da nação, ganhou força uma leitura xenofóbica e antiliberal. Como bem apontou Bolívar Lamounier (1977, p.356), foi no início do século XX que um pensamento autoritário ganhou contornos mais definidos. Nas suas palavras:

(...) é correto afirmar que [os adeptos do pensamento autoritário da época] eram nacionalistas, seja pela inocuidade desta caracterização, seja porque, com efeito, a atmosfera do início do século é fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor face ao expansionismo das grandes potências [grifo nosso].

A crítica ao estrangeirismo, liberalismo e fatores desagregadores da sociedade brasileira era a cantilena repetida por esses intelectuais, que compunham a direita nacionalista. Julgavam que os problemas

nacionais provinham do artificialismo das instituições liberais, que deveriam ser substituídas “por uma autêntica ideologia nacional” (Beired, 1999, p.19). Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p.146-74), essa direita nacionalista concretizou-se após a Primeira Guerra, nos anos 1920, a partir de um nacionalismo militante, herdeiro dos movimentos republicanos do final do século XIX, que tinham como base o antilusitanismo.

Expressão dessa postura foi o mensário *Brazileá*, publicado no Rio de Janeiro, em sua primeira fase, entre 1917 e 1918, por Álvaro Bomilcar, com apoio de Jackson Figueiredo e Arnaldo Damasceno Vieira.

No seu subtítulo lia-se: *Sociologia, Arte e Crítica*, o que já o distanciava das publicações de variedades (Figura 1), fato confirmado pela ausência de imagens e diagramação mais próxima de um livro (Figura 2).



Figura 1 – Capa, *Brazileá*, n.1, janeiro de 1917.

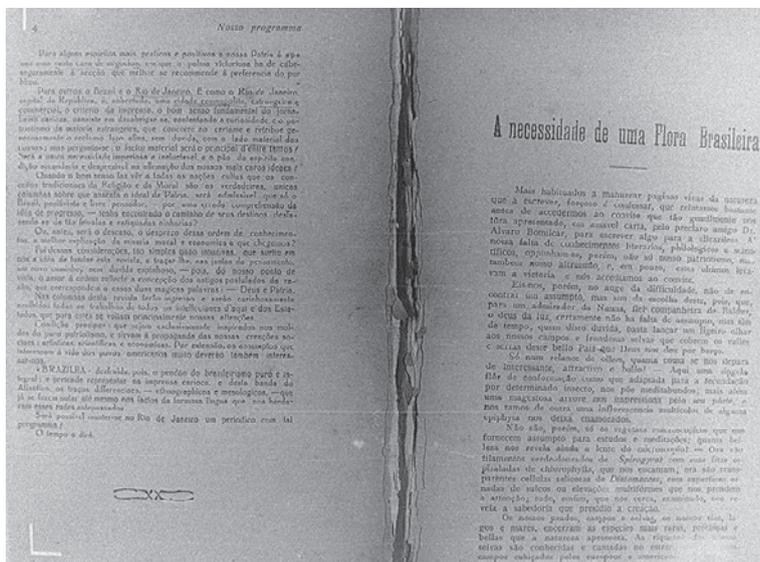


Figura 2 – *Brazilia*, n.1, janeiro de 1917.

No seu artigo de apresentação, lia-se:

Um programa simples. Realizá-lo será preencher uma lacuna porventura mal percebida. Não conta o nosso meio, entre as inúmeras publicações – jornais, revistas e congêneres –, uma única que se destine exclusivamente à propagação das coisas brasileiras. Quase todos os nossos periódicos – diários e magazines – têm a sua esfera de atividade restrita ao senso estético. E como nesse particular as coisas europeias – inglesas, francesas ou lusitanas – são as que mais seduzem o público leitor, os nosso apreciados colegas, ao invés de gastar sua tinta e seu tempo ocupando-se das searas indígenas, e tornando recomendáveis as belezas majestosas do país (...) vão logo diretamente, ao alvo preferido, fornecendo ao paladar intelectual a acepipe que mais facilmente pode agradar a maioria. Do Brasil propriamente, homens, fatos, riquezas, instituições, pouco se fala: e a exígia contribuição social brasileira que, de quando em vez, surge na coluna desses periódicos é ordinariamente para fins políticos, visando a fixar individualidades, quando não para ser amavelmente

ridicularizada (...) *Braziléa* desfralda, pois o pendão do brasileirismo puro e integral; e pretende representar na imprensa carioca, e desta banda do Atlântico os traços diferenciais – etnográficos e mesológicos – que já se fazem notar até mesmo nos fatos da formosa língua que nos herdaram esse rudes ante-passados. Será possível no Rio de Janeiro um periódico com tal programa? O tempo dirá.⁵

Além disso, defendia-se a nacionalização das nossas instituições brasileiras⁶ e combatia-se o elemento estrangeiro, principalmente o português⁷. Outra publicação, com proposta semelhante, também lançada no Rio de Janeiro, foi *Gil Blas*, cujo primeiro número foi publicado em 13 de fevereiro de 1919.

Caracterização de *Gil Blas*

Para compreender o lugar ocupado pela publicação na história da imprensa e delinear as suas peculiaridades, empreendeu-se à análise dos aspectos materiais e editoriais da revista.

Sobre a escolha do título

O título *Gil Blas* remete ao romance de René de Lesage, publicado no século XVIII, a um jornal (1879-1914) e a uma revista francesa (1891-1903). Lesage (1668 -1747), novelista e dramaturgo francês, autor de várias peças e novelas satíricas, escreveu *Gil Blas de Santillane*, considerada sua principal obra. Escrita entre 1715 e 1747, em quatro volumes, a novela narra as aventuras de *Gil Blas*,

5 REDAÇÃO. O nosso programa. *Braziléa*, ano I, n.1, p.1-2, jan. 1917.

6 Conferir a série de artigos: AMÉLIO, Félix. A nacionalização do comércio. Publicados em: *Braziléa*, ano I, n.2, p.72-3, fev. 1917; *Braziléa*, ano I, n.6, p.255-61, jun. 1917; e Defesa Nacional. *Braziléa*, ano I, n.10, p.474-75, out. 1917.

7 Conferir: A emancipação do Brasil. *Braziléa*, ano I, n.6, p.237-41, jun. 1917; Variedades. *Braziléa*, ano I, n.6, p.357-66, jun. 1917; Pelo Brasil. *Braziléa*, ano II, n.13, p.3-4, jan. 1918.

filho de escudeiro de Oviedo (Espanha), que pretendia estudar em Salamanca. No seu percurso em direção à universidade, envolveu-se com bandoleiros e participou de várias outras aventuras até chegar ao seu destino. Juntamente com Miguel de Cervantes, Lesage ocupa lugar de destaque na criação de romances de anti-heróis e pícaros, razão pela qual sua obra é frequentemente comparada a *Dom Quixote*. Marcelo Backes (1999, p.5), autor do prefácio da edição brasileira, afirma: “Dostoiévski classificou *Gil Blas*, a obra, entre os maiores romances da literatura universal. De Lesage, o autor, Balzac disse que, junto com Voltaire era o expoente máximo dos antigos integrantes da ‘literatura dos ideais’, ou seja, a vigorosa e inovadora literatura do iluminismo francês”.

Por se afastar do estilo romântico, melodramático e cavaleiresco, então dominante, a obra do escritor francês marcou época. *Gil Blas de Santillane* é considerado um romance realista, com traços cômicos, irônicos e críticos:

Neste romance como em toda obra de Lesage, aliás, vigora a pintura viva, alegre e finamente satírica da condição humana, com seus defeitos e seus ridículos. Partindo do mais baixo degrau da sociedade para se chegar ao mais alto, o herói do livro atravessa todos os mundos, pratica todas as profissões e encontra, enfim, o repouso no meio de sua família, em doce mediocridade (ibidem, p.6).⁸

O semanário francês *Le Gil Blas*, por sua vez, foi um jornal literário de Paris, fundado por Augustin Alexandre Dumont, que contou com colaboradores expressivos, como Guy Maupassant, Paul Arène, Charles Desteuque, René Maizeroy, Anatole France e Émile Zola. O último publicou, nas páginas do jornal, sob forma de folhetins, *Germinal* (1884) e *L'oeuvre* (1885).

8 Para uma discussão do caráter realista da obra, consultar: SILVA, Evaneide Araújo. As faces do Realismo: *Gil Blas* e a tradição realista do século XVIII. *Revista Lettres Françaises*, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, n.9, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/Lttres/article/viewFile/2041/1669> Acesso em: 20 jan. 2010.

A partir de 1891, o jornal distribuiu aos assinantes um suplemento semanal, com a direção de René Mizeroy. Assim surgia a revista *Gil Blas Illustré*, que se tornou mais conhecida que o próprio jornal. Tinha a contribuição dos mesmos colaboradores do periódico, mas era impressa em papel especial e ilustrada por Théophile Alexandre Steinlen, Leloir, Chéret, Van Dogen e Jaques Villon. O semanário não se dedicou apenas à literatura, mas também à música, artes plásticas, teatro e sátiras de caráter político-social. *Gil Blas Illustré* circulou até 1903 e foi sinônimo de qualidade material, intelectual e de crítica política.

Tal prestígio da revista francesa motivou o lançamento em 1895, no Rio de Janeiro, pelo jornalista V. Godinho, de um *Gil Blas*, cujo subtítulo era “diário da tarde, social, artístico e satírico”.⁹

Em 1919, portanto, após mais de vinte anos, o título *Gil Blas* voltou a estampar as páginas de uma publicação brasileira e na sua apresentação o diretor Alcebíades Delamare afirmou: “(...) se ela conseguir imitar os processos de crítica e a quintessência de graça do francês de que tomou o nome famoso, satisfará, sem dúvida, ao fito especial de seu programa”.¹⁰ Já no artigo programa, em relação ao romance homônimo de Lesage, afirmou:

À guisa de programa oferecemos ao leitor amigo essa página de Lesage, cheia de uma preciosa lição de moral. *Gil Blas* inspirado nela entra na grande lição dos combates da imprensa, trazendo um único lema no seu escudo: *Dizer a Verdade em Benefício do Povo*.¹¹

Tais considerações ajudam a compreender as razões da escolha do título, uma vez que se tratava de apresentar a revista “como uma publicação inovadora, crítica e voltada para preocupação com o

9 Conferir o catálogo “Acervo-periódicos” da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/site/pages/catalogos/periodicos/periodicos.htm>. Acesso em: 9 set.2009.

10 *Gil Blas*, n.1, p.1, fev. 1919. Nas próximas notas o título *Gil Blas* será referenciando com as iniciais *GB*.

11 Direção. *À Guisa de Programa*. *GB*, n.1, p.1, fev. 1919.

povo”.¹² Além disso, a imagem heroica do personagem-título pode ter sido uma fonte de inspiração, pois se tratava de apresentar *Gil Blas* como portadora de uma proposta salvacionista para o país.

No número de estreia (13 de fevereiro de 1919), na parte superior da capa, havia a máxima “Sempre jovem, sempre ardente, sempre intrépido”, seguida do logotipo com o nome da revista e o desenho de um indivíduo não identificado. Abaixo desta, era estampado o subtítulo “Panfleto de combate”. Na margem esquerda, pode-se notar a numeração, o endereço e o nome do diretor-chefe, Alcebiades Delamare, e na direita, o nome do proprietário, “Marques e C”. As imagens presentes nas capas remetiam a vultos da política ou da história (Figuras 3 e 4) ou a caricaturas e charges que, quando assinadas, levavam a rubrica “Jwfio” (Figuras 5 e 6).



Figura 3 – *Gil Blas*, n.1, 13 de fevereiro de 1919. Rodrigues Alves.

¹² Direção. *À Guisa de Programa*. GB, n.1, p.1, fev. 1919.



Figura 4 – *Gil Blas*, n.2, 20 de fevereiro de 1919. Georges Clemenceau.



Figura 5 – *Gil Blas*, n.3, 27 de fevereiro de 1919.



Figura 6 – *Gil Blas*, n.5, 13 de março de 1919. Capas com caricaturas e charges.

A partir da revista número 21, de 3 de julho de 1919, ocorreram várias alterações na apresentação da capa, conforme se observa na Figura 7, com destaque para mudança de subtítulo, que passou a ser “Panfleto semanal”.

Em 3 de outubro de 1919, na revista número 34, registrou-se nova mudança no subtítulo que, a partir de então, apresentou-se como “Panfleto Nacionalista” (Figura 8).

A partir do número 113, de 7 de abril de 1921, as imagens das capas passaram a compartilhar o espaço com textos, como se vê na Figura 9.

No número 188, de 20 de outubro de 1922, registrou-se a última mudança na capa de *Gil Blas*, que trouxe novo subtítulo: “Panfleto nacionalista: pela brasilidade e pelo catolicismo” (Figura 10).

Loterias do Estado do Rio
Sistema de lotaria regular — Placada pela Comissão do Estado
— JORNADAS DE 30 CONTOZ
EXTRAÇÃO DE SERVES, QUARTAS E SEXTAS FEIras
VENHOSE-SE EM TODA PARTE
Pagamento de prêmios na COMPANHIA NAVEGAÇÃO FLUMINENSE
409, rua Visconde do Rio Branco, 409

Zenba, Ramos & C.
(Fundadores em 1913)
Rua 1^a de Março, 72
Rio de Janeiro
Representação: Rua Paqueta, n. 14
Livrarias Lacerda e Lacerda
AGENTES DE VIAGENS
Café — Comestíveis — Mercadorias

GIL BLAS

PAMPFLETO SEMANAL
RIO DE JANEIRO, 3 DE JULHO DE 1919



Companhia Comercio e Navegação
Capital realizado..... R\$. 150.000.000.000
END. TEL. 55 "ONDOZ"
CAIXA POSTAL N. 454
Serviço de navegação para Europa, America e portos do Brasil
Frota atual, 21 vapores — serviços regulares para o NOROCCIDENTE e SOUTHWEST
DREXEL BARNETT, e MAR de JEROME de 30.000 TONS (Holland)
BARRON de 1000 TONS para o NOROCCIDENTE e SOUTHWEST. Partida de 15 dias
BARRON de 1000 TONS para o NOROCCIDENTE e SOUTHWEST. Partida de 15 dias
Proprietaria das mais vastas e produtivas salinas do Brasil
"Guanabara", "Ilha Grande", "Tijuca", "Itaipava" — Salinas produzindo a salinidade
SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO E S. PAULO
Fabrica "S. JOAQUIM" Niterói — ESTADO DO RIO
SANTANA e salinas salinas de maior produtividade
Armazém na Casa do Porto do Rio de Janeiro RUA DEZ
TELEFONES: 2000, 2001 e 2002 — CANTO: 100 — Avenida 100 — Botafogo, 100
Rua de Botafogo, 100
Provisionamento: RUA DA ALFANDEGA, 5 e 1^a andar
(Canto da Rua 1^a de Março) — RIO DE JANEIRO

TETLEY'S TEA CHA PRETO
A VENDA EM TODA A RAJA
União Agentes e Distribuidores:
M. M. LACERDA & Cia.
07, Rua São Pedro, 07 e 8, Rua da Quitanda, 8
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO

Figura 7 – Gil Blas, n.21, 3 de julho de 1919.

RIO DE JANEIRO — Hotéis Centrais Recomendáveis

HOTEL AVENIDA

O maior do Brasil

Aproprado para 500 pessoas

Distância a partir de 12800

End. Tel. AVENIDA
Rio de Janeiro

RIO - HOTEL

Praga Turismo

Sistema de quartos sem parede

Para refeições
Fino serviço de
Grill - Room

Quartos 75 e 85 por pessoa

End. Tel. Botafogo: Rio de Janeiro

RIO-PALACE HOTEL

Sistema de quartos sem parede

— Instalação moderna —

Quartos de 55 e 65

End. Tel. Botafogo

Rio de Janeiro

GRANDE HOTEL

Instalação de maior escala

GIL BLAS

PAMPFLETO NACIONALISTA
RIO DE JANEIRO, 3 DE OUTUBRO DE 1919



Figura 8 – Gil Blas, n.34, 3 de outubro de 1919.



Figura 9 – Gil Blas, n.113, 7 de abril de 1919.

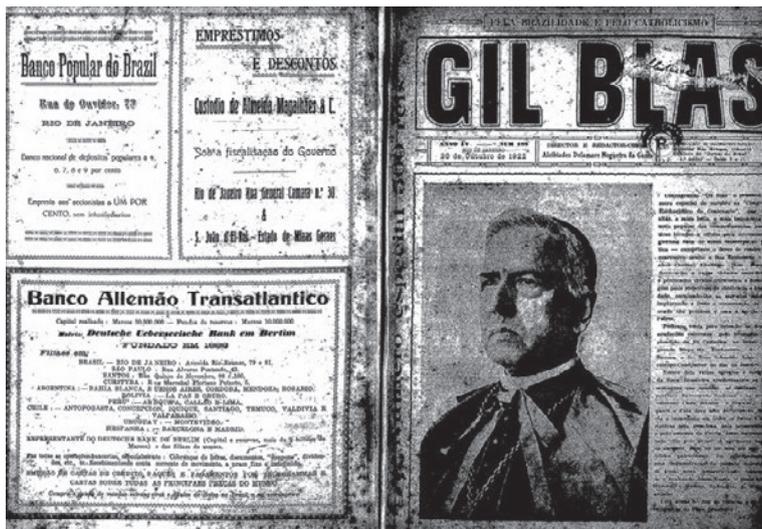


Figura 10 – Gil Blas, n.188, 20 de outubro de 1922.

Conclui-se que foram poucas as alterações gráficas nas capas da revista em seus quatro anos de publicação. No entanto, as mudanças deixam evidente o perfil dinâmico que caracterizou o semanário ao longo de sua história, situação que também pode ser notada pelas variações dos preços de seus exemplares.

Chama a atenção, ainda, a insistência na utilização do termo panfleto, sempre presente nos diversos subtítulos de *Gil Blas*. De acordo com a Unesco, panfleto é uma publicação diferente do periódico e do livro, contém no mínimo 5 e no máximo 48 páginas, sem contar as capas, e que é, preferencialmente, dirigida ao grande público.¹³ Tais características materiais também estão reafirmadas no *Dicionário de comunicação* (Rabaça; Barbosa, 1987, p.78), o que não significa, porém, que exista acordo sobre a questão. Para alguns, panfleto é o mesmo que folheto, “obra quase sempre brochada de até 100 folhas”, outros afirmam que pode ser qualquer texto impresso, dotado “de uma ou mais dobras, de poucas páginas, grampeadas” (Craig, 1980, p.55-6). Por isso, é preciso historicizar a definição, pois o termo ganhou diferentes conotações de acordo com o sentido adquirido em tempo e espaço específicos.

A origem da palavra panfleto remete a um poema britânico anônimo, escrito no século XII, em latim, denominado “*Pamphilus seu de amore*”, que se tornou popular na época e ganhou a nomenclatura inglesa “*phamphlet*”. De imediato, o termo foi associado a pequenos textos, com o fito de diferenciá-los dos livros. Suas características mostraram-se adequadas para difundir posicionamentos políticos e ideológicos.

Não tardou em adquirir o sentido de propaganda política representativa de ideários ou concepções ideológicas (...) De *formato reduzido*, normalmente circunscrito a poucos parágrafos, o panfleto além de incisivo *costuma ser didático*, claro em argumentações e

13 Disponível em: UNESCO/Institute for Statistics/ Book production http://www.uis.unesco.org/ev_en.php?ID=5096_201&ID2=DO_TOPIC. Acesso em: 8 nov. 2010.

suficientemente conciso, de maneira a permitir não só uma *leitura rápida* e compreensível do texto, como produzir em quem o lê o *impacto imediato*. Ao longo da história das ideias essas características não mudaram no que diz respeito aos aspectos formais. Um *elemento constante* que se encontra presente nos panfletos, necessariamente políticos, é a *ideologia*. Pode-se dizer que o *panfleto é a forma mais significativa de se irradiar conteúdos ideológicos*, não importa a natureza da ideologia que está sendo veiculada. Tampouco importa o lugar e as condições em que se produz o panfleto. Seja em meio a processos revolucionários, em movimentos sociais organizados ou espontâneos, ou ainda em manifestações que tenham por objetivo expressar interesses corporativos ou classistas. (Penna, 2003, p.84.)

Assim, pode-se afirmar que panfleto é uma modalidade especial de texto, e concordar com a definição do linguista francês Marc Angenot (apud Arnt, 2007, p.157), que posiciona o escrito como a “literatização do político e politização do literário”. Essa característica peculiar facilitou com que, no decorrer do tempo, a imprensa fosse o meio privilegiado para a divulgação panfletária.

No que se refere ao Brasil, no século XIX, o caráter panfletário dominou a fase embrionária da imprensa. Nesse momento, segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p.159), a definição de panfleto confundia-se com a de pasquim e até mesmo com a de jornal, pois a maioria desses escritos era produto de uma só pessoa: “(...) um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes (...)”.

No final do século XIX e começo do XX, o jornalismo panfletário ganhou força nos rastros dos movimentos republicano e abolicionista. Assim, surgiam jornais e revistas, de caráter panfletário, controlados por uma pessoa ou um grupo, com o único objetivo de divulgar e defender posicionamentos políticos e ideológicos.

Com as propagandas abolicionista e republicana, reproduziram-se os panfletários, isto é, os jornalistas que faziam de suas

ideias veículo de difusão desses movimentos, além de se engajarem ativamente em atos contra a ordem política. Já na República um desses panfletários, Diocleciano Martyr, com o seu *O Jacobino*, de inspiração jacobina e lusófona, recuperou essa tradição dando início ao jornalismo engajado em torno ou de personagens e líderes de ocasião ou de doutrinas políticas e ideológicas (...) Seu exemplo inspirou outras publicações, tendencialmente panfletárias (...) (Penna, 2003, p.85).

Dessa forma, pode-se dizer que a definição do termo panfleto, no alvorecer do século XX, no Brasil, prendia-se mais aos objetivos e funções do escrito do que em suas características materiais. Portanto, pode-se concordar com o significado atribuído pelo Dicionário *Aurélio*: “panfleto é um pequeno escrito polêmico, em estilo veemente, especialmente sobre assuntos e interesses militantes e políticos” (Ferreira, 2000, p.478). Aliado a isso, parece correto afirmar que o texto ou escrito panfletário poderia ser difundido em jornal ou revista e era concebido, por indivíduos ou grupos, com interesses políticos e ideológicos específicos.

Os idealizadores

É difícil precisar quem era o efetivo proprietário e fundador de *Gil Blas*. Na capa, até julho de 1919, estampava-se que a propriedade do semanário cabia à *Empresa Marques & C.* e que a impressão era levada a cabo na oficina gráfica do *Jornal do Brasil*. Em outubro de 1920, anunciou-se que a publicação passou a pertencer a uma Sociedade Anônima, sem que se informassem os nomes de seus acionistas. O Conselho Fiscal era composto por Anthéro Pinto, Álvaro Bomílcar e Jerônimo de Mesquita, tendo como suplentes Trajano de Almeida Costa, Alberto Ildefonso de Oliveira e José Leôncio Mouzinho. O colaborador jurídico era o Dr. Sydenham Ribeiro, juiz do Estado do Rio de Janeiro.¹⁴ Do primeiro ao últi-

14 *Gil Blas-Sociedade Anônima*. GB, n.90, p.8, 28 out. 1920.

mo número Delamare foi o diretor responsável e o redator-chefe da revista.

Alcebíades Delamare Nogueira da Gama nasceu em São Paulo, em 1888, e morreu no Rio de Janeiro, em 1951. Filho do professor Lamartine Delamare Nogueira da Gama, fundador do prestigiado Ginásio Nogueira da Gama,¹⁵ em 1910 foi Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1914 casou-se com Marina Queirós Aranha, filha do jurista e cafeicultor José Queirós Aranha. Doutourou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1917 e foi nomeado o primeiro promotor público da capital paulista, fazendo carreira na área. Em 1919, tornou-se professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade na qual se projetou com um renomado escritório de advocacia. Em 1909, lançou seu primeiro livro, *Primeiros ensaios*, no qual analisou obras do poeta Augusto Franco e de Silvio Romero. Em 1917, Delamare publicou a tese que apresentou na Universidade de Direito do Rio de Janeiro, denominada *Economia, política, direito administrativo e finanças*. Entre 1918 e 1920, publicou *Epanaphoras sociais*. A obra, dividida em três volumes, consistia na tese apresentada no concurso para professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e So-

15 “Professor Lamartine Delamare nasceu em Barbacena, Minas Gerais, no dia 2 de junho de 1862. Formado em Direito, dedicou-se à vida ao magistério. Fundou o ‘Colégio Delamare’ em São Paulo, conquistando respeitável reputação nos meios educacionais. Transferiu a escola para Jacareí, sendo inaugurada em 23 de julho de 1893, com o nome de Colégio Nogueira da Gama. Durante mais de vinte anos esse colégio destacou-se como modelo de ensino no país. Em 1899, foi o primeiro colégio no estado de São Paulo a ser equiparado ao Ginásio Nacional (Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro), passaram por ele vários nomes de destaque da nossa sociedade como Cândido Mota Filho, José Moura Resende e Cassiano Ricardo. O então Ginásio Nogueira da Gama foi o responsável pela denominação de “Athenas Paulista” ao município de Jacareí, atribuída pelo Deputado Manoel Jacinto Domingos de Castro como reconhecimento pela qualidade educacional existente na cidade. Em 1920, esse Ginásio foi transferido para Guaratinguetá, onde funciona até hoje”. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.com.br>. Acesso em: 29 set. 2008.

ciais do Rio de Janeiro. Em 1923, publicou *Momentos nacionalistas*, coletânea de discursos de Epitácio Pessoa e textos em defesa de sua administração governamental.

Em 1921, disputou a eleição para Intendente do Conselho de Intendência da Capital Federal pelo 1º Distrito do Rio de Janeiro, mas foi vencido por Nicanor Carvalho. Nesse mesmo ano foi nomeado, por Decreto do Presidente Epitácio Pessoa, Fiscal dos Bancos do Rio de Janeiro e foi promovido, no ano seguinte, a Subinspetor Geral de Bancos.

Delamare também teve atuação ativa em movimentos de cunho nacionalista e católico. No ano de 1920 foi o idealizador da *Ação Social Nacionalista* (ASN), órgão fundado no Rio de Janeiro e que reuniu uma série de outros movimentos nacionalistas. Criado nos rastros das ligas, como a *Liga da Defesa Nacional* (1916) e a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1917), a ASN era presidida por Afonso Celso e tinha Epitácio Pessoa no cargo de presidente de honra.¹⁶ Em 1921 ajudou a criar o *Apostolado Nacionalista*, do qual foi presidente de honra. Ligado à ASN, o movimento era dirigido por Astrogildo de Azevedo e tinha como objetivo unir catolicismo e nacionalismo. Em 1922, Delamare esteve entre os sócios fundadores do *Centro Dom Vital* e exerceu, a partir daí, forte militância católica. Ainda na década de 1920, publicou dois livros por órgãos identificados com a Igreja Católica: *As Duas Bandeiras*, de 1924, pelo Centro Dom Vital, e *Línguas de Fogo*, de 1926, pela Tipografia Anuário do Brasil. Em 1925 ajudou a fundar a *Academia de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas*, no Rio de Janeiro.¹⁷ Na década de 1930 esteve ligado também a outros movimentos como a *Ação*

16 Como nas Ligas, a ASN propunha a nacionalização do país; no entanto, enquanto aquelas tinham um programa mais formulado e defendiam o voto secreto, o serviço militar e a educação cívica, o movimento organizado por Delamare difundia a nacionalização por meio do combate ao imigrante, tido como explorador e revolucionário. (cf. Oliveira, 1990, p.148-9; Adduci, 2002, p.31-43; e Deutsch, 1999, p.109-17).

17 De acordo com Wilson Martins (1978, p.323), tal associação tinha como principal objetivo divulgar propósitos nacionalistas.

Imperial Patrimonista e Ação Integralista Brasileira, da qual atuou como advogado e procurador. A partir desse momento, aliado à militância do movimento Integralista, dirigiu seus estudos às cidades e biografias históricas brasileiras, publicando obras como *Villa Rica*, em 1935, e a coleção *Ciclo dos Descobridores*, em 1936. Nos anos 1940 fez parte do Diretório Nacional do *Partido de Representação Popular* (PRP), fundado por Plínio Salgado, que reagrupou os ex-integrantes do Integralismo. No decorrer de sua vida colaborou, ainda, em jornais cariocas como *Jornal do Comércio*, *A Gazeta de Notícias*, *União*, *O Jornal* e *A Tarde*, e em São Paulo escreveu no *Vida Moderna* (cf. Coutinho; Sousa, 2001, p.583; Menezes, 1969, p.297).

Se em pouco mais de quatro anos de circulação, *Delamare* sempre figurou como diretor e redator-chefe de *Gil Blas*, o mesmo não se pode dizer a respeito do corpo editorial da revista. Em 1919, Saul Navarro, jornalista, literato, diplomado em Direito e ligado às organizações de esquerda,¹⁸ respondia como secretário editorial do semanário. Raul Damázio ocupava o cargo de chefe da publicidade e Abílio Silva era o procurador e colaborador jurídico.

A partir de 28 de outubro de 1920, logo após a revista tornar-se uma sociedade anônima, o seu corpo editorial mudou. Domingos Castro Lopes tornou-se diretor-secretário. Já Octávio Oliveira, Arnaldo Damasceno Vieira, os professores Albuquerque Gondim e Arthur Gaspar Vianna, além de Victruvio Marcondes, Trajano Augusto de Almeida Costa, Alberto Ildefonso de Oliveira, Jerônimo Mesquita Cabral, Francisco Gonçalves de Araújo e Abílio Cruz, figuravam como redatores-colaboradores, cargos antes inexistentes.¹⁹

18 Saul Navarro fez carreira como jornalista e literato e publicou as obras *Visões do século* (1916), *Prosas rebeldes* (1922) e *Elogio do berço e de um ritmo* (1925). (cf. Coutinho; Sousa, op. cit., p.1.139 e Menezes, op. cit., p.649).

19 Sobre Domingos Castro Lopes há poucas informações. Sabe-se que foi filólogo e filho de Antônio Castro Lopes, médico, professor, deputado provincial, ministro das Finanças e das Relações Exteriores do Império (1854 e 1859), autor de *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis* (1889). O lite-

Em 1921, após o falecimento de Domingos Castro Lopes, Arthur Gaspar Vianna assumiu o cargo de diretor-secretário e Victruvio Marcondes tornou-se subsecretário de redação. Nos cargos de redatores figuraram os nomes do estudante universitário Cyro Nunes Ferreira e W. Moraes, presidente da *União Nacional dos Empregados do Comércio*, e como auxiliares de redação estavam Abílio Silva, Campos Mello e Manoel Onofre.

Como os dados indicam, o corpo editorial da revista era composto de figuras sem grande projeção no meio jornalístico, intelectual ou literário da época. Além disso, é patente a instabilidade no que se refere às funções da redação, em constante mutação. Tal inconstância também se aplica à sede, cujo endereço mudou várias vezes ao longo da história da revista.

Dados editoriais e fontes de financiamento

Ao ser lançada, a redação de *Gil Blas* localizava-se na Rua do Ouvidor, n. 56. Em 9 de outubro de 1919, mudou-se para Praça XV de novembro, n. 34, onde permaneceu até 3 de fevereiro de 1922, quando passou para um “endereço provisório”, na Rua Silveira Martins, n. 88, 4ª andar. Em 20 de outubro desse mesmo ano, a redação da revista trocou mais uma vez de endereço e ocupou um

rato Victruvio Marcondes nasceu em Taquaritinga, Pernambuco, em 1888, escreveu livros poéticos como *Musa selvagem* (1909), *Fogo fátuo* (1915) e *Alma cívica* (1917). O professor Arthur Gaspar Vianna, irmão do prestigiado médico patologista Gaspar Vianna, nasceu em Belém do Pará, em 1883, e notabilizou-se por trabalhar na redação de revistas e jornais, como o católico *A União*, do qual foi redator entre 1932 e 1933. Na década de 1940, ficou conhecido como autor de livros didáticos sobre a História do Brasil. Já Ildefonso de Oliveira foi um intelectual ligado à militância católica e fez parte do *Centro Católico Nacionalista*. Arnaldo Damasceno Vieira nasceu em Porto Alegre, em 1879, radicou-se no Rio Janeiro, onde morreu em 1951. Ajudou Álvaro Bomilcar a fundar a *Braziléa*, foi general e escritor. Sua obra mais expressiva, *Baladas e poesias*, data de 1911. Era filho do poeta João Damasceno Vieira Fernandes, que escrevia sob o pseudônimo de Luciano Aguiar e era ligado ao *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. (Coutinho; Sousa, op. cit., p.1.013, p.1.621 e p.1.671).

espaço cedido no edifício do *Jornal do Brasil*, Avenida Rio Branco, n. 110-112, 4º andar, salas 9-11.

Até julho de 1919, o número avulso custou 300 réis e a assinatura semestral e anual, respectivamente, custaram 12\$300 e 20\$300 réis. A partir do número 20, de 26 de junho de 1919, o exemplar avulso passou para 200 réis e as assinaturas para 12\$000 e 20\$000 réis. No número 31, de 11 de setembro de 1919, o preço do exemplar avulso caiu ainda mais, 100 réis. Em 10 de março de 1921, do exemplar número 109 em diante, o preço voltou para 200 réis, custo que se manteve até o último número. Note-se que essa data coincide com a diminuição das propagandas, o que permite afirmar que a elevação do número avulso possivelmente resultou do decréscimo da receita publicitária.

Os preços de *Gil Blas* eram muito menores que os praticados por outras publicações da época, como *A Revista do Brasil*, *Panóplia* (1\$500 réis cada) e *Paratodos*, (1\$000 réis). O custo estava mais próximo de um jornal como o *Correio Paulistano*, que na época, era de 100 réis. Somente os números comemorativos, reservados a datas ou fatos importantes, eram os que mais se aproximavam do montante praticado pela maioria das revistas em circulação naquele momento. Tais edições festivas tomavam o lugar do número comum de *Gil Blas*, mas variavam no preço e no número de páginas. A revista número 187, lançada em 22 de setembro de 1922, comemorativa do Centenário da Independência, custou 1\$000 réis, a de número 188, de 20 de outubro de 1922, publicada em virtude do Congresso Eucarístico, 500 réis e a revista 190, de 15 de novembro de 1922, publicada em homenagem ao término do mandato de Epitácio Pessoa, 600 réis. Nos exemplares publicados por ocasião do aniversário da revista – quatro no total – e o que celebrou a fundação da *Ação Social Nacionalista*, revista número 54, de 19 de fevereiro de 1920, não houve alteração de preço, ainda que nessas ocasiões chegasse a cinquenta páginas, muito mais do que a edição ordinária, que ficava em torno das 15 páginas.

Em 1920 tornou-se evidente que *Gil Blas* minguava – mais precisamente em 23 de setembro, do número 85 em diante, a revista

passou a contar com onze páginas em média. A partir de então, o montante não parou de declinar, sendo que a última revista, a de número 200, de 6 de maio de 1923, contava apenas com nove páginas. Esses dados evidenciam o processo de encolhimento, que se iniciou um mês antes de *Gil Blas* tornar-se sociedade anônima.

A revista nunca informou sua tiragem, tampouco o número de assinantes. Assim, pode-se supor que, pelo menos a princípio, sua fonte de renda vinha dos anúncios publicitários. De início, a revista reservava as últimas páginas para propaganda (Figura 11).



Figura 11 – *Gil Blas*, n.4, 6 de março de 1919. Publicidade nas últimas páginas.

Ocupavam essas páginas companhias de navegação (*Companhia de Navegação Transatlântica-Sociedade Anônima Martinelli*, *Companhia Nacional de Navegação Costeira*, *Companhia Prado Chaves*: Comissária e exportadora de café de São Paulo e *Lloyd Brasileiro*), empresas de seguro (*Sul América Seguros*), casas lotéricas (*Loterias Capital*, *Loterias do Estado do Rio de Janeiro*, *Loterias do Estado do Rio Grande do Sul* e *Loterias de São Paulo*), bancos (*Banco Holandês na América do Sul*), remédios e tônicos (*Lecitolin – Tônico contra tuberculose* e *Bromil – Cura tosse*), casas de móveis (*Móveis*

Mundial e Casa Paulista – venda e compra de móveis usados) e indústrias importantes (*Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo Sociedade Anônima*).

Tal situação modificou-se a partir do número 109, de 10 de março de 1921, quando se anunciou que se iria “suprimir grandes anúncios, só aceitando pequenos reclames no texto”.²⁰ O espaço, antes ocupado pelas propagandas, doravante seria destinado às propostas do semanário, já que *Gil Blas* era “um órgão meramente doutrinário, sem fins lucrativos, nem mercantis”.²¹ A publicidade foi reduzida a pequenos anúncios que não tomavam parte significativa de uma página inteira.



Figura 12 – *Gil Blas*, n.115, 21 de abril, 1921. As propagandas publicitárias foram reduzidas.

Para compensar a perda financeira proveniente da redução dos anúncios, implantou-se a assinatura de ouro de *Gil Blas*, a que faria

20 *Gil Blas* ao público. *GB*, n.109, p.9, 10 mar. 1921.

21 *Ibidem*.

jus “cada patriota que angariasse 25 assinaturas anuais”. Para tanto, criou-se um “quadro de honra dos beneméritos de *Gil Blas*”.²²

É provável que a medida não tenha sido bem-sucedida, pois, em 1^o de setembro de 1922, as seis últimas páginas voltaram abrigar publicidade, e a periodicidade da revista, que até então era semanal, tornou-se irregular e chegou a um intervalo de um mês ou mais.

A coincidência entre a volta dos anúncios e o início da circulação irregular era sinal nítido de que a revista enfrentava uma crise financeira. Tampouco não se deve esquecer que em 1922 a redação de *Gil Blas* mudou três vezes de endereço e acabou por se estabelecer em salas emprestadas pelo *Jornal do Brasil*.

Características físicas

No que se refere aos seus aspectos materiais, *Gil Blas* sempre manteve o mesmo formato e tamanho, que se assemelhava, por sua estrutura interna e dimensões (32 × 23 cm), a um tabloide (33 × 28 cm).²³ No entanto o diretor e editor-chefe, Alcebiádes Delamare, classificava *Gil Blas* como revista: “Se há posturas radicais na revista não é de responsabilidade desse editor, pois seguindo seu caráter democrático, a revista está aberta a contribuições de diversas posturas”.²⁴

Por vezes, textos das seções e/ou artigos eram acompanhados de ilustração. É interessante notar que, do número 117, de 5 de maio de 1921, em diante, a revista também lançou mão de fotografias, utilizadas exclusivamente nas capas (Figura 13).²⁵

22 Ibidem.

23 Segundo Ana Luiza Martins (2001, p.6 e p.46), a distinção entre jornal e revista é uma tarefa difícil, no entanto, se dá principalmente pela presença de capa nas revistas e pela “formulação de seu programa de revista, divulgado no artigo, que esclarece o propósito e as características da publicação.

24 Ibidem.

25 Até então as fotografias foram utilizadas, esporadicamente, em casos específicos, em edições especiais, como na revista número 54, de 19 de fevereiro de 1920, publicada em comemoração à fundação da *Ação Social Nacionalista*.



Figura 13 – *Gil Blas*, n.117, 5 de maio de 1921.

Estruturação do conteúdo

A oscilação foi uma das marcas da revista, uma vez que não apenas a localização física da redação, a publicidade e o número de páginas variaram, mas ocorreu o mesmo com a organização interna do conteúdo, que comportava artigos e seções. As últimas não tinham espaço nem periodicidade fixos, enquanto os artigos perfaziam a maior parte do material publicado em *Gil Blas*, com o montante de 3.468 textos, contra os 464 distribuídos ao longo das seções, num total geral de 3.932. Dos artigos, 63,4% não eram assinados, ou seja, eram de responsabilidade do corpo dos redatores da revista ou do grupo que lhe era próximo, o que confere a *Gil Blas* o perfil de uma revista doutrinária que visava, principalmente, expor e divulgar as ideias de seus responsáveis.

Para fornecer um quadro completo dos artigos publicados em *Gil Blas*, os mesmos foram classificados em treze grandes rubricas, conforme a tabela a seguir:

Tabela I

Temática	Nº de artigos assinados (%)	Nº de artigos não assinados (%)	Total de artigos na publicação (%)
Nacionalismo	551(41,5%)	774 (58,5%)	38,2%
Política nacional	115 (23%)	385 (77%)	14,4%
Catolicismo	113 (29,8%)	265 (70,2%)	10,8%
Política regional	54 (17,7%)	233(82,3%)	8,2%
Literatura	195 (68,8%)	91 (31,2%)	8,2%
Sociedade	123 (45,3%)	148 (54,7%)	7,8%
Política internacional	38 (36,8%)	65 (63,2%)	2,9%
Cultura	40 (43%)	53 (57%)	2,6%
Operariado	44(53%)	39 (47%)	2,3%
Economia	28 (44,4%)	35 (55,6%)	1,8%
Educação	17 (34,6%)	32 (65,4%)	1,4%
Esporte	9 (37,5%)	15 (62,5%)	0,6%
Saúde	(2) 33,3%	4 (66,7%)	0,1%

Deve-se ressaltar que tais rubricas indicam as temáticas dominantes, uma vez que, num mesmo artigo, tratava-se de assuntos diversos. O objetivo foi o de fornecer um panorama dos temas tratados na revista. É importante, contudo, lembrar que tal classificação não é rígida, pelo contrário, depende do olhar de quem classifica. O tema *Sociedade* bem exemplifica a diversidade existente dentro de cada temática, pois além de valores sociais, abarcam discursos sobre a questão moral, a condição feminina e o papel atribuído às mulheres na sociedade da época.

Nota-se que, de acordo com a Tabela I, 63,7% dos artigos tratam dos temas: *Nacionalismo*, *Política regional*, *Política internacional* e *Política nacional*, o que demonstra o interesse primordial em se discutir assuntos de esfera política. O número considerável de artigos sobre o catolicismo, 10,8% do total, também demonstra a relevância do assunto nas páginas da revista. Outro indício de que tais questões constituíam-se no campo de interesse de *Gil Blas* é o fato de a grande maioria desses artigos não trazer assinatura, o que deixa claro o comprometimento dos redatores com o temário.

Não se pode concluir o mesmo a respeito das rubricas *Literatura e Operariado*, por exemplo, a cargo de colaboradores identificados. Assim, se a revista era um órgão de divulgação de ideias de seus redatores, não restam dúvidas quanto à importância da política e do catolicismo. O que é coerente com o perfil panfletário da revista, denominação apresentada nos seus subtítulos.

Sobre os colaboradores

A mesma constatação pode ser feita quando se analisa o rol de colaboradores, discriminado a seguir:

Tabela II

Nº de artigos	Autor	Porcentagem
66	Afonso Celso	1,9%
60	Alcebiades Delamare	1,7%
51	Álvaro Bomílcar	1,4%
48	Arthur Gaspar Vianna	1,3%
31	Oscar Abrantes	0,89%
28	Domingos Castro Lopes	0,8%
23	Felício dos Santos	0,66 %
20	Astrogildo Azevedo, Maria Junqueira Schmidt	1,7%
17	Nuno Pinheiro, Victruvio Marcondes	1,4%
16	João Cezimbra Jaques	0,4%
15	Francisco de Paula Machado, Henrique Watson, Gastão Franca Amaral	1,2%
14	Raymundo Magalhães	0,4%
13	Padre Assis Memória	0,3%
12	Francisco Coelho de Paula, José Thomaz de Mendonça, Pinheiro Távora, Silva Filho	1,3%
11	Lacerda de Almeida, Saul Navarro	0,6%
9	Carlos Maul, Leôncio Mouzinho, Themudo Lessa	0,5%
8	Centro Marítimo Nacionalista, Frederico Villar	0,4%
7	General Pedro Carolino, Jackson Figueiredo, José Júlio Soares, Propaganda Nativista, Raul Damázio	1%

Continua

Tabela II – *Continuação*

Nº de artigos	Autor	Porcentagem
6	José Oiticica, Maria Rosa Ribeiro	0,3%
5	Abulquerque Gondim, Antônio Torres, Eurico Dias Martins, Frederico Runte, França e Silva, Ildefonso Oliveira, Rolfo Aragão, Trajano de Almeida	1,1%
4	Basílio Magalhães, Gomide Junior, João Ribeiro, Lincoln Souza, Mario Deval, M. F., Miguel Mello, Moacir Chagas, Oswaldo Lynch, Ramalho Ortigão, Cândido Figueiredo	1,2%
3	Almeida Cavaca, A. Thompson, Centro Católico Nacionalista, Cônego Mello Lulla, Mario Pinto Serva, Pinheiro Viesgaz, Perillo Gomes, Sebastião Ferrara, Tenente Gumercindo Portugal Loretta, Vesmodo	0,8%
2	Álvaro Sobral, Camillo Prates, Pinto Oliveira, Luiz Gomes, Álvaro Muller, Leopoldo Santos, Augusto, Barbosa, Accacio Murtha, Jacobino Esportivo, Symphronio dos Santos, Padre Silvério, Padre Gustavo Locher	0,6%
Autores com apenas um artigo assinado	245	11,1%

Nota-se que, em seus quatro anos de circulação, a maioria dos colaboradores de *Gil Blas* assinou apenas um artigo (11,1% do total), forte indício da presença pouco constante de um rol amplo de articulistas. Além disso, os números evidenciam que o corpo fixo de colaboradores era escasso e que a efetiva responsabilidade dos textos ficava a cargo dos redatores. Fortalece essa interpretação o fato de Afonso Celso e Álvaro Bomílcar terem se responsabilizado por um porcentual muito baixo de matérias assinadas (1,9 e 1,7%).

Afonso Celso publicou seu primeiro texto na revista número 28, de 21 de agosto de 1919, mas participou de maneira regular somente a partir de 1920 e o fez até o fechamento do semanário.

Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior nasceu em Ouro Preto, em 31 de março de 1860, e morreu no Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1938. Filho do Visconde de Ouro Preto, ministro do Império, formou-se em 1880 na Faculdade de Direito de São Paulo, foi por quatro mandatos seguidos deputado por Minas Gerais e exilou-se em Portugal, com o pai, após a proclamação da República. Ao voltar para o Brasil exerceu o jornalismo e o magistério, escreveu no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã* por mais de trinta anos, lecionou e foi diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Além disso, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e, de 1912 a 1938, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo eleito presidente perpétuo dessa instituição. Publicou as obras *Vultos e fatos* (1892); *O impedor no exílio* (1893); *Guerrilhas* (1895); *Contradictas monárquicas* (1896), *O assassinato do Coronel Gentil de Castro* (1897) e *Oito anos de Parlamento* (1901). No entanto, seu livro mais conhecido foi *Por que me ufano de meu país*, de 1900, que nas duas décadas posteriores que lhe rendeu o título de “o chefe venerável do nacionalismo brasileiro”. (Martins, 1978, p.191).

A obra, um manual de história da pátria, principalmente para crianças, foi publicada para comemorar o IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Tornou-se sinônimo de um nacionalismo ufanista, pelo fato de salientar, em tom otimista, a geografia, o povo, a miscigenação e a nossa história, construída sob uma visão positiva do passado colonial e monárquico brasileiro.²⁶ Afonso Celso era um católico fervoroso, como revelam suas contribuições na imprensa da época e que lhe valeram o título de Conde, outorgado pelo Vaticano (cf. Guimarães, 2007, p.66).

Assim como Celso, Álvaro Bomílcar começou a escrever em *Gil Blas* apenas no segundo semestre de 1919, a partir do número 23, de

26 Angela de Castro Gomes (2002, p.161-2) afirma que Afonso Celso dedicou “o manual aos seus filhos” (...) e o texto “construía uma visão em tudo otimista sobre o passado e o futuro do Brasil”. Sobre o caráter de manual de história da pátria da obra, conferir Bastos, 2002, p.245-60.

17 de julho. Porém, deixou de colaborar na revista em setembro de 1922, quando se mudou do Rio de Janeiro para assumir um cargo na Comissão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Álvaro Bomílcar nasceu em Crato, Ceará, em 1874, e morreu no Rio de Janeiro, em 1957. Diplomou-se em Direito em 1908, mas enveredou para o jornalismo, a literatura e a sociologia (cf. Coutinho; Sousa, 2001, p.362 e Menezes, 1969, p. 119). Foi secretário-geral da Prefeitura de Juruá, no Acre, em 1910, e inspetor da Alfândega de Paranaguá, entre 1912 e 1913. Na segunda metade da década de 1910, fixou moradia no Rio de Janeiro, onde foi funcionário do Tribunal de Contas. Em 1922 foi responsável pela fundação do Tribunal de Contas da União, em Fortaleza. Na década de 1930, foi professor de Economia Política da Escola Superior do Comércio, e membro, até 1942, da Comissão Encarregada de Liquidação da Dívida Flutuante (cf. Oliveira, 1999, p.7-8).

Com Jackson Figueiredo e Damasceno Vieira fundou *Braziléa* e em 1919 organizou, no Rio de Janeiro, o movimento Propaganda Nativista (PN). No ano seguinte, com Delamare e Afonso Celso, participou da criação da Ação Social Nacionalista (ASN) e em 1925, fundou, também no Rio de Janeiro, a Academia de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas.

Bomílcar publicou “sua primeira obra de crítica social”, *O Preconceito de raça no Brasil*, em 1916.²⁷ A partir da revolta da marinha armada, de 1910, ele criticou o arraigado preconceito racial que, em sua opinião, devia-se à apropriação pelas elites brasileiras das teorias de Gobineau e Cuvier (Bomílcar, 1916, p.54). Por outro lado, de forma ambígua, não escondeu seu posicionamento xenófobo e antilusitano, e atribuía uma suposta exploração econômica dos portugueses no Brasil, no passado e no presente (ibidem, p.85 e p.72-3).

Em 1920, lançou *Política no Brasil ou Nacionalismo radical*. No prefácio da obra, Afonso Celso defendeu Álvaro Bomílcar dos crí-

27 Segundo Augusto César de Oliveira (1999, p.10), até então ele tinha publicado só obras poéticas.

ticos, que o denominavam de lusóforo. No livro, referiu-se às suas influências com destaque para *Organização nacional*, de Alberto Torres, *América Latina: males e origem*, de Manoel Bonfim, *Nacionalismo econômico*, de Nicolau Debané e *O Brasil heroico de 1817*, de Alípio Bandeira. Ele também deixou evidente seu posicionamento favorável à miscigenação racial no Brasil. O sertanejo foi considerado protótipo do cidadão brasileiro, digno de uma “raça forte”, por ter herdado características do negro e do índio e não do colonizador português (Bomílcar, 1920, p.12).

Afonso Celso e Bomílcar não eram apenas os nomes com maior número de artigos na revista, mas também as personalidades de maior destaque intelectual dentre o corpo de colaboradores de *Gil Blas*. Nota-se que, dentre os que assinavam seus textos, alguns como Arthur Gaspar Vianna e Victruvio Marcondes faziam parte da redação da revista, e outros, como Felício dos Santos, Astrogildo Azevedo e a educadora Maria Junqueira Schmidt, eram ligados aos movimentos católicos.²⁸ Assim, tal como o corpo editorial da revista, nota-se também que a maioria dos que tiveram participação mais efetiva no semanário tampouco se destacava no cenário intelectual da época.

O mesmo pode-se afirmar em relação aos responsáveis pelas seções, uma vez que se repetiam os nomes presentes nos artigos.

28 Felício dos Santos foi médico e fundador do jornal militante católico *A União*. Astrogildo Azevedo foi chefe do movimento *Aspostolado Nacionalista*, braço católico da ASN e PN. Maria Junqueira Schmidt foi professora do Colégio Pedro II e uma das pioneiras na introdução dos serviços de orientação educacional e profissional no Brasil, em 1934, na Escola Comercial Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Segundo Sandra McGee Deustch (1999, p.122), Schmidt era “most prominent woman in the ASN, (...) director of Academia Feminina, an institute of higher learning for women in the country, Schmidt studied in Switzerland and participated in Catholic affairs”. Schmidt também escreveu obras biográficas sobre Amélia *Leuchtenberg* e Princesa Maria da Glória a partir de um ponto de vista histórico-católico.

Tabela III

Seção	Responsável	Temática Principal	Ano	Número de recorrências
1 – <i>No convívio dos pais da Pátria</i>	_____	Política nacional	1919	19
2 – <i>Momento Social</i>	José Balthazar da Silveira (15), Alex Volga (5)	Operariado	1919	20
3 – <i>Como nos julgam</i>	_____	<i>Gil Blas</i>	1919, 1920	14
4 – <i>Pensamentos nacionalistas</i>	_____	Nacionalismo	1919, 1920, 1921, 1922, 1923	113
5 – <i>Frases célebres</i>	_____	Cultura	1919	4
6 – <i>Set a Settas</i>	Lopes Gonçalves	Coluna social	1919, 1920	21
7 – <i>Através dos livros</i>	Gastão Franca Amaral (1919), Francisco Bustamante (1921-1923)	Literatura	1919, 1920, 1921, 1922, 1923	53
8 – <i>Cartas pampainas</i>	Aldo Mota	Política regional	1919	2
9 – <i>Caixa postal</i>	João Caboco	Cartas de leitor	1919	2
10 – <i>Homens e coisas</i>	Octávio Oliveira	Política regional	1919, 1920	7
11 – <i>De relance</i>	_____	Literatura	1919	5
12 – <i>O teatro</i>	I.BSEN e Renato Vianna	Cultura	1919	11
13 – <i>Letras e artes</i>	_____	Literatura	1919	5
14 – <i>Ação Social Nacionalista</i>	_____	Nacionalismo	1920, 1921, 1922	31
15 – <i>Impressões</i>	Sinésio Passos	Questão social	1920	11

Continua

Tabela III – Continuação

Seção	Responsável	Temática Principal	Ano	Número de recorrências
16 – No mundo das ideias	Álvaro Bomilcar	Literatura	1920	3
17 – Seção paulista	Carlos Ribeiro	Política regional	1920	5
18 – Igara	Claudio Gaspar/Arthur Gaspar	Literatura	1920	5
19 – Correspondência do Amazonas		Política regional	1920	2
20 – Correspondência da Amazônia	Oscar Abrantes	Política regional	1920	14
21 – Correio de Gil Blas		Cartas de leitor	1920, 1921	52
22 – Correspondência de São Paulo		Política regional	1920, 1921, 1922, 1923	5
23 – Páginas literárias		Literatura	1920	2
24 – Correspondência do Pará	Oscar Abrantes	Política regional	1920, 1921	5
25 – O verdadeiro nacionalismo		Nacionalismo	1921, 1922	16
26 – Como eles nos julgam		Gil Blas	1921, 1922	14
27 – Pelo mundo		Catolicismo	1921, 1922, 1923	14
28 – À margem		Coluna social	1921	2
29 – Pedacinhos de ouro		Catolicismo	1921	2
30 – Correspondência do Sul		Política regional	1921	2
31 – O esporte nacional	Jacobino Esportivo	Esporte	1922	3

A exemplo do que ocorria com os artigos, a maior parte das seções também não era assinada (65%), ou seja, mais uma vez a tarefa era assumida pelo grupo responsável pela revista.

As seções tiveram, em grande parte, vida breve. Das 31 que figuraram no semanário, mais de 50% (16) registraram apenas 5 ocorrências e só 12% (4) contabilizaram mais de 20. Apenas a seção de ensaios, “Através dos livros”, esteve presente desde o primeiro número da revista e, juntamente com *Pensamentos Nacionalistas*, foi a única a ser publicada de 1919 a 1923. No entanto, as duas, como todas as outras, não ocuparam espaço fixo no interior de *Gil Blas*.

Para classificar os conteúdos das seções utilizou-se um conjunto de rubricas semelhante ao empregado para os artigos. A sistematização revelou que 47% das seções diziam respeito às questões políticas, subdivididas em “Política Regional”, “Política Nacional” e “Nacionalismo”; as demais tratavam de assuntos diversos e mais variados que os artigos. As novidades ficaram por conta de seções que dialogavam com o leitor (“Caixa Postal” e “Correio de Gil Blas”), as que defendiam e divulgavam *Gil Blas* (“Como nos julgam” e “Como eles nos julgam”), as de coluna social (“Set a Settas” e “À Margem”) e uma relacionada à questão social do homem do campo (“Impressões”).

Mesmo que os quadros explicativos revelem a presença de diferentes temáticas, tanto nos artigos como nas seções não se pode afirmar que *Gil Blas* concretizou-se como uma revista de variedade, ou seja, aquela “em que imperou o uso e o abuso da novidade da ilustração, com ênfase nas notícias de teor sociocultural” (Martins, 2001, p.67). Tampouco parece correto tomar, de forma rigorosa, as declarações de Alcebíades Delamare, quando do lançamento de *Gil Blas*:

Sem ligações políticas de qualquer espécie, livre de qualquer compromisso, pronto sempre para a defesa das boas causas e de riste em punho para atacar os vícios e os males *Gil Blas* pede ao leitor amigo que saiba sempre *precrustar* (sic) no fundo de seu pensamento os nobres intuitos, que invariavelmente o guiarão a qualquer

caminho que ele tome, no cumprimento do seu programa, traçado no lema que adotou.²⁹

As palavras do convidado, Basílio de Magalhães, parecem mais próximas do perfil da revista:

(...) não podia eu furtrar-me ao convite com que fui honrado pelos fundadores de *Gil Blas*, de apresentar ao público, em largos traços, as ideias capitais por que se vai bater o novo órgão do periodismo nacional, o panfleto de gente moça (...) Para tanto, muito e muito se prestamos pontos de mira colimados pelo novo órgão de combate: a política, a ciência, as questões sociais, econômicas e financeiras, as ciências, as letras, as artes. Mas quanta sinceridade! (...) *Gil Blas* não tem peias partidárias. Entretanto, na elevada diretriz que ele se prestraçou (sic) está o escopo do mais decidido nacionalismo. É tão violento, tão irresistível o empuxe desse vagalhão, que nos compele a caracterizar-nos definitivamente, a formar uma nação sem retalhos de importações espúrias, sem sobrevivência de dogmas rotineiros dos nossos fatores étnicos, a menos que o Brasil queira entrar para o rol dos países a condenados a ter vida curta na História.³⁰

Segundo Basílio Magalhães, *Gil Blas* deveria ser uma publicação eclética, de caráter nacionalista, posição que foi reafirmada pela historiografia. Aliás, cumpre destacar que a revista é, geralmente, citada de forma ligeira, associada ao nacionalismo dos anos 1920, ou utilizada como fonte de informações sobre o período.

***Gil Blas* e a historiografia**

Monica Pimenta Velloso (1978) foi a primeira a fazer um levantamento sistematizado do semanário e afirmou que, juntamente

29 Direção. *À Guisa de Programa*. *GB*, n.1, p.1, fev. 1919.

30 Magalhães, Basílio de. *GB*, n.1, p.2, 13 fev. 1919. No texto afirmou-se que Basílio Magalhães teve um convite especial para apresentar *Gil Blas* ao leitor.

com *Braziléa*, *Gil Blas* foi porta-voz do nacionalismo jacobino e antilusitano carioca.³¹

Barbosa Lima Sobrinho (1968, p.476) ao estudar a vida de Alberto Torres, salientou que *Gil Blas* foi instrumento de propaganda da *Ação Social Nacionalista* (ASN), mas destacou que a publicação “(...) não conservou sempre a pureza de suas linhas iniciais, misturando-se com outras causas e interesses, que nada que tinham que ver com o nacionalismo e de certa forma concorriam para o desnaturamento do movimento. Mas ainda assim serviu à causa brasileira”.

Lucia Lippi Oliveira (1990, p.145) posicionou *Gil Blas* como representante de uma nova bandeira nacionalista, surgida após a Primeira Guerra Mundial, que propunha:

Um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na organização do Brasil. Este novo nacionalismo envolveu a busca de uma nova identidade e teve como parâmetro a recusa dos modelos biológicos que embasavam o pensamento racista.

Esse nacionalismo, definido como militante, teria sido a tônica dominante da revista: “(...) *Gil Blas* – que se autodenomina um panfleto de combate – mantém o ataque à dominação portuguesa no comércio, na imprensa e nas letras. Mais uma vez, o português é acusado de ser o estrangeiro que fica nas cidades, de ser o responsável pela carístia da vida” (ibidem, p.150).

Para Marly Silva Motta (1992, p.19), o que incentivou a fundação de revistas como *Braziléa* e *Gil Blas* foi a reação ao elemento português no Rio de Janeiro, nos momentos antecedentes às comemorações do Centenário da Independência. Seu principal objetivo teria sido o de divulgar o antilusitanismo:

31 Conferir: Velloso, Monica Pimenta. Lembrar e esquecer: a memória de Portugal na cultura modernista brasileira. *Revista Semear*. Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, n.5, 1999. Disponível em: www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/5sem_07.htm. Acesso em 20 jan. 2013.

(...) era a dominação da imprensa e, através dela, o comando da opinião pública e a penetração nos círculos políticos que mais vivamente indignava os intelectuais antilusitanos. A reação destes veio através da fundação de duas revistas de declarado “combate à dominação portuguesa” – *Braziléa*, criada em 1917 por Álvaro Bomilcar e Damasceno Vieira, e *Gil Blas*, fundada em 1919, sob a direção de Alcebíades Delamare (...) (ibidem).

José Luis Beired (1999, p.33), ao estudar a direita nacionalista no Brasil, considerou *Gil Blas* como uma dentre as várias publicações nacionalistas da época:

Com enfoque nos marcos liberais, tivemos (...) a *Revista do Brasil* (1916-1924), lançada por um grupo de intelectuais, vinculados ao Estado de São Paulo, com a disposição de diagnosticar os problemas brasileiros e apontar soluções. Intelectuais como Alcebíades Delamare, publicações como *Braziléa* (1917-1918) e *Gil Blas* (1919-1923) e movimentos como *Ação Social Nacionalista* representam uma transição para o nacionalismo de direita, articulando o pensamento nacionalista como o catolicismo, de qualquer modo, defendia-se não só a manutenção como até o aperfeiçoamento da ordem política liberal do Estado Brasileiro.

Hélgio Trindade (2001, p.2.807-14), estudioso do integralismo, alinhou *Gil Blas* com a *Revista do Brasil* e *Braziléa*, tidos como os periódicos nacionalistas mais significativos da época:

O período do após-guerra, porém, marcaria o desencadeamento de uma crescente consciência nacionalista de setores significativos da intelectualidade brasileira. O despertar nacionalista manifestou-se através do surgimento quase simultâneo de diversas revistas e movimentos de cunho chauvinistas. Os periódicos nacionalistas mais representativos da época foram a *Revista do Brasil* (1916), *Braziléa* e *Gil Blas* (...)

Marie-Jo Ferreira (2008, p.125), por sua vez, apresentou *Gil Blas* como porta-voz do nacionalismo radical na imprensa nos anos 1920 e a publicação que denunciava a fraternidade luso-brasileira:

O porta-voz do nacionalismo radical na imprensa, nos anos 1920, foi o semanário *Gil Blas*, dirigido por Alcebiades Delamare. O seu caráter antilusitano era manifesto até meados dos anos 1920 (...) A revista opunha-se em particular aos discursos e trabalhos dos intelectuais portugueses sobre a exaltação da colonização portuguesa (...) (Na revista) Os nacionalistas radicais lusófonos rejeitavam todos os discursos de fraternidade e projeto de união Portugal e Brasil.

A revista também foi utilizada como fonte de um estudo internacional, ainda não traduzido para o português, sobre a direita no Brasil, Argentina e Chile, entre 1890 e 1939. Sandra McGee Deutsch (1999, p.116), valeu-se de *Gil Blas* da mesma forma que Barbosa Lima Sobrinho e tomou a revista como porta-voz das associações militantes nacionalistas que apareceram nos anos 1920 (Ação Social Nacionalista e a Propaganda Nativista), e a definiu como uma revista antiportuguesa: “PN members also contributed articles to the anti-portuguese journal *Gil Blas*, funded in February 1919 by Alcebiades Delamare, a government functionary”.

Em nenhum desses estudos *Gil Blas* foi tomada como fonte, objeto e pesquisa, tal como aqui se propõe. Mais ainda, com exceção de Mônica Velloso, nem mesmo a totalidade da publicação foi considerada. A análise circunstanciada da publicação revelou um quadro mais complexo, que permite discernir várias fases e características, conforme se verá no próximo capítulo.

2

GIL BLAS E AS MEDIAÇÕES COM O PODER (1919)

Este segundo capítulo trata dos meses iniciais de circulação da revista *Gil Blas*. É significativo que os responsáveis pela publicação tenham considerado necessário alterar o subtítulo em três oportunidades como que para demarcar mudanças no projeto recém-iniciado. O primeiro número circulou em 13 de fevereiro de 1919 com o subtítulo panfleto de combate, mantido até 26 de junho de 1919. Entre 3 de julho e 26 de setembro denominou-se panfleto semanal e, daí em diante, panfleto nacionalista.

O panfleto de combate

Gil Blas veio a público em 13 de fevereiro de 1919, estampando em sua capa o subtítulo “panfleto de combate”. A revista surgiu em meio à crise política aberta pelo falecimento, em 17 de janeiro de 1919, de Rodrigues Alves, novamente eleito presidente da República. Segundo a Constituição, o vice, Delfim Moreira, que assumiu em caráter provisório, não poderia manter-se no poder, sendo necessária a realização de um novo pleito.

A escolha de um novo presidente foi pautada pela disputa de dois candidatos. O da situação, indicado por uma reunião de mem-

bros do Congresso, denominada Convenção, e o da oposição, apresentado por grupos estaduais que estavam fora do jogo político, controlado principalmente por paulistas, mineiros e, de forma mais esporádica, gaúchos.

De acordo com a praxe vigente no período, raramente as urnas não confirmavam as escolhas feitas pela situação dominante, daí a importância de que se revestia a escolha da Convenção, principalmente nessa inusitada circunstância da morte do presidente recém-eleito. Reabria-se, portanto, a questão sempre delicada e cercada por muitas disputas e desavenças, na escolha de um novo candidato à Presidência da República.¹ Por isso, é importante acompanhar as intrincadas negociações que acabaram por consagrar o nome de Epiácio Pessoa.

Nessa oportunidade, a Convenção foi marcada por disputas entre paulistas e mineiros. O nome preferido do grupo paulista era Altino Arantes e, do mineiro, Arthur Bernardes. No entanto, em 25 de fevereiro de 1919, Borges de Medeiros, representante gaúcho, apresentou o nome de Epiácio Pessoa, que acabou aceito e indicado pela Convenção.

Sua indicação colheu-o de surpresa, ainda na Conferência de Paz, e, devido à sua ausência, como base de sua plataforma eleitoral, foi utilizado o discurso pronunciado em 28 de outubro de 1917 (*feito no Senado no banquete oferecido em honra a Rodrigues Alves enquanto era candidato à Presidência da República*) (Dias, 2001, p.4.581, grifo nosso).

1 A estratégia forjada a partir da presidência de Campos Sales (1892-1902), de apoio mútuo entre os presidentes dos Estados e o presidente da República, denominada *Política dos Governadores*, possibilitava que, por meio de expedientes diversos – coação, fraudes, voto de cabrestos e verificação de poderes –, os eleitos para os cargos de deputados e senadores fossem, na sua maioria, ligados à situação. Isso explica por que a escolha do candidato era sempre um processo difícil e conflituoso, uma vez que envolvia não apenas a esfera federal, mas os grupos dos estados, que controlavam o jogo político local. (cf. Carone, 1988, p.298-313).

O político paraibano, que naquele momento representava o Brasil na Conferência de Versalhes, acumulava vasta experiência política: deputado do Congresso Constituinte (1890-91), ministro da Justiça do governo Campos Sales (1898-1901), ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912) e senador da República pela Paraíba (1912-1918). Para sua indicação concorreu o fato de ser considerado, pelo menos por parte dos parlamentares que integravam a Convenção, como um nome capaz de conciliar paulistas e mineiros, e também como continuador das propostas de Rodrigues Alves. A oposição, por sua vez, lançou o nome de Rui Barbosa, que contava com o apoio do grupo político do estado do Rio de Janeiro, representado por Nilo Peçanha.

Na historiografia há quem afirme que na Convenção chegou-se a postular o nome de Rui Barbosa para ser o candidato oficial à Presidência da República, inclusive, convocando-o para uma reunião, na qual não compareceu por discordar dos trâmites utilizados para a escolha do candidato. Tal posicionamento teria afastado suas chances de se lançar como candidato oficial para as eleições de 1919. Realmente, nesse momento, Rui Barbosa estava estigmatizado como principal crítico da política vigente e do processo eleitoral do país. Ele criticava a Convenção e o modo como se escolhia os candidatos, sugerindo que sua legitimidade fosse reconhecida somente quando designados por um movimento de opinião pública, por um partido político ou por um estado da União. Essa definição levou-o a se opor à escolha do candidato da Convenção, Hermes da Fonseca, já em 1909, inclusive lançando-se como candidato da oposição, com o apoio do PRP. Sua campanha política conhecida como Campanha Civilista, por se colocar contra um candidato militar, foi marcada pelos comícios públicos e por propostas como defesa do voto secreto, revisão constitucional e adoção do Código Civil. Rui Barbosa tentou, ainda, candidatar-se em 1914, quando desistiu do pleito. Em 1917, voltou a declarar-se contrário à identificação entre Congresso e Convenção, afirmando que não cabia aos deputados e senadores a escolha do presidente.² Em

2 Ver Gonçalves, 2000, p.156 e p.139-70; Carone, 1988, p. 311-2 e p.320; Melo, 2005, p.121 e Dias, 2001, p.4.581.

1919, retomou parte da campanha civilista; aliado a isso, pela primeira vez, em uma campanha presidencial manifestou a necessidade de reformas sociais, apelando para a conciliação entre capital e trabalho. Note-se que foi exatamente nesse contexto que *Gil Blas* foi lançada.

No número de estreia da revista, afirmou-se, tanto no texto de apresentação quanto no que detalhou o seu programa, que o periódico não tinha vínculos partidários.³ No entanto, nesse mesmo número, havia discreta nota, publicada no canto da página 3, sem título nem autoria, na qual se lia:

Temos motivos concretos para afirmar que dentro de quarenta e oito horas estará resolvido o complicado problema da sucessão presidencial pela aceitação unânime de uma fórmula conciliatória que evitará lutas e campanhas improficuas capaz de perturbar a paz interna no país e prejudicar o bom nome do Brasil no estrangeiro (...).⁴

Os responsáveis pelo novo periódico deixaram claro o posicionamento a favor de um candidato que pudesse “representar a conciliação”.⁵ No segundo número, de 20 de fevereiro, Delamare escreveu artigo no qual evocava a memória de Rodrigues Alves e lembrava a necessidade de se “ficar atento à Convenção”, para que se “nomeie um representante capaz de gerir o país”, e não Rui Barbosa que, em sua opinião, “não tinha autoridade representativa”.⁶ Assim, tanto na nota anônima como no artigo de Delamare era evidente o posicionamento partidário da revista e sua tomada de posição em prol do candidato da conciliação. A rejeição a Rui Barbosa já revelava o alinhamento da revista com Epietácio Pessoa, nome que, nesse momento, já circulava com força nos meios políticos.

3 Delamare afirmou que a revista surgia: “Sem ligações políticas de qualquer espécie (...)”. Direção. *À Guisa de Programa*. GB, n.1, p.1, fev. 1919. No artigo de apresentação da revista, Basílio de Magalhães afirmou que *Gil Blas* “nascia sem peias partidárias”. Magalhães, Basílio de. GB, n.1, p.2, 13 fev. 1919.

4 GB, n.1, p.3, 13 fev. 1919.

5 Ibidem.

6 Delamare, Alcebiades. *Convenção ou comédia*. GB, n.2, p.1, 20 fev. 1919.

Depois de 25 de fevereiro de 1919, data em que Epiácio Pessoa foi confirmado como candidato, observa-se em *Gil Blas* a presença de vários artigos anônimos, nos quais se destacava o seu importante papel como delegado na Conferência de Versalhes, numa nítida tentativa de difundir a imagem positiva do futuro presidente. Em “O que faz Epiácio na Conferência”, criticava-se o fato de o representante brasileiro não ter podido se pronunciar em uma das reuniões; já em “O internacionalismo do Rio Amazonas” salientou-se a sua defesa da região.⁷ Uma vez anunciados os resultados da Convenção, na série de artigos intitulados “À Nação”, publicada entre 20 de março e 3 de abril de 1919, não foram poupados elogios à Convenção, que “indicou o nome de Epiácio Pessoa para o pleito federal”.⁸ Já na matéria “A força dispersa das oposições”, comentou-se que a oposição se dissolveu em virtude da “força e carisma” do candidato indicado na Convenção.⁹

Ao mesmo tempo, os textos de crítica a Rui Barbosa continuavam a ocupar as páginas do semanário. Em “Furor causídico...”, publicado na revista número 3, de 27 de fevereiro de 1919, atacou-se a candidatura do advogado baiano, tida por inconstitucional, pois “fugia da carta magna que rezava que quem recebeu títulos, honoríficos estrangeiros”, como ele, “perdia os direitos políticos”.¹⁰ A esse respeito afirmava-se, ainda:

Não estaria nesse caso o Sr. Rui Barbosa, que num discurso divulgado por todos os jornais e proferido diante de inúmeras pessoas, aceitou do Sr. Paul Claudel a cruz da Legião de Honra que o governo francês lhe concedeu (...) Incorreu, pois nas disposições claras do texto constitucional. Assim se eleito e empossado na Pre-

7 O que faz Epiácio Pessoa na Conferência. *GB*, n.2, p.6, 20 fev. 1919 e Do Palácio de Versalhes – O internacionalismo do Rio Amazonas. *GB*, n.3, p.14, 27 fev. 1919.

8 Conferir a série de artigos intitulados “À Nação” e publicados em: *GB*, n.6, p.12, 20 mar. 1919; *GB*, n.7, p.11, 27 mar. 1919; *GB*, n.8, p.11, 3 abr. 1919.

9 A força dispersa das oposições. *GB*, n.5, p.11, 13 mar. 1919.

10 “Furor causídico...”. *GB*, n.3, p.3, 27 fev. 1919.

sidência da República, qualquer cidadão que se julgue ferido por qualquer de seus atos poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal, dizendo-se prejudicado por uma autoridade legal.¹¹

Procurava-se justificar a inviabilidade da candidatura, invocando o artigo 72 da Constituição de 1891, no seu parágrafo 29: “Os que alegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer ônus que as leis da República imponham aos cidadãos, e os que aceitarem condecoração ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos”¹², já que em 1918, o primeiro-ministro da França, Paul Claudel, condecorou Rui Barbosa com as insígnias de Grande Oficial da Legião de Honra.¹³ Nesse mesmo número, em outro artigo sem assinatura, ironizou-se o seu desejo de candidatar-se à Presidência da República, uma vez que ele não tinha “estofa para encarar Epitácio”.¹⁴

Rui Barbosa foi apresentado de forma negativa, taxado de inimigo do país por ser supostamente ligado às ideologias internacionais, como o comunismo e o anarquismo,¹⁵ e tido como adepto de teorias bolcheviques,¹⁶ comparações no mínimo despropositadas quando se leva em conta o posicionamento político ideológico do jurista baiano. Ele comprometia-se com uma postura progressista, próxima da liberal democracia, era a favor da descentralização política, da liberdade individual, da política democrática, mas salientava a importância da ordem, para tanto defendia o fortalecimento de um Poder Judiciário que pudesse garantir as liberdades civis e os direitos individuais.

11 Ibidem.

12 Brasil. Poder Legislativo. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891. *Diário Oficial da União*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocument. Acesso em: 20 jul. 2009.

13 A Ordem Nacional da Legião de Honra é um título honorífico criado por Napoleão Bonaparte em 1802 por recompensa por méritos civis e militares.

14 Tiro pela Culatra. *GB*, n.3, p.4, 27 fev. 1919.

15 Conferir o artigo: De Juiz de Fora a S. Paulo de S. Paulo à Bahia – Horizontes nublados. *GB*, n.9, p.1, 10 abr. 1919.

16 Se não sou socialista, ninguém mais longe de o ser. *GB*, n.7, p.1, 27 mar. 1919.

(...) o liberalismo em Rui Barbosa é resultante de uma tensão, não de uma síntese, das reivindicações simultâneas do respeito à lei, à liberdade, à ordem, à razão, ao indivíduo e da intervenção do Estado e das concessões sociais (Rocha, 1995, p.5).¹⁷

Mesmo que, em sua campanha para Presidência da República em 1919, tenha apresentado sugestões para resolver a questão social do operariado e dirigido boa parte de seus comícios para a classe trabalhadora, a apologia ao controle social, ao respeito restrito às leis e à ordem, o distanciava muito das posturas revolucionárias (cf. Barbosa, 1956, p.70, v.VI). Em um comício, no Teatro de Politeama, na Bahia, Rui Barbosa chamou atenção para as revoluções sociais que ocorriam ao redor do mundo, salientando que o mesmo poderia acontecer no Brasil, caso o governo não acabasse com a corrupção e a opressão social no país, deixando bem claro que não era favor de movimentos revolucionários (ibidem, p.32, VII).

No entanto, tais propostas não passaram despercebidas em *Gil Blas*, já que seus comícios foram alvos sistemáticos de condenação na revista, que tentou vincular Rui Barbosa ao operariado revolucionário e denunciou seu posicionamento cético em relação aos políticos, ao processo eleitoral vigente e aos caminhos tomados pela República.¹⁸

Tais acusações foram estendidas aos grupos políticos que supostamente apoiavam Rui Barbosa. Mesmo que a sua base de sustentação política partisse apenas do Pará e do Rio de Janeiro, afirmava-se que grupos políticos em Pernambuco e no Ceará estavam com o adogado baiano, devido às suas iniciativas de caráter revolucionário.¹⁹

17 Sobre o caráter progressista de Rui Barbosa, conferir Santos, 2005, p.85-120.

18 O Brasil será isso?. *GB*, n.7, p.1, mar. 1919. Em vários comícios Rui Barbosa (1956, p.13-17 e p.142-143, VI) criticou a corrupção dos políticos que monopolizavam a República, o sistema eleitoral fraudulento e a falta de assistência social à população brasileira.

19 Conferir: A politicalha pernambucana assassina, assalta e mente. *GB*, n.2, p.11, 20 fev. 1919; Na terra de Iracema e do Padre Cícero – Volta à Baila. *GB*, n.4, p.12, 6 mar. 1919.

Vale destacar que a revista não tratava de forma semelhante todos os estados da federação. Enquanto os mais fracos eram sumariamente desqualificados, São Paulo e Minas Gerais tinham sua importância reconhecida uma vez que desempenhavam um papel fundamental para que a articulação em torno de Pessoa fosse bem-sucedida. No caso de Minas, exaltava-se a personalidade e competência dos seus políticos, salientava-se sua riqueza e a oportunidade de se contar com um político competente como Arthur Bernardes. Na matéria “Uma lição de democracia”, salientava-se seu papel como estadista liberal em Minas e o compromisso com a democracia, já que “votou livremente como articulador da Convenção que escolheu Epitácio Pessoa como presidente”.²⁰

Os políticos paulistas, por sua vez, foram defendidos por intermédio de artigos nos quais se asseverava que eles não faziam “jogo político” para nomear presidentes e que tais afirmativas resultavam de uma “postura equivocada da imprensa”.²¹ Em outro artigo voltou-se a defender o papel dos paulistas na sucessão presidencial e reconheceu-se a importância do grupo na indicação do nome de Epitácio Pessoa.²² A preocupação em aproximar Epitácio Pessoa da cúpula paulista é compreensível quando se tem em vista que, em 1910, quando Rui Barbosa disputou a presidência, contou com o apoio do PRP e, a exemplo do que ocorreu na disputa com Hermes da Fonseca, o poderoso jornal *O Estado de São Paulo*, novamente, se colocou ao lado de Rui Barbosa (cf. Sodré, 1999, p.344). Assim, procurava-se deixar claro que mesmo que o opositor de Epitácio Pessoa tivesse o apoio de um dos principais órgãos da imprensa paulista, as forças políticas e econômicas de São Paulo estavam do outro lado, o que legitimava a candidatura do político paraibano.

É interessante notar, nesse momento, a publicação de textos comprometidos com a questão operária, tema dos mais candentes

20 Uma lição de democracia. *GB*, n.7, p.5, 27 mar. 1919.

21 A atitude de São Paulo no caso da sucessão presidencial. *GB*. n.3, p.10, 27 fev. 1919.

22 Pela Pauliceia e pelo Estado. *GB*, n.9, p.7, 10 abr. 1919.

na época. A conjuntura internacional, marcada pela guerra na Europa, que incentivou a substituição de importações pela Revolução de 1917 na Rússia, e as modificações econômicas em algumas capitais (principalmente o avanço do processo de industrialização, que ainda se restringia aos bens de consumo não duráveis), colaboraram para que as primeiras décadas do século XX fossem marcadas por manifestações sociais, greves e reivindicações, nas quais os operários lutavam por melhores condições de trabalho.

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores, por um lado a conjuntura econômica propícia à obtenção dos ganhos (...) por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para luta sindical (Batalha, 2000, p.39).

Grande parte das lideranças abraçou o anarquismo e o socialismo e, a partir de 1922, o comunismo, situação que alarmava as classes dirigentes do país, que tinham de enfrentar crescentes mobilizações que poderiam colocar em xeque a ordem institucional. De fato, desde os primeiros anos do século XX, ou seja, desde os primórdios do mundo industrial, registraram-se medidas repressoras que visavam resolver “o problema operário”. Nesse caso, pode-se destacar O Decreto 1.641, chamado Lei de Expulsão dos estrangeiros, do Senador Adolfo Gordo, de 1907, que “regularia a expulsão dos estrangeiros envolvidos em movimentos de contestação social que comprometessem a segurança nacional ou tranquilidade pública”, instituindo um processo sumário sem chances efetivas de defesa dos acusados (Dulles, 1977, p.28). No entanto, os piores temores pareciam ganhar concretude com as greves de 1917 e 1919, que colocaram a questão do trabalhador assalariado urbano na ordem do dia e, por conseguinte, na arena política (cf. Batalha, op. cit., p.43).

Em meio à sua campanha, Rui Barbosa (1999, p.387) proferiu, a 20 de março de 1919, a conferência “A questão social e política no

Brasil”, na qual propôs uma solução para a questão operária, reivindicando “igualdade imaginária entre trabalhador e o patrão”. *Gil Blas* também tratava da questão, mas a partir de outra perspectiva. Entre os que escreviam sobre o tema na revista estavam Delamare e Gastão Franco Amaral. Nos seus textos, insistia-se sempre na mesma premissa: o Brasil era um país livre de antagonismos de classe e para os movimentos contestatórios a receita era uma só, coibi-los “em nome da ordem”.²³ Tudo se resumia à maléfica influência estrangeira de indivíduos que nos traziam ideologias importadas, como anarquismo e o socialismo.²⁴

Se não era possível ignorar a questão operária, seus responsáveis aproveitavam para marcar sua diferença em relação à plataforma eleitoral de Rui e defender posição muito próxima à de Epitácio Pessoa. Segundo o então candidato, “as reformas sociais deviam ser fruto de uma evolução jurídica, que, de conquista em conquista, iria dando satisfação às legítimas reivindicações das classes trabalhadoras. Obra de bom governo era favorecer essas reformas, dentro de um espírito de ordem e de vigilância (...)”. (Pessoa apud Gabaglia, 1951, p.651).

Após as eleições de abril de 1919, que confirmaram a vitória de Epitácio, a postura de *Gil Blas* tornou-se ainda mais explícita. Agora, tratava-se de atacar o candidato derrotado, que não parecia conformado com os resultados e tentava inviabilizar a posse do novo presidente.²⁵ Este, por sua vez, tinha seus passos e atividades amplamente divulgados, com seus discursos na Europa, nos quais

23 Delamare, Alcebiades. Maximalismo de importação. *GB*. n.1, p.7, 13 fev. 1919.

24 Idem. Maximalismo de importação – em resposta a Astrogildo Pereira. *GB*. n.3, p.5-6, 7 fev. 1919; Amaral, Gastão Franca. A avalanche anárquica ou o novo compressor russo. *GB*, n.9, p.5. 10 abr. 1919.

25 Rui Barbosa foi condenado pela tentativa de impedir, mediante *habeas corpus*, a nomeação de Epitácio Pessoa. Ver: Terrorismo em Perspectiva, presidência ou revolução. *GB*, n.10, p.1, 17 abr. 1919. Os discursos de Epitácio Pessoa foram transcritos nos artigos: Discurso que é uma bomba. *GB*, n.15, p.2, 22 maio 1919 e A visita do Sr. Epitácio Pessoa à Inglaterra. *GB*, n.16, p.1, 29 maio 1922.

se apresentavam os projetos do próximo governo, devidamente transcritos. Epitácio Pessoa era tido como o político mais destacado do país, reconhecido pelo Congresso com indicação histórica, pois “talvez estivéssemos vendo o principal estadista da história desse país ser reconhecido”.²⁶ Em nota anônima, publicada em virtude das comemorações da posse, agendada para 28 de julho de 1919, asseverava-se que se tratava da “vitória da soberania nacional”.²⁷

Nelson Werneck Sodré (1999, p.275-6) bem assinalou que, no período em questão, marcado pela passagem da pequena para a grande imprensa, ainda subsistiam periódicos associados a indivíduos e aos seus interesses, sobretudo em “fases de inquietações políticas – as sucessões presidenciais principalmente (...)”, quando era “muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião de um jornal do que comprar o jornal”. Nesses casos os ideais subordinavam-se às relações de ordem pessoal, o que parece ter sido o caso de *Gil Blas* e Epitácio:

A preocupação fundamental dos jornais da época é o fato político. Nota-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político, ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida as questões são pessoais, giram em tornos de atos, pensamento ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou destruir um indivíduo. Tudo se personaliza ou individualiza (ibidem, p.277).

Não há evidências que comprovem que “comprou” a opinião de *Gil Blas* ou se colaborou de forma decisiva para sua circulação. Segundo Laurita Gabaglia (1951, p.441) Epitácio “não se julgou

26 Reconhecimento do Sr. Epitácio Pessoa. *GB*, n.23, p.3, 17 jul. 1919.

27 A posse do novo presidente. *GB*, n.24, p.5, 24 jul. 1919, grifo no original.

com o direito de assalariar jornais” e cita nota de Edmundo Bittencourt, diretor-proprietário do *Correio da Manhã*, jornal de oposição a Epitácio Pessoa, segundo o qual o presidente suspendeu pensões dadas aos jornais, prática até então corrente.

Na historiografia não há menção de algum órgão da imprensa subvencionado financeiramente por Epitácio Pessoa. No entanto, sabe-se que o próprio *Correio da Manhã* foi, por alguns meses, simpático ao presidente eleito, assim como o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil*.²⁸ A relação de proximidade entre esses órgãos e o Governo Federal deu-se por interesses políticos e pessoais e não, necessariamente, mediante a subvenção financeira. Assim, pode-se dizer que o aporte financeiro não era a única forma de se angariar o apoio de um jornal ou uma revista.

Porém, seja qual for a natureza da motivação, pode-se afirmar que, diferentemente do que se grafou no seu número inaugural, *Gil Blas* nasceu com viés político e com o objetivo de dar sustentação à candidatura de Epitácio Pessoa,²⁹ situação, aliás, que condiz com o primeiro subtítulo que vigorou do lançamento até o número 20, de 26 de junho de 1919, “panfleto de combate”, ou seja, combate pela candidatura e eleição de Epitácio Pessoa.

Panfleto semanal

Após a confirmação da vitória de Epitácio Pessoa nas eleições de 13 de abril de 1919, a revista partiu para uma nova fase: divulgação e sustentação política do presidente eleito. Por isso, a partir de 3 de

28 Segundo a própria Laurita Gabaglia (1951, p.434-5), essa relação de simpatia entre o *Correio da Manhã* e o presidente Epitácio se dava pela amizade de Edmundo Bittencourt e o Marechal Pessoa, sobrinho do presidente. A situação se manteve até a intervenção na Bahia, no final de 1919, quando o diretor do jornal não concordou com as iniciativas do Governo Federal.

29 O interesse em dar em *Gil Blas* ênfase às temáticas políticas foi confirmado por Álvaro Bomilcar (1926, p.25), em cuja obra salientou o intuito de “fazer da revista um esteio de propostas que impressionasse estadistas brasileiros”.

julho, algumas semanas antes de Epitácio Pessoa assumir o cargo, o subtítulo da revista mudou para “panfleto semanal”.

A tônica era salientar a capacidade política e administrativa de Epitácio Pessoa, o que era feito via reprodução dos discursos proferidos entre sua indicação e a posse no Palácio do Catete.³⁰ A revista acompanhou de perto a viagem do presidente eleito pelo exterior :

As homenagens excepcionais que os Estados Unidos estão dispensando ao nosso embaixador da paz e Presidente eleito da República repercutem no nosso país, ecoando no nosso coração, sensibilizando a alma brasileira, porque o Sr. Epitácio Pessoa representa ali a sua pátria, é a imagem da nossa inteligência e de nossa cultura, o símbolo de nossa grandeza moral.³¹

Além disso, registrou seu triunfal retorno ao Brasil, como pôde se notar na capa do número 23, de 17 de julho de 1919.

Por outro lado, insistiu-se nos ataques à campanha política de Rui Barbosa, mesmo após sua derrota, com comentários pouco lisonjeiros ao seu “Manifesto à Nação”, opúsculo pelo qual o jurista denunciou as práticas eleitorais vigentes, causa real de seu fracasso nas eleições.³²

30 Conferir: Sr. Antonio Azeredo fingindo ser chefe da política nacional. *GB*, n.21, p.5, 3 jul. 1919; A política do novo governo. *GB*, n.22, p.2, 10 jul. 1919; O regresso do novo presidente. *GB*, n.22, p.11, 10 jul. 1919; Reconhecimento do senhor Epitácio Pessoa. *GB*, n.23, p.3, 17 jul. 1919; A réplica dos triunfadores. *GB*, n.23, p.7-8, 17 jul. 1919; O regresso do Sr. Epitácio Pessoa. *GB*, n.24, p.2, 24 jul. 1919; A posse do novo presidente. *GB*, n.24, p.5, 24 jul. 1919; A posse do presidente. *GB*, n.25, p.10, 31 jul. 1919.

31 O Sr. Epitácio Pessoa nos Estados Unidos. *GB*, n.21, p.13, 3 jul. 1919.

32 O crepúsculo de um ídolo. *GB*, n.24, p.10, 24 jul. 1919. No “Manifesto à Nação” Rui Barbosa “apesar de reconhecer a vitória do adversário, protestava contra a imoralidade do processo eleitoral no Brasil e demonstrava que mesmo os resultados oficiais revelavam sua vitória nos maiores polos de desenvolvimento do país, como as 33 maiores cidades de São Paulo (...) e lembrava que, na Bahia, na capital e nas principais cidades do interior, a derrota do governo e de Epitácio fora reconhecida até oficialmente”. (cf. Gonçalves, 2000, p.160).

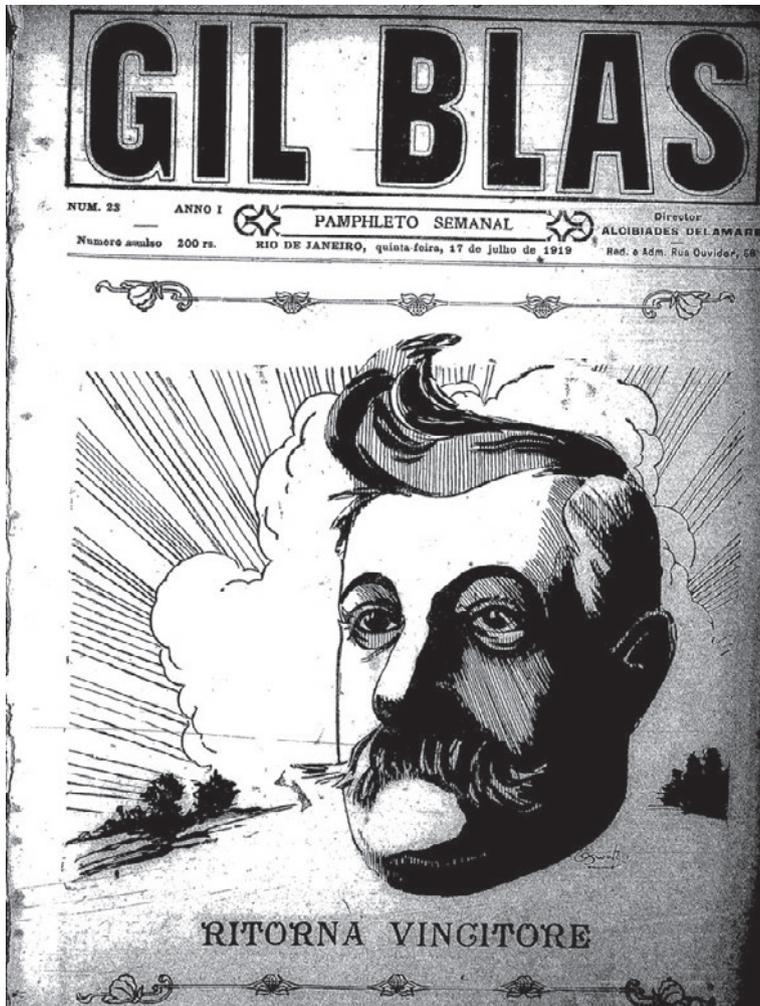


Figura 14 – *Gil Blas*, n.23, 17 de junho de 1921.

A “habilidade política” de Epitácio Pessoa era destacada e sua carreira política retomada, como ocorreu, por exemplo, em relação ao seu trabalho no Ministério da Justiça do governo Campos Sales,³³ além de se salientar a capacidade de bem escolher seus auxi-

³³ A política do novo governo. *GB*, n.22, p.2, 10 jul. 1919.

liares próximos, cujas biografias foram divulgadas em *Gil Blas*.³⁴ A polêmica escolha de civis para as pastas militares, que gerou muitas controvérsias, foi defendida de maneira incondicional no periódico.³⁵ A respeito de Padiá Cológeras, por exemplo, afirmou-se:

Deputado em várias legislaturas, ministro de duas pastas, diplomata supremo, estadista de escol, a personalidade de Pandiá Calógeras ilustrará o gabinete do Sr. Epitácio Pessoa, dando-lhe o relevo, a autoridade e o brilho, que só irradiam dos homens de talento (...) Aqui fica constatado mais esse furo de *Gil Blas* sobre a organização do futuro ministério.³⁶

É interessante notar que a nomeação de Pandiá Calógeras e Raul Soares para, respectivamente, as pastas da Guerra e da Marinha, foi apresentada, de forma festiva, em primeira mão, quase três semanas antes da divulgação oficial, o que demonstra a proximidade dos responsáveis pela publicação com o círculo do poder.

Os dados numéricos ajudam a compreender o empenho da revista: no primeiro semestre de 1919, publicaram-se em *Gil Blas* 340 artigos, sendo que 80 deles, ou seja, 24%, tinham por finalidade defender Epitácio Pessoa. Apenas três eram assinados, todos por Alcebíades Delamare; os demais eram de responsabilidade da redação. Tal situação indica que *Gil Blas* se consubstanciava não só como defensora intransigente de Epitácio Pessoa, mas também, como uma porta-voz de seu governo.

34 Dr. Alfredo Pinto. *GB*, n.25, p.2, 31 jul. 1919; Dr. Azevedo Marques. *GB*, n.25, p.4, 31 jul. 1919; Dr. Homero Batista. *GB*, n.25, p.8, 31 jul. 1919; Dr. Simões Lopes. *GB*, n.25, p.9, 31 jul. 1919; Dr. Pires do Rio. *GB*, n.25, p.9, 31 jul. 1919; Dr. Pandiá Cológeras. *GB*, n.25, p.10, 31 jul. 1919; Dr. Raul Soares. *GB*, n.25, p.12, 31 jul. 1919; O novo chefe da polícia. *GB*, n.25, p.13, 31 jul. 1919; Agenor de Roure. *GB*, n.26, p.3, 7 ago. 1919; Dr. James Darcy. *GB*, n.26, p.3, 7 ago. 1919.

35 Si non é vero. n.26, p.1, 7 ago. 1919. A situação gerou manifestações contrárias da oposição e, principalmente, de grupos ligados às Forças Armadas, que chegaram a sugerir um levante militar por serem contrários às nomeações.

36 O Futuro Ministério. *GB*, n.21, p.5, 3 jul. 1919.

É digno de nota que, em sua primeira mensagem ao Congresso, datada de 3 de setembro de 1919, o presidente chamou atenção para a necessidade de se preservar a “ordem” diante de iniciativas como greves e mobilizações trabalhistas.³⁷ Esse tom conservador foi o abraçado por *Gil Blas*, como já se teve oportunidade de destacar.

Na revista, seguia-se atacando as mobilizações e as greves e propondo-se soluções conciliadoras, que não colocassem em risco a ordem social vigente. No artigo denominado “Greve geral”, o articulista preocupava-se com uma futura mobilização de maior intensidade dos operários, citava os eventos ocorridos na Central do Brasil e criticava as greves: “(...) só uma minoria, só os parasitas e os privilegiados têm lucrado com as liberalidades do erário, fazendo da República um paraíso de meia dúzia”.³⁸

No entanto, *Gil Blas* também acolheu textos que, apesar de menos numerosos (apenas 12% do total de textos que tratavam do tema), defendiam as mobilizações operárias e chegavam mesmo a fazer apologias às iniciativas revolucionárias. Entre esses, destacam-se os de responsabilidade de José Oiticica, publicados entre junho e julho de 1919.

José Oiticica, um dos principais nomes do movimento anarquista da época, nasceu em 1882, em Oliveira, Minas Gerais. Filho de Francisco Leite Oiticica, senador da República, iniciou o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife, sendo influenciado pela “Escola do Recife”, principalmente no que se refere às ideias anticlericais deste movimento. Terminou o curso em 1902, na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, e se matriculou também no curso de Medicina, sem concluí-lo. Dedicou-se então ao magistério, fundando em 1906, com sua espo-

37 Tais propostas foram tratadas com mais vagar na mensagem enviada ao Congresso em 3 de maio de 1920. Brasil. *Congresso Nacional*. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República na abertura da terceira sessão da décima legislatura. 3 maio 1920. Disponível em: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1312/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2010.

38 A greve na Central. *GB*, n.22. p.10, 10 jul. 1919.

sa, o Colégio Latino Americano, projeto que não vingou em virtude de problemas econômicos. Exerceu, ainda, o cargo de diretor de um colégio municipal em Laguna (SC) e voltou, em 1911, para o Rio de Janeiro. A partir desse momento iniciou sua “participação junto ao movimento anarquista na Liga AntiClerical do Rio de Janeiro e fortaleceu seu posicionamento teórico com um artigo publicado no periódico anticlerical e ácrata *A Laterna*”. Ajudou a fundar e participou, no período de 1914-15, da revista anarquista *A Vida*, sendo nomeado em 1916, por concurso, professor de português do colégio Pedro II. Contudo, foi no ano de 1918 que se firmou no movimento operário, organizando o levante anarquista em novembro desse ano. Em agosto de 1919 ele fundou com Astrogildo Pereira o jornal *Spartacus*, que circulou até janeiro de 1920. Nesse momento, afastou-se da docência e voltou-se para a propaganda social, as atividades com o jornal e a autoria de peças teatrais.³⁹

Seus textos em *Gil Blas* denunciavam os interesses dos grandes conglomerados industriais nas guerras e sua ligação com os chefes de Estado dos países beligerantes, o que o levou a concluir que os grandes confrontos mundiais “têm interesses capitalistas e particulares”.⁴⁰ Escreveu, também, sobre a importância dos educadores organizarem-se em sindicatos, associarem-se a “outros operários”, como aconteceu na França, pois considerava que os professores eram “operários intelectuais que são explorados pelo capital, seja privado ou estatal” (...), salientava as altas jornadas de trabalho e as más condições de trabalho de tais mestres, “assemelhando-se muito as do operário manual”. Por isso, “devia-se articular uma união entre os dois grupos, formando um sindicato misto”.⁴¹

Nos artigos do tema *Operariado*, ele também deixou claro sua posição quando criticou uma entrevista do industrial Jorge Street,

39 Sobre a biografia de Oiticica, conferir Junior, 2009, p.26-36; Figueira, 2008, p.31-2, p.65 e p.157; e Ventura, 2006, p.125.

40 Oiticica, José. Vamos Ver. *GB*, n.24, p.3, 24 jul. 1919. Conferir também: idem. Consequências. *GB*, n.22, p.6, 10 jul. 1919.

41 Idem. Associação de professores. *GB*, n.25. p.5, 31 jul. 1919.

no jornal *O Paiz*, escrevendo que nos seus posicionamentos notava-se “iniciativas anarquistas” e questionou, “por que ele não é perseguido como tal se faz, neste momento, com todo anarquista? Será”, escreveu Oiticica, ironicamente, “pelo fato de ele ser um rico industrial e não um operário?”.⁴²

Em outros artigos, deixou patente uma postura antisemita. Em “Ingênuos”, de 12 de junho de 1919, publicado na primeira página da revista, descreveu o poder econômico e político mundial dos judeus, salientando que eles foram os responsáveis pela Primeira Guerra e encabeçavam as negociações, segundo os seus interesses, na Conferência de Versalhes.⁴³ Tais argumentos estavam em conformidade com o discurso que insistia no complô judaico mundial, divulgado por meio de texto apócrifo “Protocolos do Sábio de Sião”, publicado entre 1903 e 1907 na Rússia czarista (cf. Wiazowski, 2008, p.36). O que estava em jogo era muito mais a crítica ao imperialismo e ao capitalismo, dos quais os judeus eram tomados como símbolo, do que uma questão de cunho racial. No entanto, resta explicar a presença de Oiticica nas páginas da revista, uma vez que suas opiniões estavam longe de serem comungadas pelos responsáveis. Deve-se destacar que em 1918 ele se colocou abertamente contra Rui Barbosa:

Nesse ano, José Oiticica escreveu uma carta contra Rui Barbosa com investidas provocativas que deixavam ver a sua aversão ao Direito e as atividades decorrentes desse curso. A carta foi publicada na primeira página do jornal *Correio da Manhã*, de 26 de fevereiro de 1918, e foi redigida em protesto ao apoio que Rui Barbosa deu à candidatura de Evaristo de Moraes (...) O candidato apoiado por Rui Barbosa posicionava-se no meio operário como um socialista a ser o porta-voz dos trabalhadores. Essa posição não agradou as lideranças dos grupos libertários das quais José Oiticica era integrante (Figueira, 2008, p.31-2).

42 Oiticica. As afirmações do Sr. Street. *GB*, n.19, p.1, 19 jun. 1919.

43 Idem. Ingênuos. *GB*, n.18, p.1, 12 jun. 1919.

Essa situação pode ter colaborado para o surgimento de um convite para que participasse da publicação em junho de 1919, momento que tinha acabado de voltar para o Rio de Janeiro, devido ao seu exílio em Alagoas.⁴⁴ Assim que notou a verdadeira natureza de *Gil Blas*, deixou de colaborar no semanário.⁴⁵

No entanto, é interessante notar que ele não se constituía num caso isolado, pois Saul Navarro⁴⁶ e Alex Volga⁴⁷ também destacavam o caráter positivo das ondas revolucionárias vindas da Europa, como se lê na seção “Momento Social”, destinada a discutir a questão trabalhista e publicada a partir do número 15.⁴⁸ Além disso, chamavam a atenção para a necessidade de uma lei trabalhista que contemplasse os acidentes de trabalho, causa de invalidez e até mesmo morte, com o justo ressarcimento para o trabalhador ou sua família.⁴⁹ As greves eram comentadas como a única forma de resolver o problema operário e não faltaram explicações teóricas sobre o comunismo e o anarquismo e como tais teorias podiam contribuir

44 José Oiticica foi exilado devido ao seu envolvimento com o levante anarquista de novembro de 1918, movimento que ainda contou com o advogado baiano Agripino Nazaré e Astrogildo Pereira.

45 Oiticica era contra o nacionalismo xenófobo divulgado em *Gil Blas*: “[*Para Oiticica*] O patriotismo que justifica a guerra e o xenofobismo era condenado pelos libertários”. (Ventura, 2006, p.116, grifo nosso). Ele se colocou a par desse posicionamento em 1918, no jornal *A Rua*: “Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem. Amo o povo desta terra, a infeliz raça desprezada, amargurada na escravidão, despedaçada nas bandeiras e entradas... não sou todavia jacobino, não sou nativista, não sou xenófobo. Vejo em qualquer trabalhador, em qualquer homem digno, um compatriota”. (Oiticica apud Ventura, op. cit., p.117).

46 Navarro, S. Quem não trabalha não come!. *GB*, n.9, p.5, 10 abr. 1919.

47 Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p.319), “Em fevereiro de 1918, circulou o primeiro folheto defendendo revolução russa: *Revolução Russa e a imprensa*, assinado por Alex Pavel”, pseudônimo de Astrogildo Pereira. Pode-se levantar a hipótese de que Alex Volga possa ter sido mais um desses pseudônimos utilizados por ele para fugir da polícia. Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p.151), Alex Volga é possivelmente um pseudônimo de um intelectual anarquista.

48 Momento Social. *GB*, n.15, p.7, 22 maio 1919.

49 Volga, A. Um exemplo edificante. *GB*, n.24, p.4, 24 jul. 1919.

para as mobilizações sociais.⁵⁰ Além disso, o proletariado era convidado a participar da seção e enviar colaborações.⁵¹

Pode-se aventar a hipótese que Saul Navarro, simpatizante de esquerda e secretário-editorial da revista, tenha sido responsável por trazer nomes como Oiticica e Alex Volga para as páginas de *Gil Blas*. A admiração de Saul Navarro por José Oiticica fica evidente nessa nota publicada em *Gil Blas*:

(...) José Oiticica, ao contrário da maioria dos nossos intelectuais, se entrega ao tantalismo [sic] do pensamento, tornando a sua pena um dos maiores e mais formidáveis instrumentos da palavra escrita, a serviço de um ideal sublime de igualdade humana, pena que canta que brilha que se rebela com o mundo que sobra e é o clarão que se projeta no novo mundo que se ergue!⁵²

No entanto, textos com tal teor tiveram vida curta no semanário. Em 31 de julho de 1919, José Oiticica deixou de colaborar, Saul Navarro escreveu seu último artigo em 28 de agosto e Alex Volga em 10 de julho.⁵³ Um ou outro texto dos dois últimos ainda puderam ser encontrados na seção “Momento Social” em outubro de 1919.⁵⁴ No entanto, nesse momento, o teor da seção já era outro, pois, a partir da revista 21, de 3 de julho de 1919, “Momento Social” passou a ser composta por matérias assinadas por José Balthazar da Silveira, que defendia o caráter não revolucionário das reivindicações operárias.⁵⁵ De fato, o tom dissonante durou pouco e a temática operária

50 As explicações teóricas sobre os movimentos sociais eram dadas, geralmente, por Alex Volga. Volga, A. Momento Social. *GB*, n.16, p.3, 29 maio 1919 e idem. Momento Social. *GB*, n.19, p.6, 19 jun. 1919.

51 Momento Social. *GB*, n.15, p.7, 22 maio 1919.

52 Navarro, Saul. *GB*, n.22, p.2, 10 jul. 1919.

53 Oiticica, José. Associações de professores. *GB*, n.25, p.5, 31 jul. 1919. Navarro. Gorky. *GB*, n.29, p.10, 28 ago. 1919; Volga. Tudo nos une, nada nos separa. *GB*, n.22, p.10, 10 jul. 1919.

54 Navarro. Momento Social-Greve. *GB*, n.34, p.11, 2 out. 1919; Volga. Momento Social. *GB*, n.35, p.9, 9 out. 1919.

55 Silveira, José Balthazar. Momento Social. *GB*, n.21, p.12, 3 jul. 1919.

continuou presente, mas em outro diapasão. Os que tinham leitura diferente afastaram-se ou foram afastados do semanário.

Note-se que “Momento Social” deixou de ser publicada a partir de número 36, de 16 de outubro de 1919. Deve-se destacar que nesse mês o “movimento grevista operário, responsável pela agitação em que mergulhara o país desde o início do ano, intensificou-se (...)”. Além disso, o mês de outubro de 1919 também ficou marcado pelo comparecimento do Brasil na “Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, representado por dois delegados do Governo e um dos operários”. Questões como a “limitação do horário de trabalho a oito horas por dia, proteção ao trabalho de menores e mulheres e a saúde do trabalhador foram ali examinadas, ficando decidido que deveriam ser incluídas na legislação específica das nações industriais”, mas, na verdade, “(...) inúmeros projetos de legislação trabalhista, sistematicamente representados pelos oposicionistas Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda – sobretudo este último – não se concretizaram, demonstrando o pouco interesse do Legislativo e do Executivo em resolver tal questão” (Dias, 2001, p.4.582).

Possivelmente, devido a tudo isso, desde então, os artigos sobre a questão operária ficaram sob a responsabilidade exclusiva de José Balthazar da Silveira, que defendia um movimento operário comprometido com a ordem. Silveira argumentava que um dos principais problemas a ser resolvido por Epiácio Pessoa era o da questão social do operariado, principalmente no que se refere seu caráter revolucionário.⁵⁶

Ganhou corpo um discurso que reconhecia o problema do operariado, mas tentava circunscrevê-lo a limites bem precisos, em consonância com as primeiras propostas de Epiácio Pessoa acerca da questão operária, o que aponta, mais uma vez, para a semelhança entre as posturas de *Gil Blas* e as propostas e ações do Governo Federal.

⁵⁶ Silveira, José Balthazar da Silveira. Ligeiras considerações. *GB*, n.28, p.11-2, 21 ago. 1919 e No correr da pena. *GB*, n.44, p.12, 11 dez. 1919.

O panfleto nacionalista

No seu número 34, de 3 de outubro de 1919, *Gil Blas* circulou com um novo subtítulo: “Panfleto Nacionalista”, o que por certo não se tratava de mera formalidade. No número anterior, informava-se que a revista havia se tornado “órgão de divulgação” de um movimento nacionalista, denominado *Propaganda Nativista* (PN).⁵⁷

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p.150), a PN “pretendia entre outros pontos despertar a solidariedade entre as nações americanas, defender o mercado de trabalho para os brasileiros e regulamentar a imigração que deveria ser dirigida apenas para os serviços da lavoura”. Já Sandra Deutsch (1999, p.116) afirma que:

The *Braziléa* circle created *Propaganda Nativista* (PN) in 1919 another expression of their beliefs. Dedicated to the Jacobino hero Floriano Peixoto and composed exclusively of native-born Brazilians, the organization attracted a small group of intellectuals, professionals, and bureaucrats from various states. PN favored nationalizing retail commerce and press, limiting foreign acquisition of the real state, and raising internal loans to pay off the foreign debt and create financial independence.

A PN foi fundada em 21 de abril de 1919 por Álvaro Bomílcar e localizava-se na Rua General Câmara, n. 256, no Rio de Janeiro, juntamente com o *Grêmio Floriano Peixoto*. A ata de fundação da *Propaganda Nativista* também foi reproduzida em *Gil Blas*, número 33. Vale destacar, a data de fundação que, não por acaso, era a da Inconfidência, principal manifestação nativista brasileira. O nome do patrono do movimento, por sua vez, era Floriano Peixoto e entre os fundadores estavam: Álvaro Bomílcar (presidente); Damasceno Vieira (vice-presidente); além de Jackson Figueiredo, Domingos

57 *Propaganda Nativista*. GB, n.33. p.9, 25 set. 1919.

Castro Lopes e J. Leôncio Mouzinho.⁵⁸ O programa era composto pelos pontos abaixo reproduzidos:

1^a Trabalhar para emancipação, intelectual, econômica e financeira do Brasil (...). 2^a Propiciar o desenvolvimento das ideias democráticas e Republicanas, com as reformas constitucionais aconselhadas pela prática do regime (...). 3^a Despertar no povo Brasileiro o sentimento e as ideias de solidariedade entre os povos americanos, combatendo conseqüentemente a influência da moderna civilização Europeia. 4^a Encetar a propaganda do Brasil dentro do Brasil, de modo que o valor intrínseco de nossa raça, traduzido pelo ensino cívico, pelo livro, pelo jornal e das palavras ressalte-o aos olhos dos nossos concidadãos. 5^a Propugnar pelo artigo 3 da nossa Constituição que autoriza a mudança da capital federal para o planalto central do Goiás (...). 6^a Defender o projeto legislativo que defende a obrigatoriedade para as casas comerciais estrangeiras de terem pelo menos dois terços de empregados brasileiros natos. 7^a Trabalhar para que seja vedado ao estrangeiro o exercício de cargos eletivos e de funcionários públicos, mesmo quando se trate de naturalizados. 8^a (...) limitar ao estrangeiro a aquisição de bens imóveis. 9^a Obter as escolas de ensino superior a título de prêmios a viagem ao interior do país e aos países americanos. 10^a Combater a projetada Confederação Luso-Brasileira. 11^a Obter do poder legislativo a medida reguladora da imigração estrangeira, favorecendo somente a que se destina aos serviços da lavoura. 12^a Fazer propaganda da nossa emancipação financeira por meio de empréstimos internos permanentes. 13^a Intensificar escolas municipais, patronatos, agrícolas, estabelecimentos públicos de ensino primário e núcleos coloniais como ponto de partida de ensino cívico e propaganda de ideias nativistas. 14^a Provocar as reivindicações dos direitos do proletariado de acordo com a orientação nacionalista. 15^a Criação de uma Junta Parlamentar de Alimentação Pública com representação das classes operárias. 16^a Regulamentação dos aluguéis da casa. 17^a Adoção

58 Propaganda Nativista. *GB*, n.33. p.9, 25 set. 1919.

do princípio da Igualdade das Raças. 18ª Organização do Teatro Nacional. 19ª Incorporação da mulher como fator cívico, a esta propaganda.⁵⁹

O principal objetivo do movimento era:

(...) livrar o Brasil do “parasitismo português”, nacionalizando o comércio e a imprensa. O movimento fundou-se “sob evocação do glorioso Marechal Floriano Peixoto, o primeiro estadista brasileiro que viu (...) o perigo da infiltração do elemento português (...) que nos humilha com sua coesão, a sua imprensa e as suas riquezas.”⁶⁰

Gil Blas, número 34, acolheu *Os Mandamentos dos Patriotas Brasileiros*, organizados pela *Propaganda Nativista* com o objetivo de “formar um verdadeiro cidadão brasileiro”.⁶¹ Vale a pena acompanhar os *Mandamentos*:

1ª Amar a Pátria. Estudar sua Geografia. 2ª Prevenir-se contra as mistificações da História Pátria, orientada pelos cronistas mercenários. 3ª Saber que o Brasil, parte integrante do Novo Mundo, teve como seu descobridor Cristóvão Colombo, 1492, e seu primeiro visitador Vicente Pinzón, em Janeiro de 1500. 4ª Orgulhar-se de suas origens Americanas e saber que a mestiçagem tem produzidos vultos mais eminentes da nossa história – o que justifica o caldeamento das raças. 5ª Compreender que o Brasil está formando uma grande raça histórica com elementos étnicos americanos africanos e europeus de norte a sul. 6ª Lembrar-se que o progresso material e moral da Pátria é obra do exclusivo esforço e patriotismo dos brasileiros natos. 7ª Prezar e defender a amizade sincera dos povos americanos. 8ª Prevenir-se contra as “missões” civilizadoras, que nos chegam dos decadentes e conflagrados países

59 Ibidem.

60 Ibidem.

61 Mandamentos dos patriotas brasileiros. *GB*, n.34. p.6, 2 out. 1919.

do Velho Mundo. 9ª Acolher todavia, com urbanidade e simpatia, os forasteiros ilustres e imigrantes que vêm colaborar conosco. 10ª Colocar-se sempre que estiver em desordem ao lado da ordem constitucional e da República. 11ª Alistar-se como eleitor e comparecer às urnas. 12ª Falar e escrever em língua brasileira, isto é, em português melhorado e modificado pelos brasileirismos. 13ª Só comprar em casas estrangeiras quando não encontrar o artigo em casas nacionais. 14ª Comprar a dinheiro para não ficar na dependência do credor ou agiota estrangeiro. 15ª Preferir sempre que possível o artista ou jornalista nacional. 16ª Elevar o nível social da mulher, a fim de incorporá-la à obra grandiosa de emancipação da Pátria. 17ª Ministraraos filhos o ensino cívico, e ensinar-lhes o culto dos heróis que se sacrificaram por amor da Pátria e pela causa de sua Independência na fase colonial: Felipe dos Santos, Calabar, Beckman, Vieira de Melo, Tiradentes e outros. 18ª Estudar e reverenciar a biografia dos grandes patriotas que representam correntes políticas do Império e da República: José Bonifácio, Feijó, Pedro II, Deodoro, Benjamin, Floriano, Rio Branco e outros. 19ª Propugnar pelo artigo 3 da nossa Constituição que autoriza a mudança da capital federal para o planalto central do Goiás. 20ª Batalhar pela realização deste lema: *Brasil para os Brasileiros*.⁶²

Wilson Martins (1978, p.190) destacou que os principais pontos da *Propaganda Nativista* já haviam sido expressos por Bomílcar em suas obras. Assim, em *O preconceito de raça no Brasil* (1916), o presidente da PN atribuiu a responsabilidade do atraso econômico do país aos portugueses, sobretudo, aos da capital federal, cidade que teria “grande número de lusitanos, *infiltrados no meio social, político e econômico brasileiro*” (ibidem, p.45, grifo nosso):

Se quisermos abrir os olhos e ser justos, teremos que confessar que o judiciário, o executivo, o legislativo, a imprensa, o comércio, a indústria, as repartições públicas, a oficialidade, enfim (...) é e

62 Ibidem.

tem sido sempre monopólio dos brancos, dos descendentes próximos dos nossos honrados descobridores; os portugueses (ibidem).

Bomílcar (1916, p.16) defendia a miscigenação racial, mas alertava que o único entrave estava na contribuição vinda do branco português:

A primeira consequência (da contribuição dos negros e índios) seria o progresso, mas um progresso sem limites, porque no Brasil pode afirmar-se, sem receio de contradita, só um entrave tem embaçado o nosso progredir: a influência perniciosa do português.

Posição semelhante foi expressa em *A política no Brasil ou o nacionalismo radical* (1920), obra na qual atribuiu o atraso político e econômico brasileiro à herança do colonizador, apresentado como o responsável direto pela devastação de nossas terras, exploração do negro, do índio e, depois, dos mestiços, o que teria levado o país ao caos social, com repercussão nas esferas econômicas e políticas (ibidem, p.168, p.170 e p.175).

A proposta de Bomílcar para salvar o país estava na economia agrária, razão pela qual se posicionava a favor daqueles imigrantes que se concentravam no campo: “Aqueles que se encaminham para o interior, para a lavoura, são bem recebidos, já que ajudam a criar, crescer e produzir”. Para ele, “os cidadãos do litoral, por vaidade, copiam dos estrangeiros as exterioridades, vícios e defeitos”, ou seja, tratava-se de criticar o cosmopolitismo das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, e indiretamente, os portugueses, que se concentravam na capital federal e, sobretudo, no comércio (ibidem).⁶³

63 Segundo Eulália Lobo (2001, p.20-1), os imigrantes portugueses que chegavam ao Brasil escolhiam a cidade e principalmente o Rio de Janeiro para se concentrar: “Os portugueses, apesar da origem camponesa, procuravam evitar o trabalho rural em virtude desses escolhos e tenderam, na medida do possível, a se concentrar na cidade pioneira da industrialização, principal porto, maior antro comercial e capital do país: O Rio de Janeiro”.

O autor argumentava que o sofrimento do povo brasileiro era fruto da colonização, perpetuado pelo fato de o controle econômico do país continuar nas mãos dos portugueses (Bomílcar, 1920, p.168 e p.133). Assim, todas suas alternativas para “salvar o país”, acometido por problemas de ordens diversas, resumiam-se ao combate ao elemento português que, infiltrado na sociedade brasileira, “monopolizava jornais e revistas, manipulando a opinião pública” (ibidem, p.98-100).

Apesar do posicionamento conservador, Bomílcar (1920, p.167) insistia na educação, na saúde e na assistência ao homem do campo. Além disso, distanciou-se das posturas de intelectuais que procuravam justificar o atraso da população brasileira a partir do estigma da miscigenação. Ele salientou a necessidade de atribuir à população marginalizada socialmente o mínimo de condições de vida, pois acreditava que a reabilitação do povo brasileiro era condição essencial para fazer o país prosperar. Mas, para que isso pudesse ocorrer, para ele, dever-se-ia combater alguns inimigos da nação, como o “português explorador”. Essa era a justificativa de seu posicionamento nacionalista, combativo e lusófono.

As nacionalidades não se constituíram, não poderão jamais se constituir-se, por meras fórmulas de fraternidade, devotamento e sentimentalismo para com os troncos de que procedem, mas por atos viris de patriotismo, coragem, firmeza, individualizantes de seu povo, de sua terra, de sua história e de novo ambiente político (ibidem, p.167).

Somente pela via de um nacionalismo combativo o Brasil poderia, enfim, desfrutar de autonomia também econômica, já que o país estava preso aos interesses de exploradores internacionais, principalmente, portugueses. Esse era o ponto principal de seu discurso que foi reproduzido em *Gil Blas*.

Bomílcar tornou-se colaborador da revista em julho de 1919 e foi o responsável por assinar o maior número de textos com foco no

nacionalismo (6,4% do total dos artigos sobre o tema e 4,2% dentre os assinados) que, vale destacar, em geral não traziam assinaturas. Na revista continuou a insistir nos problemas provenientes do monopólio da imprensa fluminense pelos portugueses, que faziam os brasileiros acreditarem na sua inferioridade. O caráter liberal da Constituição de 1891 era apontado como causa dessa situação, pois permitia que estrangeiros fossem proprietários de empresas jornalísticas.⁶⁴

Juntamente com ele, nomes pouco expressivos no cenário intelectual e jornalístico da época, como Raymundo Magalhães e o pastor presbiteriano Themudo Lessa, responsabilizaram-se pela questão no semanário (assinaram, respectivamente, 5,7% e 4,3% dos textos sobre o tema e 3,9% e 2,7% das matérias assinadas).⁶⁵ Deve-se destacar, ainda, a participação de Alcebíades Delamare, que respondeu por 1,4% dos artigos que tratavam da questão nacional.

A atração do diretor da revista pelo nacionalismo fica evidente em seus livros. Em *Primeiros ensaios* (1909), sua obra de estreia, Delamare comentou ensaios de dois intelectuais brasileiros do começo de século XX, *Estudo e escritos*, do poeta Augusto Franco, e *Allemanismo* [sic] *no Sul do Brasil*, de Silvio Romero. Neles deixou evidente a preocupação com a construção de uma identidade nacional brasileira que deveria ser imune à influência estrangeira, razão pela qual criticou Augusto Franco, cuja obra inspirou-se no intelectual alemão Alfred Klaar:

64 Bomilcar, Álvaro. Verdades mal conhecidas. *GB*, n.23. p.2, 17 jul. 1919 e A imprensa “brasileira” no Rio de Janeiro. *GB*, n.25. p.3, 31 jul. 1919.

65 Raymundo Magalhães, pai do escritor Raymundo Magalhães Jr., da Academia Brasileira de Letras, nasceu em Ubajara, Ceará, em 1885 e morreu em 1928. Foi poeta, jornalista e publicou a obra *Vocabulário popular* em 1911. Vicente do Rego Themudo Lessa (1874-1939), pai do romancista Orígenes Lessa, nasceu em 1874, morreu em 1939 e participou do movimento que fundou a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil e destacou-se como o primeiro historiador do presbiterianismo no Brasil. Em 1938, lançou *Os anais da 1ª Igreja Presbiteriana do Brasil*.

(...) achamos exageros o amor e a admiração do talentoso escritor mineiro pela Alemanha (...). Não só a velha Germânia pode-se ufanar de grandes escritores (...) o nosso Brasil pode sustentar grandes talentos (Delamare, 1909, p.26).

Pelas mesmas razões, endossou as posições de Silvio Romero, que denunciou a colonização alemã no Sul do Brasil e seus perigos para afirmação da cultura brasileira (ibidem, p.93).

Entre 1918 e 1920, escreveu três livros, reunidos na série Epanaphoras Sociais. No primeiro, *Pelo congresso de jornalistas*, defendeu a importância de uma imprensa essencialmente brasileira; no segundo, *Em conquista da cátedra*, publicou os textos “Economia política” e “Direito administrativo”, apresentados à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, como parte da prova de ingresso na instituição. No terceiro livro, *Pela imprensa provinciana*, voltou a comentar o papel da imprensa no Brasil e atacar a inserção estrangeira nos meios de comunicação, principalmente fluminenses.⁶⁶

Como Bomilcar, Delamare transpôs o discurso nacionalista de suas obras para as páginas de *Gil Blas*, salientando “o problema” do monopólio da imprensa, da economia e da cultura brasileiras, por estrangeiros, especificamente, portugueses.⁶⁷

A adesão e divulgação do programa da *Propaganda Nativista* e a divulgação de um discurso nacionalista testemunham uma guinada de *Gil Blas* em direção ao nacional, e não por acaso seu novo subtítulo fez jus às novas preocupações abraçadas. Após se tornar “Panfleto Nacionalista”, em outubro de 1919, cresceu de modo significativo o número de textos de rubrica *Nacionalismo* que, aliás, perfez quase um terço de tudo que foi publicado. A maior parte dessas matérias (64,6%) não continha assinatura, ou seja, estava a

66 Conferir: Delamare, 1926, p.4; Epanaphoras Sociais. GB. n.31, p.9, 11 set. 1919.

67 Delamare, Alcebiádes. Ainda confederação. GB, n.46, p.2, 23 dez. 1919.

cargo da redação, ou melhor, dos responsáveis pelo periódico. Não era diversa a situação das novas seções que surgiram em agosto de 1919, “Pensamentos Nacionalistas” e “No convívio dos pais da Pátria”, que também não traziam assinatura.

“Pensamentos Nacionalistas”, com seis ocorrências, publicava excertos de textos retirados de obras de renomados intelectuais como Alberto Torres e Afonso Celso, ou de políticos como Floriano Peixoto. O tema era a questão nacional, a formação do território brasileiro e a identidade nacional. Em “No convívio dos pais da Pátria” noticiava-se o dia a dia do Congresso Nacional, com ênfase em leis que poderiam contribuir para o engrandecimento da nação. A seção figurou 19 vezes no último semestre de 1919.

Na revista levou-se a cabo também, a partir de fins de julho de 1919, uma campanha nacionalista⁶⁸ que se estendeu por vários meses e que foi apresentada como “uma obrigação do povo brasileiro”.⁶⁹ A campanha consistia num rol de artigos de tons lusófbos, nos quais se reivindicava a nacionalização da indústria, comércio, imprensa, língua falada e escrita e do teatro. Como de hábito a grande maioria destes textos (72%) não era assinada. Insistia-se no fato de que as empresas internacionais só desejavam explorar a mão de obra e os recursos naturais brasileiros, pouco se importando em beneficiar o país. Reivindicava-se uma lei de nacionalização que coibisse o monopólio de setores da economia brasileira por capitais estrangeiros. O alvo principal eram os portugueses, que controlavam a indústria.

No entanto, a série contra a Light, empresa canadense responsável pela telefonia e pela distribuição de eletricidade no Rio de Janeiro e em São Paulo, também ganhou demasiado espaço na revista. Os ataques à empresa canadense começaram nos primeiros números de *Gil Blas* e cresceram no decorrer do segundo semestre de 1919, quando se propugnava pela não renovação dos contratos com a multinacional. A Light era denominada “Polvo Canadense”,

68 As nossas campanhas. *GB*, n.24. p.1, 24 jul. 1919.

69 A questão nacionalista – A minha profissão de fé. *GB*, n.36. p.2, 16 out. 1919.

em alusão ao molusco que, com seus tentáculos, abraçava toda a economia.⁷⁰

A discussão sobre nacionalismo e industrialização brasileira no começo dos anos 1920 merece um parêntese. Nesse momento, o setor industrial do país, ainda, era dependente da economia cafeeira e caracterizado por indústrias leves como a têxtil, a de vestuário e alimentícia. No entanto, com a Primeira Guerra cresceu a necessidade de se criar uma indústria de base (cimento, aço, energia, produtos químicos), situação que se perpetuou após o conflito. No Brasil, a saída para se investir em tal segmento era o apoio de investimento externo, que sempre ocorria em troca de concessões de exploração da matéria-prima nacional (cf. Silva, 1997, p.15-7).

Os críticos nacionalistas endossavam o discurso de Alberto Torres, que se posicionava contra essa exploração concedida das nossas riquezas naturais, chegando-se mesmo a se colocar contra a indústria nacional e defender a manutenção de uma economia rural.

Foi preciso que a República atingisse a maioria, para que se nos apresentasse a perspectiva de ver instalar, entre nós, colônias de mineração como as da África do Sul, monopólios industriais e agrícolas, extensas regiões entregues à exploração alheia, estradas de ferro marginadas de vastas zonas de influência estrangeira, toda a perspectiva de uma rede de viação férrea destinada a realizar a obra, absolutamente destituída de base e de necessidade econômica, de um aparelho de circulação continental interna; externas culturas de borracha, entregue a estrangeiros, na Amazônia; o escândalo inqualificável do enfeudamento da indústria pastoril a um sindi-

70 Ver Pandemônio da Light. *GB*. n.6, p.9, 20 mar. 1919. Conferir também o artigo Prepotências da Light. *GB*, n.5, p.7, 13 mar. 1919, no qual os seus serviços foram considerados onerosos para os cofres públicos, e O Polvo Canadense estende seus tentáculos. *GB*. n.6, p.9, 20 mar. 1919, no qual se criticava a Light e a inserção de capital estrangeiro na economia brasileira. Além da série O Polvo Canadense, publicada em: *GB*, n.20, p.1, 26 jun. 1919; *GB*, n.22, p.3, 10 jul. 1919; *GB*, n.23, p.5, 17 jul. 1919; *GB*, n.25, p.7, 31 jul. 1919; *GB*, n.56, p.5, 4 mar. 1920.

cato; a eventualidade da concentração do comércio de cafés, em mãos de comerciantes forasteiros, o estabelecimento de bancos hipotecários, munidos de favores e privilégios, que a Turquia não concederia, talvez (Torres, 1933, p.198).⁷¹

Casos como o da Light e o da Itabira Ore Company, detentora das ações da Estrada de Ferro Vitória a Minas, ambas com participação do industrial norte-americano Percival Farquhar, faziam que os nacionalistas brasileiros projetassem o monopólio estrangeiro sobre todas as futuras indústrias do país.

É interessante notar que, diferentemente do que se afirmava na revista, a partir dos anos 1920, o predomínio do capital estrangeiro na economia brasileira estava longe de ser português. De fato, passou da mão dos ingleses para a dos norte-americanos (cf. Rodrigues, 1997, p.21). Segundo Eulália Lobo (2001, p.31-2), essa participação do capital português era restrita ao comércio e ao pequeno parque industrial do Rio de Janeiro.

As duas maiores fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, a América Fabril e a Petropolitana, tinham como acionistas comerciantes portugueses (...). Os portugueses também se destacavam em outros ramos industriais. O imigrante Albino Souza Cruz montou a primeira fábrica de cigarros em 1903 (...). Em 1914 a Souza Cruz se tornou sociedade anônima, no entanto Albino de Souza Cruz continuou presidente. No fim da vida regressou para Portugal. A fábrica de gelo Santa Luzia de propriedade do português Bernardino Ferreira da Costa e Souza (...) era considerada das mais modernas.

Na melhor das hipóteses, a campanha de nacionalização da indústria divulgada em *Gil Blas* ganhava algum sentido na Capital

71 Deve-se levar em conta que Alberto Torres “agiu como um catalisador de tendências da intelectualidade de seu tempo” e que seu pensamento nacionalista influenciou boa parte de empreendimentos, iniciativas e grupos nacionalistas surgidos nas quatro primeiras décadas do século XX. (Skidmore, 1976, p.118-23).

Federal (que na época passava por uma grave crise inflacionária), mas não tinha alcance nacional. Daí a insistência em prol da nacionalização do comércio e o ataque aos portugueses, que tinham uma acentuada participação desse ramo no Rio de Janeiro. O argumento, na maioria das vezes, era que os portugueses “não se estabeleciam no campo” e o comércio, principalmente do Distrito Federal, estava basicamente em suas mãos.⁷² Publicou-se até mesmo uma lista de casas de comércio portuguesas no Rio de Janeiro nas quais “o verdadeiro cidadão brasileiro não deveria comprar”.⁷³

No que se refere à indústria, o ataque recaía também no *Centro de Fiação e Tecelagem*, associação de donos de indústrias têxteis localizada no Rio de Janeiro, controlada por Lourival Fontes que, segundo a revista, seria o representante dos interesses lusitanos na indústria brasileira.⁷⁴

Não se mencionavam outras etnias, também presentes em atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro, tampouco era diversa a cantilena quando se tratava da imprensa.⁷⁵

O Elemento português é o senhor absoluto da imprensa e do comércio (...). O capitalismo português, por meio do suborno, influi poderosamente no Congresso brasileiro. Por outras palavras. O lusitano, nosso inimigo secular, está de posse do cérebro, do

72 A nacionalização do comércio. *GB*, n.35, p.2-4, 9 out. 1919.

73 Cadastro comercial brasileiro. *GB*, n.37, p.5, 23 out. 1919; A nacionalização do comércio. *GB*, n.35, p.2-4, 9 out. 1919 e A nacionalização do comércio através do prisma de um sociólogo consumado. *GB*, n.36, p.3, 16 out. 1919. Já nas décadas de 1820, 1830 e na Revolta da Praieira de 1848 reivindicava-se a exclusividade do comércio de retalho para os brasileiros. Responsabilizavam-se os lusos pelo preço elevado dos gêneros básicos, nacionais e importados, por venderem a crédito e exigirem juros. Conferir Ribeiro, 1990, p.16 e Lobo, 2001, p.27 e p.34.

74 Conferir a série As manobras do Sr. Lourival Fontes, publicada em: *GB*, n.29, p.4, 28 ago. 1919; *GB*, n.30, p.6, 4 set. 1919; *GB*, n.31, p.1, 11 set. 1919; *GB*, n.32, p.7, 18 set. 1919; *GB*, n.33, p.5, 25 set. 1919; *GB*, n.34, p.5, 2 out. 1919.

75 Os verdadeiros “indesejáveis”. *GB*, n.36, p.13, 16 out. 1919; Supremo ultraje. *GB*, n.37, p.4, 23 out. 1919 e O castigo de um indesejável. *GB*, n.38, p.3, 30 out. 1919.

estômago e do coração do país !!! O lusitano está de posse das forças vitais do Brasil !!!⁷⁶

A presença dos portugueses no comércio e na imprensa era uma realidade na cidade do Rio de Janeiro, muito diferente, por exemplo, dos imigrantes italianos ou japoneses que chegavam a São Paulo. A experiência prévia dos imigrados e a urbanização da capital federal levavam os portugueses a se concentrarem na cidade, onde alguns atingiram o sucesso econômico e diversificaram seus investimentos, entre os quais estava a imprensa. Especialistas do tema salientam que a inserção dos portugueses no mundo dos impressos também se constituía numa tentativa de inclusão e aproximação ao cotidiano da sociedade brasileira.⁷⁷ Seja como for, tal situação assumia outros sentidos e alimentava sentimentos antilusitanos.

No que se refere à campanha de nacionalização do teatro, a questão também desembocava em leitura idêntica. Argumentava-se que as peças encenadas eram, na sua maioria, portuguesas, o que, nas páginas de *Gil Blas*, era apresentado como o atestado mais gritante da falta de incentivos a grupos e obras brasileiras:

Os artistas portugueses destacaram-se no teatro brasileiro no final do século XIX e começo do XX. Muitas vezes organizavam companhias teatrais, eram encenadores e até autores de peças. Atuavam na revista, na comédia e no drama. No Brasil, faltavam na época escolas dramáticas para formação dos artistas, que aprendiam na prática, ao passo que em Portugal havia escolas e teatros tradicionais. Eram também raras as salas de teatro adequadas no Brasil. Alguns artistas portugueses formaram-se amadoristicamente no Brasil, vindo para o país como menores. Outros foram contratados já como profissionais consagrados (...). Alguns artistas

76 Supremo ultraje. *GB*, n.37, p.4, 23 out. 1919.

77 Ver Sodré, 1999, p.279; Edmundo, 1938, p.1.055-77; e Oliveira, 2005, p.143-61 e p.153-4.

portugueses emigravam por motivos econômicos, outros por motivos políticos (Lobo, 2001, p.76).

Tal contexto deu margem a uma onda de propostas nacionalistas:

(...) o teatro novo concretizou-se por volta de 1920, após a grande guerra que representou ruptura temporária com a Europa, provocou expansão urbana considerável e propiciou um espírito nacionalista. Apesar da rejeição da tutela lusa, o teatro nacional ainda tinha ligação forte com Portugal, como se pode observar nas direções e elencos das companhias de vanguarda. (Galante apud Lobo, 2001, p.79-80)

Nesse contexto, o deputado Maurício de Lacerda propôs ao Congresso, em 1919, uma lei de nacionalização do teatro. Em *Gil Blas* havia seção específica para tratar do teatro, de responsabilidade de Ibsen, pseudônimo bem apropriado à temática. Entre outras propostas, clamava pelo incentivo ao teatro brasileiro.⁷⁸ No entanto, a problemática também integrou a campanha nacionalista, sob o argumento de que os portugueses monopolizavam nossa cultura.⁷⁹

Outro aspecto defendido em *Gil Blas* foi a adoção de uma língua brasileira, questão que era discutida desde o Império por José Bonifácio e que ganhou força com José de Alencar e o Romantismo. Nessa época, o tema “invadiu jornais e revistas que passaram a manter seções especializadas, na discussão de pontos controversos, com o intuito de estabelecer como se deveria falar ou escrever” (Luca, 1999, p.243).

Ter uma língua própria era considerado indício de libertação da herança cultural portuguesa e de independência nacional, o que

78 Conferir a seção “O Teatro”, assinada por IBSEN, publicada em: *GB*, n.8, p.8, abr. 1919; *GB*, n.17, p.7, jun. 1919; e *GB*, n.19, p.3, jun. 1919.

79 Sobre o projeto de nacionalização do teatro apresentado pelo deputado Maurício de Lacerda, conferir: Nacionalização do nosso teatro. *GB*, n.36, p.6, 16 out. 1919.

estava longe de ser uma apreensão unânime entre os intelectuais da época. A disputa, travada desde o século XIX, apartava puristas ou legitimistas, defensores da linguagem culta, e “aqueles que combatiam o apego ao formalismo e academicismo, advogando a legitimidade dos brasileirismos e das construções populares” (ibidem).

As páginas de *Gil Blas*, como de boa parte das revistas da época, serviram de palco para tal combate. Diferentemente de outras campanhas, que se particularizaram pelo anonimato de seus autores, a da nacionalização da língua falada e escrita no Brasil foi liderada por Álvaro Bomílcar, cujas ideias se contrapunham a Afrânio Peixoto, que criticava os nativistas de “ontem e de hoje desejosos de emancipar-se de um jugo tão honroso para nós”.⁸⁰

Tal discussão ocupou cinco números de *Gil Blas* e levou o título de *A Língua Portuguesa no Brasil*. Localizada na primeira ou segunda página da revista, tal defesa desdobrou-se na crítica à colonização portuguesa e na tentativa de recolonização, apoiada por “nossos intelectuais” e “por atitudes como de Afrânio Peixoto e João do Rio, defensores da cultura e da herança lusitana”.⁸¹

Entre os que se engajaram nas campanhas havia aqueles que defendiam a necessidade de transferir a capital para o Planalto Central,⁸² como pedia o artigo 3º da Constituição Federal de 1891.⁸³ Mas havia outras justificativas, como a de que o Rio de Janeiro

80 Peixoto, Afrânio apud Bomílcar, A. *A Língua Portuguesa no Brasil*. *GB*, n.36, p.1, 16 out. 1919.

81 Bomílcar. *A Língua Portuguesa no Brasil*. *GB*, n. 36, p.1, 16 out. 1919. O atrito entre Bomílcar e Afrânio Peixoto (que representava a Academia Brasileira de Letras), por conta do acordo ortográfico, foi apontado por Augusto César Freitas (1999, p.11-2) como um dos fatores que afastaram Bomílcar e seus companheiros das “pretensões à Academia Brasileira e impele-os a formar grupos mais independentes (...)”.

82 Conferir a série *A mudança da Capital da República*, publicada em, *GB*, n.22, p.2, 10 jul. 1919; *GB*, n.23, p.3, 17 jul. 1919; *GB*, n.25. p.9, 31 jul. 1919.

83 Conferir: Brasil. Poder Legislativo. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891. *Diário Oficial da União*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento. Acesso em: 20 jul. 2009.

mantinha seu ar colonial e que se constituía num espaço com “herança lusitana marcante”, na sua cultura e arquitetura.⁸⁴

Por outro lado, deve-se notar que algumas iniciativas que figuravam na campanha nacionalista de *Gil Blas*, caso da nacionalização do comércio, do teatro e mudança da capital federal, estavam em consonância com discussões políticas e parlamentares então em curso.⁸⁵ Outras, como a nacionalização da imprensa e o traslado dos restos mortais do Imperador Pedro II, transformaram-se em projetos de leis, referendados por decretos do Executivo, ao longo da administração federal de Epitácio Pessoa (cf. Gabaglia, 1951, p.617-57).⁸⁶ Nas páginas da revista, chegou-se mesmo a creditar tais medidas às lutas travadas pelas páginas da revista, sob o argumento de que “era resultado do sucesso e da credibilidade das iniciativas nacionalistas feitas em *Gil Blas*”, salientando-se que as campanhas nacionalistas defendidas por *Gil Blas*, como nacionalização do comércio e “as propostas contidas na *Propaganda Nativista*, tiveram uma grande repercussão, esgotando os três últimos números da revista”.⁸⁷

Em nota sem assinatura, de setembro de 1919, informava-se aos leitores que a redação de *Gil Blas* recebeu cartas anônimas, que

84 Mudança da Capital. *GB*, n.46, p.8, 23 dez. 1919.

85 Sobre o projeto de mudança da capital federal – apresentado pelo Senador Justo Chermont –, conferir a série Mudança da Capital, publicada em *GB*, n.43, p.13, 4 dez. 1919 e *GB*, n.46, p.8, 23 dez. 1919. Em relação ao projeto de lei apresentado pelo Deputado Camillo Prates sobre a nacionalização do comércio, conferir a série Nacionalização do comércio publicada em *GB*, n.36, p.11, 16 out. 1919 e *GB*, n.37, p.11, 23 out. 1919; além de Moralizando a função legislativa. n.38, p.8, 30 out. 1919 e A campanha nacionalista na Câmara. *GB*, n.43, p.14, 4 dez. 1919. Já sobre o projeto de nacionalização do teatro apresentado pelo deputado Maurício de Lacerda, conferir: Nacionalização do nosso teatro. *GB*, n.36, p.6, 16 out. 1919.

86 Sobre a campanha de transladação dos restos mortais de Pedro II, conferir a série Trasladação dos restos mortais de Pedro II, publicada em: *GB*, n.22, p.5, 10 jul. 1919; *GB*, n.23, p.5, 17 jul. 1919; *GB*, n.25, 31 jul. 1919; *GB*, n.31, p.1, 11 set. 1919.

87 Nacionalização do Comércio. *GB*, n.37, p.11, 23 out. 1919.

ameaçavam a revista pelo “seu posicionamento e por sua campanha nacionalista, que estava ganhando repercussão política”.⁸⁸ Porém, asseverava-se que ameaças não a fariam recuar: “pelo contrário, a partir deste momento é que a revista iria deixar mais evidente seus intentos, que cada vez mais estavam ganhando conotação oficial”.⁸⁹

A relação entre iniciativas políticas federais e campanhas nacionalistas da revista constituiu-se num aspecto essencial para esclarecer por que a questão nacional foi, gradualmente, tomando conta do semanário, em compasso com a nomeação e, depois, com a posse de Epi-tácio Pessoa.

O fato de os ideais de *Gil Blas* estarem alinhados com as propostas governamentais revela que não foi coincidência que a divulgação do nacionalismo ganhasse força no semanário assim que Epi-tácio Pessoa assumiu o cargo, em julho de 1919. Vale destacar que as diretrizes do novo governo foram divulgadas em 3 de setembro, enquanto o projeto nacionalista ganhou espaço a partir do exemplar de 4 de setembro de 1919, momento em que tais textos superaram, em termos quantitativos, os de outras temáticas. Na carta enviada ao Congresso, logo após ser nomeado candidato pela Convenção, Epi-tácio (1925, p.55-56) afirmava:

Temos nós brasileiros o mau veso de descreer do nosso futuro, de deprimir o que nos pertence, amesquinhar as nossas instituições, desacreditar os nossos serviços, difamar os nossos homens. Empenhemo-nos todos, senhores, com a maior energia, em corrigir esse hábito, deplorável, tão surpreendente numa nação nova e viril. Tenhamos todos no seu justo valor e merecido apreço ao nosso patrimônio moral, constituído de leis e instituições que atestam a mais adiantada cultura, de homens públicos que nada têm de invejar aos de outras terras em inteligência, em operosidade e em caráter.

⁸⁸ Pulhas! Pixotes!. *GB*, n.31, p.11, 11 set. 1919.

⁸⁹ *Ibidem*.

Laurita Pessoa (1951, p.647) confirma que a ênfase em um programa nacionalista para o Brasil ganhou “função providencial durante a presidência”:

É preciso acrescentar ainda, naturalmente, aos seus títulos de administrador, o fervor de patriotismo que sempre o inspirou. Naqueles três anos e meio em que se viu responsável pelos destinos do país, ele quis o bem da pátria com a vontade firme e verdadeiramente apaixonada. Não quer isto dizer que a ideia de pátria não lhe falasse à sensibilidade; ao contrário, empolgava-o e, por mais de uma vez, inspirou-lhe palavras de grande e sincera eloquência.

Segundo a autora (*ibidem*, p.649), tal situação fez que militantes nacionalistas, entre eles Delamare, se aproximassem de Epi-tácio:

Não tardaram os militantes nacionalistas em acercar-se do Presidente Epi-tácio e apoiar-lhe o governo, uns mais restrita, outros incondicionalmente. À testa desses, encontrava-se Alcebíades Delamare. Espírito ardente e generoso, capaz de entusiasmos cavaleirescos como de irredutíveis intransigências, Delamare vira no Presidente de então o chefe de Estado de seus sonhos, justamente pelo sentido moral e de consciência que Epi-tácio dava a governar. Penso que na admiração sem limites e toda desinteressada que lhe votou desde a presidência, já havia o germe da amizade profunda que o uniu mais tarde a Epi-tácio Pessoa, mau grado a diversidade de crenças, de idade e de temperamento – amizade que Delamare soube alimentar com admirável fidelidade, até a morte do ex-Presidente e, depois dela, pelo culto à sua memória. Aproximaram-se, pois, de Epi-tácio Pessoa, os nacionalistas e fizeram-se os defensores mais calorosos de sua política e administração.

É evidente que a afinidade de propostas entre Delamare e Epi-tácio facilitou tal aproximação, mas, diferentemente do que afirma

Laurita Gabaglia, essa justaposição ocorreu antes do político parai-bano assumir a Presidência da República. Delamare, juntamente com o grupo de *Gil Blas*, o apoiava antes mesmo de ser confirmado como candidato na Convenção. Talvez houvesse entre o diretor da revista e o político algo além da admiração pessoal e do compartilhar de posturas nacionalistas: de ambos os lados havia interesses diversos, por isso *Gil Blas* apoiou Epitácio mesmo antes de ele ser indicado.

Por certo, o presidente tinha interesse em contar com apoio de uma revista que divulgasse seu governo, sua imagem e para combater os órgãos da imprensa que lhe faziam oposição.⁹⁰ Por outro lado, os responsáveis pela publicação anteviam a oportunidade de contar com o poderoso apoio do Governo Federal para implementar suas propostas que julgavam em sintonia com aquelas advindas do poder. Segundo a biógrafa de Epitácio, este “(...) apoiou com calor o movimento [*capitaneado por Delamare*], a ponto de ser cognominado presidente nacionalista (...)” (Gabaglia, 1951, p. 649-50, grifo nosso).

No entanto, o nacionalismo marcadamente antilusitano, que passou a ocupar as páginas de *Gil Blas*, nem sempre esteve em sintonia com o entendimento de Epitácio.

É certo que a relação tensa entre brasileiros e portugueses não se originou nesse período, antes pode ser remetida ao processo de independência e ao Primeiro Reinado (cf. Ribeiro, 2002, p.27-143). Para ficar apenas no período próximo à circulação de *Gil Blas*, vale destacar que durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-91), a crítica ao elemento português confundiu-se com o repúdio aos monarquistas e era constantemente relacionada ao radicalismo dos que trabalhavam pela consolidação do novo regime.

90 A oposição a Epitácio Pessoa teve duas vertentes, uma política e outra jornalística. Entre os jornais cariocas que lhe fizeram oposição estavam *O Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Vanguarda*. (Gabaglia, op. cit., p.433).

Tais manifestações, denominadas jacobinismo, ganharam contornos mais claros no governo de Floriano Peixoto (1891-93), com forte orientação nacionalista.⁹¹ A Revolta da Armada (1893) acentuou o caráter antilusitano de certos setores, uma vez que a repressão foi justificada frente aos objetivos monárquicos do motim, que teria contado com o apoio de Portugal. A partir de então, o português representava não apenas o atraso colonial, mas também um possível agente desarticulador do regime republicano.

Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p.88), o jacobinismo no final do século XIX figurou como uma alternativa para as reivindicações das classes populares:

(...) a corrente do jacobinismo seria um dos grandes catalisadores do mal-estar geral disseminado na população carioca. Sua plataforma de arregimentação e combate quase que se resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido no estado de sítio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo gênero de insatisfeitos, aventureiros, oportunistas, particularmente os funcionários públicos dos escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos (...) As suas preocupações obsessivas eram desalojar os portugueses enquistados na administração pública com a “grande naturalização” do governo provisório, acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis e, ato final, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades.

91 Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990, p.92), o termo *jacobino* no Brasil foi atribuído a um projeto Republicano que se contrapôs à proposta dos cafeicultores e que se distinguiu pelo militarismo, nacionalismo e posicionamento antioligárquico. Sobre o *jacobinismo* conferir também Sueli Robles (1987, p.17-80) e Eulália Lobo (2001, p.27).

O crescimento da imigração portuguesa, por sua vez, parecia ameaçar os trabalhadores do Rio de Janeiro, frente à competitividade instaurada no mercado de trabalho.⁹²

Gladys Sabina Ribeiro (1990, p.9-10) salienta que o antilusitanismo foi alimentado por conflitos dessa natureza, pois os portugueses, que vinham “fazer a América”, sujeitavam-se às condições não aceitas pelos brasileiros. Diferentemente de parcelas significativas da população fluminense, prosperavam economicamente e socialmente, adquiriam imóveis e centros comerciais, o que gerava ressentimentos que foram o ponto de partida para a construção do estereótipo do português explorador e responsável pelos males da população do Rio de Janeiro:

Os portugueses foram os “bodes expiatórios” responsabilizados pelas crises econômicas da República iniciante. Eram considerados culpados e acusados de explorarem a população cobrando aluguéis extorsivos e juros alucinantes sobre dinheiros emprestados, bem como roubando nos pesos e nas medidas, nas vendas, fregueses, botequins, quiosques e casas de pasto. Caracterizados como intermediários, pesavam-lhes sobre os ombros a carestia e a vida surrada das camadas populares. (ibidem, p.13)

Tais representações ganharam espaço entre intelectuais da envergadura de Raul Pompeia e Gonzaga Duque e foram divulgadas, ainda no século XIX, por jornais e revistas da época, como *O Jacobino* e a *Bomba*. (cf. Sodré, 1999, p.265; Oliveira, 1990, p.93-4; Lobo, 2001, p.27-8.

Na década de 1920, com a intensifica o do nacionalismo, num contexto de crise econômica, fruto das dificuldades atravessadas

92 Segundo Gladys Sabina Ribeiro (op. cit., p.9), “entre 1884 e 1930 entraram quatro vezes mais portugueses que entre 1820 e 1883”, e para Len  Medeiros de Menezes (1996, p.71), “na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, os quantitativos relativos aos portugueses mantiveram-se acima de 70% do conjunto total da popula o estrangeira registrada nos censos relativos   capital”.

pela economia cafeeira, que tornava ainda mais gritante a desigualdade social e o desemprego, saiu-se em busca de responsáveis pelos males do país.

Vários foram os fatores que se conjugaram na construção desta visão apocalíptica lançada sobre os imigrantes, até a data muito recente, considerados agentes do progresso e da civilização. Numa dimensão política, ela era fruto da existência de uma república oligárquica que tinha na exclusão uma de suas principais características, e que tendia a ver com muita apreensão a projeção dos segmentos populares no cenário político (...) Num plano mais geral, o discurso enquadrava-se num contexto de afirmação nacional, que passava pela definição da brasilidade através da alteridade. Esta foi uma construção eminentemente política, que transformou o estrangeiro na antítese do modelo que se buscava consagrar, refletindo as dificuldades existentes na moldagem de uma consciência nacional, numa terra de ex-escravos, com percentual significativo de imigrantes, grande parte dos quais portugueses (Menezes, op. cit., p.189).

Esse clima possibilitou o ressurgimento do jacobinismo enquanto vertente do nacionalismo nativista, particularmente forte no Rio de Janeiro. O posicionamento crítico em relação aos portugueses, que nunca deixou de existir, ganhou ainda mais força justamente no lançamento de *Gil Blas* e vinculou-se a um nacionalismo extremado, que visava forjar as singularidades de uma identidade, ainda em construção.

Na revista defendia-se que o Brasil deveria distanciar-se de qualquer identificação com o Estado português e a ex-metrópole exploradora. Temia-se nesse caso um processo de recolonização do Brasil. À dependência econômica, que se julgava ainda existir, aliava-se o temor à política, daí as campanhas contra o controle econômico e uma suposta Confederação Luso-Brasileira, que acreditavam teria, inclusive, a intenção de recolonizar o Brasil. Tal crítica ficou evidente no artigo “Ilusão patriótica”, em que o autor, se

autodenominando Álvaro Tupinambá, afirmou que: “(...) devemos construir o patriotismo para poder construir um país forte e se desvincular dos vícios que herdamos” da colonização, (...) “resgatar a força que temos em nossa raça miscigenada, pois só desta forma conseguiremos a verdadeira autonomia (...) porque, a rigor, somos ainda tributários econômicos, colonos de Portugal”, já que “os portugueses controlam nosso comércio e nossa indústria incipiente”.⁹³

Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães (2006, p.2), a ideia da Confederação Luso-Brasileira surgiu em virtude da aproximação literária entre intelectuais do Brasil e Portugal, que pretendiam legitimar a “comunidade luso-brasileira” entre os letrados dos dois países. A historiadora cita Olavo Bilac como um dos intelectuais precursores de tal proposta no Brasil e João de Menezes como o responsável por levá-la, pela primeira vez, em 1917, ao Parlamento Português:

Na trilha dessas ideias, em Lisboa, instituiu-se a disciplina “Estudos Brasileiros”, na Faculdade de Letras, a Sociedade de Geografia planejou promover uma expedição ao interior do Brasil e o governo enviou uma missão de intelectuais ao Rio de Janeiro, em 1917 (ibidem).

Não é diversa a interpretação de Ernesto Castro Leal (2009, p.6), que creditou a ideia a um grupo de intelectuais do Brasil e de Portugal:

No século XX, o federalismo e o confederalismo político português e brasileiro manifestou-se também no ideal de uma Confederação Luso-Brasileira, que remontava proximamente aos primeiros anos desse século. A sua configuração teórica teve um desenvolvimento intelectual acentuado, mas diverso (acordo, aliança, liga, união, confederação), entre 1917 e 1923, junto de intelectuais portugueses (Antônio de Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Henrique Lopes de Mendonça, Sebastião de Magalhães Lima, Jaime de

93 Tupinambá, Álvaro. *Ilusão patriótica*. GB, n.30, p.7, 4 set. 1919.

Magalhães Lima, Ricardo Severo, Alberto de Oliveira ou Anselmo Braamcamp Freire) e junto de intelectuais brasileiros (José Joaquim Medeiros e Albuquerque, José Pereira da Graça Aranha, Artur Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Domício da Gama, pseudônimo de Domício Afonso Forneiro, Aldo de Cavalcanti Melo, Alberto Seabra ou Noé de Azevedo).

No entanto, salienta que o precursor foi Silvio Romero que, em maio de 1902, durante a conferência, *O elemento português no Brasil*, “proferida no Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, apresentou a necessidade de uma aliança luso-brasileira entre as duas nações independentes, lida como União do grande grupo étnico luso-brasileiro” (ibidem, p.8).

Até a década de 1920, o que estava em discussão eram acordos comerciais e culturais entre os dois países, que compartilhavam a mesma língua e uma herança cultural. Após a Primeira Guerra Mundial, foi a ideia de uma união entre os dois países que ganhou alento. Surgiram aqueles, principalmente, nacionalistas e militares, que eram a favor de uma verdadeira união política, entre eles, Nunes Ribeiro e Henrique Lopes Mendonça, “dramaturgo, historiador e autor da letra de *A Portuguesa*, o hino nacional de Portugal” (Guimarães, 2006, p.3). Ambos mostraram-se preocupados com as questões ligadas à defesa das fronteiras e à retomada da influência político-econômica de Portugal em relação ao Brasil.

No Rio de Janeiro, as opiniões se dividiam sobre aquelas fórmulas. Havia os simpatizantes, como Graça Aranha e Paulo Barreto. Este último defendia um acordo e não uma fusão política entre as duas Repúblicas. No seu entender, o pacto luso-brasileiro deveria assentar-se em medidas de natureza econômica, a começar pela transformação de Lisboa em porto franco. Propunha o estabelecimento da navegação mista e a concessão de licença para os bancos portugueses e brasileiros operarem indistintamente nos dois países. Outros setores da nossa intelectualidade, no entanto, repudiavam tais propostas. Imbuídos de exacerbado nativismo, incitavam a

população carioca a participar de campanhas antiportuguesas (...) (ibidem, p.4).

Assim, não se tratou de mera coincidência que, nesse momento, tenha surgido em *Gil Blas* campanha contra a Confederação Luso-Brasileira, já que se acreditava que uma suposta união política entre os dois países resultaria num processo de recolonização do Brasil. Havia o temor de uma iniciativa que, segundo especulavam, partia do próprio Estado português. Victrúvio Marcondes afirmou que “a Confederação era uma ideia [sic] formulada por intelectuais portugueses, com o apoio do Estado português, para recolonizar o Brasil” e afirmou que a suposta união era “uma utopia inventada por intelectuais da imprensa lusitana e enviada para o Brasil”, e “o que seria pior, estava sendo aceita por alguns intelectuais daqui”.⁹⁴

Além de combaterem o imigrante português e a colônia portuguesa, os responsáveis por tais matérias pareciam acreditar sinceramente na possibilidade de uma volta do Brasil à situação colonial. Na revista, os que alardeavam essas ameaças insistiam em destacar a presença de grupos radicais, nostálgicos da antiga glória portuguesa, que só conservavam algumas colônias na África. Themudo Lessa destacou que, nos tempos coloniais, a exploração ficou “além-mar e acontecia aos poucos, com a independência, a exploração começou a acontecer dentro do próprio território e de modo acelerado”, por isso o Brasil “seria uma eterna colônia” e havia a necessidade “do combate a esta suposta união com Portugal”, pois, na sua opinião, “a utopia de uma Confederação Luso-Brasileira é uma tentativa de rebaixar a nossa pátria a essa posição degradante, humilhante e miserável de colônia”.⁹⁵

Não se pode esquecer que o período foi marcado por intensas disputas imperialistas, que acabavam por dotar tal discurso de alguma plausibilidade. Além disso, a crise econômica e social que assolava Portugal, no começo do século XX, permitiu retomar a dis-

94 Marcondes, Victrúvio. Utopia lusitana. *GB*, n.30, p.5, 4 set. 1919.

95 Lessa, Themudo. Eterna colônia. *GB*, n.28, p.1, 21 ago. 1919.

cussão a respeito da identidade e do Estado Nacional. Um país que tinha sido pioneiro das grandes navegações, com um poder centralizado e forte, enfrentava, nesse momento, grandes dificuldades para se firmar frente às grandes potências europeias. Não se pode desprezar o quanto, nesse momento, a ideia de nação vinculava-se com o potencial militar ou com o tamanho territorial do Estado (Serpa, 2000, p.67-114). No que se refere ao tamanho do território, o *Dictionnaire Politique de Garnier-Pagès de 1843* pensava ser ridículo que a Bélgica ou Portugal quisessem ser nações independentes, “dado seu visível pequeno tamanho” (Hobsbawm, 2004, p.42).

A necessidade de retomar a ideia de uma nação forte militarmente saltava aos olhos da intelectualidade portuguesa e de grupos como o Movimento Republicano Português. Em 1891, com o Ultimatum inglês, floresceu um sentimento nacionalista antimonárquico e de oposição ao imperialismo inglês.⁹⁶ Pode-se dizer que tal iniciativa foi uma das várias ações que influenciaram o nacionalismo republicano português e que balizaram a revolução republicana no Porto, em 1891, e a campanha da Proclamação da República portuguesa, em 1910.

É importante salientar que esse nacionalismo republicano não se preocupava com a unidade territorial e linguística do Estado, que desde o século XIII tinha fronteiras estáveis, mas com a necessidade de regenerar a economia, a sociedade e o prestígio internacional de Portugal. Com a instalação da República e a continuidade da crise econômica e social, agravada com a entrada de Portugal na Primeira Guerra, o nacionalismo desvinculou-se da questão republicana e surgiram grupos com posicionamentos e objetivos diversificados.

96 Em 1891, a Inglaterra disputava, com os Estados Unidos, a França e a Holanda, o maior espaço imperial, por isso reivindicou a posse dos territórios coloniais africanos situados entre Angola e Moçambique. Essa atitude dos ingleses consubstanciou-se na elaboração de um mapa – o “Mapa Cor-de-Rosa” –, no qual se destacou de cor-de-rosa as zonas que pretendia retirar ao domínio português. Essa situação gerou em Portugal uma forte contestação nacional frente à impotência do Império e um forte clima de ódio aos ingleses. Conferir Teixeira, 1987, p.687-719.

O problema não era mais o regime, mas a situação do país, daí a busca de modelos e soluções para salvar o Estado português, que ostentava uma tradição dignificante de cultura e literatura com prestígio internacional, o que remetia para os feitos da colonização lusa.⁹⁷ Nesse contexto ganhou força o nacionalismo de cunho monárquico, o saudosismo literário e grupos como Renascença Portuguesa e Integralismo Português, além de revistas literárias e políticas que abordavam tais questões como *Águia*, *Seara Nova*, *Vida Portuguesa*, entre outras.

Pode-se dizer que nessas revistas os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objetivavam internamente padronizar tradições, criar projetos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e tradições, como forma de constituir cidadãos de um país territorial e linguisticamente definidos. Estes intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado para que este pudesse atingir a elite e o cidadão comum, sendo que tal política tinha sempre uma dimensão nacional e homogeneizadora (Serpa, 2000, p.70).

Tal como no Brasil, o nacionalismo português também assumia significações diversas. Em revistas como *História*, *Nação Portuguesa*, *Seara Nova* e *Lusitânia*, as propostas podiam assumir posição radical, com a defesa de uma política para emigração portuguesa que garantisse a manutenção da cultura lusitana no Brasil e que cooperasse para a inserção e manutenção dos emigrantes na economia brasileira, ou formar uma Confederação Luso-Brasileira, haja vista que as particularidades culturais entre os países possibilitariam uma junção política e econômica (ibidem).

A proposta de uma Confederação Luso-Brasileira, com objetivos políticos e econômicos, estava, portanto, no horizonte de uma,

97 Sobre tais propostas ligadas ao nacionalismo lusitano, conferir Rocha, 1985, p.268-88; Sousa, 2008, p.16-21; Marques, 1981; e Marques, 1988.

dentre as várias vertentes do nacionalismo português da época. Tais discussões também eram recorrentes na campanha nacionalista de *Gil Blas*, no entanto, a partir de um ponto de vista oposto, ou seja, do país que tinha sido colonizado pelos portugueses e que tentava se impor como nação independente em relação à sua “eterna metrópole”. Assim, em *Gil Blas* propugnava-se exatamente o contrário do que se perseguia em algumas revistas nacionalistas portuguesas.⁹⁸

Nesse momento, não havia, ainda, em *Gil Blas*, uma análise mais detida de quais nomes ligavam-se a esse nacionalismo lusitano, mas se admitia que, na imprensa portuguesa, havia campanhas de grupos nacionalistas a favor de uma suposta união entre Brasil e Portugal, além de propostas de recolonização do Brasil, sem maiores diferenciações entre as correntes em luta.⁹⁹ Os articulistas responsáveis por esses artigos limitavam-se a repetir as más intenções de um “projeto nacionalista português”, fruto de uma postura expansionista, articulada em Portugal e que teria como alvo o Brasil.¹⁰⁰

Não parece demais afirmar que o nacionalismo antilusitano presente em *Gil Blas* pode ser entendido como uma resposta a esse nacionalismo português extremado, mais especificamente àqueles que propunham uma união política entre Brasil e Portugal, por meio da Confederação Luso-Brasileira, tal como divulgado por intelectuais portugueses, em publicações nacionalistas lusitanas da época. Além disso, nesses artigos, identificou-se a crença de que os primeiros passos para a concretização de uma suposta recolonização do Brasil era atestada pela internacionalização da nossa indústria, comércio, imprensa e cultura, setores que estariam nas mãos

98 Sobre as publicações portuguesas nacionalistas dessa época que dialogavam com tal postura, conferir Martins, 1941, p.73-114; Marques, 1981, p.23-70 e p.121-4; e Rocha, 1985, p.268-88.

99 Conferir: Os verdadeiros “indesejáveis”. *GB*, n.36, p.13, 16 out. 1919. No artigo, criticaram-se as publicações portuguesas que desejavam divulgar e incentivar a Confederação Luso-Brasileira, cooptar nossos intelectuais e nossa imprensa para tal campanha.

100 *Ibidem*.

dos portugueses residentes no Brasil e, principalmente, na capital da República.¹⁰¹

A discussão proposta em *Gil Blas* diferenciava-se de outros órgãos da imprensa, como a *Revista do Brasil* que, na sua primeira fase (1916-1925), defendia um ideal de nacionalidade que tomava São Paulo como modelo para todo o país. O patriotismo de *Gil Blas* buscava enaltecer os traços que, supostamente, pudessem nos diferenciar de Portugal e do imigrante lusitano, que se estabelecia no comércio, na imprensa e na cultura, situação peculiar à realidade da Capital Federal. O que permite afirmar que o nacionalismo defendido e publicado no semanário poderia ser denominado de um nacionalismo à carioca, restrito ao panorama do Rio de Janeiro.

No entanto, não se deve esquecer o viés partidário da revista. Nesse sentido, mesmo compartilhando ideais próximos aos defendidos por Epiácio Pessoa, o antilusitanismo exacerbado acabou por comprometer uma ligação mais íntima das propostas da revista com os círculos governamentais, já que tal acirramento de tensões não figurava entre as propostas defendidas pelo presidente:

(...) não aprovava a mística (do movimento) nacionalista na sua instintiva desconfiança do homem de fora e, sobretudo, o português, mas (...) a própria feição intelectual do seu patriotismo, no entanto, se por um lado o preservava dos exageros jacobinos, por outro lado o persuadia da força oportuna que a ideia nacionalista representava para a nossa transformação numa verdadeira nacionalidade (...) (Gabaglia, 1951, 649-50).

Não por acaso, a revista enfrentava um impasse: ou mantinha suas posições ortodoxas e afastava-se do círculo do poder, ou diversificava seu ideário e mantinha a aliança com o Catete.

101 Conferir Machado, Paula. A obra de nossos “irmãos” de “além-mar”. *GB*, n.39, p.7, 6 nov. 1919.

3

GIL BLAS E ASN (1920)

Em 1920 concretizou-se o projeto nacionalista, anunciado e formulado nos últimos meses do ano de 1919. É importante salientar que o nacionalismo era um tema candente naquele momento: a década de 1920 abriu-se sob a inspiração das comemorações do Centenário da Independência, momento fértil para reavaliações e questionamentos, sobre o passado e o futuro do país.

A celebração de nossa “data magna” não poderia passar em branco, e a antecedência com que foi pensada permite perceber a mobilização dessa parcela da sociedade dotada de meios poderosos de difusão de ideias jornalísticas, ensaístas, literatos e intelectuais de várias correntes de pensamento, em numerosos artigos para jornais e revistas, deixam claro que a comemoração do centenário da independência deveria constituir-se num importante momento de reflexão e debate sobre o Brasil. (Motta, 1992, p.16).

A Primeira Guerra Mundial e a conjuntura que se seguiu reacenderam o culto ao patriotismo. No Brasil, tal situação ecoou nos meios intelectuais e marcou “uma fase de reafirmação dos sentimentos cívicos”, e descortinar “o Brasil para os brasileiros estava na ordem do dia nos círculos beletristas (Guimarães, 2007, p.81). No

entanto, tais propostas assumiram formas variáveis, em função dos proponentes, grupos e local de formulação.

Nesse capítulo, apresenta-se *Gil Blas* como um desses espaços de divulgação de propostas para nação, em compasso com os objetivos e as mudanças ocorridas na revista, no decorrer do ano de 1920.

A sociabilidade de um grupo

Editoras, cafés, salões, revistas podem ser vistos como “lugares” de fermentação cultural, em torno dos quais compartilham-se posturas políticas, ideológicas e/ou culturais (cf. Sirinelli, 1996, p.248-250 apud Bernstein, 1998). *Gil Blas* consolidou-se como um desses polos agregadores, pois a revista reuniu em suas páginas um rol de colaboradores que compartilhavam um mesmo ideal.

A revista tornou-se órgão de divulgação da Ação Social Nacionalista (ASN), movimento idealizado e fundado por Delamare, em 13 de fevereiro de 1920, data que marcou o exemplar comemorativo do primeiro ano de circulação de *Gil Blas*. Nesse número, Delamare convidou os leitores dotados de “sentimento patriótico” a se apresentarem no salão de honra do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), às 5 horas da tarde, a fim de reunir os vários movimentos nacionalistas:

(...) os representantes das diversas sociedades que têm por escopo a nacionalização do Brasil e sua conseqüente emancipação intelectual, econômica e financeira hão de participar dessa notável assembleia que surgirá a “Ação Social Nacionalista”, sociedade eminentíssima, que há de, por sua autoridade moral e intelectual, desempenhar a função elevada do “Conselho de Notáveis” proposto pelo saudoso pensador Alberto Torres, no seu magistral estudo sobre a Organização Nacional. Pelo seu criterioso estudo, pela sua grande elevação de vistas, a “Ação Social Nacionalista” está destinada a nortear superiormente a solução de todos os problemas nacionais, junto ao povo e aos poderes constituídos da Nação (...) procurará

confederar o maior número de sociedades patrióticas e cívicas, graças ao denodo e ao patriotismo de dois valorosos e impolutos nacionalistas, Srs. Conde de Afonso Celso e Dr. Álvaro Bomílcar. *Gil Blas*, principal pioneiro da patriótica ideia, espera a franca e valorosa adesão de todos os concidadãos de boa vontade.¹

A historiografia sobre a *Ação Social Nacionalista* é escassa, mas alguns estudos assinalaram sua relação com *Gil Blas*:

Representatives from PN, LN, LDN [respectivamente, Propaganda Nativista, Liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional], and other nationalist organization attended the inaugural meeting of *Ação Social Nacionalista* (ASN) on February 13, 1920, at the prestigious Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro in Rio de Janeiro. Afonso Celso, monarchist, LDN member, *Braziléa* contributor, and head of the Instituto, was named president. The ASN, He declared, was neither religious nor partisan. Deputy Camilo Prates, Bomílcar, and Senator Just Chermont were officers, and board members included Treasury Minister and LDN president Homero Baptista, LDN members Coelho Neto and Street, and two congressmen. As had the LN and LDN, ASN organizers chose the leaders behind the scenes. Pedro Lessa of the LDN, three priests, Jackson de Figueiredo and other prominent Catholics, and three generals, an admiral, and other military officers numbered among the ASN's first members (Deutsch, 1999, p.117).

Já para Lucia Lippi Oliveira (1990, p.156):

(...) A *Propaganda* [Nativista] se coloca como uma sociedade de caráter político enquanto a *Ação Social* se diz uma instituição defensiva, sem cunho político ou religioso. Entretanto se tem a impressão do inverso. [grifo nosso].

1 Delamare, Alcebiades. *GB*, n.53, p.5, 13 fev. 1920.

No artigo 3º do programa da ASN observa-se a repetição do termo combate, que corrobora a avaliação da autora e evidencia o tom engajado da instituição:

Art. 3. Os fins principais da Ação Social Nacionalista são: (...) 14ª *combater* as doutrinas libertárias e subversivas, sustentando a fórmula: “Contra o anarquismo, o nacionalismo”; 20ª *combater* o preconceito de raças, salientando as vantagens, resultantes do caldeamento de vários elementos étnicos do Brasil, cuja mestiçagem tem produzido os vultos mais eminentes da nossa história; 24ª *combater* todos os processos de colonização que concorram para a concentração dos estrangeiros; 25ª *combater* a imigração parasitária, daqueles que se vêm fixar nas cidades populosas e no litoral, causa principal da carístia da vida (...). (Delamare, 1926, p.191-4; grifo nosso).

Por outro lado, diferentemente do que sugere Lucia Lippi Oliveira, o caráter combativo da ASN, em vez de distanciar, aproximou o movimento da *Propaganda Nativista*. No artigo 6º do seu programa, lê-se:

A Ação Social Nacionalista consubstanciará os ideais emancipadores, já anteriormente defendidos pelos seus fundadores em livros e em vários trabalhos da Propaganda Nativista e na revista *Braziléa*, no *Gil Blas* e no *Jornal do Brasil*, sistemizando-as de acordo com a campanha nacionalista e com a experiência e rigorosa observação dos fatos sociais. (ibidem).

A conclusão de Sandra Deutsch (1999, p.118), segundo a qual a ASN tinha propostas e iniciativas muito semelhantes à Propaganda Nativista (PN), inclusive o combate aos imigrantes que se estabeleciam na cidade, parece acertada:

The ASN adopted the platforms of the Ligas and specially the PN. To these it added support for labor legislation, whic safeguard

capitalism, eliminate the problems of strikes e lockouts, and help the oppressed within a climate of order (...) The ASN opposed the concentration of foreigners in agricultural colonies and parasitic imigrants in the cities.

Entretanto, o programa da ASN evidencia ambiguidades, pois comungava das posturas radicais da PN, mas também dialogava com tendências mais moderadas. No artigo 4º do seu programa, havia reconsiderações de caráter mais comedido em relação aos estrangeiros, sugerindo que se “(...) dirijam-se ao interior, onde mais deles se necessita” e para que “assimilasse (...) o estrangeiro ao nacional”. (Delamare, 1926, p.191-4).

Na revista número 54, de 19 de fevereiro, reservou-se significativo espaço para a fundação da ASN. A direção desculpou-se com os colaboradores, por não publicar alguns de seus artigos, já que “teria que dar especial destaque à fundação da Ação Social Nacionalista”.²

Reproduziu-se o discurso de fundação, feito por Afonso Celso, a ata com as diretrizes da entidade, os grupos integrantes e seu corpo dirigente. Afonso Celso pontuou as principais iniciativas da ASN e afirmou que a entidade não tinha caráter político ou religioso e não se opunha aos estrangeiros que desejassem colaborar com o crescimento do Brasil:

A Ação Social Nacionalista – instituição sem caráter político nem religioso, em torno da qual se podem agremiar todas as associações patrióticas e cívicas do país, bem como todos os brasileiros que de boa vontade, queiram propugnar a causa da nacionalização da nossa pátria –, não tem o menor intuito agressivo, ofensivo, ou hostil, contra quem quer que seja. Longe está dos propósitos da Ação Social Nacionalista abrir luta com os estrangeiros que preferirem a sua terra natal à nossa terra, para cujo progresso honradamente trabalhem (...), mas cumpre em condições claras e precisas

2 Tréguia. *GB*, n.54, p.9, 20 fev. 1920.



Figura15 – *Gil Blas*, n.54, 13 de fevereiro de 1920. Comemorativa da fundação da ASN.

as relações entre os hóspedes e o dono da casa (...). Ao hospedeiro corre a estrita obrigação de sujeitar-se às normas do lar que lhes fez a gentileza de o abrigar (...). A primazia, a direção, a preferência, a autoridade pertencem, em qualquer circunstância, aos filhos da Pátria (...). O lema da Ação Social Nacionalista é a afirmação resoluta do soberano eu brasileiro do Brasil genuíno, do Brasil-Brasil.³

3 Celso, Afonso. Ação Social Nacionalista: a memorável reunião do dia 13. *GB*, n.54, p.1-2, 20 fev. 1920.

Afonso Celso foi nomeado presidente, com quatro vices: deputado Camillo Prates, senador Justo Chermont, dr. Raul Guedes e Álvaro Bomílcar. Havia um conselho deliberativo, denominado Conselho Supremo, composto pelo ministro dr. Homero Batista, o deputado federal Ildefonso Albano, o senador Pires Ferreira, conde Ernesto Pereira Carneiro, dono do *Jornal do Brasil*, Coelho Neto e Carlos Maul.

Coube a Delamare redigir os objetivos da ASN, que se resumiam a propor uma intensa campanha de nacionalização do país. É digno de nota que o idealizador do movimento não ocupou cargos de direção, preenchidos por políticos e intelectuais influentes, critério utilizado também para escolha do chefe, Afonso Celso. É bastante provável que o intuito de colocar na linha de frente nomes importantes do cenário político e intelectual brasileiro visasse dotar o movimento de credibilidade e legitimidade e, não por acaso, Epitácio Pessoa foi escolhido como presidente de honra.

Assim, o movimento começou com ampla base de apoio simbólico e conseguiu reunir, no encontro que oficializou a entidade, realizado em 13 de fevereiro de 1920, uma série de agremiações: *Jornal do Brasil*, *Propaganda Nativista*, Partido Republicano Nacional, Grêmio Marechal Floriano Peixoto, Grêmio Rio-Grandense do Norte, Centro Acadêmico Nacionalista, a revista *A União*, Centro Católico Nacionalista, *Imprensa Diária*, Liga da Defesa Nacional e Liga Nacionalista.⁴ As reuniões aconteciam, na maior parte das vezes, na Biblioteca Nacional. O processo de organização e principais objetivos do movimento ganharam espaço na seção “Ação Social Nacionalista”, que estreou no número comemorativo do primeiro aniversário da revista.

Antes da fundação da ASN, Delamare afirmou que a responsabilidade do que se escrevia em *Gil Blas* era dele e que a revista, “órgão de livre expressão e não um órgão oficial de nenhum movimento”, era “defensora do nacionalismo”, o que o dava direito de “abrir es-

4 Ibidem.

paço para nativistas que se prezem”.⁵ No entanto, o fato de a ASN ter sido idealizada pelo diretor da revista e ser composta por parte significativa de seus colaboradores, de a revista ter seção dedicada ao movimento e exaltar a criação da entidade, tornava patente o comprometimento de *Gil Blas* com essa forma de mobilização nacionalista.⁶ Além disso, na revista 53, Delamare afirmou que os objetivos da ASN ancoravam-se nos de *Gil Blas*, sintetizados nos “12 marcos” da revista,⁷ aspecto também enfatizado por Afonso Celso:

(...) como é sabido, em doze pontos principais concentrou, por ora, o seu empenho a Ação Social Nacionalista. Esses 12 pontos são os 12 marcos do panfleto nacionalista *Gil Blas*.⁸

Os “12 marcos de *Gil Blas*” foram publicados no número que marcou o primeiro ano de existência do periódico e seu conteúdo era o seguinte:

1ª Mudança da capital da República para o Planalto Central, nos termos da Constituição, 2ª Nacionalização do comércio, 3ª Nacionalização da Imprensa, 4ª Nacionalização da Cabotagem, 5ª Obrigatoriedade do ensino, do trabalho e do voto, 6ª Integração da mulher integrando-a no seu verdadeiro papel de primordial fator da nossa grandeza moral, 7ª Aproximação do Brasil das Repúblicas Sul-Continentais, por uma política de concórdia, de respeito, e de reciprocidade de interesses, 8ª Emancipação da língua brasileira, 9ª Combate ao analfabetismo, 10ª Saneamento dos Sertões, 11ª Culto Cívico dos grandes homens da Pátria, 12ª Ensino da nossa verdadeira história.⁹

5 Delamare, Alcebiádes. Ainda a Confederação?. *GB*, n.50, p.1, 22 jan. 1920.

6 Exclusivamente nas revistas de números 54 e 64 quase todos os artigos foram direcionados às questões ligadas ao movimento. *GB*, n.54, 20 fev. 1920 e *GB*, n.64, 29 abr. 1920.

7 Delamare. *GB*, n.53, p.5, 13 fev. 1920.

8 Celso, Afonso. Três escopos da Ação Social. *GB*, n.70, p.4, 10 jun. 1920.

9 Marcos de uma campanha memorável. *GB*, n.53, p.5, 13 fev. 1920.

Tratava-se, portanto, de estabelecer a missão e o sentido do semanário, razão pela qual desde então os marcos figuraram em todos os números de *Gil Blas*. Discussões sobre a mudança da capital da República, nacionalização da imprensa e do comércio já estavam presentes desde os primeiros números de *Gil Blas*, porém ganharam força e articularam-se num programa somente em 1920. Os citados 12 pontos expressavam o caráter nacionalista da revista, enfim, assumido.

Na sua estreia, a seção “Ação Social Nacionalista” trouxe texto de Delamare, no qual professava a vontade de unir as mais variadas instâncias do nacionalismo em prol da “plena nacionalização do Brasil”, a ser obtida pelo combate às divisões “entre vários movimentos de particularidades distintas”.¹⁰

Em outro texto, esse não assinado, ponderou-se que: “para se chegar à vitória, ou seja, livrar o país da dominação estrangeira, os nacionalistas devem se unir em uma única bandeira”, pois “a dispersão não é benéfica para o movimento”.¹¹ Segundo Leôncio Mouzinho, “a organização da ASN estava fadada ao sucesso”, pois “a atmosfera nacionalista da época ajudaria que vertentes diferenciadas daquelas professadas na revista aderissem ao movimento”.¹² Contudo, era necessário um líder – Afonso Celso foi apresentado como o “principal intelectual brasileiro do momento”.¹³

No final do ano de 1920, sempre de acordo com a seção ASN, o movimento obteve a adesão de outras personalidades: Antero de Almeida, Elpídeo Figueiredo, respectivamente, presidente e diretor do *Jornal do Brasil*, Maximiliano Leite, Vigário Geral do Rio de

10 Delamare, Alcebíades. Ação Social Nacionalista. *GB*, n.53, p.5, 13 fev. 1920.

11 Paladino de uma cruzada gloriosa nós o aclamamos chefe. *GB*, n.53, p.6, 13 fev. 1920.

12 Esse surto nacionalista foi mencionado por Leôncio Mouzinho, pois acreditava que deveria “aproveitar essa onda nacionalista para sacramentar a independência do Brasil”, para isso teria como principal instrumento a ASN. Mouzinho, Leôncio. Nacionalismo. *GB*, n.53, p.14, 13 fev. 1920.

13 Paladino de uma cruzada gloriosa, nós o aclamamos chefe. *GB*, n.53, p.6, 13 fev. 1920.

Janeiro, Jackson Figueiredo, da escritora Anna Cézar e do músico Villa Lobos, autor do hino do movimento.¹⁴ Segundo os dados publicados em *Gil Blas*, nesse momento a ASN chegou a ter 250 mil sócios e setenta instituições federadas.¹⁵

As cartas enviadas para revista, assim como uma entrevista concedida por Epitácio Pessoa à *Gil Blas*, indicam que a ASN também contava com a simpatia do Governo Federal e de vários dirigentes daquele momento,¹⁶ tanto é que o Decreto Federal número 4.191, de 18 de novembro de 1920, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República, considerou a Ação Social Nacionalista uma instituição de utilidade pública.¹⁷ O projeto foi apresentado pelos Deputados Camillo Prates e Idelfonso Albano, respectivamente vice-presidente e membro do Conselho Superior do movimento. Mesmo que a aprovação do Decreto não seja um dado conclusivo a respeito do apoio do poder público à entidade, a iniciativa pode ser tomada, pelo menos, como um indício de inexistência de oposição frente ao movimento no Executivo e no Judiciário.

14 Conferir o hino em: *Ação Social Nacionalista*. GB, n.64, p.1, 29 abr.1920. Anna Cézar foi jornalista, poeta, ficcionista, teve atuação marcante na imprensa do país nas primeiras duas décadas do século XX. Foi uma das fundadoras da Legião da Mulher Feminina (1919), “participou da Associação Brasileira de Imprensa, exerceu o cargo de vice-presidente da Escola Dramática Brasileira e foi membro do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores Desamparados do Rio de Janeiro (...) militou a favor da educação e da cidadania plena para as mulheres, contestando os muros da domesticidade feminina, como o único lugar legítimo de atuação patriótica da mulher no seu papel de formadora da consciência cívica no seio da família (...)”. (Schmidt, 2000, p.84-97).

15 Ação Social Nacionalista. GB, n.90, p.5, 28 out. 1920.

16 Conferir a carta dos políticos e empresários enviada a *Gil Blas*, parabenizando a fundação da ASN. Ação Social Nacionalista. GB, n.57, p.5-6, 11 mar. 1920. Na entrevista concedida por Epitácio Pessoa a Delamare, o presidente afirmou apoiar o projeto de lei que pedia que a *Ação Social* fosse proclamada uma entidade de utilidade pública. Delamare, Alcebiades. A palavra de um estadista. GB, n.60, p.1-3, 1º abr. 1920.

17 Decreto n.4.191. GB, n.95, p.3, 25 nov. 1920.

Regiam as entidades consideradas de utilidade pública a lei 173, de 10 de dezembro de 1893, “que veio, ao que se saiba, pela primeira vez no Brasil, regular entre nós a organização das associações”.¹⁸ Nos seus artigos, estabelecia-se o perfil das instituições que poderiam receber tal denominação:

Art. 1^a – As associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede.

Art. 5^a – As associações assim constituídas gozam de capacidade jurídica, como pessoas distintas dos respectivos membros, e podem exercer todos os direitos civis relativos aos interesses de seu instituto.¹⁹

O Código Civil (1916) estabeleceu que as associações de utilidade pública eram “sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, e as fundações”. O título de “utilidade pública” era concedido “para quem merecesse e merecia quem fosse amigo ou importante para o governante, sem maiores regras”.²⁰

Assim, nem sempre as entidades declaradas de utilidade pública recebiam ajuda financeira do governo, mas gozavam de maior liberdade de ação, pois se tornavam pessoa jurídica. Não se sabe se a ASN chegou a ter apoio financeiro regular, mas contou uma sala alugada pelos cofres federais²¹ e, além disso, o fato de fazer suas reuniões na Biblioteca Nacional evidencia uma forma de apoio

18 Cf. Maus, Paulo Haus. Origem e histórico do certificado de utilidade pública. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/paulo_haus_martins_certificado_utilidade_publica.pdf. Acesso em: 6 maio 2010.

19 Brasil. Decreto-lei n.173 de 10 de dezembro de 1893. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 6 maio 2010.

20 Cf. Maus. Origem e histórico do certificado de utilidade pública. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/paulo_haus_martins_certificado_utilidade_publica.pdf. Acesso em: 6 maio 2010.

21 Prates, Camillo. *Gil Blas*. GB, n.199, p.7, 8 abr. 1923.

oficial ao movimento, ou seja, tal como *Gil Blas*, a ASN mantinha relações com o Governo Federal.

Na época, a Biblioteca Nacional era dirigida por Manoel Cícero Peregrino, responsável pela modernização da instituição e pela construção do prédio na Avenida Central, atual Rio Branco. Peregrino foi nomeado diretor da biblioteca por Epiácio Pessoa em 1900, quando este era ministro da justiça do governo Campos Salles. Na condição de diretor da Biblioteca Nacional integrava círculos intelectuais do Rio de Janeiro, no entanto “três nomes são de especial significação na vida de Manoel Cícero: Epiácio Pessoa, Afonso Celso e Amaro Cavalcanti. Ver a posição de Manoel Cícero em face deles é compreender-lhe a vida, e saber como ela se desenrola no Rio de Janeiro”.²²

A proximidade com as hostes do governo federal deixa evidente o vínculo de *Gil Blas* com a ASN. Os integrantes do movimento passavam a ocupar a página da revista que, afinal, era porta-voz da ASN. É importante destacar que esse grupo nacionalista começou a se aglutinar pelo menos desde 1917, na revista *Braziléa*:

Em torno de Álvaro Bomílcar, constituiu-se no Rio de Janeiro a partir de 1917, um núcleo nacionalista autodenominado “radical” cujo ativismo político manifestou-se na organização de duas entidades, a *Propaganda Nativista* (1919) e a *Ação Social Nacionalista* (1920). Esta última era uma frente nacionalista que incluía monarquistas, republicanos florianistas, nacionalistas católicos, entre

22 Manoel Cícero Peregrino da Silva nasceu no Recife em 1866 e morreu em 1956, no Rio de Janeiro. Escritor e bibliógrafo, foi considerado pioneiro no Brasil no planejamento de documentação bibliográfica e de formação de bibliotecários. Diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1924, promoveu, em 1911, o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil. Além disso, dirigiu a Faculdade de Direito, foi também reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1926/1930) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1938). Foi o editor dos *Anais da Biblioteca Nacional* e publicou os livros: *A justiça penal entre os romanos* (1895), *Catálogo geral da Biblioteca de Direito do Recife* (1896), *Pernambuco e a Confederação do Equador* (1896), entre outros. Informações do parágrafo em: Bittencourt, 1967, p.10, p.34 e p.55.

outros. A organização era presidida pelo conde de Afonso Celso (Afonso Celso de Assis Figueiredo), diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²³

A historiografia tem destacado a presença desse grupo na Capital Federal, integrado por Delamare, Afonso Celso, Jackson Figueiredo e Álvaro Bomilcar, “a quem os próprios companheiros chamavam de doutrinador”, além de estadistas como Arthur Bernardes e Epiácio Pessoa (cf. Oliveira, 1999, p.1 e p.9). Assim, além de agregar parte da intelectualidade militante nacionalista carioca, o grupo contava com membros proeminentes da política brasileira, inclusive dois nomes que ocuparam, na década de 1920, a Presidência da República. Delamare teve papel fundamental na aglutinação desses intelectuais e políticos nacionalistas:

(...) um movimento de elite. Um grupo de moços, escritores e jornalistas, compreendendo que era preciso reagir contra a progressiva dissolução dos nossos costumes políticos, uniram-se em associação e puseram-se a campo com o fim de despertar a consciência cívica do país. A alma desse movimento, senão o seu primeiro fundador foi um jovem advogado de São Paulo, Alcebíades Delamare Nogueira da Gama. Católico convicto, polemista ardoroso, idealista 100%, desses que não poupam nem o seu tempo, nem sua pessoa, Alcebíades Delamare queria um Brasil melhor, mais puro e mais cristão. Bateu-se por sua ideia, secundado por numerosos colaboradores nos jornais que dirigia, (...), e por meio de toda ação de comícios e conferências (...) militavam espíritos de tendências mais diversas (...) sonhavam apenas com uma pátria mais organizada e progressiva. (Gabaglia, 1951, p.648).

23 Alves, Jorge Luis dos Santos. Duas interpretações da nacionalidade brasileira. In: 25ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. 2006. Rio de Janeiro. *Comunicação Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro, 2006, p.224. Disponível em: <http://sbph.org/2005/poder-e-sociedade/jorge-luis-dos-santos-alves>. Acesso em: 16 nov. 2010.

Em síntese, em 1920, a revista tornou-se importante espaço para se entender a dinâmica de um conjunto de intelectuais e políticos, que compartilhavam o ideal nacionalista em suas diversas tonalidades, situação que se evidencia no rol dos colaboradores da revista, abaixo apresentado, de acordo com a temática tratada, e suas respectivas porcentagens:

Tabela I – Autores (1920)

Autores	Total de artigos (%)	Temática dominante
Não assinados	508 (62,7%)	Nacionalismo (53,8%)
Autores com apenas um artigo assinado	28 (3,4%)	_____
Domingos Castro Lopes	26 (3,2%)	Nacionalismo (78,5%)
Oscar de Abrantes	25 (3%)	Nacionalismo (100%)
Alcebiades Delamare	23 (2,8%)	Nacionalismo (86,9%)
Afonso Celso	17 (2,1%)	Nacionalismo (88,2%)
João Cezimbra Jaques	16 (1,9%)	Operariado (82,3%)
Octávio Oliveira	12 (1,4%)	Nacionalismo (58,3%)
Paula Machado	12 (1,4%)	Nacionalismo (83,3%)
Sinésio Passos	12 (1,4%)	Sociedade (100%)
Álvaro Bomilcar	11 (1,3%)	Nacionalismo (63,3%)
Lusófobo de Oliveira	11 (1,3%)	Nacionalismo (81,8%)
Arthur Gaspar Vianna	8 (0,9%)	Nacionalismo (62,5%)
Leôncio Mouzinho	7 (0,8%)	Nacionalismo (71,4%)
José Balthazar da Silveira	6 (0,7%)	Nacionalismo (51%)
Carlos Ribeiro	6 (0,7%)	Política Regional (66%)
Carlos Maul	6 (0,7%)	Nacionalismo (100%)
F. Bustamante	6 (0,7%)	Nacionalismo (51%)
Padre Assis Memória	6 (0,7%)	Catolicismo (66,6%)
Propaganda Nativista	5 (0,6%)	Nacionalismo (100%)
Victruvio Marcondes	5 (0,6%)	Nacionalismo (60%)
Trajano de Almeida	4 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Lacerda de Almeida	4 (0,4%)	Catolicismo (51%)
Themudo Lessa	4 (0,4%)	Nacionalismo (74%)

Continua

Tabela I – Continuação

Autores	Total de artigos (%)	Temática dominante
Antônio Torres	4 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Luiz Albuquerque Gondim	4 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
T. Souza Lobo	4 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Maria R. N. Ribeiro	3 (0,4%)	Literatura (66%)
Raymundo Magalhães	3 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Vesmodo	3 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Moacyr Chagas	3 (0,4%)	Literatura (66,6%)
Luiz Gomes	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Portugal Lorette	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Camillo Prates	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Vladimir Pinto Oliveira	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
João Ribeiro	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Frederico Villar	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
José Thomas Mendoza	2 (0,2%)	Catolicismo (100%)
Francisco Coelho de Paula	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)

Conforme se observa na tabela, dos 37 autores que assinaram artigos em mais de uma oportunidade, 33 abordaram questões ligadas ao nacionalismo. Ademais, entre os doze colaboradores mais frequentes, dez – Domingos Castro Lopes, Oscar Abrantes, Afonso Celso, Paula Machado, Octávio de Oliveira, Sinésio Passos, Álvaro Bomílcar, Lusófobo de Oliveira, Arthur Gaspar Vianna e Leôncio Mouzinho –, além do diretor da revista, ocuparam-se do tema, o que permite avaliar a força que esse discurso ganhou nas páginas de *Gil Blas*.

Nomes que figuraram esporadicamente em 1919, caso de Afonso Celso, Domingos Castro Lopes, Paula Machado, Oscar Abrantes, Lusófobo de Oliveira, Arthur Gaspar Vianna, José Balthazar da Silveira e Francisco Coelho de Paula, tornaram-se presença constante em 1920, enquanto outros, ligados às tendências de esquerda e do antinacionalismo, como José Oiticica e Saul Navarro, desapareceram do índice do periódico.

O conteúdo das seções aponta na mesma direção. Das dezesseis publicadas em 1920, sete tinham caráter político ou nacionalista e respondiam por 55% do total das matérias publicadas em seções. Desse montante, 36% dos textos eram dedicados ao nacionalismo. Foi nesse momento que surgiu a “Ação Social Nacionalista”, que contabilizou dezoito ocorrências em 1920. Os dados estão sistematizados abaixo:

Tabela II
Seções *Gil Blas* – 1920

Seção	Responsável	Temática Principal	Número de recorrências
<i>Ação Social Nacionalista</i>	_____*	Nacionalismo	18
<i>Impressões</i>	Sinésio Passos	Questão social	11
<i>Como nos julgam</i>	_____	<i>Gil Blas</i>	7
<i>Pensamentos Nacionalistas</i>	_____	Nacionalismo	32
<i>No mundo das ideias</i>	Álvaro Bomílcar	Literatura	3
<i>Set a Settas</i>	_____	Coluna social	1
<i>Seção Paulista</i>	Carlos Ribeiro	Política regional	5
<i>Igara</i>	Claudio Gaspar/Arthur Gaspar	Literatura	5
<i>Correspondência do Amazonas</i>	_____	Política regional	2
<i>Correspondência da Amazônia</i>	Oscar Abrantes	Política regional	14
<i>Homens e Coisas</i>	Octávio Oliveira	Questão social	5
<i>Através dos livros</i>	_____	Literatura	13
<i>Correio de Gil Blas</i>	Redação	Sociedade	15
<i>Correspondência de São Paulo</i>	_____	Política regional	2
<i>Páginas Literárias</i>	_____	Literatura	2
<i>Correspondência do Pará</i>	Oscar Abrantes	Política regional	3

* O fato dessas seções não trazerem assinatura indica que estavam a cargo da redação ou de colaboradores próximos.

Cabe destacar, também, o aumento do número de artigos enfiados na rubrica *Nacionalismo* que, em 1919, somou 21,8% do total de artigos publicados, porcentagem que, no ano seguinte, ultrapassou os 50%, nítido sinal de que a revista privilegiava a questão.

Tabela III
Artigos por temas (1920)

Temática	Total de artigos (%)	Nº de artigos assinados (%)	Nº de artigos não assinados (%)
Nacionalismo	482 (55,4%)	223 (46,2 %)	259 (53,8%)
Política nacional	78 (8,9%)	5 (6,4%)	73 (93,6%)
Sociedade	69 (7,9%)	36 (53,6%)	32 (46,4%)
Literatura	69 (7,9%)	50 (71%)	20 (29%)
Política regional	62 (7,1%)	8(12,9%)	54 (87,1%)
Catolicismo	39 (4,4%)	12 (30,7%)	27 (69,3%)
Operariado	22 (2,5%)	17 (77,2%)	5 (22,8%)
Educação	14 (1,6%)	4 (28,4%)	10 (71,6%)
Economia	10 (1,1%)	1 (10%)	9 (90%)
Política internacional	9 (1%)	2 (22,2%)	7 (77,8%)
Cultura	9 (1%)	3 (33,3%)	6 (66,7%)
Esporte	6 (0,6%)	—	6 (100%)

No começo de 1920 foram publicadas “Notas ao leitor”, que explicitavam o “novo” perfil da revista. Numa delas, afirmou-se que *Gil Blas* era uma das “únicas publicações verdadeiramente nacionalistas” da época e justificou-se um suposto sucesso de venda como fruto da nova postura nacionalista:

Em virtude disso [*da postura nacionalista*] (...) de semana em semana cresce numa progressão geométrica, a nossa venda avulsa. Os exemplares, e são alguns milheiros, que confiamos ao nosso distribuidor para a venda avulsa nesta capital, esgotam-se nas próprias quintas-feiras. É, pois, com júbilo, que observamos semanalmente o aumento da cifra da venda avulsa de *Gil Blas*. Ainda, na última quinta-feira, com o testemunho do poeta Carlos Magalhães, do aca-

dêmico Paulo Barreto e do escritor Dr. Diniz Junior – três testemunhas absolutamente insuspeitas – ficou provado, em plena Avenida, que o aumento de 50% em nossa tiragem semanal não viria, ainda, satisfazer completamente as exigências do nosso grande público.²⁴

Acreditava-se que esse perfil possibilitava discutir os “problemas de todo território nacional”, e não somente do Distrito Federal, onde a revista era publicada.²⁵ *Gil Blas*, nacionalista e preocupada em solucionar os problemas nacionais, era caracterizada como um “presente aos leitores”, que se distinguia entre “outros periódicos” e se proclamava uma das mais “renomadas revistas que discutia as questões nacionais no Rio de Janeiro”.²⁶

No número comemorativo do primeiro aniversário, sua diretriz foi assim apresentada:

Gil Blas completa com o presente número seu primeiro ano de vida (...) as forças mais vivas e mais capazes do Brasil, aplaudem sua orientação patriótica e cerram suas fileiras (...). Vem raiando a vitória de nossa causa. Nesse dia esplendente de triunfo, todos se proclamar-se-ão nacionalistas radicais. Reivindicando, desde já, a glória que lhe pertence de ter sido o expoente único do pensamento nacionalista da imprensa do Brasil, especialmente da capital da República, *Gil Blas* sentir-se-á, então, com a precisa autoridade moral para apontar, sem robuços [sic], os aderentes, separando o joio do trigo.²⁷

A concretização do projeto nacionalista também se evidenciou pela difusão de uma lista de livros ditos “essenciais para o entendimento das propostas divulgadas por *Gil Blas*”,²⁸ a chamada *Biblioteca Nacionalista*:

24 A nossa venda avulsa. *GB*, n.49, p.5, 15 jan. 1920. [grifo nosso].

25 *Gil Blas* em São Paulo. *GB*, n.58, p.4, 18 mar. 1920.

26 Delamare, Alcebíades. A palavra de um estadista. *GB*, n.60, p.1, 1^a abr. 1920.

27 Direção, A. 53 semanas de lutas. *GB*, n.53, p.2, 13 fev. 1920.

28 *Biblioteca Nacionalista*. *GB*, n.76, p.14, 22 jul. 1920.

Gil Blas, consoante ao seu alevantado programa e desejando que seus leitores conheçam as graves questões sociais que deram origem a atuais ideias, propugnadas e consubstanciadas nos 12 marcos desse panfleto, recomenda a leitura das seguintes obras (...).²⁹

A lista era formada por autores brasileiros e estrangeiros, conforme se verifica a seguir:

Tabela IV
Biblioteca Nacionalista

Autor	Obra	Nacionalidade do autor
Oliveira Martins	<i>História de Portugal</i>	portuguesa
Oliveira Martins	<i>Brasil e colônias</i>	portuguesa
Ramalho Ortigão	<i>Holanda</i>	portuguesa
Paul Adam	<i>Les visages du Brésil</i>	francesa
Álvaro Bomílcar	<i>Preconceito de raça no Brasil</i>	brasileira
Álvaro Bomílcar	<i>A política no Brasil</i>	brasileira
Alcebíades Delamare	<i>Epanaphoras Sociais</i>	brasileira
Alberto Torres	<i>Organização nacional</i>	brasileira
Sílvio Romero	<i>História da literatura brasileira</i>	brasileira
Duque Estrada	<i>Revoluções brasileiras</i>	brasileira
Euclides da Cunha	<i>Os sertões</i>	brasileira
Afonso A. de Melo Franco	<i>Pelos sertões</i>	brasileira
Visconde de Taunay	<i>Inocência</i>	brasileira
Visconde de Taunay	<i>Céus e terras no Brasil</i>	brasileira
Manuel Quirino	<i>O colono preto como fator da civilização brasileira</i>	brasileira
José Bonifácio	<i>Representação sobre os índios</i>	brasileira
Rodrigo Otávio	<i>Festas nacionais</i>	brasileira
Manuel Bonfim	<i>América Latina – males e origens</i>	brasileira
Afonso Celso	<i>Por que me ufano de meu país</i>	brasileira

²⁹ Ibidem.

Tal seleção foi assim justificada:

Nesta lista figuram livros de autores estrangeiros como *Les visages du Brésil*, de Paul Adam; *Brasil e Colônias e História de Portugal*, de Oliveira Martins, e *Holanda*, de Ramalho Ortigão, o que julgamos necessário, para justificar o ponto de vista sociológico adotados por *Gil Blas*, em sua radical campanha nacionalista que repele a ficção das duas mães-pátrias.³⁰

É evidente que todas as obras tinham em comum o cunho nacionalista e que, de alguma forma, compartilhavam a preocupação de explicar e formular propostas sobre o Brasil, seu povo e/ou sugerir soluções para os problemas do país.³¹ Além disso, grande parte desses autores era da mesma geração ou de uma geração próxima do grupo da revista, o que permite afirmar que participavam das discussões que atravessavam aquele momento e dividiam as angústias e entusiasmos frente à necessidade de construção da nação, aspecto

30 Ibidem.

31 Em *Organização nacional*, Alberto Torres atribui à origem dos colonizadores do Brasil a causa de vários problemas do país. Rodrigo Otávio também critica a presença portuguesa e salienta a importância da luta pela emancipação política, empreendida por brasileiros. Em *América Latina*, Manuel Bonfim atacou a colonização portuguesa e frisou que a inferioridade dessa porção do continente não estava na mistura das raças, como acreditava boa parte da intelectualidade da época, mas sim na colonização. Em *Revoluções brasileiras*, Duque Estrada aponta os movimentos nativistas e as revoltas emancipacionistas (Revolta dos Mascates e de Felipe dos Santos, Revolução de Pernambuco e Inconfidência Mineira) como as responsáveis pela independência política do Brasil e o combate ao controle português. Paul Adam, por sua vez, destaca a força do povo latino e cita o Brasil como um país de “futuro magnífico”. Em *O colono preto como fator da civilização brasileira*, Manuel Quirino chamou atenção para a contribuição negra na cultura e identidade nacionais e desqualificou o colonizador português. A ideia de um povo sertanejo como protótipo do brasileiro forte pode ser encontrada nas obras de Taunay, Afonso Arinos e Euclides da Cunha. Já o argumento da força do povo brasileiro miscigenado se fez presente no documento de José Bonifácio e na obra de Sílvio Romero, que defendia a mistura de raças.

marcante do período. Chama a atenção que dois dos principais nomes do semanário, Bomílcar e Delamare, tivessem suas obras incluídas na lista do que se apresentava como leitura fundamental. Aspectos críticos referentes à colonização portuguesa figuravam de forma mais ou menos discreta em obras de autores brasileiros, como *Organização nacional* (1914), de Alberto Torres; *América Latina* (1905), de Manuel Bonfim; *Festas nacionais* (1893), de Rodrigo Otávio; *Revoluções brasileiras* (1897), de Duque Estrada e *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1918), de Manuel Quirino. O mesmo também ocorria com os livros escritos por portugueses. Em *História de Portugal* (1879), Oliveira Martins, apesar de salientar as antigas glórias de seu país, não deixava de criticar a decadência do Império lusitano e assinalar a distância do Portugal atual frente à potência marítima e colonizadora do século XVI. Em *Brasil colônia* (1880) não poupou certos aspectos da colonização portuguesa, o que também ocorreu em *Holanda* (1894), de Ramalho Ortigão, em que se destacou a positividade da presença holandesa no Nordeste do Brasil, em contraste com a ocupação portuguesa.

Em *Les visages du Brésil* (1914), de Paul Adam; *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1918), de Manuel Quirino; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Pelos sertões* (1898), de Afonso Arinos; *Inocência* (1872) e *Céus e terras no Brasil* (1882), de Taunay; *América Latina* (1905), de Manuel Bonfim; *História da literatura* (1891), de Sílvio Romero e até mesmo *Representação sobre os índios* (1823), de José Bonifácio, nota-se a preocupação com a questão étnica brasileira, que enveredava, não raro, para uma apreciação positiva da miscigenação. Não se deve esquecer que, principalmente Bomílcar, defendia a mistura e a tomava como singularidade não só ao brasileiro, mas da América Latina.

As temáticas e sua forma de abordagem, mais do que a nacionalidade dos autores e os gêneros das obras (que incluíam produção de cunho literário e ensaios sobre temas diversos), devem ter presidido a organização da lista. A relação entre a *Biblioteca Nacionalista* e os ideais do semanário foi salientada na própria revista, na qual

se insistia no fato dos livros subsidiarem as “ideias propugnadas e consubstanciadas nos 12 marcos deste panfleto”.³²

Já a presença do livro de Afonso Celso, *Por que me ufano de meu país* (1900), publicado no âmbito das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, deve ser entendida a partir do papel de destaque que o autor passou a desempenhar nas páginas de *Gil Blas*, no decorrer do ano de 1920, o que contribuiu para alterar o perfil da publicação.

Afonso Celso e os nacionalismos de *Gil Blas*

Em 1919, Afonso Celso assinou apenas um artigo no periódico, mas no ano seguinte, responsabilizou-se por dezessete, sendo importante notar que ele voltou a escrever em *Gil Blas* a partir do número 54, de 25 de fevereiro de 1920, logo após se tornar chefe da ASN. Segundo Delamare, contar com tal colaborador era “mais que um privilégio”, pois legitimava *Gil Blas* no “meio intelectual e impresso nacionalista da época”.³³ O diretor da revista tratava-o como “o mais valoroso e impoluto dos nacionalistas” e o “principal intelectual do país”³⁴, apresentando-o como o único capaz de liderar a campanha nacionalista de *Gil Blas*.³⁵

Presidente perpétuo do IHGB desde 1912, Afonso Celso destacava-se no seio da elite intelectual carioca de então. No entanto, Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007, p.63) afirma que, da mesma forma como aconteceu com intelectuais franceses que gravitaram em torno da *Revue des questions historiques*, entre 1866 e 1939, Afonso Celso sofreu “uma espécie de *conjuração de silêncio*

32 Biblioteca Nacionalista. *GB*, n.76, p.14, 22 jul. 1920.

33 A palavra do mestre. *GB*, n.66, p.1, 15 abr. 1920.

34 Delamare, Alcebiades. *GB*, n.53, p.5, 13 fev. 1920.

35 Conferir: Direção. A palavra do mestre. *GB*, n.66, p.1, 15 abr. 1920 e Idem. O Chefe supremo do nacionalismo saúda o Rei-herói. *GB*, n.86, p.1, 30 set. 1920. Nesse último, salienta o papel de Afonso Celso na delegação de recepção do Rei da Bélgica que estava visitando o Brasil na época.

estabelecida pelos autores universitários, laicos e republicanos contra um conjunto de historiadores e letrados de tendência católica e regalista (...)”, por isso, “os compêndios de historiografia brasileira costumam passar ao largo do nome de Afonso Celso”. Assim, pouco mencionado pelos estudos históricos que demarcaram os principais pensadores do país, Afonso Celso é relacionado, no mais das vezes, ao pensamento nacionalista ufanista, divulgado na obra que integrou a *Biblioteca Nacionalista*.

Tal iniciativa, tida por muitos como vazada em tons ingênuos, que preconizava a grandeza territorial e natural do país, começou a ser questionada após a Primeira Guerra. A visão otimista do povo, da geografia e da história assumiu tons críticos frente a um país cujas riquezas existiam apenas potencialmente, sem se efetivar na prática e alterar o lugar ocupado pelo país no concerto das nações. À construção da identidade nacional juntaram-se os questionamentos sobre as causas do atraso do povo e da exploração efetiva do território brasileiro. O nacionalismo contemplativo deu lugar a um nacionalismo crítico, que não mais se contentava em somente salientar possibilidades, postura que se distanciava da defendida por Afonso Celso.

Cabe destacar que no início da década de 1920, Afonso Celso era diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, escrevia nos principais órgãos da imprensa, como *Jornal do Brasil*, além de ter ocupado cargos políticos de destaque desde o Império. Ademais, presidia o IHGB, num momento em que o Instituto voltava a ganhar proeminência.

Após a proclamação da República, na ótica dos recém-chegados ao poder, o Instituto Histórico representava uma herança típica do *ancien regime*. Tanto assim, que houve até quem cogitasse extingui-lo (...) Sua reabilitação se iniciou com a volta das oligarquias ao poder. A prova disto é que Prudente de Moraes, logo após tomar posse na mais alta magistratura do país, foi eleito presidente de honra da corporação (...) (Guimarães, 2007, p.23 e p.29; grifo original)

A eleição de Epietácio Pessoa para a chefia do Executivo Federal em 1919 teve impacto positivo na retomada do IHGB. Sócio desde 1901, Pessoa destinou verbas e papel de relevo para o Instituto nas Comemorações do Centenário da Independência.

(...) acompanhava de perto as atividades do Instituto. Logo que assumiu o poder (...) concedeu uma série de benefícios ao *Silogeu*. Elevou inclusive a subvenção anual do Tesouro para 40 contos de réis. Por ocasião das festividades do Centenário da Independência, deu outras provas de estima: patrocinou a realização do Primeiro Congresso Internacional de História da América e a publicação dos dois primeiros volumes do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Ao final do mandato, ofereceu um derradeiro agrado ao grêmio: baixou o decreto n.15.815, destinando um edifício público para abrigar em definitivo o Instituto”. (ibidem, p.33).

Frente à responsabilidade de celebrar a memória nacional, o IHGB figurava como berço do patriotismo e seu presidente con-substanciou-se como “o chefe venerável do nacionalismo brasileiro”. (Martins, 1978, p. 191).

Não é demais lembrar que foi pelas mãos de Afonso Celso que o então ministro da justiça, Epietácio Pessoa, entrou para os quadros do Instituto, em 1901 (cf. Guimarães, op. cit., p.49). Compartilhavam, portanto, o mesmo espaço social de investigação e pesquisa, o que explica a atenção que o político paraibano dedicou ao Instituto quando ocupou a presidência. O decreto que autorizou a transladação dos restos mortais do Imperador Pedro II, em 1920, é um bom exemplo da proximidade entre os dois.

Já em 1901, Afonso Celso, juntamente com Basílio Magalhães, iniciou a campanha para repatriar o Imperador. A iniciativa não encontrou eco junto ao Governo Federal até 1919, quando o projeto do deputado Maurício de Lacerda foi aceito no Congresso e transformado em decreto-lei, cabendo ao IHGB a responsabilidade de organizar tal iniciativa, com financiamento do poder público.

Nesse momento, o IHGB e o seu presidente gozaram de prestígio que não desfrutavam desde os tempos monárquicos.

Em carta aberta publicada no *Jornal do Brasil*, em 19 do mesmo mês e reproduzida logo depois em *Gil Blas*, Afonso Celso explicou por que aceitou a proposta de Delamare e Bomilcar, para participar da ASN e da revista, a despeito de haver sido monarquista e combatido Floriano Peixoto, principal herói dos formuladores do convite:

Sabem como relutei em aceitar. Obedeci afinal à consideração de que, seguindo até uma recomendação do testamento de meu pai, não podia recusar servir uma nobre causa patriótica, quando o meu concurso, mais fonte de sacrifícios do que regozijos era, insistentemente, reclamado. Influuiu, talvez, no convite dos senhores a circunstância, generosamente apreciada, mais exata, de que vem de longe o meu espírito nacionalista.³⁶

A intensa participação de Afonso Celso contribuiu para mudar o perfil do semanário. Nos seus textos assinados fica explícito que sua apreensão do nacionalismo diferenciava-se da que havia sido, até então, defendida nas páginas da revista. Já no discurso de posse na ASN, salientou que não era “contra os estrangeiros que querem ajudar no crescimento do país”.³⁷ Chamava a atenção para as possibilidades de crescimento do Brasil, atribuídas ao seu povo, cultura e riquezas e incluiu a necessidade de se aceitar o estrangeiro que contribuísse para o “engrandecimento da nação, independente de sua nacionalidade”,³⁸ num diapasão muito diverso do predominante nas páginas de *Gil Blas* ao longo do segundo semestre de 1919. Tal leitura era compartilhada por Victruvio Marcondes,

36 Celso, Afonso. Carta in. Imperecível documento histórico. *GB*, n.55, p.1, 25 fev. 1920.

37 Idem. Ação Social Nacionalista: a memorável reunião do dia 13. *GB*, n.54, p.1-2, 20 fev. 1920.

38 Idem. Reconhecimento e consagração do nacionalismo. *GB*, n.88, p.1, 14 out. 1920.

José Balthazar da Silveira e Carlos Maul, sem a lusofobia típica de Delamare e Bomilcar, num tom que pode ser caracterizado como moderado.³⁹

A forte ligação de Afonso Celso com a monarquia e Pedro II distanciava-o do antilusitanismo.⁴⁰ Celso exaltava a colonização portuguesa, tida como menos exploradora e violenta se comparada a de outros países. Não responsabilizava os portugueses pela escravidão no Brasil; além disso, afirmava que os fatos que mereciam ser lembrados não eram os movimentos emancipacionistas, mas sim episódios como a catequese indígena, a epopeia dos bandeirantes e a expulsão dos holandeses, iniciativas creditadas ao colonizador lusitano, o que estaria em sintonia com a simpatia nutrida pela monarquia (cf. Oliveira, 1990, p.130). Ele fez questão de deixar tal ponto explícito em *Gil Blas* ao salientar que não “era contra o povo português e a colonização portuguesa”.⁴¹ No que era acompanhado por seu companheiro de IHGB, Epiácio Pessoa, que:

(...) não aprovava a mística nacionalista na sua instintiva desconfiança ao homem de fora e, sobretudo, ao português. Toda suspeita de coligação e forças secretas, estranhas ao país, repugnou-lhe sempre (...) Assim é que timbrou em desfazer qualquer equívoco conseqüente às dificuldades diplomáticas (...) convidando o Presidente de Portugal, Antônio José de Almeida, a visitar o Brasil. E quando este veio por ocasião do Centenário, no discurso oficial com que o saudou, frisou bem a sua ideia de unidade moral entre as duas pátrias (...). (Gabaglia, 1951, p.649-50.)

39 Victrúvio Marcondes reafirmava a grandeza territorial e natural do país, mantida graças à força dos bandeirantes paulistas que ajudaram a desenhar o mapa do território nacional. Marcondes, Victrúvio. As bandeiras. *GB*, n.88, p.9, 14 out. 1920. José Balthazar da Silveira argumentava que a grandeza territorial do país deve ser preservada, já que particulariza positivamente o Brasil. Silveira, José Balthazar. A lição dos fatos. *GB*, n.59, p.11, 25 mar. 1920.

40 Essa relação de Afonso Celso com Pedro II lhe “valeu o mote republicano no Império, monarquista na República”. (Guimarães, 2007, p.46).

41 Celso, Afonso. Três escopos da ação social. *GB*, n.70, p.4, 10 jun. 1920.

Assim, ambos eram favoráveis aos imigrantes que viessem a contribuir para a economia brasileira, mas condenavam os “indesejáveis”, portadores de doutrinas tidas como “exóticas” e revolucionárias, ou seja, os estrangeiros que, por palavras ou ações, voltavam-se contra a ordem política, econômica, moral e social existentes, “considerados nocivos à sociedade e perigosos à segurança pública – regra geral, aqueles que, por meios variados, contestavam a propriedade, o trabalho, a família, a moral cristã e os poderes constituídos (...)”. (Medeiros, 1996, p.91).⁴²

Os artigos enfeixados em *Operariado* foram, como seria de esperar, os que mais insistiram nessa cantilena.⁴³ Havia a preocupação com a presença de elementos vindos de fora e introdutórios de ideias perigosas entre os trabalhadores e operários.⁴⁴ Vários dos colaboradores de *Gil Blas*, em 1920, compartilhavam tal sentimento e endossavam a tese da “conspiração estrangeira”. No artigo: “Oposicionismo açulado pelos açambarcadores”, criticou-se os “manifestantes-grevistas” da empresa *Leopoldina*, pelo fato de a “maioria ser estrangeiros e anarquistas”⁴⁵, por isso, afirmava-se que “faz bem o Governo Federal não ceder às mudanças pedidas por eles”. Já Gilberto Amado escreveu no seu artigo:

42 Sobre o posicionamento de Eptácio Pessoa, conferir Gabaglia, 1951, p.351-2.

43 A greve na Leopoldina. *GB*, n.59, p.4, 25 mar. 1920.

44 Segundo Sheldon Maram (1979, p.61), essa ideia era explorada por grupos nacionalistas, que assim justificavam posturas xenófobas: “a intenção era dividir a classe trabalhadora, instigando o sentimento nacionalista e o ressentimento dos brasileiros contra trabalhadores estrangeiros que dominavam o movimento operário”.

45 Machado, Paula. Oposicionismo açulado pelos açambarcadores. *GB*, n.61, p.5, 8 abr. 1920. A tese da “conspiração estrangeira”, divulgada na época, está de acordo com que afirma Sheldon Maram (1979, p.62): “A acusação de conspiração estrangeira ganhou força à medida que o operariado dava mostras de organização” e “(...) os artigos na imprensa diária, o discurso de líderes políticos e econômicos e as declarações da polícia pulverizavam no público brasileiro a opinião de que as greves resultavam de maquinações de elementos estrangeiros”. Nicolau Sevcenko (2003, p.87) ressalta que as “próprias divisões étnicas entre os grupos majoritários, negros, mulatos e portugueses eram fontes de atritos e entraves à unidade do movimento”.

Os Estadistas brasileiros terão de ter muito tato para lidar com os movimentos sociais nesse momento, principalmente com o operariado, pois o país não tem maturidade para absorver as mudanças sociais da Europa, ao mesmo tempo que está sob a influência de suas mudanças, como a revolução russa, o socialismo, anarquismo, por isso o Estado deve ser forte para conter movimentos baseados na indisciplina herdada da influência estrangeira.⁴⁶

No entanto, os textos mais emblemáticos foram assinados pelo Major Cezimbra Jaques: trata-se de uma série de catorze artigos, publicados a partir do número 58, de 18 de março de 1920, nos quais se propunha a conciliação entre o capitalista e o trabalhador, com o objetivo de evitar o perigo de “uma revolução socialista ao modelo russo”, importada por trabalhadores estrangeiros em terras brasileiras.⁴⁷ O autor sempre solicitava a intervenção do Poder Executivo, principalmente frente às mobilizações operárias, e não escondia sua simpatia por um governo federal mantenedor da ordem, centralizador e nacionalista.⁴⁸ Na revista número 60, de 1^a de abril de 1920, ele escreveu que o socialismo é utópico, “mas também mobilizador, por isso cabe ao governo federal, principalmente ao Presidente Epitácio Pessoa, fazer mudanças sociais, para manter a ordem e um país coeso”.⁴⁹

Essa postura estava em consonância com o discurso e a ação presidenciais. Em mensagem enviada ao Congresso em 3 de maio de 1920, Epitácio Pessoa deixou claro que procurava facilitar a vinda de mão de obra estrangeira para lavoura, “combinando com os governos amigos as medidas que concorram com este fim”. Mas, no entanto, deixava claro que nem todos os emigrantes se-

46 Amado, Gilberto. O princípio da autoridade. *GB*, n.57, p.1, 11 mar. 1920.

47 Jaques, Major Cezimbra. Pacificação do obreiro com o capitalista. *GB*, n.58, p.11, 18 mar. 1920.

48 *Ibidem*.

49 *Idem*. Pacificação do obreiro com o capitalista. *GB*, n.60, p.3, 1^a abr. 1920.

riam desejáveis. “O país deve precaver-se contra os maus elementos, portadores de ideias subversivas, que se infiltram na corrente imigratória”.⁵⁰

Assim, não se tratava de atacar uma nacionalidade específica, mas de combater os militantes políticos, sobretudo ligados ao movimento operário e suas organizações.⁵¹

A presença sistemática de Afonso Celso nas páginas de *Gil Blas* significou a divulgação de uma proposta nacionalista, presente em artigos e seções, em consonância com as iniciativas do presidente da República. Por vezes, numa mesma seção conviviam os discursos moderado e xenófobo, como ocorria em *Igara*, seção de crônicas, que enveredava pelo nacionalismo moderado, com leve tom ufanista, quando assinada por Cláudio Gaspar:

(...) tive a ousadia e a petulância de afirmar que o povo brasileiro, alteando-se, entre os demais povos podia rezar um credo. Sou um povo forte. Entre a robustez do meu país me criei e entre robustez vivo, e vivo nessa natureza esplêndida na sua juventude, e sou jovem, e tenho poucos anos de vida, e já tenho meu credo, e este

50 Brasil. *Congresso Nacional*. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República na abertura da terceira sessão da décima legislatura. 3 de maio de 1920. Disponível em: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1312/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2010. Não por acaso, em março desse ano uma grande massa de trabalhadores, representando numerosas classes de operários, inquietou por alguns dias a Capital, “repetindo o que ocorrera no início do quadriênio” (cf. Gabaglia, 1951, p.321). Reivindicações dos trabalhadores da *Leopoldina Railway* e a greve dos marítimos, que começou em Santos, se estendeu por todo o Rio de Janeiro. Em contrapartida foram fortemente reprimidos pela polícia e muitos operários foram presos, o que levou ao fracasso do movimento com predominância dos estrangeiros. (cf. Rodrigues, 1997, p.32).

51 Foi no governo de Epitácio Pessoa que se aprovou a lei de 1921 que regulava a entrada de estrangeiros indesejáveis. Cf. BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n. 4247 de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. *Coleção de leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.

credo é o meu patriotismo e da minha virilidade. Creio em ti, ó grande Pátria do meu amor e da minha união.⁵²

O tom lusófono predominava nas ocasiões em que o responsável era Arthur Gaspar Vianna:

Existem dois mundos literários, separados por um largo oceano (...) Um usando daquela benemérita velha frase popular “já deu o que tinha que dar” (...). O outro mundo é semelhante a um menino que passa para puberdade e vai crescendo com robustez. Esses dois mundos são o português e o brasileiro; aquele quer abraçar este⁵³

Outras seções particularizaram-se por divulgar, exclusivamente, o discurso moderado, como “Páginas Literárias”, que se especializou em publicar poemas sobre a grandeza do povo, do território nacional e dos que chegavam para ajudar fazer do “Brasil um país ainda melhor”.⁵⁴

A referida tensão ecoou em textos de temáticas diversas, como *Literatura*, que trazia crônicas, contos e poesias, marcados pela reverência à extensão geográfica, bem como às riquezas culturais e naturais do país, num registro também bem próximo a um nacionalismo, pautado por um discurso moderado, como se pode notar no verso a seguir:

Amo-te à exaltação, idolatradamente.
Pátria! Em ti vibra to meu ser morto ou vivo!
Foste Árvore ou és floresta! Ninho redevivio!
Espalha a alegria em todo Continente!
És de Atlântico amor! Solução sensitivo
De Moemas e Perys pelo sertão plangente

52 Gaspar, Claudio. Igara. *GB*, n.63, p.11, 21 abr. 1920. Conferir também: Idem. Igara. *GB*, n.60, p.3, 1ª abr. 1920.

53 Vianna, Arthur Gaspar. Igara. *GB*, n.74, p.5, 8 jul. 1920.

54 Páginas Literárias. *GB*, n.83, p.10, 9 set. 1920 e Páginas Literárias. *GB*, n.86, p.5, 30 set. 1920.

As criancinhas beija alegre e compassivo
 Cansados do Infinito ao Sol e céu fugindo
 Vai, em fim, se abrigar junto ao Beija-Flor!
 Pátria de liberdade! onde o fero índio e forte
 Que inspira a Rondon e dele faz Corte!⁵⁵

Em outros momentos, entretanto, o sentido mudava, caso dos versos de Luciano de Oliveira, que assinava Lusófobo de Oliveira, pseudônimo que já se constituía numa palavra de ordem:

Artista de talento tão pequeno
 Tem Brazão grande queda prá negócio
 Do “Maria Segunda” é ilustre sócio
 Sócio do Rei no quiosque damasceno
 Por este fato se julga nobre
 Ser tanto ou quanto Rei de Portugal
 Como, porém, dinheiro não faz mal
 Veio ao Brasil buscar mais alguns cobres
 Em troca um *Hamleto* com tomates
 E de um *Kean* que nos deu com ceboladas
 Ela apanhou aqui grossa bolada
 E recheado voltou para seus penates
 Mas foi tão ruim o leite que mamou
 Tamanha ingratidão seu peito encerra
 Que, murchando as orelhas, lá da terra
 Um para de coices o Brasil mandou!⁵⁶

Outras formas de nacionalismo também passaram a ser difundidas a partir de 1920. Em *Política Regional* exaltavam-se os paulistas

55 Carolino, General Pedro. Brasil. *GB*, n.85, p.5, 23 set. 1920. Ver também: Moreira, Álvaro. Torquato Junior. *GB*, n.51, p.4, 29 jan. 1920, MOTA, Aldo. O medo. *GB*, n.53, p.12, 13 fev. 1920; Cardia, Nelson. Duas frases. *GB*, n.63, p.10, 21 abr. 1920; Magalhães, Augusto. Sublime amor. *GB*, n.82, p.5, 2 set. 1920.

56 Oliveira, Lusófobo. *GB*, n.84, p. 8, 16 set. 1920.

e suas qualidades. Ao discutir a política do Estado, Victruvio Marcondes fez questão de enfatizar a força paulista e relacioná-la com os bandeirantes, responsáveis pela “atual grandeza territorial e pela riqueza cultural brasileira”, além de, segundo ele, “ter a essência do forte povo brasileiro, devido à mistura étnica/racial, resultante do cruzamento entre índios, brancos e negros”.⁵⁷ Em outro artigo, esse não assinado, afirmava-se que exaltar São Paulo era um dever, pois o Estado significava a parte do país que mais acumulava realizações: “Exaltar o progresso, a cultura, a riqueza e a prosperidade econômica e política de São Paulo é para nós, nacionalistas, um grato dever, é um júbilo intenso.”⁵⁸

São Paulo era apresentado como modelo para um Brasil, visto como um exemplo harmonioso, ancorado numa geografia e raça particulares, na economia e cultura desenvolvidas:

É São Paulo numa pletora de seiva, a erguer-se à altura da natureza que o abençoa, e vivifica, e eleva; é o homem a mostrar-se grande como essa madre fecunda, como essa força indomável, num formal desmentido, num protesto peremptório altivo, eloquente, formidável contra tudo que negue o valor de nossa raça e contra todos que não o ajudam a construir a glória perene e a tornar infinita a grandeza do Brazil!⁵⁹

A reafirmação da importância de uma “raça brasileira”, fruto da miscigenação, fazia-se presente quando o tema eram os esportes. Aqui se reafirmavam as nossas particularidades, ancoradas na mistura, o que nos distinguiria dos demais países.⁶⁰ Para Raul Damázio, a formação de uma “raça brasileira forte”, “superior”, iria se concretizar somente por meio do culto ao corpo, à saúde e ao

57 Marcondes, Victruvio. As bandeiras. *GB*, n.88, p.9, 14 out. 1920.

58 São Paulo é o Brasil de amanhã. *GB*, n.77, p.5, 29 jul. 1920.

59 Sigamo-lo! A situação econômica de São Paulo. *GB*, n.78, p.1-2, 5 ago. 1920.

60 O regresso dos “sportmen” gaúchos. *GB*, n.62, p.3, 15 abr. 1920 e *SÁ*, Augusto. *GB*, n.8, p.5, 8 abr. 1920.

esporte,⁶¹ enquanto Mario Villalva apresentava a formação racial como característica primordial da nacionalidade brasileira.⁶²

Na temática *Sociedade*, a postura nacionalista associava-se à “discussão sobre a emancipação social feminina”, tida como “um grande problema social, a ser resolvido se o Brasil quisesse se tornar uma nação próspera”.⁶³ Ao ocupar espaço mais significativo na sociedade, as mulheres eram vistas como capazes de colaborar com o ideário de *Gil Blas*.⁶⁴ Raquel Prado, por exemplo, afirmava que as mulheres, principalmente as mães, tinham que ser convocadas “para trabalhar pela nacionalização da nossa raça”, pois (...) a mulher “deve ser grande e nobre para a família, para a Pátria e para a Humanidade”.⁶⁵

O posicionamento observado na revista era coerente com as posturas da escritora Anna Cezar e de seu movimento *Legião da Mulher Brasileira*, órgão de cunho nacionalista e conservador ligado à ASN.

The ASN aimed to “emancipate” women and incorporate them into its struggle. Catholics activists, the wives and the relatives of members, adherents a few female groups and other middle class women responded to its call. Writer Anna Cézár, the president of the one theses female groups – the Legion of the Brazilian Woman – observed the ASN woman would guide and inspire their menfolk: “Patriotic Love invigorated by the love of the mother, wife, sister and daughter (...) Further underlining their customary roles, she

61 Damázio, Raul. Os estádios são os grandes eugênicos sanatórios da raça. *GB*, n.63, p.5, 21 abr. 1920; Idem. Educação física feminina. *GB*, n.64, p.9, 29 abr. 1920; Idem. Eduquemo-nos fisicamente. *GB*, n.65, p.12, 6 maio 1920.

62 Villalva, Mário. O culto inconsciente da natureza. *GB*, n.62, p.3, fev. 1919; Idem. Ironia e piedade. *GB*, n.66, p.14, 13 maio 1920.

63 Prado, Rachel. Às mães brasileiras. *GB*, n.86, p.10, 30 set. 1920.

64 Essa leitura estava de acordo com um dos doze marcos de *Gil Blas*: “Emancipação da mulher brasileira integrando-a no seu verdadeiro papel de primordial fator de nossa grandeza moral”, e o 19º da *Propaganda Nativista*: “Incorporação da mulher como fator cívico, a esta propaganda”.

65 Prado. Às mães brasileiras. *GB*, n.86, p.10, 30 set. 1920.

added that women would cultivate patriotism with the same care they used in cultivating their gardens and pearance. (Gonzales; Kampwirth, 2001, p.233-6).⁶⁶

A autora defendeu que as mulheres deveriam conquistar maior espaço na sociedade, desde que respeitassem as funções que, supostamente, caberiam ao sexo feminino: “missão do lar”⁶⁷ e “o ponto de equilíbrio familiar”.

Gil Blas noticiou o embate entre Anna Cezar e Cecília Meireles, logo após a fundação do movimento. Segundo a própria Anna Cézar, quando ela foi nomeada diretora da *Legião da mulher brasileira*, afastou Cecília Meireles, pois:

A Legião não quer a mulher anarquizada, valentona, masculinizada, quer orientá-la para sua grande missão do lar, na sociedade e na pátria, esforçando-se para elevá-la sempre sob todos aspectos, trabalhando, não só para seu futuro engrandecimento, como também para o nosso amado e lindo Brasil.⁶⁸

Ao se discutir a tensão no movimento, um autor não identificado também criticou o papel de Cecília Meireles na *Legião da mulher brasileira*, e afirmou que ela era anarquista, pois se dizia a favor de uma maior emancipação da mulher. A respeito de Anna Cézar, fez comentários elogiosos, concordando com a “importância do papel da mulher no engrandecimento da nação”, desde que desempenhasse “seu papel familiar”.⁶⁹

66 A *Legião* contava com a participação da primeira-dama Maria da Conceição de Manso Saião, e era dirigida por Anna Cézar, que junto com o movimento ganhou espaço em *Gil Blas*. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1999, p.338), “na Legião da Mulher Brasileira, com a esposa de Epitácio Pessoa à frente, (...) era o feminismo religioso e oficial”.

67 Cézar, Anna. *Legião da mulher brasileira*. GB, n.86, p.3, 30 set. 1920.

68 *Ibidem*.

69 *Legião da mulher brasileira*. GB, n.88, p.1, 14 out. 1920.

Assim, pode-se notar que a postura divulgada em *Gil Blas* afastava-se de iniciativas voltadas para emancipação feminina, tratava-se de leitura conservadora, que reservava às mulheres a função de cuidar dos filhos da pátria.

Percebe-se, portanto, a presença de várias propostas de cunho nacional, algumas mais próximas do discurso proveniente das hostes governamentais e antilusitanas, que não era endossada pelo Executivo, numa mescla complexa que aliava perfil doutrinário ao lado do apoio pessoal a Epiácio Pessoa.

Entretanto, o antilusitanismo continuava presente na revista e somou 52% de todos os textos dedicados ao nacionalismo, o que lhe assegurou, em 1920, a condição de discurso mais presente no periódico (10,7% do total de artigos publicados). Tomando-se apenas os autores com maior número de artigos assinados, percebe-se que a maioria compartilhava tal ideal, com destaque para Bomílcar e Delamare, ao que se deve acrescentar Antônio Torres, Lusófobo de Oliveira, Arthur Gaspar Vianna, Domingos Castro Lopes, Oscar de Abrantes, Paula Machado e Francisco Coelho de Paula.

Antônio Torres atacou abertamente os imigrantes portugueses, a Confederação Luso-Brasileira e seus simpatizantes.⁷⁰ Esse autor foi um destacado crítico da presença lusitana no Brasil, e anos mais tarde reproduziu em seu livro *As razões da Inconfidência*, de 1925, as críticas que já fazia em *Gil Blas*, ou seja, a justificativa do nosso atraso pela colonização portuguesa e a atual exploração de antigos colonizadores, além de acusar os lusos de utilizarem a imprensa para difundir o antinacionalismo.⁷¹

Lusófobo de Oliveira também assinou uma série de matérias nas quais agredia duramente o povo e o imigrante português.⁷² Da mesma forma, Francisco Coelho de Paula criticava severamente

70 Torres, Antonio. União Luso-Brasileira. *GB*, n.68, p.2, 27 maio 1920.

71 Idem. *As razões da Inconfidência*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

72 Oliveira, Lusófobo. Independência ou bolsa. *GB*, n.85, p.10, 23 set. 1920; Idem. 1.600 contos. *GB*, n.86, p.8, 30 set. 1920.

o elemento português⁷³, posição igualmente expressa nos artigos de Domingos Castro Lopes, que também criticava a aproximação entre portugueses e brasileiros.⁷⁴ Já Paula Machado insistia no monopólio do comércio por lusos do Rio de Janeiro e na recolonização do Brasil, via Confederação Luso-Brasileira.⁷⁵ A presença de portugueses no norte do país era o tema de Oscar Abrantes.⁷⁶ Entretanto, a maioria dos artigos que atacava os portugueses não trazia assinatura (63%), ou seja, provinham daqueles que controlavam a revista.

O cavalo de batalha seguia sendo o perigo representado pela Confederação Luso-Brasileira, termo que tocava de perto o Governo Federal e, portanto Epitácio Pessoa. Insistia-se na tese da “retomada de uma antiga relação colonial” proveniente de Lisboa. Trajano de Almeida, por exemplo, afirmou ter assistido à conferência sobre a aproximação entre Portugal e Brasil, na qual o palestrante lembrava o quanto “o Brasil deve à sua Metrôpole” e que deixava claro que a aproximação iria “além de trocas comerciais amigáveis”.⁷⁷ A crença de que a Confederação Luso-Brasileira tinha entre seus objetivos a recolonização foi reafirmada por Delamare. Ele definiu seus propugnadores como “colonialistas portugueses” e sustentou que “o interesse em tal junção política era uma tentativa de retomar o processo de exploração da época colonial”.⁷⁸

73 Paula, Francisco Coelho de. Lusofobia. *GB*, n.83, p.11, 9 set. 1920; Idem. Lusofobia. *GB*, n.83, p.11, 9 set. 1920.

74 Lopes, Domingos Castro. Beijo de Judas. *GB*, p.11, 13 maio 1920.

75 Machado, Paula. Confederação Luso-Brasileira na presidência de Wenceslau Braz. *GB*, n.55. p.11, 25 fev. 1920; Idem. O quarto poder. *GB*, n.73, p.11, 2 jul. 1920; Idem. O grande inimigo do remodelamento do Rio. *GB*, n.84, p.8, 16 set. 1920.

76 Conferir a seção Abrantes, Oscar. Correspondência do Amazonas, publicada em: *GB*, n.47, p.10, 1ª jan. 1920; *GB*, n.48, p.7, 8 jan. 1920; *GB*, n.65, p.5, 6 maio 1920 e também, Idem. Correspondência do Pará. *GB*, n.85, p.3, 23 set. 1920.

77 Almeida, Trajano. O Brazil deve dar tudo a Portugal?. *GB*, n.53, p.22, 13 fev. 1920.

78 Delamare, Alcebiades. Ainda a Confederação?. *GB*, n.47, p.2, 1ª jan. 1920.

No entanto, além do Estado e dos nacionalistas portugueses, os ataques abrangiam intelectuais e órgãos da imprensa brasileira e lusitana que davam suporte à Confederação Luso-Brasileira. Assim, em artigo não assinado, denunciava-se que “(...) a maioria acredita que o Brasil ainda é colônia de Portugal” e advertia: “Fiquem os portugueses sabendo que não somos idiotas e que os fiscalizamos melhor do que parece”.⁷⁹ Em outro texto, comentava-se matéria do jornal português *A República*, na qual se temia que o Brasil deixasse de “ser uma eterna colônia de Portugal”.⁸⁰

Delamare denunciou uma suposta “quadrilha, com sede em Portugal e com filial no Rio de Janeiro, tentando viabilizar tal projeto”, com participação de brasileiros e portugueses:

Meia dúzia de brasileiros, dentre os quais cumpre citar nomes dos Srs. Paulo Barreto, Fausto Ferraz, Medeiros e Albuquerque, Afrânio Peixoto, Pinto da Rocha, Silva Ramos, Antonio Carlos, que se associaram de corpo e alma aos Srs. Malheiro Dias, João Lage, Visconde de Moraes, Filinto de Almeida, e outros portugueses mais ou menos importantes (...) diante da massa vultosa dos grandes interesses cumpro meu dever de patriota, fazendo meu panfleto *Gil Blas* o clarim de rebate contra a onda invasora e denunciando bem alto, à opinião pública do meu país, os traidores da pátria.⁸¹

João do Rio foi particularmente visado pela revista, por sua ligação com a cultura e a literatura portuguesas. Vale lembrar que, em 1913, foi eleito membro da *Academia de Ciências de Lisboa* (ACL), engajou-se na aproximação econômica e cultural entre Brasil e Portugal e fundou, com João de Barros, em 1915, a revista *Atlântida*, que circulava nos dois países. Em 1920, envolveu-se na criação do jornal *A Pátria*, no qual defendeu os direitos dos colonos portugue-

79 O Brasil e os “nossos” irmãos do além-mar. *GB*, n.56, p.11, 4 mar. 1920.

80 Depoimento insuspeito. *GB*, n.53, p.13, 13 fev. 1920.

81 Delamare, Alcebiádes. Ainda a Confederação?. *GB*, n.47, p.2, 1ª jan. 1920.

ses, principalmente dos pescadores, proibidos de praticar seu ofício por conta da lei de nacionalização da pesca.⁸² Tal apoio irritava os articulistas de *Gil Blas*, pois se argumentava que os pescadores portugueses estavam monopolizando a pesca no Brasil. No artigo “Nacionalização da pesca” salientou-se que “5.084 é o número de pescadores matriculados no Rio de Janeiro”,⁸³ por isso os responsáveis pela revista esperavam resolver o caso graças ao plano de Frederico Villar, que pretendia fazer valer a lei de nacionalização da pesca, regulamentada por decreto presidencial. Para tanto era necessário combater supostos defensores dos portugueses em terras brasileiras.⁸⁴

João do Rio por certo não defendia a união com Portugal, apenas concordava que seria proveitoso reafirmar acordos culturais e eco-

82 João do Rio foi figura de destaque no país graças às atividades de jornalista e as muitas crônicas e artigos publicados na imprensa carioca. Colaborou para *O Paiz*, *O Dia*, *Correio Mercantil* e *Gazeta de Notícias*. Ele fez do jornalismo sua principal atividade, a partir da qual escreveu várias obras, entre elas *Religiões do Rio* (1904), considerada modelo de jornalismo investigativo. Em 1910 foi eleito para a *Academia Brasileira de Letras* e, segundo João Carlos Rodrigues, cultivava a imagem boêmia de “dandi de salão”, o que lhe valeu críticas preconceituosas. Conferir: Rodrigues, 1996, p.239, O’Donnel, 2007 e Gomes, 1996.

83 Nacionalização da pesca. *GB*, n.94, p.5, 25 nov. 1920. Lucia Maria Paschoal Guimarães (2006, p.4) confirma perseguições aos pescadores portugueses, nessa época, salientando que a mais violenta foi aquela denominada a “questão dos Poveiros”, na qual “portugueses naturais da Póvoa do Varzim se repatriaram, pois não aceitaram a possibilidade [de] se tornar brasileiros” para continuar com a pesca no Brasil.

84 Villar foi membro da Marinha Nacional e responsável por aplicar tal lei no Pará. No final de 1920, foi designado para agir no Rio de Janeiro, tido como principal reduto português no território brasileiro e com isso, ganhou a simpatia dos lusófonos da revista, que acreditavam que somente ele podia “pregar tal iniciativa no resto do país”. Ver: Nacionalização da pesca. *GB*, n.94, p.5, 25 nov. 1920; O caso do Pará. *GB*, n.56, p.7, 4 mar. 1920 e A nacionalização da pesca é um fato!. *GB*, n.87, p.2, 7 out. 1920; Abrantes, Oscar. Enxovalho revoltante. *GB*, n.56, p.6, 4 mar. 1920 e Machado, Paula. Epopeia do civismo. *GB*, n.58, p.9, 18 mar. 1920; Ainda nacionalização da pesca. *GB*, n.88, p.8, 14 out. 1920.

nômicos, o que fornecia munição para os nacionalistas de *Gil Blas*, que o associavam à Confederação Luso-Brasileira.

Antônio Torres foi impiedoso por julgá-lo, juntamente com João de Barros, o idealizador “da União Luso-Brasileira, depois Confederação Luso-Brasileira e, por último, da aproximação Luso-Brasileira”, e salientou que a mudança de nomeação remetia para o mesmo objetivo: “a exploração do Brasil por Portugal”.⁸⁵ Entretanto, não se pode subestimar o fato de *A Pátria* ter sido um dos principais órgãos de oposição do governo Epitácio Pessoa, e João do Rio não mediu críticas à lei de nacionalização da pesca. Com o passar do tempo, a questão acabou personalizada, o que gerou um arsenal de críticas ao dirigente do país. “A campanha do *A Pátria*, porém, não ficou no campo das ideias, e, em breve, descia, de forma incrível, ao domínio pessoal” (Gabaglia, 1951, p.349).⁸⁶

Dentre os portugueses residentes no Brasil, supostamente ligados à Confederação, os mais visados foram Malheiro Dias, Carvalho Neves e João Lage. Este último, dono de *O Paíz*, era acusado de utilizar o jornal para fazer propaganda da colônia portuguesa e atacar o movimento nacionalista que, segundo *Gil Blas*, “ganhava força” no Brasil.⁸⁷ Não é de se estranhar de que, como *A Pátria*, *O Paíz* também fizesse oposição a Epitácio Pessoa: “a campanha jornalística contra Epitácio Pessoa foi conduzida pelo *Correio da Manhã*, secundado pela *A Noite*, *O Imparcial*, *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Vanguarda*, etc.” (Gabaglia, op. cit., p.433).

Já Malheiro Dias, denominado “defensor dos interesses portugueses no Brasil”,⁸⁸ era criticado por utilizar a sua *Revista da*

85 Torres, Antonio. União Luso-Brasileira. *GB*, n.68, p.2, 27 maio 1920.

86 Sobre a Lei de nacionalização da pesca e oposição do jornal a Epitácio, ver também: Gabaglia, 1951, p.349 e p.439-40.

87 Esvurmendo dois bubões. *GB*, n.87, p.7, 7 out. 1920. Sobre a história do jornal, ver: Sodré, 1999, p.252, Edmundo, 1938, p.954 e Barbosa, 2007, p.46.

88 Oliveira, Lusófono. *GB*, n.87, p.1, 7 out. 1920. Malheiro Dias, filho de pai português e de mãe brasileira, era militante político monarquista, ligado ao movimento integralista português, razão pela qual se exilou no Brasil a partir de 1912 (cf. Luft, 1969). Escreveu *A mulata* (1896), quando visitou o Brasil

Semana para divulgar a Confederação Luso-Brasileira. Lusóforo de Oliveira asseverava que Dias não tinha “nenhum interesse em ajudar o Brasil, já que não tinha respeito pelo povo brasileiro”.⁸⁹ Valia-se de sua obra *A mulata* para provar que ele “desrespeitava a mulher brasileira”.⁹⁰ O comerciante Carvalho Neves, por seu turno, era acusado de criticar o nacionalismo brasileiro e fazer apologia ao português, via Confederação Luso-Brasileira;⁹¹ além disso, ousara taxar Carlos Maul e Afonso Celso de “líderes nacionalistas inconsequentes”.⁹²

Nota-se mesmo que o antilusitanismo não tivesse entre as propostas do Governo Federal, era utilizado como argumento para abraçar as iniciativas do Executivo, como a nacionalização da pesca e a transladação dos restos mortais de Pedro II. Nas páginas da revista, insistia-se que Pedro II, diferentemente de seu pai, era brasileiro e, por isso, defendeu apenas os interesses do Brasil, razão pela qual se defendia que se “deveria trazer os restos mortais deste que sempre lutou pelos interesses do Brasil”.⁹³ Em um dos artigos, afirmou-se que Pedro II não deveria ficar “nem mesmo depois de morto, em terras estrangeiras”, o que era, segundo os articuladores da revista, um caso de lesa-pátria.⁹⁴

Após Eptácio Pessoa decretar o fim da Lei do Banimento e possibilitar a volta do corpo do imperador para o Brasil, a revis-

pela primeira vez. Com o intuito de apresentar o submundo do Rio de Janeiro, escreveu a história de uma prostituta mestiça, apresentada pelo título do livro. Segundo Marie-Jo Ferreira (2009, p.1), Carlos Malheiro Dias “(...) é sem dúvida um dos intelectuais mais importantes da colônia portuguesa no início do século 20 (...)”.

89 Oliveira, Lusóforo. *GB*, n.87, p.1, 7 out. 1920.

90 Qual a mulher mais bela do Brasil?. *GB*, n.142, p.9, 27 out. 1921.

91 Primeiro de Janeiro. *GB*, n.93, p.5, 18 nov. 1920. Carvalho Neves fez parte de uma leva de imigrantes portugueses do final do século XIX, constituída essencialmente por intelectuais, membros da burguesia portuguesa e republicanos, foragidos da Monarquia. Ele chegou ao Brasil em 1890, com intuito de fazer a propaganda do movimento republicano português. Ver Barbosa, 2009, p.1.

92 Pró-brasilidade. *GB*, n.57, p.12, 11 mar. 1920.

93 Pedro II. *GB*, n.53, p.17, 13 fev. 1920.

94 *Ibidem*.

ta posicionou-se a favor da iniciativa e, em 22 de julho de 1920, afirmava-se que “*Gil Blas* se orgulha de ter sido pioneira na campanha de trasladação de Pedro II” e “que tudo indica está sendo aceita pelo congresso”.⁹⁵ No número 83, de 9 de setembro de 1920, comentou-se o decreto do governo provisório de 1889, que proibia a Família Real de permanecer no Brasil e, graças à revogação pelo Congresso e Epiácio Pessoa, estava aberto o caminho para a volta do monarca brasileiro. A respeito do presidente afirmou-se que, “finalmente alguém teve coragem de regularizar tal féretro”, e procurou-se deixar claro que, em 1920, a revista engajou-se na luta, dando apoio ao presidente, e que *Gil Blas* “desfrutava de prestígio” diante do “poder político e intelectual da época”.⁹⁶

Assim, mesmo nos artigos nacionalistas xenófobos, o apoio ao governo Epiácio Pessoa continuou sendo a regra, mas é fato que a revista era atravessada por tensões entre adeptos do antilusitanismo e aqueles que divulgavam outras iniciativas, que não visavam os imigrantes portugueses.

Tensão e mudança

A postura antilusitana ganhou outro sentido quando deixou as páginas de *Gil Blas* e tomou as ruas. O semanário saiu em defesa de Alcebiades Delamare e contra os que o atacavam.⁹⁷ Ainda em 1919, Trajano de Almeida escreveu artigo no qual tentava justificar a participação de Delamare em confusão ocorrida no Largo da Carioca entre membros da Propaganda Nativista e adeptos da Confederação Luso-Brasileira.⁹⁸

95 Mais uma vitória de *Gil Blas*. *GB*, n.76, p.1, 22 jul. 1920.

96 Mais uma vitória de *Gil Blas*. *GB*, n.83, p.4, 9 set. 1920.

97 Deve-se destacar nesse caso o caráter polêmico de Delamare, “polemista ardoroso, idealista 100%, desses que não poupam nem o seu tempo, nem a sua pessoa” (Gabaglia, 1951, p.648).

98 Almeida, Trajano de. “Estrondoso Fracasso” – A obra da Propaganda Nativista e do Partido Nacional. *GB*, n.26, p.2, 7 ago. 1919.

Posteriormente, no número 88, de 14 de outubro de 1920, o próprio Delamare defendeu-se contra os que acusavam seu posicionamento de “radical, violento e intolerante”. Respondeu a Adamastor Magalhães, dono do jornal *Brazil/Portugal* que, em texto publicado em *A Pátria*, afirmou que o diretor de *Gil Blas* teria mandado capangas destruir parte de seu jornal. Delamare asseverou que tal acusação era uma “mentira deslavada” e que ele “defende seu nacionalismo por meio das palavras e não da força”.⁹⁹ Nesse mesmo número, publicou outro texto, do deputado Maurício de Lacerda (um dos principais opositores de Epitácio Pessoa na Câmara) que, segundo ele, apontou-o como o responsável por incitar os membros da ASN a tumultuar a reunião na Câmara dos Deputados. O diretor da revista afirmou que “não incitava a violência, pois a base da ação nacionalista, da qual fazia parte, se baseava toda ela no amor e não no ódio”, já que era “conservadora e não libertária, serena e não apaixonada, definitiva, permanente e disciplinada”.¹⁰⁰

O fato de a radicalidade da revista sair do âmbito do discurso, tomar as ruas e transmutar-se em arruaça acabava por colocar a ordem vigente, carro-chefe da política presidencial, em xeque. O envolvimento do diretor de *Gil Blas* nesses conflitos, somado à publicação de artigos lusófbos, não poderia se adequar com o intento de fazer de *Gil Blas* uma publicação que apoiava e divulgava iniciativas presidenciais.

Frente ao rumo dos acontecimentos, Afonso Celso dirigiu carta aberta a Delamare, publicada na edição de 15 de abril de 1920, na qual afirmava que “muitos críticos estão denominando a *Ação Social Nacionalista* como xenófoba”, o que ocorria por conta “de alguns artigos escritos por colaboradores de *Gil Blas*”. Solicitava “prudência nas publicações de artigos mais exaltados, pois não se deve perder o foco do movimento que é a construção da brasilidade”.¹⁰¹

99 Delamare, Alcebiades. Mentira deslavada. *GB*, n.88, p.4, 14 out. 1920.

100 Idem. O diretor e o Sr. Maurício. *GB*, n.88, p.6, 14 out. 1920. Juntamente com Nicanor Nascimento, Maurício de Lacerda é apontado como o principal líder oposicionista de Epitácio na Câmara dos Deputados (cf. Dias, 2001, p.4.582).

101 Celso, Afonso. Carta in. *A palavra do mestre*. *GB*, n.62, p.2, 15 abr. 1920.

Nota-se que tal recomendação revelava não só a preocupação com os rumos que a revista e o movimento que presidia iam tomando, mas deixam patente a contradição que a defesa de diferentes posicionamentos nacionalistas assumiam no interior da revista. Da mesma forma que Celso, o presidente fazia questão de desvincular seu discurso do antilusitanismo, o que tornava cada vez mais difícil renovar a afinidade do impresso com as iniciativas presidenciais, já que Afonso Celso e Epitácio Pessoa não desejavam ver seus nomes envolvidos com desordens de rua.

Além disso, deve-se salientar que os interesses pessoais de Delamare também estavam em jogo. Em julho de 1920 ele anunciou a intenção de disputar as eleições para deputado federal por São Paulo. Nesse mesmo mês, publicaram-se cartas de apoio de Carlos Maul, Álvaro Bomílcar e Afonso Celso, nomeado seu “principal defensor”.¹⁰² Em um artigo de 8 de julho, Delamare pediu a Washington Luiz que intercedesse junto ao PRP para indicá-lo ao cargo. A julgar pelas suas palavras, a entrada de Delamare na vida política constituía-se numa tentativa de “lutar mais intensamente pela causa nacionalista”.¹⁰³ O estigma de intolerante e violento poderia comprometer suas pretensões eleitorais, e é significativo que, um mês após o anúncio de suas intenções, o tom radical de seus escritos tenha assumido caráter mais moderado.¹⁰⁴

Vale acompanhar a cronologia de sua produção em *Gil Blas*. Em 21 de abril, publicou texto lusófono, no qual afirmava que: “*O Jornal está a favor de interesses lusitanos e por isso é contra o Brasil*”;¹⁰⁵ em 6 de maio de 1920, defendeu o teatro nacional e responsabilizou

102 As eleições federais em São Paulo: a candidatura do diretor de *Gil Blas*. *GB*, n.72, p.11, 24 jun. 1920; As eleições federais em São Paulo: a candidatura do diretor de *Gil Blas*. *GB*, n.73, p.5, 2 jul. 1920.

103 As eleições federais em São Paulo: a candidatura do diretor de *Gil Blas*. *GB*, n.74, p.5, 8 jul. 1920.

104 Foi na revista de 15 de abril que Afonso Celso recomendou a Delamare, pela primeira vez, o abandono do tom radical da revista. Celso, Afonso. Carta in. A palavra do mestre. *GB*, n.62, p.2, 15 abr. 1920.

105 Delamare, Alcebiades. O rabo do macaco. *GB*, n.63, p.1, 21 abr. 1920.

os portugueses por “não deixarem nosso teatro crescer”.¹⁰⁶ Já em 24 de junho, acusou dois jornais – que preferiu não nomear – “de controle português” e “interesse em colocar Brasil contra Argentina” para enfraquecer o Brasil e “facilitar a recolonização, que é o verdadeiro desejo dos lusos”.¹⁰⁷ Mas, em 5 de agosto, na revista número 78, portanto após ter declarado interesse em disputar o cargo de deputado federal, mudou significativamente de postura e apresentou os objetivos de *Gil Blas* nos seguintes termos:

Gil Blas é órgão genuinamente nacionalista, radicalmente republicano e intransigentemente católico. Como campeão único do nacionalismo radical, *Gil Blas* não objetiva em suas campanhas nenhuma hostilidade contra os estrangeiros, cuja coligação útil e proveitosa à obra da grandeza e prosperidade do Brasil muito aprecia, louva e proclama.¹⁰⁸

A partir de então, Delamare deslocou-se, gradualmente, para um nacionalismo que assumia contornos católicos, situação que o aproximava de Afonso Celso, que era:

Católico fervoroso (...) agraciado com o título de conde pelo Vaticano, em virtude de suas sucessivas demonstrações de fé (...) Afonso Celso subordinava a razão à crença em Deus, para identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina (...) convertido no motor da história, Deus seria constantemente nomeado, invocado e evocado em todas reflexões desse intelectual católico, cujos discursos se constituem qual uma sucessão de orações e profissão de fé. (Guimarães, 2007, p.66-7.)

Foi justamente em agosto de 1920 que a revista começou a abrigar textos nos quais predominava o teor católico. Veja-se, por exem-

106 Delamare, Alcebíades. Teatro nacional. *GB*, n.65, p.10, 6 maio 1920.

107 Idem. Uma intriga infame. *GB*, n.72, p.6, 24 jun. 1920.

108 Direção. Declaração necessária. *GB*, n.78, p.3, 5 ago. 1920.

plo, o número 84, no qual havia artigo que pregava a autoridade da Igreja frente às nações:

A Igreja é uma sociedade que, forçosamente, pressupõe uma Autoridade, nobre e divina, alta pela sua aristocracia sublime, e enraizada na mais pura e sã democracia, onde o talento e a virtude, associados à vocação divina, constituem o maior e o único exemplo do governo ideal dos povos, sem competições mesquinhas e sem exclusivismos partidários (...). Se as nações tivessem ouvido o grande oráculo do vaticano, se tivessem traçado a sua esteira sobre a diretriz retilínea de Bento XV, não andariam a braços com o bolchevismo.¹⁰⁹

Nação e catolicismo andavam juntos, no novo posicionamento assumido por *Gil Blas*:

(...) o nacionalismo deve-se assentar principalmente na unidade religiosa, por esta razão sou fundamentalmente contrário à indiferença do Estado em matéria de Religião (...). Não se pode ter um Estado ateu em uma nação católica.¹¹⁰

De forma tímida a princípio (4,4% do total de artigos), observa-se uma nova guinada na revista, que iniciava uma cruzada em prol da religião católica, perceptível pela presença de colaboradores ligados à militância católica, caso do Padre Assis Memória, de Lacerda de Almeida e de José Thomaz Mendonça. Além disso, o fato de 69,2% desses artigos não serem assinados mostra que a defesa da religião católica provinha do núcleo responsável pela fatura da publicação. O próprio posicionamento de Delamare alterou-se, deixando para trás o combate ao ensino religioso nas escolas.¹¹¹

109 O Pontificado Romano. *GB*, n.84, p.1, 16 set. 1920.

110 Almeida, Lacerda. O americanismo. *GB*, n.87, p.7, 7 out. 1920.

111 Em 1919, Delamare criticou projeto do intendente do Rio de Janeiro, Nogueira Penido, que instituiu ensino religioso nas escolas, sob o argumento de que a lei feria a Constituição de 1891. Delamare, Alcebiades. O ensino religioso nas escolas. *GB*, n.21, p.2, 3 jul. 1919.

No número 87, de 7 de outubro de 1920, Afonso Celso enviou outra carta a Delamare, na qual atacou, ainda uma vez, o conteúdo radical de *Gil Blas* e solicitou ao diretor para “olhar com maior atenção para as matérias e colaboradores mais radicais da revista”.¹¹² No número posterior, publicou-se discurso de Afonso Celso por ocasião das comemorações da República portuguesa, no qual afirmava que “não é contra os portugueses”.¹¹³

O mesmo número trouxe texto de Delamare contra posicionamentos radicais e xenófobos:

(...) [*Gil Blas*] não combate este ou aquele elemento estrangeiro, nem português. Hostiliza toda e qualquer colônia que pretenda ou já tenha conquistado a hegemonia em qualquer ramo de atividade, que deva e tenha de ser privativa aos filhos do país (...). Se há posturas radicais na revista não é de responsabilidade desse editor, pois seguindo seu caráter democrático a revista está aberta a contribuições de diversas posturas.¹¹⁴

Tratava-se de desvencilhar-se do estigma de radicalidade que pairava sobre a publicação e seu diretor, o que estava de acordo não apenas com o que solicitou Afonso Celso, mas com a política de Epiácio Pessoa.

Desde o começo de 1920, a revista dava sinais de atravessar dificuldades financeiras. No número 49, de 15 de janeiro de 1920, houve discreta diminuição do número de páginas, que, entretanto, continuaram a minguar até o número 79, de 12 de agosto, quando *Gil Blas* passou a ter apenas onze páginas, em vez das quinze habituais, e com duas destinadas à publicidade. A tarifa sobre o papel importado foi a justificativa apresentada e chegou-se a atacar o deputado Antonio Carlos pelo aumento dos impostos sobre o

112 Celso, Afonso. Rebatendo invencionices. *GB*, n.87, p.1, 7 out. 1920.

113 Idem. Reconhecimento e consagração do nacionalismo. *GB*, n.88, p.1, 14 out. 1920.

114 Delamare, Alcebiades. *GB*, n.88, p.4, 14 out. 1920.

produto. Não se perdeu a chance de destacar que a medida “não fez o mesmo com os livros portugueses”, que ficariam “mais baratos que os brasileiros”.¹¹⁵ O fato é que decidiu-se tornar a revista uma sociedade anônima, colocando-se venda de cotas aos interessados, a partir de setembro de 1920.¹¹⁶

No número 86, de 1ª de setembro, Delamare explicou que a transformação em sociedade anônima era uma iniciativa para angariar apoio para a causa nacionalista e consolidar *Gil Blas* como “baluarte” de todos que acreditavam no ideal nacional:

As ações são do valor nominal de 50\$000 réis cada uma, integralizada no ato de subscrição. Esta iniciativa tem encontrado um franco acolhimento da parte dos nacionalistas, que reconhecem e proclamam ser *Gil Blas* o baluarte da defesa de uma causa defendida por todos os títulos, digna do apoio, da simpatia e da solidariedade dos brasileiros.¹¹⁷

A partir de *Gil Blas* número 90, de 28 de outubro de 1920, o preço desapareceu da capa e no seu lugar grafou-se a inscrição “Sociedade Anônima” e notificou-se a realização, em 23 de outubro de 1920, da primeira assembleia dos acionistas, que manteve Delamare como editor-chefe e diretor.¹¹⁸ No Conselho Fiscal figuravam Álvaro Bomilcar, Trajano de Almeida, Leôncio Mouzinho, Jerônimo Mesquita Cabral, diretor do Centro Católico Nacionalista, e Idelfonso de Oliveira, um dos presidentes do movimento católico. Na direção estavam Alcebiades Delamare e Domingos Castro Lopes e na redação Octávio Oliveira, Albuquerque Gondim, Arthur Gaspar Vianna, Victruvio Marcondes e Trajano de

115 Guerra aos nossos livros. *GB*, n.76, p.8, 22 jul. 1920.

116 Não se pôde precisar a data exata da venda das ações da revista, mas a primeira reunião como sociedade anônima ocorreu em 23 de outubro de 1920. *Gil Blas – Sociedade Anônima*. *GB*, n.90, p.8, 28 out. 1920.

117 Delamare, Alcebiades. *GB*, n.86, p.1, 30 set. 1920.

118 *Gil Blas – Sociedade Anônima*. *GB*, n.90, p.8, 28 out. 1920.

Augusto de Almeida Costa, todos comprometidos com os ideais nacionalistas.¹¹⁹

É difícil avaliar o significado de a revista ter se tornado uma sociedade anônima: não se sabe qual o poder dos acionistas nos rumos da publicação e se Delamare teve que dar satisfação da linha editorial adotada. O fato é que em 25 de novembro de 1920, na revista número 94, Delamare publicou um artigo no qual, “a pedido de Afonso Celso”, comprometia-se a “fiscalizar com maior rigor os artigos dos colaboradores com tendências mais radicais, as tônicas dos artigos devem seguir as iniciativas nacionalistas moderadas de Afonso Celso.”¹²⁰

Apesar de todo esse esforço, Delamare não conseguiu eleger-se, mas as alterações ocorridas no semanário, ao longo do ano de 1920, mostraram-se decisivas para os rumos da publicação.

119 Saul Navarro, que era secretário editorial e ligado a tendências de esquerda, deixou de figurar entre os que faziam parte da redação da revista.

120 Direção, A. Atitude de *Gil Blas*. *GB*, n.94, p.2, 25 nov. 1920.

4

GIL BLAS EM TRANSIÇÃO (1921)

Em 1921, o nacionalismo antilusitano ainda se fazia presente em *Gil Blas*. No entanto, tal postura dividia espaço com o nacionalismo católico, que ganhou corpo entre os que se responsabilizavam pelas matérias publicadas na revista. Neste capítulo, investiga-se como se dava a convivência dessas duas posturas e os motivos que contribuíram para novas mudanças no periódico.

Mesmo perfil, novos ideais

As transformações iniciadas no final de 1920 não comprometeram o caráter nacionalista, doutrinador e panfletário de *Gil Blas*, como se verifica, por exemplo, no número de 10 de março de 1921, quando se anunciou a supressão de “grandes anúncios, só aceitando pequenos reclames no texto”.¹ A redução da publicidade foi justificada pela necessidade de se destinar mais espaço às propostas do semanário, já que *Gil Blas* era “um órgão meramente doutrinário, sem fins lucrativos, nem mercantis”.² Mesmo que se tenha dobrado

1 *Gil Blas* ao público. *GB*, n.109, p.9, 10 mar. 1921.

2 *Ibidem*.

o preço do exemplar avulso, tal mudança implicava em abrir mão de parte significativa da receita.³ No mês seguinte, foi a vez das imagens das capas cederem lugar aos textos.⁴ Talvez, para compensar a perda financeira da supressão dos grandes anúncios, criou-se a assinatura de ouro, obtida por “cada patriota que angariasse 25 assinaturas anuais”, o que lhe valeria a inserção “no quadro de honra dos beneméritos de *Gil Blas*”.⁵

O contexto econômico do país tampouco era auspicioso. No primeiro ano de seu mandato, Epiácio Pessoa adotou uma política de restrições de despesas, emissões de títulos e de papel-moeda, política que, por pressão dos cafeicultores, teve que ceder lugar à valorização do produto. Em 1921, a política bancária voltou a priorizar empréstimos longos e a emissão de papel-moeda, e criou-se, em março desse ano, o dispositivo chamado Carteira de Redescontos:

Cedendo às pressões dos cafeicultores, o governo federal criou um novo órgão para remediar a situação das classes produtoras em geral: a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Sua finalidade era o desconto de letras de câmbio e notas promissórias a um certo juro, com o Estado fornecendo as notas que emitisse ao Banco do Brasil para que este descontasse os aludidos títulos, sustentando assim a valorização. A operação teve início em março de 1921 e, um mês depois, cerca de 4,5 milhões de sacas de café haviam sido retiradas do mercado. Com isso os preços do café subiram, e essa intervenção federal rendeu 77 milhões de dólares ou um lucro 130 mil contos à economia cafeeira paulista. (Souza, 2001, p.138).⁶

3 De 100 réis o preço do exemplar avulso passou para 200 réis: “a contar do presente número, o preço passa a ser de 200 réis o exemplar. Os leitores de *Gil Blas* bem compreenderão a justiça dessa nossa resolução e não nos levarão a mal por isso” (ibidem).

4 *GB*, n.117, capa, 13 abr. 1919.

5 Ibidem.

6 A carteira de descontos foi criada pelo art. 9 da Lei 4.182, de 13-11-1920, modificada pelo art. 50 da Lei 4.230, de 31-12-1920, e regulamentada pelo Dec. 14.635, de 21-1-1921 (cf. Figueiredo Filho, 2005, p.28).

O projeto emissor atendeu ao café, mas trouxe consequências quando as emissões superaram o lastro ouro. A Carteira de Emissão e Redesconto foi acompanhada por restrições à remessa de capitais internos para o exterior, o que gerou a insatisfação dos investidores externos e banqueiros, que tomaram a medida como parte da ideologia nacionalista extremada do presidente.⁷ As mudanças na legislação bancária ligavam-se ao contexto econômico do pós-Primeira Guerra. A junção entre especulações bancárias e financeiras, empréstimos internacionais e desvalorização cambial contribuiu para desencadear um processo inflacionário, seguido da queda do salário real e aumento dos custos dos que dependiam exclusivamente da exportação (cf. Saretta, 1997, p.222).

A situação gerou forte oposição ao governo Epitácio Pessoa, proveniente dos órgãos da imprensa e de entidades internacionais, a exemplo dos importadores norte-americanos. (cf. Souza, 2001, p. 139). As críticas foram endossadas pelo *Correio da Manhã*, *A Pátria*, *A Noite*, *A Gazeta de Notícias*, *O País* e *A Vanguarda*, que creditavam ao presidente a crise gerada pela queda cambial. As contestações desgastavam a imagem de Epitácio Pessoa, considerado antinacionalista em âmbito interno e patriótico extremado no exterior.

A aprovação do decreto presidencial n.4.247, de 6 de janeiro de 1921, que regulamentava a entrada de estrangeiros no país, também contribuiu para consolidar tal imagem. No artigo 2º, definiam-se os estrangeiros indesejáveis:

- 1.º que foi expulso de outro país;
- 2.º que a polícia de outro país o tem como elemento pernicioso à ordem pública;
- 3.º que, dentro do prazo acima referido, provocou atos de violência para, por meio de fatos criminosos, impor qualquer seita religiosa ou política;
- 4.º que, pela sua conduta, se considera nocivo à ordem pública ou à segurança nacional;
- 5.º que se evadiu de outro país por ter sido

7 Ver: Carone, 1973, p.212 e a página da Receita Federal, no item memória. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/insp_gerais.asp. Acesso em: 27 jan. 2009.

condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio; 6.º que foi condenado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes.⁸

Segundo o artigo 4º, poderiam ser expulsos os que residissem há menos de cinco anos no país:

(...) considera-se residente o estrangeiro que provar: 1.º sua permanência em lugar ou lugares certos do território nacional durante aquele prazo; 2.º haver feito por termo, perante autoridade policial ou municipalidade dos lugares onde, no decurso desse tempo, residiu, ou para onde se mudou, a declaração de sua intenção de permanecer no país; 3.º que dentro do aludido prazo vem mantendo no Brasil um ou mais centros de ocupações habituais, onde exerce qualquer profissão lícita (ibidem).

Na revista, salientou-se a postura nacionalista moderada do presidente da República: “Epitácio Pessoa é o patrono insuspeito e venerado do Nacionalismo Brasileiro (...) defendido por *Gil Blas*, democrático e moderado”.⁹ Da mesma forma, intensificou-se a tentativa de diversificar as propostas nacionalistas que a revista difundia, buscando mudar o perfil que a tinha estigmatizado, ou seja, de uma publicação xenófoba antilusitana.

Mesmo que já não mais figurasse com primazia entre objetivos essenciais do semanário, tal tendência não foi facilmente deixada de lado e continuou presente em 5% do total de matérias publicadas nesse ano. Nesse sentido, tentou-se explicar a lusofobia como uma interpretação histórica, na qual o temor da monopolização da economia, da política e da cultura brasileira era fruto de uma experiência traumatizante do passado e não um ódio ao povo ou ao imigrante lusitano.

8 Brasil. Poder Legislativo. Decreto n.4.247 de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. *Coleção de leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.

9 Delamare, Alcebiades. Galeria de *Gil Blas*. *GB*, n.103, p.9, 27 jan. 1921.

Nessa leitura, a reinterpretação do passado e das tradições aparece como uma forma de se buscar na História os elementos para a construção de propostas de futuro para o país, num registro que aproximava o passado e o nacionalismo. Arthur Gaspar Vianna lembrava que: “O nacionalismo que o *Gil Blas* defende se sistematiza nos seus doze marcos e se manifesta pelo seu lado social, pelo lado político, pelo lado histórico (...)”.¹⁰ Posição semelhante defendida por Aristóteles Santos:

Nenhum povo melhor que o brasileiro pode se orgulhar de seu passado (...). O nacionalismo é rememorar os feitos dos nossos heróis, balbuciando-lhes os nomes aos ouvidos de nossos filhos desde o berço para que mais tarde, conhecedores de nossa história saibam conscientes, firmes em seus princípios, escudados na verdade prosseguir nesse movimento patriótico.¹¹

Essa situação ajuda a compreender a importância das discussões sobre História do Brasil divulgadas nesse ano, nas páginas de *Gil Blas*. Delineou-se, assim, uma nova alternativa para se avaliar o Brasil, via o questionamento da história eurocêntrica, sob o argumento de que alguns acontecimentos históricos foram tomados segundo o olhar e os interesses lusitanos. Tal posicionamento ganhou força, entre outros motivos, pelo contexto histórico no qual a revista e suas propostas nacionalistas estavam inseridas, marcado pelas comemorações do centenário da Independência. Nesse momento as reavaliações históricas do país ganharam força, pois:

Era preciso inventar novas tradições, mais adequadas aos novos tempos. Ambientes e contextos sociais novos, ou velhos, mas transformados, exigem novos instrumentos que assegurem e/ou

10 Vianna, Arthur Gaspar. O grande problema do nacionalista. *GB*, n.148, p.1, 8 dez. 1921 [grifo nosso].

11 Santos, Aristóteles da Silva. Como entendo o nacionalismo. *GB*, n.179, p.5, 14 jul. 1922.

expressem identidade e coesão social. E é no passado que se devem buscar raízes dessa totalidade que identifica a sociedade e o indivíduo, é preciso combinar o novo com a volta às origens. (Motta, 1992, p.13).

Assim, alguns fatos históricos foram privilegiados nas páginas de *Gil Blas* e forneceram munção para os nacionalistas lusófonos. A colonização portuguesa e o descobrimento do Brasil, por exemplo, passaram por reavaliações. Acreditava-se que o problema da colonização estava no modelo lusitano, causa de todos os nossos males, e não no processo em si, resultante do capitalismo mercantilista do século XVI. Francisco Coelho de Paula, membro da ASN, escreveu uma série de artigos nos quais tentava demonstrar, por meio de fatos históricos, como a escravidão, o aprisionamento indígena e a exploração comercial, levados a cabo pela colonização portuguesa, foram prejudiciais ao país. Chamava a atenção, ainda, para o papel decisivo dos índios e dos cidadãos comuns na defesa do território brasileiro e questionou a glorificação dos heróis portugueses.¹²

Para contrapor-se à versão histórica positiva da colonização portuguesa, Astrigildo de Azevedo relativizou o caráter imparcial da História e do historiador:

A História nem sempre reproduz com independência de vistas a veracidade dos fatos consumados. O historiador, muitas vezes, para satisfazer estas ou aquelas vaidades patrióticas não vacila em escrever verdadeiras páginas gloriosas, nas quais atribui a seus antepassados toda a espécie de feitos imaginários, o que quer dizer que a imaginação entra como elemento principal na obra dos historiógrafos! Deixemos, pois, posto em sossego com o seu passado

12 Conferir a série de artigos de Paula, Francisco Coelho de. Fatos e não palavras! Alguns aspectos da colonização portuguesa no Brasil.(1521-49). *GB*, n.118, p.9, 13 maio 1921; *GB*, n.118, p.10, 19 maio 1921; *GB*, n.122, p.9, 9 jun. 1922.

glorioso, o Portugal histórico do Sr. Malheiro Dias e procuremos abordar o ludo prático que, realmente, nos interessa conhecer: Portugal intelectual, Portugal político e Portugal econômico.¹³

Acusou o Estado português e seu ponto de vista, “por portugueses para portugueses”, posicionou-se “contra o lusitanismo estolido, venal, viva o nacionalismo ardente, radical” e questionou obras como *A História da colonização portuguesa no Brasil*, por sua “visão tendenciosa”, produzida segundo interesses e desejos de um nacionalismo português.¹⁴

A respeito do descobrimento, afirmava-se que foi intencionalmente articulado para forjar uma colonização proveitosa para Portugal, mas prejudicial para o Brasil, daí ser visto mais como uma ocupação do que como uma obra colonizadora.¹⁵ Em artigo não assinado, afirmou-se que o descobrimento do Brasil devia ser comemorado a partir da chegada de Colombo na América e não de Cabral no Brasil¹⁶ e sugeriu-se mesmo que o Congresso Nacional reconhecesse Pinzón e Colombo como os verdadeiros descobridores do Brasil:

13 Azevedo, Astrogildo. Confederação Luso-Brasileira?. *GB*, n.115, p.6, 21 abr. 1921.

14 Idem. Confederação Luso-Brasileira?. *GB*, n.116, p.3, 28 abr. 1921. *História da colonização portuguesa no Brasil* é uma coleção de livros organizada por Carlos Malheiro Dias e financiada pelo empresário Albino Souza Cruz, que começou a ser produzida em 1921 para ser lançada no ano do centenário da Independência. No entanto, sua produção foi finalizada em 1924. O projeto teve como objetivo valorizar o papel do colonizador português nos anos que antecediam as comemorações. Ver: Alves, Jorge Luis dos Santos. A memória do luso-brasileirismo na historiografia brasileira: a “História da colonização brasileira no Brasil”. In: 26ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. 2006. Rio de Janeiro. *Comunicação Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge_Luis_dos_Santos_Alves. Acesso em: 16 nov. 2008.

15 Azevedo, Astrogildo. Confederação Luso-Brasileira?. *GB*, n.116, p.3, 28 abr. 1921.

16 Colombo e a América: fraternidade na América. *GB*, n.140, p.3, 13 out. 1921.

(...) estiveram no Brasil os irmãos Pinzón, Diogo de Lepe, Ojeda e Américo Vespúcio. No dia 12 os nacionalistas radicais filiados a *Gil Blas* telegrafaram ao valoroso rei da Espanha, Afonso XIII, felicitando-o pelo descobrimento da América e do Brasil.¹⁷

A proposta colocou na ordem do dia a discussão sobre as comemorações do descobrimento: para os nacionalistas xenófobos, o dia deveria ser 12 de outubro, pois “o descobrimento feito por Cabral é uma inverdade histórica forjada por historiadores portugueses”.¹⁸ A releitura de tais datas também estava de acordo com o contexto da época, pois às vésperas do centenário da Independência houve a tentativa de legitimar o regime republicano, reinventando as tradições para se opor ao passado monárquico.¹⁹

Assim, a partir desses artigos, pode-se afirmar que a leitura do passado apresentada em *Gil Blas* deve ser vista como uma tentativa de (re)construção da memória, a partir dos interesses específicos desse grupo.²⁰ Interesses esses fortemente comprometidos com posturas intolerantes do discurso nacionalista lusófono, o que fazia que relativizassem os fatos históricos, de acordo com seus valores.

A tentativa de justificar uma postura lusófoba da revista também pode ser notada na seção *Como eles nos julgam*, inaugurada no número 100, de 6 de janeiro de 1921. A partir de fragmentos de jornais portugueses, nos quais se criticava o antilusitanismo de *Gil Blas*, procurava-se argumentar que o posicionamento do semanário não tinha ligação com o jacobinismo ou qualquer outra postura antiportuguesa;

17 Cristóvão Colombo e o Brasil. *GB*, n.124, p.4, 23 jun. 1921.

18 Colombo e a verdade histórica. *GB*, n.140, capa, 13 out. 1921.

19 Semelhante argumento foi utilizado, segundo Lucia Lippi Oliveira (1989, p.172-89), por Deodoro da Fonseca para, por meio do decreto n.155 B, de 14 de janeiro de 1890, criar as datas e as festas “que a República mandou guardar, ou seja, que não deveriam ser esquecidas”.

20 Inês Inácio (1990, p.53) afirma que: “(...) para entender às exigências feitas pelo presente, não basta reconstruir qualquer lembrança, mas é necessário refazer aquelas lembranças que possam apresentar algum tipo de resposta a esse questionamento, escolhendo entre os diversos conteúdos aqueles que mais chances têm de satisfazer àquelas necessidades.”

tratava-se, unicamente, de defender o país “diante de propostas re-colonizadoras vindas de grupos que tinham interesses econômicos no Brasil”, mas que tomavam a revista e sua campanha como entrave para a empreitada. Assim, os “verdadeiros xenófobos” eram aqueles que não aceitavam o Brasil como uma nação forte e independente.²¹

É evidente que, com a reprodução de tais excertos, os responsáveis esperavam demonstrar como o nacionalismo de *Gil Blas* incomodava parte da imprensa lusitana, os “nacionalistas portugueses”.²² A seleção primava pela crítica a Delamare, Frederico Villar, Cardeal Arcoverde, Afonso Celso e até mesmo Epitácio Pessoa. Os comentários da revista vinham sem assinatura e atacavam “os inimigos lusitanos”, ao mesmo tempo que se evidenciava a força da revista brasileira. Veja-se, por exemplo, o fragmento do jornal *1ª de Janeiro*:

“Ser português no Brasil é como ser cristão em Roma em tempo de Nero ou livre pensador em país católico no tempo do Santo Ofício. Por uma vez! É preciso reagir! É preciso acabar com esta estúpida teimosia que hoje não só se não justifica como ao contrário, mil argumentos, mil fatos e mil provas deviam contrariar e deter! Temos a África e a África é nossa, muito nossa, sem Delamares, sem Epitácios, sem Celsos e Arcoverdes, antes prodigiosamente rica, fértil, abundante e acolhedora! É preciso que ao haver emigração a haja para aquilo que nos pertence, trazendo vantagens para todos, entre as quais não é das menores a ausência de uma diplomacia parasitária, comodista, cínica, indiferente e relapsa!”²³

Em outra passagem, afirmava-se que o presidente Epitácio era o mesmo que “presidia, oficialmente, o nacionalismo de *Gil Blas*, que nos agride (...) nunca de um Yago de carapinha ou de um Tartufo de

21 Como eles nos julgam. *GB*, n.100, p.5, 6 jan. 1921.

22 Como eles nos julgam. *GB*, n.123, p.9, 16 jun. 1921.

23 Oliveira, Guedes apud *Gil Blas*. Como eles nos julgam. *GB*, n.108, p.3, 3 mar. 1921.

pele barrenta poderia-se [sic] esperar coisa igual ou comparável”.²⁴
A resposta apelava para a cumplicidade dos leitores:

Meditem os nossos leitores na ousadia do escrevinhador malcriado do Porto. Nem sequer o Presidente da República ele defende. Insulta, debocha e acanilha em uma linguagem de vendeiro, o primeiro magistrado do Brasil, ao contrário da maneira que procedemos, respeitando sempre as autoridades da....outra banda. Poderíamos transcrever mais uns pedacinhos de ouro... Deixamos um pouco para o próximo número.²⁵

Trechos do *Jornal da Europa*, representado no país por Mário Monteiro, também eram transcritos e comentados em *Gil Blas*, que reproduziu crítica do periódico aos “nacionalistas degenerados da campanha ao ódio ao português, falsamente escudados em um pseudonacionalismo” e “as calúnias do *Gil Blas*, pasquim imundíssimo a quem até nos custa a fazer uma simples referência.”²⁶

Ao responder aos “nacionalistas portugueses”, *Gil Blas* colocava-se perante o seu leitor como único interlocutor válido quando se tratava de defender interesses nacionais, frente ao suposto plano da Confederação Luso-Brasileira. Invariavelmente na seção, afirmava-se que o “objetivo desses intelectuais nacionalistas portugueses era a Confederação Luso-Brasileira”, que tinha “representantes no Brasil, a exemplo de João do Rio”:

Continuamos a transcrever em nossas colunas sem um comentário sequer, o que de nós, o Sr. Presidente da República, o Conde de Afonso Celso, o Cardeal Arcebispo e o Brasil, escrevem os foliulários da outra banda do Atlântico (...) E depois digam que nós é que somos os jacobinos. E depois jurem que é o *Gil Blas* quem

24 *Jornal Primeiro de Janeiro* apud *Gil Blas*. Como eles nos julgam. *GB*, n.112, p.5, 31 mar. 1921.

25 Como eles nos julgam. *GB*, n.112, p.5, 31 mar. 1921.

26 *Jornal Europa* apud *Gil Blas*. Como eles nos julgam. *GB*, n.104, p.5, 3 fev. 1921.

insulta, quem mente, quem infama. Enquanto nós apontamos fatos concretos, escalpelamos a história, recompomos o nosso passado e preparamos nosso futuro, fazemos, enfim, obra de puro patriotismo, os nossos adversários, capitaneados no Rio pelo asqueroso e vil Joãozinho do Rocio e chefiados em Portugal por Homem de Christo, Guedes de Oliveira e João de Barros, enchem de baldões torpes os brasileiros dignos, que se revoltaram contra a política de reconquista, que essa canalha acima defende, à sombra de uma falsa aliança através do Atlântico.²⁷

Apresentava-se *O Povo de Aveiro*, publicado pelo jornalista Francisco Manuel Homem Christo,²⁸ de caráter republicano e com renome nacional, como periódico comprometido com o projeto antibrasileiro.²⁹ A trajetória desse periódico lusitano foi cheia de interrupções até seu fechamento final, em 1941. Homem Christo foi preso em janeiro de 1891, por ter colaborado na Revolta do Porto, o que levou à suspensão de seu jornal até 1899. Em 1909, em virtude de sua participação no diretório do Partido Republicano, órgão opositor

27 Como eles nos julgam. *GB*, n.105, p.4, 10 fev. 1921.

28 Francisco Manuel Homem Christo nasceu em Aveiro, em 1860. Foi oficial do exército, professor universitário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, deputado, escritor e jornalista. Escreveu no jornal *O Século*, de Lisboa. Segundo Rocha Martins, foi preso injustamente por seu envolvimento na Revolta do Porto, em 1891, pois tentou dissuadir conspiradores. Como escritor, além da produção panfletária, deixou considerável produção nas áreas da educação, da política e sobre ordem militar. *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão; Pró-Pátria; Banditismo político; Cartas de longe: I – “A instrução secundária em Portugal e em França”, II – “Em defesa da instrução do povo”; Monárquicos e Republicanos; O bolchevismo na Rússia; e Notas da minha vida e do meu tempo*, 7v. Foi colaborador da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e de numerosas outras publicações, como o *Guia de Portugal*, de Raul Proença, o *Diário de Notícias* e a *Ideia Nacional*, dirigida por seu filho primogênito. Morreu em 1943. Ver: Paiva, 1992, p.11-3; Martins, 1941, p.78-9; e Marques, 1981, p.39-40.

29 Para Rocha Martins (op. cit., p.78-9): “*O Povo de Aveiro* foi o que teve mais assombrosa carreira dos semanários de seu partido”. Já segundo Oliveira Marques (1988, p.39-40), “com várias fases, se distinguiu pelo seu caráter panfletário, atacante de gregos e troianos, ao árbitro e capricho de seu diretor”.

das políticas de Afonso Costa, Homem Christo pediu demissão do exército e, dois anos mais tarde, exilou-se em Paris, o que acarretou a segunda suspensão de *O Povo de Aveiro*. A publicação foi retomada em 1912, com o apoio de seu filho e sob o título de *Povo de Aveiro no exílio*. O periódico atacava, sobretudo, João Chagas, o que levou o governo a proibir sua circulação em Portugal e a solicitar à França a expulsão dos dois jornalistas (pai e filho). Em 1916, de retorno à península, Homem Christo voltou a editar o impresso. No ano seguinte, o periódico retomou o título original e circulou até 1941.

Francisco Manuel Homem Christo atacou sistematicamente *Gil Blas*, como se observa no trecho transcrito de 14 de novembro de 1920:

“Mente o bandoleiro quando diz que Portugal vive do Brasil. Portugal vive de si e de mais nenhum país do mundo. Não, renegados infames, renegados abjetos, macacos do Brasil, Portugal não vive do Brasil. Diz Delamare que represento o pensar e o sentir da maioria dos meus compatriotas de Portugal e do Brasil (...) Se eu os representasse, não ousaria você Sr. Noqueira, perdão que me esqueci – Sr. Delamare de borra, alçar a perna e mijar, sem lhe cortarem, no glorioso e grande nome de Portugal, qual cão lazarento e vadio. Você não tem pai... Você só tem mãe. Mãe uma só pais muitos. Todos filhos da... mãe são assim. É filho de negro, de espanhol, de italiano, de flamengo, de francês, de inglês, de suíço.... Já mais de uma vez escrevi aqui que os de *Gil Blas* e correlativos nativistas, tinham muito por onde atacar e combater os portugueses, sem descerem à infâmia, à torpeza e à burrice”.³⁰

A resposta de *Gil Blas* não tardou:

(...) Intelectual de grande renome em Portugal e que ali representa o pensar e o sentir da maioria de seus compatriotas de cá e o de lá. O

30 Christo, Homem apud *Gil Blas*. Como eles nos julgam. *GB*, n.103, p.4-5, 27 jan. 1921.

Sr. Christo revolta-se contra a atitude do panfleto nacionalista *Gil Blas* e de seus dignos colaboradores e envolve conosco em suas diatribes o Brasil inteiro. Não adverte o plumitivo que Portugal vive do Brasil, isto é que os 80 ou 100.000 contos anuais que os produtores e consumidores brasileiros deixam nas mãos da laboriosa colônia aqui instalada, na mais cômoda e rendosa das profissões, servem para manter Portugal no ocaso de sua glória. S. S. acha que essa posição de freguês espoliado só nos dá o direito de ser humildes e reverentes. Ora seu Homem vai tirar pulgas coccys do Adomastoire.³¹

Em de 24 de abril de 1921, Homem Christo comemorou a derrota de Delamare para a Intendência da Capital Federal:

O nosso Delamare foi derrotado, não tínhamos transmitido essa interessante notícia aos leitores. Dissemos aqui que o filho da mãe se propunha candidato por um dos círculos do Rio de Janeiro. E com o caloroso apoio dos reacionários. Pois de nada lhe valeu. Levou para seu tabaco. Daí mais um acesso de fúria contra os portugueses. Era do programa. Os portugueses são, para escória nacionalista, OS CULPADOS DE TUDO! O Delamare perdeu as eleições, quem teve culpa foram os portugueses, está claro. E se assim foi, fizeram eles MUITO BEM!³²

Ao reproduzir tais críticas, os responsáveis pela seção se autolegitimavam, pois, eram reconhecidos pelos inimigos como capazes de impedir o suposto plano de exploração do Brasil. Eis a justificativa para as críticas veementes em periódicos de além-mar. Assim, os excertos dos jornais lusitanos eram utilizados como combustível para a militância nacionalista lusófoba, esta sim intolerante:

Gil Blas nunca levantou injúria contra os homens públicos, as autoridades, a intelectualidade e o povo da outra banda... Não

31 Como eles nos julgam. *GB*, n.103, p.4-5, 27 jan. 1921.

32 O de Aveiro apud *Gil Blas*. Como eles nos julgam. *GB*, n.123, p.9, 16 jun. 1921 (grifo original).

somos jacobinos, lusófobos (...) Nós não aconselhamos reações. Mas, se tal acontecer, vão-se queixar aos manés do Conde de Paraty. Avante Nacionalistas!³³

Tais textos demonstram que, mesmo dando indícios de mudança, a revista ainda se apresentava comprometida com o nacionalismo antilusitano, postura forte entre aqueles que controlavam o semanário. Por outro lado, era nítida a tentativa de dissimular a postura xenófoba divulgada em *Gil Blas*, buscando justificativas diversas para explicar o posicionamento frente ao povo português.

O nacionalismo católico

O ano de 1921 foi um momento marcante para o catolicismo no Brasil, quando D. Leme foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro e ocupou o cargo de bispo auxiliar com direito à sucessão do cardeal Arcoverde. A partir desse momento, as mobilizações para a Ação Católica ganharam força, pois D. Leme convocou os intelectuais católicos para tentar retomar o espaço perdido pela Igreja, desde a Constituição de 1891.³⁴

Em sua carta pastoral de 1916, fundamento da militância católica, Sebastião Leme denunciou a falta de ação e de força dos fiéis. Situação mais que urgente segundo a cúpula da Santa Sé, pois “se o Brasil é visto como nação católica, se as estatísticas dizem que seu povo é católico – mais 90% é assim rotulado – trata-se de uma religião desvitalizada, que não imprime sua marca ao destino nacional.” (Iglésias, 1971, p.130-1). Havia particular preocupação com a intelectualidade brasileira, pois se o país tinha maioria católica, “a

33 Até onde irá a ousadia...? Nacionalistas!... A postos!. *GB*, n.118, capa, 13 maio 1921.

34 Romualdo Dias (1996, p.87) afirma que a Ação Católica começou de fato em dezembro de 1922 com o surgimento da Confederação Católica e foi efetivada oficialmente apenas em 1935 com os Mandamentos dos bispos e arcebispos do Brasil, cujos estatutos vieram a público em 9 de julho desse ano.

inteligência nacional não era católica” e se não era “hostil à Igreja é-lhe indiferente” (Dias, 1996, p.88-9). Fruto desses chamados foi a fundação, em 1921, da revista *A Ordem*, publicação que aglutinou a militância católica a partir de então. A imprensa, para a militância e hierarquia católicas, desempenhava papel essencial nesse processo de recatolização do país, o que estava em consonância com os ditames do Vaticano, que pregava a atuação de leigos na Ação Católica:

A imprensa católica deveria contribuir na restauração social por meio das seguintes tarefas: divulgar a doutrina social da Igreja, informar sobre as atividades dos inimigos e sobre os meios de combate já experimentados nas diversas regiões, propor sugestões e alertar contra os comunistas. (Pio XI apud Dias, op. cit., p. 93).

No seio da Ação Social Nacionalista, os xenófobos e seus representantes compartilhavam espaço com percepções diferenciadas sobre o nacionalismo, marcadas por posicionamentos mais moderados, como o de Afonso Celso e, a partir de 1921, de católicos, como de Jackson Figueiredo, atestando o caráter heterogêneo do movimento nacionalista e do grupo que integrava a revista.

Em 13 de maio de 1921, num encontro organizado para as comemorações da abolição da escravatura, a professora Maria Rosa Moreira Ribeiro proferiu discurso, reproduzido na seção “Ação Social Nacionalista”, afirmando que a entidade “não é um movimento religioso” e não defende “nenhuma religião específica”.³⁵ Em 28 de abril, Francisco Bustamante postulou que não se queria “fazer da ASN uma instituição católica, pois, de acordo com seu estatuto, no artigo 2º, o movimento “não tem caráter político, nem religioso”, por isso “assim procedemos porque temos reconhecido que há brasileiros acatólicos e indiferentes que são bons patriotas e que sua atitude, infusa e apática relativamente ao catolicismo, provém exclusivamente de ignorarem a doutrina e a História do mesmo”.³⁶

35 Ribeiro, Maria Rosa. O 13 de maio nacionalista. *GB*, n.120, p.3, 28 maio 1921.

36 Bustamante, Francisco. Mais uma vez... *GB*, n.116, p.5, 28 abr. 1921.

Contudo, na seção “Ação Social Nacionalista”, de 17 de novembro de 1921, pode-se notar que, no seio do grupo da revista e do movimento, havia aqueles que pretendiam aproximar a ASN do catolicismo. Na ata de uma reunião ocorrida em 29 de setembro de 1921 e reproduzida em *Gil Blas*, Delamare fez menção à Igreja Católica. Discutiu-se, ainda, a citada aproximação que contou com a oposição de Maria Rosa Ribeiro, Paula Machado, Albuquerque Gondim e Victruvio Marcondes, entre outros. Afirmou-se que “mesmos católicos praticantes não votaram a favor, por parecer a mesma contrária ao estatuto”.³⁷ Mas, por fim, aceitou-se tal aproximação, que foi lavrada em ata e publicada no *Diário Oficial*, já que desde 1920 a ASN era considerada de utilidade pública e todas suas iniciativas eram publicadas no *Diário Oficial da União*.³⁸

Deve-se lembrar também que *Gil Blas* era órgão divulgador da ASN, assim era normal que as mudanças do movimento se refletissem na revista que, justamente nesse momento, passou a ser defendida por Afonso Celso, como se percebe no excerto seguinte:

O mais assíduo e virulento reproche contra o nacionalismo é o de ser ele infenso a estrangeiro, máxime aos portugueses. Inverdade, calúnia, intriga! Xenófobos são os que sistematicamente atacam o Inglês, o Norte-americano, o Asiático. Os nacionalistas, não! Assim como *Gil Blas*, a Ação Social Nacionalista é um Grêmio de Paz, concórdia, defesa, preservação, fraternidade que a ninguém repele e a ninguém agride, revidando apenas quando brilho impõe. O Brasil precisa de braços e capital estrangeiro, como em nenhuma outra parte, o que o Grêmio de cidadãos brasileiros quer é brasileiro o Brasil.³⁹

37 Ação Social Nacionalista. *GB*, n.145, p.1, 17 nov. 1921.

38 *Ibidem*.

39 Celso, Afonso. Como sempre o propugnamos. Metécos indignos. *GB*, n.102, p.2, 20 jan. 1921.

Em outro artigo, Celso criticou documento distribuído nas ruas do Rio de Janeiro que relacionava *Gil Blas* e a ASN à xenofobia, lembrando que em ambos se “condena qualquer ataque ou ultrajes ao bom elemento estrangeiro domiciliado no Brasil”.⁴⁰ Essa postura de Afonso Celso ficou ainda mais evidenciada quando ele elogiou a presença dos estrangeiros no “engrandecimento do Exército brasileiro”, salientando a importância da chamada “Missão Francesa”, grupo de militares franceses que vieram organizar o Exército brasileiro.⁴¹

Não se pode esquecer que o conde foi a figura de maior destaque que apoiou a candidatura de Delamare a deputado federal em 1920, situação que se repetiu em 1921, dessa vez para Intendente do Conselho de Intendência da Capital Federal, representando o 1º Distrito da Capital. No entanto, dessa feita sua proposta não se baseou apenas na luta pelo nacionalismo, mas incluía a bandeira do catolicismo. Afonso Celso lançou a campanha de Delamare por meio de um artigo, publicado no *Jornal do Brasil*, de 30 de janeiro de 1921 e reproduzido em *Gil Blas*⁴², no qual argumentava:

A ação do nacionalismo tem-se restringido, até agora, à imprensa, à tribuna e ao livro. Torna-se necessário que sua esfera de atividade se alargue e se desenvolva, provocando-se fecundo debate parlamentar (...) Espero, pois, que o eleitorado do Distrito Federal não negará a contribuição de patriotismo invocada, dando seu voto ao candidato do Nacionalismo, o que importará assegurar o direito de representação parlamentar à agremiação que pode ufanar-se de ser índice completo das aspirações brasileiras, no atual momento histórico.⁴³

40 Celso, Afonso. Datas gloriosas. *GB*, n.126, p.2, 7 jul. 1921.

41 Idem. Missão francesa no Brasil. *GB*, n.140, p.2, 13 out. 1921.

42 O pleito do dia 20. *GB*, n.107, p.4-7, 24 fev. 1921 e Delamare, Alcebiades. O candidato do nacionalismo. *GB*, n.104, p.1, 3 fev. 1921.

43 Celso. Manifesto nacionalista. *GB*, n.104, p.2, 3 fev. 1921.

Delamare era apoiado pela Comissão Católica Pró-Delamare, que o apresentava como o “único candidato do nacionalismo e do catolicismo”.⁴⁴ A revista número 105 trouxe o manifesto do grupo de militantes católicos que assegurava que “a propaganda do nacionalismo, (...) tem desfraldado sempre e francamente a bandeira do catolicismo” e com Delamare, defensor do catolicismo, “não pode haver uma candidatura mais nacionalista e católica”.⁴⁵ Seguia-se uma extensa lista de nomes que emprestavam seu apoio ao candidato:

Felício dos Santos, redator-chefe do jornal *A União*; Jeronymo de Mesquita Cabral, diretor do *Círculo Católico*; Theodoro Machado, presidente do *Centro Católico do Brasil*; Lacerda de Almeida, professor da Faculdade de Direito; Augusto de Carvalho, presidente da *Mutualidade Católica do Brasil*; Dr. Carlos Seidl, diretor do Hospital S. Sebastião; José Thomaz de Mendonça, jornalista católico; Padre Assis Memória, sacerdote; Francisco Bus-tamante, funcionário público e Ildefonso Oliveira, presidente do *Centro Católico Nacionalista*.⁴⁶

Não por acaso, a discussão do nacionalismo católico entrou na ordem do dia em *Gil Blas*. Por isso, pode-se dizer que a aproximação entre Delamare e a revista do catolicismo ocorreu, também, em virtude dos interesses políticos. Como fizera no ano anterior, em 1921 ele mudou novamente de posição, mas a ajuda dos católicos não foi suficiente para derrotar seu adversário, Nicanor Carvalho, um dos maiores opositores de Epitácio Pessoa.

44 Delamare, Alcebiádes. O candidato do nacionalismo. *GB*, n.104, p.1, 3 fev. 1921. Além da Comissão Católica Pró-Delamare, o diretor da revista citava como suporte à sua campanha a Junta Popular Pró-Delamare e o Comitê Marítimo e Terrestre Pró-Delamare. Grupos dos quais não citou o nome de seus componentes.

45 Manifesto da Comissão Católica Pró-Delamare. *GB*, n.105, p.2, 10 fev. 1921.

46 *Ibidem*.

A derrota, ocorrida em 22 de fevereiro, foi atribuída ao sistema eleitoral brasileiro, fraudulento e tendencioso. É certo que não se deve descartar a hipótese de falta de probidade na votação, já que, na época, compras de votos, coação e voto aberto eram práticas recorrentes no sistema eleitoral. É de se notar que a falta de educação política e da compreensão da importância do voto passou a ser muito discutida na revista.⁴⁷

A campanha política para Intendente em 1921 possibilitou não só a já citada proximidade entre o diretor da revista de o catolicismo, mas ajudou a delinear uma nova proposta nacionalista em *Gil Blas*. Os sinais da divulgação de um nacionalismo de tons católicos ficaram evidentes na rubrica *Catolicismo*, surgida no segundo semestre de 1920. No entanto, foi em 1921, quando a temática quadruplicou em número de matérias (16,3 % do total de textos publicados), que tal discurso ganhou forma.

Tabela I
Artigos por temas (1921)

Temática	Total de artigos (%)	Nº de artigos assinados (%)	Nº de artigos não assinados (%)
Nacionalismo	394 (47,8%)	194 (49,3%)	200 (50,7%)
Catolicismo	137 (16,3%)	36 (26,2%)	101 (73,8%)
Política nacional	78 (8,4%)	35 (44,8%)	43 (55,2%)
Sociedade	64 (7,6%)	43 (67%)	21 (33%)
Literatura	51 (6,1%)	31 (60,7%)	20 (39,3%)
Política regional	37 (4,4%)	10 (27%)	27 (73%)
Economia	22 (2,6%)	18 (81,8%)	4 (18,2%)
Cultura	19 (2,2%)	4 (21%)	15 (79%)
Política internacional	14 (1,6%)	8 (57%)	6 (43%)
Operariado	12 (1,3%)	4 (40%)	6 (60%)
Educação	9 (1,0%)	4 (44%)	5 (56%)
Esporte	—		

47 O Pleito do dia 20. *GB*, n.107, p.4-7, 24 fev. 1921; O Pleito de 20 de fevereiro. *GB*, n.112, p.8, 31 mar. 1921; Inelegibilidade. *GB*, n.112, p.5, 31 mar. 1921.

Tal discurso não era fruto do acaso, pois a maior parte era de responsabilidade da redação (73,8% não eram assinados) que, a partir de setembro de 1921, estava mudada.

Em agosto, após o falecimento de Domingos Castro Lopes, o cargo de diretor-secretário foi ocupado por Arthur Gaspar Vianna, e Victruvio Marcondes tornou-se subsecretário de redação. Como redatores figuraram o estudante universitário Cyro Nunes Ferreira e o presidente da União Nacional dos Empregados do Comércio, W. Moraes. Como auxiliares de redação, Abílio Silva, Campos Mello e Manoel Onofre. Nota-se que os nomes comprometidos com um posicionamento lusófono – Octávio Oliveira, Arnaldo Damasceno Vieira, Albuquerque Gondim e Trajano Augusto de Almeida Costa – deixaram de figurar no corpo de redatores, e Victruvio Marcondes, comprometido com um discurso nacionalista mais moderado, ascendeu na hierarquia da publicação.

Dentre aqueles que assinaram os artigos que abonavam o catolicismo estava Afonso Celso, cujas colaborações tratavam, em 1921, de temas religiosos,⁴⁸ além de Francisco Bustamante, secretário-geral do Centro Católico Nacionalista, Felício dos Santos, médico, fundador do jornal militante católico *A União*, e Astrogildo Azevedo, chefe do Aspostolado Nacionalista, todos colaboradores ligados à militância católica e que estavam entre os autores mais frequentes, nesse ano, na revista.⁴⁹

48 Conferir a série de artigos sobre a construção do Cristo Redentor assinada por Celso, Afonso. Ainda o monumento ao Redentor: obra essencialmente católica, todos os católicos devem concorrer. *GB*, n.122, p.6, 9 jun. 1921; Idem. Mais uma vitória do Redentor-Cristo Corcovado: um terreno ganho. *GB*, n.141, p.2, 20 out. 1921; Idem. Estátua ao redentor. *GB*, n.143, p.2, 3 nov. 1921.

49 O Centro Católico Nacionalista foi fundado em 29 de maio de 1920 e teve como diretor Ildefonso de Oliveira, e presidente honorário Antonio Felício dos Santos. O movimento propunha, entre outras iniciativas, o fim do ensino laico, o incentivo da imigração católica, reforma constitucional para rever a função de um Estado laico e o fim da catequese maçônica-positivista que, segundo as diretrizes do movimento, existiria no Brasil. Todas essas iniciativas foram comentadas na revista. Ver Centro Católico Nacionalista. Bandeira brasileira.

Jackson Figueiredo, fundador da revista católica *A Ordem*, Lacerda de Almeida, que escrevia no jornal católico *A União*, Padre Assis Memória, José Thomas Mendonza, presidente da Liga de Defesa e Propaganda da Religião Católica, e Maria Junqueira Schmidt, intelectual católica, são outros autores que escreviam na revista.

Tabela II
Autores (1921)

Autores	Total de artigos (%)	Temática dominante
Não assinados	468 (56,1%)	Nacionalismo (42%)
Autores com apenas um artigo assinado	50 (5,9%)	Nacionalismo (51%)
Arthur Gaspar Vianna	23 (2,7%)	Nacionalismo (73%)
Oscar de Abrantes	22 (2,7%)	Nacionalismo (50%)
Álvaro Bomilcar	19 (2,2%)	Nacionalismo (47%)
Astrogildo Azevedo	18 (2,1%)	Catolicismo (49%)
Afonso Celso	17 (2%)	Catolicismo (46%)
Lusóforo de Oliveira	13 (1,5%)	Nacionalismo (53%)
Alcebiades Delamare	14 (1,5%)	Nacionalismo (57%)
F. Bustamante	13 (1,5%)	Catolicismo (100%)
Nuno Pinheiro	11 (1,3%)	Economia (100%)
A. Felício dos Santos	10 (1,1%)	Catolicismo (100%)
F. Coelho de Paula	9 (1%)	Nacionalismo (100%)
Henrique Watson	8 (0,9%)	Nacionalismo (100%)
General Pedro Carolino	7 (0,8%)	Nacionalismo (80%)
José Thomas Mendoza	7 (0,8%)	Catolicismo (100%)
Pinheiro Távora	6 (0,7%)	Política Nacional (60%)
Frederico Runte	6 (0,7%)	Nacionalismo (80%)
Padre Assis Memória	6 (0,7%)	Nacionalismo (65%)

Continua

GB, n.94. p.7, 25 nov. 1920. O Apostolado Nacionalista surgiu em fevereiro de 1921, vinculado à ASN. Fundado por Astrogildo Azevedo e Alcebiades Delamare, mesmo proclamando-se como “uma instituição de estudos econômicos e sociais”, tinha objetivos essencialmente católicos e nacionalistas. Ver Azevedo, Astrogildo. Apostolado Nacionalista. *GB*, n.105, p.1, 10 fev. 1921.

Tabela II – *Continuação*

Autores	Total de artigos (%)	Temática dominante
Victruvio Marcondes	6 (0,7%)	Nacionalismo (70%)
Maria Junqueira Schmidt	5 (0,5%)	Catolicismo (50%)
Centro Marítimo Nacionalista	5 (0,5%)	Política nacional (90%)
Jackson Figueiredo	5 (0,5%)	Catolicismo (100%)
Lacerda de Almeida	4 (0,4%)	Catolicismo (100%)
Eurico Dias Martins	4 (0,4%)	Nacionalismo (100%)
Ramalho Ortigão	4 (0,4%)	Economia (100%)
Frederico Villar	4 (0,4%)	Nacionalismo (70%)
Oswaldo Lynch	3 (0,3%)	Política nacional (66%)
A. Thompson	3 (0,3%)	Nacionalismo (100%)
Frederico Runte	3 (0,3%)	Nacionalismo (100%)
Mario Pinto Serva	3 (0,3%)	Política internacional (100%)
Almeida Cavaca	3 (0,3%)	Nacionalismo (100%)
França e Silva	3 (0,3%)	Nacionalismo (100%)
José Júlio Soares	3 (0,3%)	Política nacional (100%)
A. Thompson	3 (0,3%)	Nacionalismo (100%)
Leopoldo Santos	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Leôncio Mouzinho	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Augusto Barbosa	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Luciano de Oliveira	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Maria R. N. Ribeiro	2 (0,2%)	Literatura (100%)
Álvaro Muller	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)
Centro Católico Nacionalista	2 (0,2%)	Catolicismo (100%)
Leopoldo Santos	2 (0,2%)	Nacionalismo (100%)

Para esses autores – minoritários frente aos antilusitanos – a nação tinha outros inimigos que não os portugueses, mas sim estrangeiros ligados às iniciativas revolucionárias, capazes de colocar a pátria em perigo:

O nacionalismo brasileiro não tem cor política nem religiosa, mas os dirigentes do movimento, os de maior relevo, estão conven-

cidos de que a religião católica deve ser considerada um dos mais fortes laços de unidade nacional, a única capaz de, eficazmente, combater certas doutrinas dissolventes que indesejáveis estrangeiros procuram implantar nas livres terras americanas e de que sob o lábaro multissecular e invicto do catolicismo é que poderemos repelir a onda avassaladora da anarquia, do bolchevismo, pregado e praticado pelos sangrentos apóstolos da trágica Rússia dos soviets.⁵⁰

A fim de garantir a sociedade e Estado brasileiros, pregava-se a volta da religião católica como a crença oficial da nação. As questões centrais diziam respeito ao apoio à educação religiosa, em detrimento da laica, a urgência da revisão constitucional, a construção da imagem do Cristo Redentor e a importância da militância católica, estas as bandeiras desfraldadas nos textos dos nacionalistas católicos.

Felício dos Santos escreveu que a “educação prescinde de uma moral”, mas questionou como atingir essa moral, que provém da religião católica, “se a educação no Brasil não é religiosa”. Moral sem religião seria “obra do bolchevismo ou do positivismo”.⁵¹ Em outro artigo, Álvaro Müller sugeriu que os colégios não católicos eram instrumentos de conversão ao protestantismo.⁵² O ensino religioso era tido como meio mais eficaz para que retomasse o espaço perdido com o Estado laico e republicano e, futuramente, torná-lo cristão.

A Constituição, denominada de “ateia”, era criticada por ter afastado o catolicismo do poder e, conseqüentemente, possibilitado a inserção do capital e das ideias revolucionárias estrangeiras no país. Nota-se a conexão estabelecida entre nacionalismo e catolicismo:

50 Cariry, M. Nacionalismo e religião. *GB*, n.136, p.1, 13 set. 1921.

51 Santos, Felício A. O dever de educar. *GB*, n.150, p.3, 22 dez. 1921.

52 Campos, Álvaro Müller. O perigo dos colégios acatólicos no Brasil. *GB*, n.138, p.5, 29 set. 1921.

(..) o conteúdo liberal da constituição escancarou as portas aos estrangeiros de qualquer condição, o laicismo é outro ponto salientado dentro da República para contribuir para desnacionalização do país, pois contribuía para unir os Estados em constante rivalidade, daí os dois gravíssimos males: a rivalidade dos Estados por falta do melhor cimento de unidade – a religião, e a desmoralização da política. Escusado é demonstrar quanto tem cooperado esse ateísmo contra o nacionalismo, o que é pior, atraindo para o Brasil o elemento anárquico estrangeiro de preferência aos bons imigrantes de que tanto precisamos. O remédio é uma reforma na legislação e nas práticas administrativas no sentido de defender a pátria da absorção estrangeira (...).⁵³

O fim do Estado laico dependia da inserção dos católicos na política, daí a necessidade de uma militância católica e a importância de se apoiar políticos comprometidos com a questão.⁵⁴

A construção de uma imagem de Cristo no Rio de Janeiro também foi muito debatida nos artigos nacionalistas católicos, publicados ao longo de 1921. A proposta já fora apresentada à Princesa Isabel pelo padre Pedro Maria Boss. Mas, segundo a revista, esta “foi uma mera ideia sem qualquer tentativa de realização prática”. A entidade que organizou a iniciativa, com vistas a efetivá-la, foi a ASN “em Assembleia na Biblioteca Nacional”, cujo intérprete foi general Pedro Carolino, colaborador de *Gil Blas*, que propôs a construção no Pão de Açúcar e não no Corcovado. Nessa reunião, foi proposta a formação de uma comissão de membros da ASN, de *Gil Blas* e da Igreja para a construção do Cristo Redentor.⁵⁵

53 Santos, Felício A. O nacionalismo e as feiras. *GB*, n.117, p.7, 5 maio 1921.

54 Conferir a série de Figueiredo, Jackson. Igreja e política. *GB*, n.147, p.2, 1^a dez. 1921; *GB*, n.148, p.2, 8 dez. 1921; e *GB*, n.151, p.10, 29 dez. 1921; além de; Idem. Episcopado e a candidatura de Arthur Bernardes. *GB*, n.151, p.5, 29 dez. 1921.

55 Aniversário da Ação Social Nacionalista. *GB*, n.107, p.1, 24 fev. 1921.

José Thomaz de Mendonça, por sua vez, propôs que se esculpisse uma grande estátua de bronze de Jesus Cristo, a ser colocada no Pão de Açúcar, para comemorar o centenário da Independência que, na sua avaliação, seria “a grande manifestação da alma católica nacional”. Defendeu a criação de uma comissão para levar “a efeito a execução do monumento, no alto do Pão de Açúcar, a nosso Senhor Jesus Cristo, Redentor da Humanidade, conforme a ideia sugerida pelo General Pedro Carolino, na sessão solene, comemorativa do 1º aniversário da ASN e do 2º de *Gil Blas*”.⁵⁶

A comissão do projeto, presidida por Afonso Celso, general Carolino e pelo cardeal Arcoverde, propôs que a obra fosse parte do programa oficial das festas do Centenário e ficasse sob o comando da Igreja, com supervisão do cardeal Arcoverde, “pois é uma obra do catolicismo e do nacionalismo” por isso, “a comissão deve ser formada somente por nacionalistas-católicos”.⁵⁷

Muitos membros da Igreja não aceitavam que entre aqueles responsáveis pela construção do monumento estivesse um grupo não religioso,⁵⁸ o que demonstra que, nesse ano, mesmo se aproximando do catolicismo, a revista e seus mentores não eram tomados como interlocutores. *Gil Blas* publicou várias imagens das maquetes apresentadas à comissão, até ser aprovada a do engenheiro Heitor da Silva Costa.⁵⁹

56 Mendonça, José Thomas. Um grande monumento de bronze. *GB*, n.110, p.4-5, 17 mar. 1921.

57 Monumento a Jesus Redentor no Pão de Açúcar. *GB*, n.111, p.7, 24 mar. 1921.

58 Celso, Afonso. Ainda o monumento ao Redentor: obra essencialmente católica, todos os católicos devem concorrer. *GB*, n.122, p.6, 9 jun. 1921.

59 Apresentaram propostas: Dr. José Agostinho dos Reis, Morales de Los Rios e Heitor da Silva Costa, que foi aceito. Conferir: A propósito do monumento ao Jesus Cristo Redentor. *GB*, n.121, p.4, 2 jun. 1921; Monumento a Cristo Redentor. *GB*, n.188, p.28, 20 out. 1922.

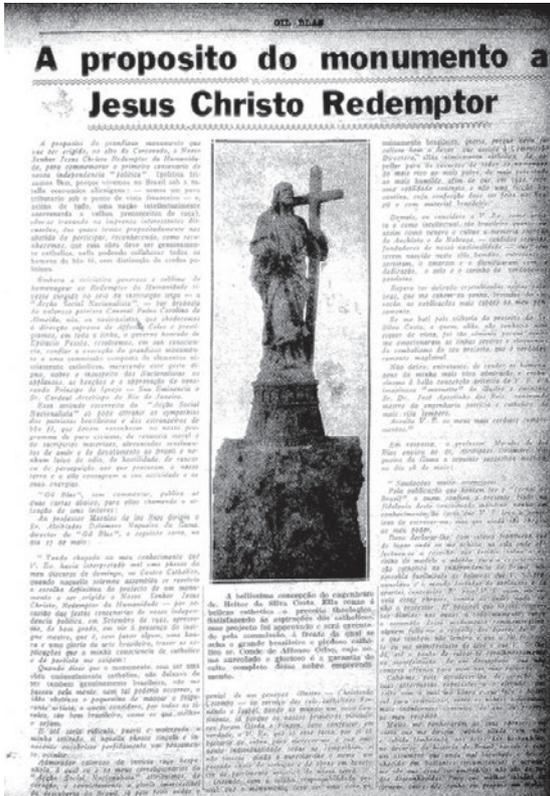


Figura 16 – *Gil Blas*, n.121, 2 de junho de 1921. Imagem da maquete escolhida pela Comissão.

Afonso Celso, já como seu presidente, afirmou que o projeto foi muito criticado pela imprensa carioca, “pelos inimigos do nacionalismo e do catolicismo”.⁶⁰ Em artigo de outubro de 1921, expressou-se o temor de que a obra não se concretizasse, pois havia dúvidas no Governo Federal, pelo fato de o monumento utilizar espaço público para fins religiosos.⁶¹

60 Celso, Afonso. Ainda o monumento ao Redentor: obra essencialmente católica, todos os católicos devem concorrer. *GB*, n.122, p.6, 9 jun. 1921.

61 Idem. Mais uma vitória do Redentor-Cristo Corcovado: um terreno ganho. *GB*, n.141, p.2, 20 out. 1921.

Segundo a versão apresentada na revista, a comissão pediu a interferência de Epitácio Pessoa, que autorizou o início dos trabalhos, agora no morro do Corcovado. Afonso Celso ainda acreditava que o projeto se realizaria, pois a *Light*, arrendatária da Estrada de Ferro do Corcovado, apoiou a iniciativa com vistas a sublocar “os trens para futuras romarias ao morro”. Assim, o antigo inimigo tornou-se “uma poderosa companhia que, inteligentemente administrada, (...) vai procedendo com toda a correção e gentileza”.⁶² Propôs, ainda, a reorganização da comissão a fim de viabilizar o projeto: “Anthéro Almeida morreu e Dom Sebastião Leme, que estava viajando, agora irá tomar conta do projeto (...)”, por isso, convocou “toda a comunidade eclesiástica para poder reivindicar o projeto, que continua impugnado pelos órgãos competentes”.⁶³

A partir desse momento, os artigos sobre a construção do Cristo Redentor quase desapareceram das páginas da revista e o grupo de *Gil Blas* distanciou-se da questão. Como salientou Afonso Celso, o fato de *Gil Blas* “flertar com outros posicionamentos que não o catolicismo, gerava desconfiança entre alguns membros da hierarquia católica”, situação que fez que membros da revista se afastassem do projeto.⁶⁴ Não se deve descartar a hipótese de que a cúpula da Igreja quis tomar para si a execução da obra e afastar os membros da revista, estigmatizada por seu perfil radical e xenófobo; talvez, por isso, a historiografia especializada não mencione a ligação da ASN e de *Gil Blas* na idealização da construção do Cristo Redentor.⁶⁵

62 Ibidem.

63 Idem. Estátua ao redentor. *GB*, n.143, p.2, 3 nov. 1921. Sebastião Leme deu continuidade ao projeto que foi finalizado em 12 de outubro de 1931 e marcou a aproximação e cooperação da arquidiocese do Rio de Janeiro com o governo Vargas. Conferir verbete: Leme, Sebastião. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2011.

64 Celso. Ainda o monumento ao Redentor: obra essencialmente católica, todos os católicos devem concorrer. *GB*, n.122, p.6, 9 jun. 1921.

65 Uma das poucas análises historiográficas do Cristo Redentor é de Lucia Grinberg (1999). No entanto, a autora não menciona a participação da ASN nem

Por outro lado, percebe-se que, nesse momento, mesmo não sendo tomada como publicação confiável, já havia afinidades entre o semanário e certos ideais da militância católica.

Essa situação evidencia-se em duas novas seções devotadas ao catolicismo surgidas na revista: “Pelo mundo” e “Pedacinhos de ouro”, que divulgavam a fé católica e combatiam seus supostos inimigos.⁶⁶ O nacionalismo católico, divulgado no decorrer de 1921, era próximo ao pregado por Jackson Figueiredo, para quem a união entre nacionalismo e catolicismo garantiria a ordem:

Jackson Figueiredo identifica o nacionalismo, no Brasil, com o passado católico, tradição que vê ameaçada pelo protestantismo, pelo ianque, ou pelo que chama de metequismo, de invasão da maçonaria e do judaísmo do capital externo. (Iglésias, 1971, p. 148.)

Francisco Iglésias (1971) afirma que Figueiredo preocupava-se com o perigo de Portugal e criticava a inserção lusa na economia e na imprensa, principalmente carioca. No entanto, em *Nacionalismo da hora presente* Jackson Figueiredo (1921, p.34) apresenta uma ambiguidade nesse posicionamento. No livro, atacava o imigrante português, por acreditar que tinha o domínio da imprensa e do comércio, mas também afirmava que o nacionalismo brasileiro devia

de *Gil Blas* na idealização do monumento. Romualdo Dias (1996, p.126; grifo nosso) afirma que “a campanha pela sua construção [*do Cristo Redentor*] foi lançada solenemente no Congresso Eucarístico de 1922, e sua pedra fundamental, colocada no dia 4 de outubro do mesmo ano”. Da mesma forma, Emerson Giumbelli (2008, p.85 e p.92) salienta que “a data originalmente planejada para a inauguração do monumento ao Cristo Redentor era 1922, (...) justamente a capela foi o único elemento do projeto originalmente vencedor do concurso em 1921 que não foi alterado no formato final que o monumento adquiriu. Neste, Cristo, desenhado com linhas que lembravam um estilo barroco (...), tinha sua cabeça voltada para o alto e suas mãos ocupadas em seguir, em uma delas, um globo, na outra, uma cruz. Depois de criar polêmicas e receber diversas intervenções, chegou-se ao modelo definitivo”.

66 Pedacinhos de ouro. *GB*, n.135, p.3, 7 set. 1921; Pelo mundo. *GB*, n.140, p.10, 13 out. 1921; Pelo mundo. *GB*, n.128, p.5, 21 jul. 1921; Pelo mundo. *GB*, n.130, p.10, 4 ago. 1921.

muito à tradição do passado católico, possibilitado pelo português, razão pela qual acreditava que, “como católico, não se pode negar que o povo português faz parte da verdadeira civilização”, situação que também o auxiliava a colocar-se contra aqueles que salientam os “aspectos infames da colonização portuguesa”. Vale lembrar que o livro foi incluído na *Biblioteca Nacionalista* para o ano de 1921.⁶⁷ Francisco Bustamante resenhou a obra e defendeu posição similar a do autor católico:

Nós, os brasileiros, devemos a Portugal a Religião Católica Apostólica Romana; e esta deve àquele país a conquista integral da invejável Colônia de Santa Cruz. Ninguém negará a influência decisiva que o clero exerceu junto aos habitantes das selvas, para conciliá-los com a civilização portuguesa, transmigrada por toda sorte de degredados, pelos condenados às galés, por fidalgotes quase analfabetos, pernósticos cheio de preconceitos, e, principalmente, pelos mais arrojados piratas da época (...)⁶⁸

Nota-se que, ao lado do discurso nacionalista moderado e xenófobo, outro posicionamento ganhou força nas páginas de *Gil Blas* a partir de 1921. É certo que o apoio de militantes católicos à empreitada política de Delamare contribuiu para a mudança; no entanto, também se deve considerar outros fatores, como a necessidade de a revista afastar-se do rótulo antilusitano e a força que Afonso Celso teve no semanário a partir de 1920.

Em abril de 1921, Delamare ocupou o cargo de fiscal de bancos. A indicação partiu de Nuno Pinheiro, responsável pela fiscalização bancária em âmbito nacional, e a nomeação foi feita por Eptácio Pessoa. O cargo foi criado pelo Decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, que determinava que metade dos trabalhadores de bancos devesse ser composta por brasileiros, além de estabelecer regulamento de fiscalização das atividades bancárias, com restrições para

67 *Biblioteca Nacionalista*. GB, n.115, capa, 21 abr. 1921.

68 Bustamante, F. Do nacionalismo da hora presente. GB, n.109, p.5, 10 mar. 1921.

os fundos enviados ao exterior ou títulos de créditos destinados às exportações.⁶⁹ A medida foi aplaudida pelos nacionalistas de *Gil Blas*, que criticavam os imigrantes que enviavam seus lucros para o país de origem.⁷⁰

Evidencia-se, mais uma vez, a afinidade existente entre o diretor da revista e o presidente da República. O favoritismo era prática comum da época e os cargos públicos eram atribuídos a nomes próximos da administração, em todos os âmbitos do poder. Além disso, a escolha também deixa claro o jogo de interesse que existia por detrás da relação entre Delamare e Epitácio. Se o primeiro desejava o apoio do presidente para seus projetos políticos e privados, o inverso também era verdadeiro, uma vez que Epitácio contava com o apoio incondicional de *Gil Blas* que, nesse momento, aproximava-se dos católicos. Essa era mais uma estratégia corriqueira da República das oligarquias, já que “o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar (...)” (Micoli, 2001, p.79).

Em artigo publicado em 7 de julho de 1921, consta lista de nomes que manifestavam apoio à nomeação de Delamare – Nuno Pinheiro, Luciano Oliveira, deputado Camillo Prates, Afonso Celso, senador Justo Chermont, deputado Gilberto Amado, entre outros:

O nosso diretor Dr. Alcebíades Delamare Nogueira da Gama, recebeu por motivos de sua recente nomeação à Fiscal de Bancos, nesta capital, telegramas e carta de felicitações das seguintes pessoas, amigos e correligionários (...) e muitos outros que vieram à redação de *Gil Blas* trazer ao nosso chefe as suas felicitações pelo ato de confiança do Governo, nomeando-o para o cargo de Fiscal da Inspetoria dos Bancos.⁷¹

69 Verificar página da Receita Federal, no item Memória. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/insp_gerais.asp. Acesso em: 27 jan. 2009.

70 Inspetoria Geral de Bancos. *GB*, n.126, p.1, 7 jul. 1921.

71 *Ibidem*.

A nomeação fora criticada por vários órgãos da imprensa e Álvaro Bomílcar escreveu artigo em sua defesa:

(...) a noção de Pátria é para muita gente uma ideia caduca e agressiva – vejamos até que ponto procedem as agressões dos jornalistas (...) o Dr. Alcebiades Delamare, o mais apontado, o mais atacado, talvez por ter salientado numa campanha que nós, que somos seus iniciadores, somos os primeiros a reconhecer, está ainda tão longe da vitória (...) Ora o Dr. Delamare, nosso nobre companheiro de lutas do nacionalismo, não é um simples Bacharel em Direito, como muita gente supõe, defendeu brilhantíssima tese na faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, em conquista da cátedra de professor de Economia Política e Ciências das Finanças (...)⁷²

O próprio Delamare respondeu às críticas:

Era minha intenção não responder aos ataques que tenho recebido ultimamente de certa imprensa, pelo fato de ter sido meu nome aproveitado pelo Governo para Fiscal de Bancos (...). Mais vale para mim o conceito e meus amigos e correligionários do que todos elogios dessa imprensa venal e corrupta que me ataca.⁷³

A oposição talvez se devesse ao fato do responsável por fiscalizar bancos no Rio de Janeiro (a maioria estrangeiros) ser comprometido com uma revista identificada como porta-voz de um nacionalismo estreito. Logo após ser nomeado fiscal de bancos, houve um conflito físico entre um defensor do nacionalismo de *Gil Blas* e um membro da redação do jornal *A Pátria*, no Largo da Carioca, e os jornais acusaram Delamare como instigador da violência. Em comunicado publicado em *Gil Blas* e no *Jornal do Brasil*, ele afirmou que não tinha nada a ver “com o manifestante que entrou em

72 Bomílcar, Álvaro. Fiscalização Bancária. *GB*, n.131, p.1, 11 ago. 1921.

73 Idem. *GB*, n.131, p.1, 11 ago. 1921.

conflito com o membro da *A Pátria*". No mesmo artigo Delamare pediu "calma aos manifestantes nacionalistas".⁷⁴

Ele próprio reconheceu que esse seu posicionamento lhe valia "forte oposição", que estava "coleccionando inimigos, dentro e fora do Rio de Janeiro" e chegou a confidenciar que era "ameaçado por membros da colônia portuguesa e por brasileiros simpáticos ao lusitanismo, por meio de telefonemas e cartas anônimas", segundo ele de "partidários da recolonização do Brasil, que se ocultam no deslumbre da Maçonaria corruptora e nefasta".⁷⁵ Nota-se que Delamare direcionava críticas para os maçons, inimigos do catolicismo, mas era evidente sua identificação com a lusofobia. Nesse mesmo número de *Gil Blas* noticiou-se passeata da colônia portuguesa contra o nacionalismo professado pelo semanário e na qual gritava-se: "Viva Portugal e morram os nacionalistas!".⁷⁶

Ficava claro que, nesse momento, o fato de a revista ter um caráter xenófobo e seu diretor um estigma de desordeiro radical significava um entrave, não só para a imagem de Delamare, mas também para a do presidente da República, que nomeou o diretor da revista para um cargo público. Situação que, somada à força que o catolicismo ganhava na revista, sobretudo por meio da presença de Afonso Celso, gerou consequências para os destinos de *Gil Blas*.

A sucessão presidencial

O processo eleitoral de Arthur Bernardes foi conturbado. Em julho de 1921, um mês após a indicação do presidente de Minas Gerais para disputar a sucessão do Executivo Federal, a revista declarou o seu apoio ao candidato. Nesse mesmo mês, Bernardes deu entrevista à *Gil Blas* e afirmou concordar com "o nacionalismo di-

74 Delamare, Alcebíades. Comunicado. *GB*, n.114, p.2, 14 abr. 1921.

75 Idem. O diretor de *Gil Blas* aos seus adversários. *GB*, n.137, p.1, 22 set. 1921.

76 A reação da "colônia". *GB*, n.137, p.1, 22 set. 1921.

vulgado pela revista” e lutar “para que suas reivindicações venham se concretizar”; além disso, comprometeu-se a dar “continuidade às iniciativas do Governo Eptácio”.⁷⁷ Delamare, por seu turno, apressou-se em anunciar que “ASN, *Gil Blas* e o povo vão apoiar Bernardes como apoiou Feijó, Floriano e Eptácio, os três maiores estadistas da nossa nacionalidade”.⁷⁸

A candidatura de Arthur Bernardes foi anunciada na Convenção de 8 de junho de 1921 e, além de ter o apoio de seu Estado, contava com a adesão de São Paulo e do presidente Eptácio Pessoa.⁷⁹ No dia 15 desse mesmo mês, grupos estaduais chamados dissidentes (Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e o estado do Rio de Janeiro) lançaram chapa de oposição, contendo o nome de Nilo Peçanha para Presidência da República e do baiano J. J. Seabra para vice. A coligação teve, ainda, o apoio das forças armadas, insatisfeitas com a nomeação de Pandiá Cológeras e de Raul Soares para as pastas da Marinha e de Guerra, além de órgãos da imprensa como *O Imparcial* e o *Correio da Manhã*.

Esse grupo autodenominou-se Reação Republicana que, entre outras propostas, defendia a regeneração política e econômica do país, condenava o clientelismo, os poderes dos grandes estados e propunha a diversificação agrícola e o aumento da participação política das massas e combate ao analfabetismo. Por outro lado, mesmo afirmando ter um programa mais liberal, não mencionava nada sobre o voto secreto e apenas pedia mais autonomia para o

77 Bernardes apud Delamare, Alcebiades. Da liberdade ao Catete – O nacionalismo e a opinião do presidente Bernardes. *GB*, n.129, p.1-3, 28 jul. 1921.

78 Delamare. Da liberdade ao Catete – O nacionalismo e a opinião do presidente Bernardes. *GB*, n.129, p.1-3, 28 jul. 1921.

79 “Em abril [*de* 1921] o candidato oficial foi praticamente imposto a Eptácio, que por essa razão abdicou do direito de escolher o vice-presidente” (Malin, 2001, p.629, grifo nosso). O apoio de Eptácio a Arthur Bernardes, segundo Laurita Gabaglia (1951, p.486) se deu muito mais pelo candidato ter sido escolhido “pelas forças políticas da nação, já que fora apoiado pela quase unanimidade dos Estados”, do que por uma afinidade pessoal ou política, já que Eptácio “não era amigo pessoal de Bernardes”.

Legislativo e maior poder para o Exército.⁸⁰ Duas estratégias políticas marcaram a prática política da Reação Republicana: as propagandas eleitorais, baseadas em comícios populares, e a utilização da imprensa na campanha.

A imprensa desempenhou um papel de destaque nessa eleição, atacou o candidato da Convenção e o partidarismo do presidente Epitácio, estendendo críticas ao seu governo e fomentando a oposição entre o Executivo e o Exército. Mas a questão que marcou a disputa foi o “episódio das cartas falsas”, divisor de águas da campanha movida pela Reação Republicana e o acontecimento que contribuiu para conturbar o panorama político da época.

A publicação de duas cartas, entre os dias 9 e 10 de outubro de 1921, no *Correio da Manhã*, supostamente escritas por Arthur Bernardes a Raul Soares, tinha conteúdo duvidoso e visava desestabilizar a campanha da situação. O objetivo principal era minar as relações do Governo Federal e de seu candidato com a cúpula do Exército.

Forjadas por Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, as cartas estavam em oferta desde o início do segundo semestre de 1921, o *Correio da Manhã* estampou em *fac-símile* uma delas, datada de 3 de junho e supostamente dirigida por Bernardes a Raul Soares (...) Depois de se referir a Hermes como esse sargento sem compostura, a carta dizia aos militares “esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na compostura” (...). No dia seguinte mais uma carta, chamando Nilo Peçanha de “moleque capaz de tudo” e confessando a apropriação de dinheiros públicos de Minas Gerais, foi publicado no mesmo jornal. (Malin, 2001, p.630.)

Não por acaso o candidato Bernardes foi recepcionado com vaias no Rio de Janeiro, em 15 de outubro, no comício na Avenida Rio

80 “A Reação Republicana representou exatamente um momento de contestação” da política dos governadores, “inaugurando um ciclo de questionamentos da ordem vigente”. Ver: Ferreira, 1993, p.7-10 e Rodrigues, 1997, p.49.

Branco. O episódio também respingou na administração de Epitácio Pessoa, nessa altura alvo de fortes críticas advindas da oposição. A autenticidade das cartas foi negada e comprovada mais de uma vez, então o Clube Militar e Bernardes nomearam seus peritos. Nesse momento, alas radicais do Exército clamavam por atitudes drásticas e a relação entre o Governo Federal e esse grupo se tornava cada vez mais delicada. No entanto, a afinidade da *Reação Republicana* com membros radicais do Exército fez que grupos conservadores se aproximassem de Arthur Bernardes, que simbolizava, no momento, a garantia da ordem, em face de um profetizado motim militar. Com o intuito de dar suporte à candidatura de Minas e defender o último ano da administração epítaciana, o grupo de *Gil Blas* lançou, em outubro de 1921, alguns dias após a publicação das “cartas falsas”, a Legião Republicana. Afirmava-se que era o “único partido político filiado a *Gil Blas*”⁸¹ e o “braço político” da ASN.⁸² Na verdade, estava muito mais próxima de iniciativas como a Campanha Civilista (1909), a *Reação Republicana* (1921) e a Aliança Liberal (1929), que se caracterizavam “muito mais como um movimento de apoio a um determinado candidato do que um partido político de fato como conhecemos hoje” (Carone, 1973, p.314-5).⁸³

Em entrevista publicada em *Gil Blas*, o secretário-geral José Júlio Soares afirmou que o principal objetivo do movimento “é prestigiar, nas urnas de 1º de março vindouro, o nome do preclaro mineiro” tendo “como compromisso apoiar Bernardes e se opor à *Reação Republicana*”.⁸⁴ A Legião Republicana era composta por Alcebiades Delamare (diretor), José Júlio Soares (secretário-geral),

81 Nacionalismo e política. *GB*, n.145, p.3, 17 nov. 1921.

82 Legião Republicana. *GB*, n.151, capa, 29 dez. 1921.

83 Segundo Carone (op. cit., loc. cit.): “(...) o exclusivismo social e o regionalismo levam ao fracasso as tentativas de fundar partidos nacionais, aqueles que tentam organizar-se funcionam em bases pessoais, não sobrevivendo aos motivos aparentes de sua fundação (...) nascem nas vésperas da eleição e depois morrem”.

84 Soares, José Júlio. O que é a Legião Republicana?. *GB*, n.140, p.5, 13 out. 1921.

Virgílio Afrânio de Mello Franco (vice-diretor) e Alvim Ramos de Mello. Entre as propostas da Legião Republicana, algumas eram semelhantes às da Reação Republicana, como: o fim do analfabetismo, a diversificação da produção agrária e a extensão de direitos às massas populares e ao operariado, mas, diferente daquele programa, era a favor de uma maior centralização política no Poder Executivo, além de incentivo à nacionalização da pesca, do comércio e do trabalho nacional.⁸⁵

Para se equiparar à estratégia política da Reação Republicana, a Legião Republicana organizou comícios nas ruas em apoio à eleição de Arthur Bernardes, organizados e com participação ativa de Delamare e de José Júlio Soares, sempre com divulgação e transcrição dos pronunciamentos nas páginas de *Gil Blas*. Antes da confirmação da vitória do candidato mineiro, o periódico publicou carta de Arthur Bernardes a Delamare em que agradecia o apoio “do seu nacionalismo” por meio “da Legião Republicana”.⁸⁶

Além da Legião Republicana, os católicos também apoiaram Bernardes. Jackson Figueiredo (apud Iglésias, 1971, p.151) justificou sua posição ao afirmar que seria “inconcebível um católico revolucionário”.⁸⁷ Nesse sentido, é emblemática a série de artigos que publicou em *Gil Blas*, no decorrer de dezembro de 1921, na qual criticou os católicos que apoiavam Nilo Peçanha.⁸⁸ Em sua

85 Legião Republicana. *GB*, n.140, p.1, 13 out. 1921.

86 Bernardes, Arthur apud *Gil Blas*. A Legião Republicana e o momento político. *GB*, n.158, p.10, 17 fev. 1922. Por meio de tais comícios criticou-se a Reação Republicana, acusando o movimento de “jogar o Exército contra Bernardes e de manipular as cartas falsas na imprensa”. Junior, Gomide. *Confrontos*. *GB*, n.145, p.9, 17 nov. 1921.

87 Francisco Iglésias (1971, p.151) afirma que nas campanhas políticas que Jackson Figueiredo se “empenhou, o que ele via era o perigo de uma revolução. Não era Arthur Bernardes ou Epitácio Pessoa que defendia”.

88 Conferir a série de Figueiredo, Jackson. Igreja e política. *GB*, n.147, p.2, 1ª dez. 1921; *GB*, n.148, p.2, 8 dez. 1921; e *GB*, n.151, p.10, 29 dez. 1921. O cônego foi denominado na revista como “advogado do diabo” por apoiar o político carioca e, para salientar que ele estava contra a cúpula do catolicismo, publicou uma extensa lista de nomes de bispos e arcebispos ligados à Igreja

opinião, o candidato tinha compromisso com as “questões revolucionárias” e “cultos nefastos”, como a maçonaria, o que não ocorria com Arthur Bernardes:

O Sr. Bernardes representa politicamente as forças conservadoras desta Nação. Nelas existira, pelo menos um pouco de bom-senso (...) não conheço um só ato da vida do Sr. Bernardes que mereça condenação (...). O caso da imbecilíssima carta que lhe atribuem nem vale a pena discutir. Como vê não lanço mão das opiniões que o *Correio da Manhã* de alguns dias atrás usou para maltratar Nilo, (...) a mesma folha que é agora empresária do senador fluminense (...) se o Sr. Bernardes não fosse um católico pouco entusiasmo teria de minha parte, e que o sr. Nilo não fosse conhecido membro da maçonaria, seria para mim um dos muitos grandes politiqueros do Brasil (...).⁸⁹

Jackson Figueiredo criticou o cônego Galvão por apoiar Peçanha e aludiu à necessidade de os “verdadeiros católicos” apoiarem Bernardes, que era “mais nacionalista e mais católico”.⁹⁰

Bernardes aproveitou-se dessa situação e aceitou de bom grado o estigma do “candidato católico conservador”, contra o opositor “revolucionário e maçom”, Nilo Peçanha. *Gil Blas* colocou-se abertamente contra Nilo Peçanha, apresentado como “representante da maçonaria e anticatólico [sic]”.⁹¹

que apoiavam Bernardes. Ver Figueiredo, Jackson. Episcopado e a candidatura de Arthur Bernardes. *GB*, n.151, p.5, 29 dez. 1921.

89 Figueiredo, Jackson. Igreja e política. *GB*, n.148, p.2, 8 dez. 1921.

90 Na revista, o cônego foi denominado como “advogado do diabo”, por apoiar o político carioca e, para salientar que ele estava contra a cúpula do catolicismo, publicou-se extensa lista de nomes de bispos e arcebispos ligados à Igreja que apoiavam Bernardes. Idem. Episcopado e a candidatura de Arthur Bernardes. *GB*, n.151, p.5, 29 dez. 1921.

91 Por que a maçonaria combate o candidato católico?. *GB*, n.152, p.2, 6 jan. 1922 e Carolino, General Pedro. Nacionalismo e política. *GB*, n.153, p. 5-6, 13 jan. 1922. A ligação de Nilo Peçanha com a maçonaria hoje é reconhecida nos meios políticos. Conferir: Nilo Peçanha. Disponível em: www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/2006/08/27006. Acesso em: 29 maio 2009.

Delamare também justificou sua escolha por Bernardes ser “nacionalista e indicado por Epiácio”, enquanto Nilo Peçanha “é maçom e anticatólico [sic]”.⁹² Ou seja, valia-se de argumentos do campo católico.

Assim, pode-se dizer que *Gil Blas* caminhou para o ano de 1922 em sintonia com a situação política do momento e enveredou para o campo católico. Além disso, desvincular-se do estigma de xenofobia era uma necessidade para a revista, caso desejasse se apresentar como importante base de apoio na conturbada administração de Epiácio Pessoa.

Nesse sentido, o suporte a Bernardes era, também, um ato de apoio a Epiácio Pessoa, já que a eleição do sucessor era primordial para salvar a imagem de seu governo, muito desgastada no último ano de seu mandato.

O argumento para a adesão de *Gil Blas* à candidatura de Arthur Bernardes era o de que ele daria continuidade aos projetos que a revista tanto apoiava, ademais era “nacionalista e católico”.⁹³ Assim, no decorrer de 1921, *Gil Blas* oscilou entre a postura lusófoba, que caracterizou a revista nos seus primeiros anos, um nacionalismo moderado e a adesão ao catolicismo, o que faz desse ano um período de transição.

92 Delamare, Alcebiádes. Atitude de *Gil Blas* em face à sucessão presidencial. *GB*, n.152, p.2, 6 jan. 1922.

93 Nacionalismo e Arthur Bernardes. *GB*, n.152, p.3, 6 jan. 1922; Ribeiro, Carlos. Dois heróis. *GB*, n. 179, p.2, 14 jul. 1922.

5

GIL BLAS:

REVISTA CATÓLICA (1922-1923)

Acontecimentos marcantes da História brasileira fizeram de 1922 um ano emblemático para o país: comemorações do centenário da Independência, sucessão presidencial, Estado de Sítio e Revolta do Forte de Copacabana foram alguns eventos que marcaram a data. Esses acontecimentos tiveram repercussão em *Gil Blas*¹ que, no decorrer desse ano, aproximou-se do catolicismo e, mais uma vez, alterou sua linha editorial. Não se deve esquecer que também foi em 1922 que ocorreu a fundação do Centro Dom Vital e o Congresso Eucarístico, em comemoração ao centenário da Independência, iniciativas que atestavam a força da militância católica.² Além disso, segundo Romualdo Dias (1996, p.29), o ano também foi especial para:

1 Já a fundação do PCB e a Semana de Arte Moderna, eventos pelos quais 1922 sempre é lembrado, não foram mencionados nas páginas de *Gil Blas*.

2 Os “Congressos Eucarísticos difundiram a devoção a Jesus Sacramentado, com ampla catequese doutrinária sobre o valor e a necessidade da Eucaristia e com incentivo à prática da comunhão (...) para o episcopado pela ortodoxia tentava implantar a disciplina sobre o catolicismo popular vigente em nosso país (...)”. Por isso, “pode ser caracterizado como um evento aglutinador de forças e desencadeador de múltiplas atividades envolvidas pela obra restauradora católica”. Os elementos que caracterizaram o evento foram: “restauração cristã do Brasil pela vida eucarística, principalmente na família, na infância e

(...) a revolução espiritual liderada por Jackson Figueiredo. Esta, realizada com um sentido contrário à emancipação do homem na perspectiva da conquista da maioria, contribuiu para ampliar a influência da Igreja Católica em nossa sociedade. Com a chamada obra restauradora, a Igreja afirma-se como instituição, desenvolvendo um trabalho de autofortalecimento no campo da doutrina, estendendo-se em seus desdobramentos práticos, com visíveis interferências na organização política de nosso país.³

O novo posicionamento também era motivado por questões políticas, pois estava em curso mais uma eleição presidencial.

Ainda que de forma conturbada, a máquina dos partidos republicanos mineiros e paulistas garantiu a eleição de Arthur Bernardes, em 1º de março de 1922. Em *Gil Blas*, número 160, de 3 de março, comemorou-se a vitória e publicou-se na capa o manifesto da Legião Republicana, lançado antes da eleição e no qual se recomendava aos leitores que escolhessem Arthur Bernardes, que se colocava “a favor dos interesses nacionais, ao contrário de seus adversários”.

Os candidatos da Convenção 8 de junho são dignos de ocupar aqueles postos da mais alta representação nacional (...) numa campanha eleitoral, em que ora se encontram em choque os mais legítimos interesses do regime, ameaçado de dissolução sumária por quem não hesita entre a vitória de sua causa e desnacionalização do Brasil, deve ir mais longe o ardor do nosso patriotismo, defen-

na mocidade (...) e os temas mais polêmicos na relação entre Estado e Igreja; (...) deles participaram os mais importantes líderes da hierarquia católica e do laicato”. No encontro “vemos D. Leme fazendo o lançamento solene de sua plataforma político-pastoral, definindo-se como coordenador da obra restauradora do Brasil para o catolicismo e sendo aclamado como bispo da Eucaristia” (Dias, 1996, p.108-9).

3 Segundo alguns especialistas no tema, foi em 1922 que Jackson Figueiredo se consolidou como “o grande renovador” do movimento militante católico. (Moura; Almeida, 1977, p.338).

dendo a Democracia contra a incursão dos plutocratas, ligados a empresas mercantis estrangeiras, para a conquista do poder, sob o império da anarquia e da fraude (...) por isso ousamos apelar para os vossos sentimentos de civismo e amor à pátria, solicitando o vosso concurso valioso em favor dos nomes impolutos daqueles ilustres republicanos, no pleito que se vai ferir, dentro em pouco.⁴

Escolhido o sucessor, coube a Epitácio Pessoa conter a agitação nas forças armadas, para que reuniu-se em 1^a de maio de 1922, “com o novo ministro da Marinha, Veiga Miranda, o Ministro Pandiá Calógeras, três representantes de Minas, dois de São Paulo e Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado”. Ele buscava aferir o pedido do grupo capitaneado por Nilo Peçanha, que pôs em dúvida a autenticidade das eleições e propunha a formação de um tribunal de honra para avaliar a possibilidade de “uma renúncia dos candidatos eleitos” (cf. Dias, 2001, p.4.583). Em 15 de maio, como determinava a Constituição, o presidente optou pela comissão de verificação e, em 9 de junho, “verificados os poderes, Arthur Bernardes foi proclamado presidente eleito do Brasil” (Idem).

O fato motivou a publicação de dois artigos que reafirmavam o apoio de *Gil Blas* a Arthur Bernardes, com a nítida intenção de destacar o quanto o suporte da Legião Republicana e da publicação haviam sido de grande valia para os resultados alcançados, tentativa nada sutil de estabelecer notória dívida de gratidão do novo eleito para com o periódico.⁵

Na verdade, buscava-se renovar os laços entre *Gil Blas* e as hostes do Governo Federal, que se mantiveram inalterados durante a administração de Epitácio Pessoa. Deve-se salientar que, nesse ano, no final do mandato do político paraibano, a eficiência do governo

4 Legião Republicana e os candidatos da Convenção. *GB*, n.160, capa, 3 mar. 1922.

5 *GB*, n.175, p.1,16 jun. 1922 e Olhando o Sol de Zenith. *GB*, n.176, p.2, 24 jun. 1922; conferir também: Vianna, Arthur Gaspar. Inimigo da nacionalidade. *GB*, n.184, p.1, 18 ago. 1922.

foi relacionada às iniciativas que o aproximavam das propostas da revista, caso da Lei de Nacionalização da Imprensa, de 19 de julho de 1922; do decreto n.4.439, de 18 de janeiro de 1922, que assegurava o lançamento no Planalto Central de Goiás, no dia 7 de setembro de 1922; do decreto n.4.247, que definia os estrangeiros “indesejáveis”; do decreto n.4.269, de 17 de janeiro de 1921, sobre a repressão ao anarquismo, além da criação do Departamento Nacional do Trabalho, do Congresso de Ensino, e de medidas como a regulamentação da Lei do Inquilinato, da instituição das feiras livres e da fiscalização do imposto sobre a renda. Tais posturas foram fartamente discutidas na revista e utilizadas como justificativas para a qualificação de Epiácio Pessoa como “presidente nacionalista” e seu governo como “impecável”.⁶

Por outro lado, a Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922) e o posterior Estado de Sítio (7 de julho a 31 de dezembro de 1922), que marcaram os momentos finais da administração de Epiácio Pessoa, foram pouco divulgados. Apenas um artigo fez referência a tais acontecimentos – Carlos Ribeiro salientou o pulso firme do presidente que, em nome da nação, sufocou “uma pequena revolta Tenentista” e parabenizou-o por prender Hermes da Fonseca, fechar o Clube Militar, “antro revolucionário militar, orquestrado por Seabra e Nilo Peçanha”.⁷

Assim, a insistência em deixar, ainda mais evidente, nesse momento, a afinidade da revista com os anos de administração epitaiana, pode ser vista como mais um sinal de estender tal ligação, também, ao novo presidente eleito.

Entretanto, o novo ocupante do cargo parecia pouco disposto a dar continuidade aos acordos e mesmo à política de seu ante-

6 Uma grande vitória do nacionalismo – Primeiro marco de *Gil Blas* cristalizado em um decreto. *GB*, n.155, p.2, 22 jan. 1922; O nacionalismo triunfando. *GB*, n.157, p.2, 10 fev. 1922; Celso, Afonso. Brasília. *GB*, n.157, p.2, 10 fev. 1922; *GB*, n.190, capa, 15 nov. 1922; Bomilcar, Álvaro. Manifesto da Ação Social Nacionalista. *GB*, n.168, p.2-3, 29 abr. 1922; Celso. O nacionalismo de Epiácio Pessoa. *GB*, n.169, p.3-4, 6 maio 1922.

7 Ribeiro, Carlos. Dois heróis. *GB*, n.179, p.2, 14 jul. 1922.

cessor.⁸ Logo após os resultados do pleito, em texto de primeira página, anunciava-se que, mais do que nunca, a causa nacionalista de *Gil Blas* necessitava do apoio dos leitores e de todos os adeptos e simpatizantes a fim de lutar pela continuidade da revista e da política nacionalista de Epietácio Pessoa:

O Brasil não pode e não deve continuar a ser a terra de promessa para o metequismo corruptor e dissolvente (...) por isso pede-se todo o apoio, toda a solidariedade, toda a colaboração para que a obra de soerguimento material e moral de nossa pátria, iniciada pelo pulso gigantesco de Epietácio Pessoa, prossiga impávida, serena e triunfante.⁹

O que se pretende apresentar neste capítulo final é a desestruturação de um projeto, que caminhou pare e passo com o distanciamento crescente da revista das questões políticas, a tal ponto que, em seu último ano de circulação, *Gil Blas* se tornou uma publicação de característica religiosa, fugindo, consubstancialmente, de seus ideais iniciais.

Centenário da Independência: outono lusófono

A presença católica, cada vez mais forte, não significou, entretanto, o desaparecimento de súbito da crítica ao português. É certo que desde 1921 tal discurso tendeu a diminuir, figurando com força, pela última vez, em 1922, nos artigos comemorativos do centenário da Independência.

A efeméride foi um momento rico em reavaliações e propostas para o futuro do país. Intelectuais e movimentos de diversas natu-

8 Ao assumir a presidência, em 15 de novembro, Arthur Bernardes determinou “as paralisações das grandes obras iniciadas por seu antecessor no Nordeste” e apresentou “o balanço econômico-financeiro do governo Epietácio como catastrófico” (Malin, 2001, p.631).

9 Aos nossos amigos e leitores. *GB*, n.189, p.1, 4 nov. 1922.

rezas políticas e ideológicas aproveitaram para sugerir propostas para a nação, assim como reavaliar as condições do país, a partir de seu passado. A visão crítica a respeito da formação do Brasil foi comum nos meios intelectuais da época, pois os que tomavam para si a responsabilidade de pensar a nação não escondiam certa dose de ceticismo e apreensão.

(...) a palavra de ordem era “descobrir” o Brasil, a tarefa primeira seria a busca de suas raízes e de suas origens, quem sabe, lá estariam os segredos dos impasses e das potencialidades com os quais a nação se defrontava para finalmente ingressar nos novos tempos, (...) julgando-se detentora de uma visão abrangente da realidade brasileira, a intelectualidade, de um modo geral, empenhou-se em apontar uma saída para a crise da República. Justamente no ano em que o país deveria celebrar a emancipação da nação, obtida graças à união de todos com o mesmo objetivo, aí se incluindo até o antigo dominador, eis que uma atmosfera de ódios tornava evidente a falência do antigo regime (Motta, 1992, p.18 e p.23-4.)

Como era de se esperar, o Governo Federal, mesmo com o país em Estado de Sítio, celebrou a data pompa, para a qual organizou, no Rio de Janeiro, uma Exposição Internacional, investiu em obras que visavam modernizar a capital e convidou representantes de nações estrangeiras para os festejos, entre eles, o presidente português, Antônio José de Almeida.¹⁰ Na saudação que lhe dirigiu, Epi-tácio “frisou bem sua ideia de unidade moral entre as duas pátrias, chamando ao Centenário da Independência brasileira, *uma festa da Raça*” (Gabaglia, 1951, p.650). O convite foi uma forma de “desfa-

10 “Meses antes da grande data, trabalhava-se em todos os cantos da cidade. Perto do centro, desmontava-se o Morro do Castelo. Com entulho proveniente do desmonte faziam-se os aterros da Glória e da Ponta do Calabouço. Neste o Presidente Epi-tácio lançaria a pedra fundamental do atual aeroporto do Rio de Janeiro. Naquele, um sucessor de Carlos Sampaio, o prefeito Prado Junior, faria construir esse primor de urbanismo que é a Praça Paris” (Gabaglia, 1951, p.599).

zer qualquer equívoco, conseqüente às dificuldades diplomáticas, suscitadas pela nacionalização da pesca (...)” (ibidem). Tratava-se, portanto, de se valer do momento para reafirmar ligação entre as nações via herança portuguesa e estreitar as relações diplomáticas.

Em *Gil Blas*, as comemorações constituíram-se numa oportunidade para reafirmar algumas diretrizes e defender uma versão sobre a História brasileira, em consonância com certas posturas nacionalistas. Tal como se verifica no exemplar de 1^a de setembro de 1922, comemorativo do centenário, com sessenta páginas e que objetivava fornecer ao leitor uma coletânea dos principais pontos do pensamento e das iniciativas nacionalistas do governo Epitácio Pessoa:

Essa edição de *Gil Blas* será um verdadeiro e completo breviário nacionalista, contendo, entre outras matérias interessantes, o seguinte: Programa da Ação Social Nacionalista, da Propaganda Nativista, Mandamentos do Patriota Brasileiro, Perguntas Enigmáticas, Os 12 marcos de *Gil Blas*, Mandamentos do Pescador Brasileiro, Representação ao Governo sobre a Nacionalização do Comércio a retalho, Mensagem ao Governo sobre a nacionalização da Imprensa Política, Pensamentos Nacionalistas de escritores brasileiros e estrangeiros, Biblioteca Nacionalista, O que “eles” pensam de nós (excerto de escritores e tópicos de jornais de outra banda).¹¹

Na Exposição Internacional, *Gil Blas* teria um espaço para vender esse número comemorativo, cobrando um preço maior pela revista especial,¹² aliando custo e benefício: “Por ser uma edição volumosa, com matérias variadas, de muita oportunidade e interesse, trazendo inúmeros clichês, charges e caricaturas, a venda avulsa deste número será 1\$000 Réis. Aos assinantes será feita remessa independente de qualquer ônus.”¹³

11 *Gil Blas* e o público. *GB*, n.186, p.9, 1^a set. 1922.

12 No artigo: Respostas fleumáticas. *GB*, n.186, 1^o set. 1922, afirma-se que organizaram um “Breviário nacionalista, frases, questionamentos, que vão ser expostos na Exposição Internacional”. Na verdade esse breviário seria a revista comemorativa do centenário da Independência.

13 *Gil Blas* e o público. *GB*, n.186, p.9, 1^a set. 1922.



Figura 17 – *Gil Blas*, n.186, 1^a de setembro de 1922. Comemorativa do centenário da Independência.

Além do número comemorativo, lançado na Exposição Internacional, a data foi largamente comentada na revista ao longo de todo o ano e, diferentemente da postura do Governo Federal, aproveitou-se o momento para salientar as diferenças entre portugueses e brasileiros ao longo da História.

Mario Deval exaltou a Exposição Internacional e considerou que “este Centenário será importante para se conhecer o Brasil e seus problemas”, pois o governo “está fazendo de tudo para repará-

-los”, razão pela qual acreditava que a Exposição “vai ser importante para que se enxerguem o lado positivo do Brasil, mas também sua situação, já que ainda é explorada pelos açambarcadores portugueses de aqui de dentro do nosso país”.¹⁴

A data suscitou questionamentos a respeito da Independência do Brasil, principalmente em relação à economia estrangeira. Para Leôncio Mouzinho e Camillo Prates, no século XIX deu-se somente a independência política, sendo que “a independência econômica era o verdadeiro objetivo do nacionalismo que se divulgava em *Gil Blas*”.¹⁵ Álvaro Bomilcar afirmava que, em vez de se comemorar o Centenário da Independência, o ano deveria ser utilizado para refletir sobre os quatro séculos de dependência econômica do Brasil: “Vamos comemorar o 1º Centenário da nossa Independência Política, mas o 4º Centenário de nossa Dependência Econômica. Essas festas, que se anunciam, ricas de pompa e esplendor, deveriam ser custeadas exclusivamente pela colônia portuguesa, senhora absoluta da imprensa e do comércio (...)”.¹⁶

Nem mesmo o Sete de Setembro foi poupado: afirmou-se que a data representava apenas uma fase do processo da independência política, que “aconteceu de fato com a expulsão dos portugueses da Bahia em 2 de julho de 1823” e “com a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831”, quando o país teria ficado “livre do julgo do monarca lusitano”.¹⁷ Descreveu-se a expulsão dos portugueses da Bahia, em 2 de julho, tomada como “o verdadeiro marco da nossa

14 Deval, Mario. Momento histórico. *GB*, n.165, p.9, 7 abr. 1922.

15 Segundo Camillo Prates, “A Independência política não é um fim é um meio (...) para ter a mais ampla e mais completa autonomia econômica, ela é a única que pode fazer forte as nações”. Prates, Camillo. Nacionalismo. *GB*, n.187, p.22, 22 set. 1922. Leôncio Mouzinho afirmava que o nacionalismo que professamos é a organização e a propaganda da defesa nacional, colimando, principalmente, a independência econômica e financeira do Brasil, como complemento da independência política. Ver Mouzinho, Leôncio. Profissão de fé nacional. *GB*, n.187, p.34, 22 set. 1922.

16 Bomilcar, Álvaro. *O Brasil e o Egito*. *GB*, n.174, capa, 9 jun. 1922.

17 Conferir: O dois de julho. *GB*, n.158, p.3, 17 fev. 1922 e A Bahia heroica. *GB*, n.162, p.10, 17 mar. 1922.

Independência”. Salientava-se que, pelo fato de Pedro I querer “ganhar tempo para uma reação, a Independência não passava de uma frase” e que sua abdicação foi fundamental para o país. Assim, a expulsão dos portugueses da Bahia, a Noite das Garrafadas, em 14 de março de 1831, e a abdicação de Pedro I, em 7 de abril do mesmo ano, deveriam “ser comemorados com a mesma intensidade que a data de 7 de setembro”.¹⁸

Pedro I não era visto como herói, pelo contrário, Victruvio Marcondes tomava-o como “anfíbio e dúbio D. Pedro I, que ficou sendo português, por português o era em tudo”. Afirmava que a Independência tinha sido um ato de traição do futuro monarca brasileiro: “traição, de reunir o Brasil e seu velho detentor num só cetro, tudo isso colocou o príncipe em terreno antagônico aos nossos ideais redentores”.¹⁹ Por isso elegia-se o nome de Tiradentes para ser lembrado nessas comemorações, por ser o “verdadeiro idealizador da Independência do Brasil”.²⁰

As comemorações remetiam às discussões históricas e insistia-se que, desde a época colonial, havia:

(...) duas correntes de interesses; uma representada pelos filhos natos que só visavam o objetivo político, que era a independência, com governo de instituições livres; outra por aqueles que somente

18 O dois de julho. *GB*, n.187, p.26, 22 set. 1922. A escolha da abdicação de Pedro I em vez do Sete de Setembro como data fundadora da nacionalidade é salientada por Marly Motta (1992, p.14) como um discurso apresentado, logo após a proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1890, no Congresso Constituinte, no contexto de legitimação do recém-criado regime e do repúdio ao monarquismo.

19 Marcondes, Victruvio. O Fico. *GB*, n.152, p.5, 6 jan. 1922. Essa crítica a Pedro I também foi apontada por Marly Motta (op. cit., p.16) como uma saída republicana para: “(...) moldar a comemoração do 7 de setembro aos novos tempos”.

20 Junior, Gomide. Tiradentes. *GB*, n.165, p.4, 6 maio 1922; Julgamento de Tiradentes. *GB*, n.187, p.29-30, 22 set. 1922. A disputa entre Tiradentes e Pedro I refere-se às tensões entre republicanos e monarquistas, que marcou os anos iniciais da República (cf. Motta, op. cit., p.15-6).

tinham como ponto de mira os interesses materiais da metrópolis portuguesa e seus próprios.²¹

Em mais de um artigo, o combate contra os portugueses que exploravam o Brasil era remetido aos tempos coloniais e ao início do Império. Contrapunha-se, de um lado, o Partido Brasileiro, que lutava pela emancipação e por um país mais justo, e, de outro, o Partido Português ou Caramuru, defensor da subordinação do Brasil.²² Tal contenda era utilizada, sem qualquer mediação, para justificar a postura nacionalista antilusitana de *Gil Blas*. Arthur Gaspar Vianna afirmava que a crítica ao “português explorador” percorreu longo caminho histórico, vindo a ser precedida pelo Partido Brasileiro, que já na época colonial queria a expulsão de comerciantes portugueses; pelos manifestantes nativistas, que lutaram pela abdicação de Pedro I; pelos exaltados do Partido Liberal, que na época regencial também se bateram pela expulsão dos portugueses; pelos ativistas radicais do movimento republicano de 1870 e, finalmente, pelo “grande mártir”, Floriano Peixoto, apresentado como o primeiro governante do Brasil a “ter a coragem de romper diplomaticamente com Portugal”, por este país ter concedido asilo político a Saldanha da Gama e a outros participantes da Revolta da Armada. Da mesma forma, para Vianna, “os inimigos do nacionalismo de *Gil Blas*”, ou seja, os portugueses, seguiram um percurso inverso: o Partido Português, no Brasil Colonial; o Partido Caramuru, na Regência; o Partido Conservador, no Segundo Império; “os conservadores combatidos por Floriano” e, naquele momento, na década de 1920, os adeptos da Confederação Luso-Brasileira.²³ Astrogildo Azevedo afirmava que a ideia de uma Confederação Luso-Brasileira:

(...) nada mais é que um plano de um invisível Partido Caramuru que, ainda, existe no Brasil (...) que visa a hegemonia portuguesa e

21 Accyoli, Taciano. República e nação. *GB*, n.160, p.8, 3 mar. 1922.

22 Ibidem.

23 Vianna, Arthur Gaspar. *GB*, n.160, p.7, 3 mar. 1922.

não querendo perder o seu domínio colonial no Brasil apela para o sentimentalismo fatídico dos brasileiros e propõe-lhes abertamente essa absurda e nefasta camaradagem oficial: a Confederação Luso-Brasileira, com a qual teria Portugal tudo a lucrar e o Brasil tudo a perder!²⁴

Investia-se numa espécie de genealogia histórica para explicar as bases do antilusitanismo expresso na revista, cujos responsáveis se apresentavam como “defensores da herança histórica e avessos à contribuição portuguesa na formação da nação brasileira”.²⁵ Tal leitura desembocava na crítica das comemorações do centenário da Independência, o que fez que a revista levasse a cabo uma tentativa de reordenação dos acontecimentos históricos, a partir do antilusitanismo. No entanto, note-se que esse não foi o único discurso que pontuou os artigos sobre o Centenário. Ao antilusitanismo adicionavam-se os inimigos do catolicismo, igualmente opositores da emancipação.

Nessa versão, pretendia-se evidenciar que “os brasileiros católicos buscaram, desde as épocas coloniais, o fim da exploração econômica de seu país, feita, principalmente, pelos elementos, judeu-maçônico-português”, por isso “deviam ser combatidos, para que, assim, a Independência brasileira realmente se concretizasse”.²⁶ Afirmava-se que no centenário era um “dever lembrar a importância do catolicismo para formação do Brasil” e o “importante papel dos jesuítas”, na constituição do país.²⁷ Em outro artigo não assinado, o argumento foi retomado para salientar a contribuição negativa do colonizador lusitano na formação do Brasil, numa clara tentativa de separar os missionários jesuítas da exploração colonial lusitana. Evidenciou-se, a partir deste ponto de vista, o suposto

24 Azevedo, Astrogildo. Confederação Luso-Brasileira?. *GB*, n.153, p.6, 13 jan. 1922.

25 Vianna, Arthur Gaspar. *GB*, n.160, p.7, 3 mar. 1922.

26 Accyoli, Taciano. República e nação. *GB*, n.160, p.8, 3 mar. 1922.

27 O catolicismo e o Centenário da Independência brasileira. *GB*, n.186, p.1, 1^a set. 1922.

caráter combatente dos jesuítas, preocupados em se “contrapor à desumanidade dos colonizadores portugueses”²⁸:

Anchieta, missionário espanhol, e os abnegados padres da gloriosa Companhia de Jesus, entre os quais cumpre citar Nóbrega, Vieira, Navarro, Inácio de Azevedo e outros beneméritos sacerdotes, foram fatores decisivos para a formação da Nacionalidade Brasileira, contribuindo com uma parcela vultosa de serviços inenarráveis para conter a jugular e a cobiça, a concupiscência, a desumanidade com que os dominadores reinóis e a metrópole insaciável pretendiam sufocar e matar as aspirações de liberdade do Brasil nascente.²⁹

Francisco Bustamante salientou que os portugueses não foram os responsáveis pela vinda dos jesuítas para o Brasil,³⁰ enquanto Arthur Gaspar Vianna defendeu que a Companhia de Jesus e o próprio Anchieta tiveram um papel de destaque no combate a tais inimigos da futura nação:

O espírito ignaciano susteve a fé e propagou-a trazendo à luz da cristandade aos gentios das Índias. S. Francisco Xavier e Anchieta foram os maiores entre os grandes da Companhia. Se a Reforma teve logo grande número de adeptos, os jesuítas souberam superá-los na fecunda seara em territórios novos e em gente nova. Portugal, cujo filhos obumbrados pela riquezas das Índias perdiam a fé e temor a Deus, vacilava entre o vendaval luterano, corroído como estava pelo verme ardiloso do Judaísmo medieval e remanescente.³¹

Era nítida a tese que começou a ser construída na revista, ainda, em 1921, de que a Igreja Católica foi responsável por tudo de positivo que ocorrera no Brasil desde 1500, o que demonstrava a influência da instituição nessa leitura. Por outro lado, as mazelas

28 *GB*, n.173, capa, 3 jun. 1922.

29 *Ibidem*.

30 Bustamante, Francisco. Esfregando as ventas de um mondrongo. *GB*, n.173, p.8-9, 3 jun. 1922.

31 Vianna, Arthur Gaspar. *GB*, José de Anchieta. *GB*, n.187, p.20, 22 set. 1922.

do país eram relacionadas à influência de outras seitas religiosas, como luteranismo e judaísmo, que aqui aportaram pelas mãos dos portugueses. A versão da história da civilização ocidental devia ser a “História do Cristianismo”:

A História da Europa e a História da civilização são a História do cristianismo; a História do cristianismo é a História da Igreja Católica, a História da Igreja Católica é a História do Pontificado, a História do Pontificado é a história daqueles homens enviados por Deus para resolver em seu dia e em sua honra, os grandes problemas religiosos e sociais em proveito da humanidade e no sentido de seus desígnios e de sua Providência.³²

José Thomas de Mendonça afirmou que “por ter sido o grande propulsor da civilização ocidental”, o catolicismo devia ser “respeitado e escolhido em detrimento às outras religiões”.³³ Já Felício dos Santos salientava não acreditar numa “verdade na história”, pois, na sua interpretação, “história é contra a verdade”, mas aquela que chegava mais próxima da realidade era a história do cristianismo,³⁴ e, por certo, em nenhum momento lhe ocorreu questionar a versão do próprio cristianismo. De fato, esse discurso indica que, nas páginas de *Gil Blas*, a religião estava acima de qualquer convenção ou crítica, pois era tomada como verdade absoluta. Por outro lado, os feitos e as iniciativas lusitanas eram colocados à prova, questionados e apresentados como uma versão deturpada da história: “Combater os mistificadores da nossa história e combater as intrujisses [sic] dos portugualizadores [sic] da nossa Pátria, dentro da nossa Pátria, é o maior gesto patriótico de necessidade à cultura e civismo, é um dever que se impõe nesse ano de comemorações”.³⁵

32 Roma. *GB*, n.155, p.9, 6 jan. 1922.

33 Mendonça, José Thomas. Influência do cristianismo e da Igreja Católica na civilização dos povos. *GB*, n.169, p.9, 6 maio 1922.

34 Santos, Felício A. Os bórgias através da verdade histórica. *GB*, n.152, p.7, 6 jan. 1922.

35 Marcondes, Victruvio. O Fico. *GB*, n.152, p.5, 6 jan. 1922.

Dessa forma, a lusofobia que marcou a revista nos seus últimos anos ficou restrita ao discurso da Independência, assim mesmo, em alguns momentos, associada ao catolicismo.

Gil Blas e o campo católico

Em 1922, o catolicismo sobressaía na revista a ponto de *Gil Blas* poder ser considerada porta-voz do catolicismo. Na capa do número 188, a revista adotou um novo subtítulo, em consonância com o momento: “Panfleto Nacionalista: pela brasilidade e pelo Catolicismo”.³⁶ No entanto, desde o começo do ano, o crescimento de artigos que se alinhavam aos valores católicos foi marcante, pois a temática chegou a 33,9% do total dos artigos publicados em 1922 e ultrapassou a rubrica “Nacionalismo”, até então dominante.

Tabela I
Artigos por temas (1922)

Temática	Total de artigos (%)	Nº de artigos assinados (%)	Nº de artigos não assinados (%)
Catolicismo	240 (33,9%)	30,5%	69,5%
Nacionalismo	152 (21,5%)	32,8%	67,2%
Política nacional	99 (14%)	48,4%	51,6%
Literatura	60 (8,4%)	76,6%	23,4%
Sociedade	40 (5,6%)	47,5%	52,5%
Política internacional	34 (4,8%)	32,3%	67,7%
Política regional	28 (3,6%)	39,2%	67,7%
Cultura	22 (3,1%)	36,3%	63,7%
Economia	13 (1,8%)	53,3%	46,7%
Educação	5 (1,0%)	_____	100%
Esporte	4 (0,5%)	75%	25%
Saúde	4 (0,5%)	50%	50%
Operariado	3 (0,4%)	33,3%	66,7%

36 *GB*, n.188, capa, 20 out. 1922.

Dos textos pertencentes à rubrica “Catolicismo”, 69% não eram assinados e estavam, portanto, a cargo dos responsáveis pela revista, que os elegeram como importantes. Além disso, dos sete nomes que se responsabilizaram pelo maior número artigos em 1922, quatro – Afonso Celso, Francisco Bustamante, Maria Junqueira Schmidt e Felício dos Santos – eram vinculados a movimentos e à militância católica.³⁷ Já Padre Silvério, Cônego Mello Lula e Padre Gustavo Locher tornaram-se colaboradores e, mesmo com menor participação, evidenciam a mudança em curso. Além disso, Lacerda de Almeida e Perillo Gomes, que escreviam para a revista *A Ordem*, também figuravam em *Gil Blas*.³⁸

Tabela II
Colaboradores (1922)

Autores	Número de matérias	Porcentagem	Temática dominante
Anônimos	429	60,7%	Catolicismo (38,8%)
Autores com apenas um artigo assinado	72	25,9%	_____
Afonso Celso	28	10,1%	Catolicismo (39,2%)
Arthur Gaspar Vianna	18	6,4%	Nacionalismo (61%)
Maria Junqueira Schmidt	17	6,1%	Literatura (61%)

Continua

37 Afonso Celso salientava o importante papel da Igreja na formação da nação brasileira, na Independência e na República e pedia aos católicos para “lutarem pelos valores católicos e nacionais”. Celso, Afonso. Carta Pastoral. *GB*, n.191, p.6, 27 nov. 1922. Já Felício dos Santos afirmava que “a religião católica devia ser o laço mais forte da unidade nacional” e propunha que fosse divulgada também por meio do ensino religioso, “que deveria ser essencialmente cívico e religioso”. Santos, A. Felício. O catolicismo. *GB*, n.164, p.3, 31 mar. 1922. Em seus artigos Francisco Bustamante defendia a figura do Papa e as iniciativas católicas. Bustamante, Francisco. A morte do Santo padre Bento XV. *GB*, n.155, p.7-8, 27 jan. 1922. Dentre seus artigos voltados para o catolicismo, Maria Junqueira Schmidt escrevia biografia de santos. Schmidt, Maria Junqueira. Fisionomia de um santo. *GB*, n.158, p.4-5, 17 fev. 1922.

38 Lacerda de Almeida exaltava a origem católica do povo brasileiro: “A nossa origem é católica, a nossa história é católica, a nossa civilização é católica (...)”. Almeida, Lacerda. Nacionalismo e catolicismo. *GB*, n.187, p.6-7, 22 set. 1922; Já Perillo Gomes salientava o catolicismo do povo latino. Gomes, Perillo. Um estadista católico da América. *GB*, n.166, p.9, 14 abr. 1922.

Tabela II – Continuação

Autores	Número de matérias	Porcentagem	Temática dominante
F. Bustamante	15	5,4%	Literatura (80%)
Álvaro Bomilcar	13	4,6%	Nacionalismo (53,8%)
Silva Filho	12	4,3%	Política nacional (83,3%)
A. Felício dos Santos	11	3,9%	Catolicismo (63,3%)
Carlos Ribeiro	10	3,6%	Política nacional (50%)
Henrique Watson	7	2,5%	Nacionalismo (85,5%)
Pinheiro Távora	6	2,1%	Política nacional (85,5%)
Alcebíades Delamare	5	1,8%	Política nacional (40%)
Nuno Pinheiro	5	1,8%	Economia (60%)
Oscar de Abrantes	4	1,4%	Política regional (75%)
Victruvio Marcondes	4	1,4%	Literatura (50%)
José Júlio Soares	4	1,4%	Política nacional (75%)
M. F.	4	1,4%	Política nacional (75%)
José Thomaz de Mendonça	4	1,4%	Catolicismo (75%)
Mário Deval	3	1%	Nacionalismo (66%)
Gomide Junior	3	1%	Nacionalismo (66%)
CMN	3	1%	Nacionalismo (100%)
Assis Cintra	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Francisco Runte	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Camillo Prates	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Astrogildo Azevedo	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Leôncio Mouzinho	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Accacio Murtha	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Jacobino Esportivo	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Symphronio dos Santos	2	0,7%	Literatura (100%)
Padre Silvério	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Frederico Villar	2	0,7%	Nacionalismo (100%)
Jackson Figueiredo	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Lacerda de Almeida	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Perillo Gomes	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Padre Gustavo Locher	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Ildefonso de Oliveira	2	0,7%	Catolicismo (100%)
Cônego Mello Lula	2	0,7%	Catolicismo (100%)

O novo diretor-secretário da revista, Arthur Gaspar Vianna, o segundo nome em termos de artigos, também se ocupava dos temas católicos,³⁹ assim como Delamare, que agora parecia acreditar que o divórcio entre a Igreja, as letras e os intelectuais era “uma das prováveis causas que contribuíam para a anarquia e a indisciplina intelectual no Brasil”.⁴⁰ Em 1926, quando *Gil Blas* já não circulava, Delamare publicou *Línguas de fogo*, em cujo prefácio, escrito por Lacerda de Almeida, lê-se:

O *Gil Blas* por ele inteligentemente fundado e dirigido exprime ideias de um nacionalismo cru, cheio de arestas e asperezas, não do nacionalismo católico como entendo (...) o meu ilustre discípulo passava por alto pela ideia católico-nacionalista, para ver só em sua frente o nacionalismo puro. Não preciso também indagar que circunstâncias ou considerações o levaram a pronunciar-se francamente, a confissão desassombrada que hoje faz de seu catolicismo.⁴¹

Tal discurso contraria a afirmação de Delamare, “sempre fui adepto do catolicismo”, publicada em outubro de 1922 em *Gil Blas*.⁴²

A adesão ao catolicismo foi apresentada como uma mudança para um posicionamento mais moderado, distante do estigma xenófobo e compatível com a política adotada pelo Governo Federal, seja em relação aos portugueses ou à Igreja. Para não deixar margem para dúvidas, afirmou-se, em artigo não assinado, que a re-

39 Arthur Gaspar Vianna criticava publicações de revistas “anticatólicas” como a *Maçã e Melindrosa*, afirmando que “catolicismo é a base para o nacionalismo”. Vianna, Arthur Gaspar. Do caprinismo como base de uma literatura pernicioso. *GB*, n.161, p.3, 10 mar. 1922.

40 Delamare, Alcebiades. Aos meus amigos correligionários. *GB*, n.188, p.8, 20 out. 1922; Celso, Afonso. Carta Pastoral. *GB*, n.191, p.6, 27 nov. 1922.

41 Almeida, Lacerda. Prefácio. In: Delamare, Alcebiades. *Línguas de fogo*. Rio de Janeiro: Typografia Annuário do Brasil, 1926. p.10-1.

42 Delamare, Alcebiades. Aos meus amigos correligionários. *GB*, n.188, p.8, 20 out. 1922.

vista estava de acordo “com o posicionamento católico de Epitácio Pessoa”.⁴³

O próprio Delamare confirmou tal alteração e afirmou que, ao aderir ao nacionalismo católico, a revista mudava de rumo:

Chegando ao nosso conhecimento que muitos de vós, caros correligionários, vindes sendo provocados e ameaçados por certos adversários nossos, indignos de atenção e apreço (...). Suplicamos-vos, em nome de vossas ideias e em nome de nossos chefes, tende, nesses momentos, mais de que qualquer outro, calma, prudência, moderação e serenidade de ânimo, para que vossa campanha seja vitoriosa e cada vez mais conquiste adesões no espírito de nossa gente e na consciência de nosso povo; jamais deixeis trair, nas vossas intenções, praticando violências e ou atentados: meditai bem que nossa campanha é cheia de responsabilidades (...). Os nacionalistas não odeiam nem perseguem ninguém. Os nacionalistas amam e defendem os brasileiros e o catolicismo.⁴⁴

O nacionalismo católico foi reafirmado em várias oportunidades, sobretudo em artigos não assinados⁴⁵ nos quais se afirmava que: “A ação nacionalista deve ser moderada ao lado do estandarte católico. Proscrita deve ser toda a ideia de novas religiões”,⁴⁶ ou seja, agora era a fé católica que se tornava instrumento de luta política, com a definição de um novo rol de inimigos. O Cônego Mello Lula

43 Uma corrigenda bem merecida. *GB*, n.152, p.10, 6 jan. 1922. A relação de Epitácio com o catolicismo é um tema delicado. Segundo sua biógrafa, até 1919 a “Igreja católica inspirava-lhe, senão, franca hostilidade, pelo menos desconfiança irredutível (...) a ida para a Europa, na chefia da Delegação Brasileira à Conferência de Paz, marca o verdadeiro início da transição, que, gradativamente, faria do franco incrédulo, o cristão implícito que ele viria a ser (...)” mas, foi em 1928, que começou “a última fase da sua evolução para o catolicismo (...) do seu velho anticlericalismo nada restava. Parecia, ao contrário, seduzi-lo tudo que dizia respeito à Igreja.” (Gabaglia, 1951, p.886-871).

44 Delamare, Alcebiades. Apelo aos nacionalistas. *GB*, n.182, 4 ago. 1922.

45 A degenerância do nacionalismo e a palavra de Porfírio Soares. *GB*, n.166, p.7, 14 abr. 1922 e Flor da outra ...banda. *GB*, n.183, p.4, 11 ago. 1922.

46 A campanha nacionalista. *GB*, n.173, p.1, 3 jun. 1922.

afirmava que “os católicos devem combater os inimigos da Igreja e da Pátria”,⁴⁷ enquanto Afonso Celso assinalava que o caráter militante e combativo era sugerido pela própria instituição, como se lê na Pastoral do Episcopado Brasileiro, publicada por ocasião do centenário da Independência, na qual se evidenciava o importante papel da Igreja na formação da nação brasileira,⁴⁸ além de se convocar os fiéis para lutar pelos valores católicos e nacionais.⁴⁹

No entanto, a partir de 1922, não se tratava apenas de insistir na relação entre nacionalismo e catolicismo. A revista elegeu novos adversários e considerou “(...) dever do brasileiro combater sem tréguas (...) os ministros protestantes que para aqui vêm mandados ou pagos pelo dólar”.⁵⁰ Além dos protestantes, estavam na mira judeus, espíritas, maçons e positivistas,⁵¹ tendo em vista que, na interpretação proposta, tais grupos colocavam em risco a própria existência da nação. Os oponentes, até então portugueses e/ou líderes do movimento operário, agora ganhavam contornos religiosos.

Assim, a maçonaria era atacada pelo seu caráter laico, anticristão e apátrida,⁵² como se vê na quadra, publicada mais de uma vez em *Gil Blas*:

47 Lula, Cônego Mello. Nas linhas de frente. *GB*, n.190, p.11, 15 nov. 1922.

48 Celso, Afonso. Carta Pastoral. *GB*, n.191, p.6, 27 nov. 1922.

49 A campanha nacionalista. *GB*, n.173, p.1, 3 jun. 1922. O tema foi abordado pela historiografia nos seguintes termos: “(...) na medida em que a Igreja percebeu que os cristãos não influenciavam o Estado, o que permitia a atuação de elementos anticlericais na direção política do país, tomou consciência da importância de sua presença, temerosa de uma laicização que se anunciava. (Moura; Almeida, 1977, p.339).

50 Idem, *ibidem*.

51 *Ibidem*. Para os militantes católicos essa indiferença era “sempre agravada pela interferência das seitas protestantes e do surto inquietante do espiritismo e dos cultos fetichistas africanos entre o povo, e de novas filosofias agnósticas ou anticatólicas nas elites” (Moura; Almeida, *op. cit.*, p.334).

52 Os rancorosos inimigos de Deus não dormem. *GB*, n.158, p.11, 17 fev. 1922 e O que a maçonaria reduziu o velho Portugal. *GB*, n.165, p.5, 7 abr. 1922. A maçonaria sempre abrigou indivíduos de todas as crenças religiosas, agnósticos e ateus, o que levou os seus críticos a designá-la de ateia, enquanto os ritos e símbolos secretos forneceram argumentos para relacioná-la às seitas satânicas. Já a proposição de iniciativas para além das fronteiras nacionais era tida como indício da criação de um Estado dentro do Estado. Ver: Barata, 2007 e Vieira, 1996.

O maçom pode ser católico romano?

O católico romano pode ser maçom?

Não pode! A incompatibilidade é radical.

Este tem até a imperiosa necessidade de combater a Igreja Católica, o maior óbice aos fins da maçonaria!⁵³

A maçonaria também era relacionada ao bolchevismo e ao anarquismo, o que evidencia que os antigos inimigos não foram abandonados, mas vistos a partir do catolicismo:

Hoje em dia não é permitido apelar para fé, principalmente a católica. No estado atual do mundo a nota característica do espírito é a anarquia. No mundo moderno a fé está morta. É por isso que as sociedades se corrompem e as nações modernas se alarmam (...) com a atmosfera política dos povos viciados pelo veneno da revolução.⁵⁴

A ordem defendida pelo positivismo não era professada pela revista, como se lê em matéria, proveniente do Centro Católico Nacionalista:

(...) muito repugna os católicos o lema positivista, que é o único senão na bela e gloriosa bandeira nacional. A população católica do Brasil, vinte e cinco vezes maior do que a positivista, reclama a queda da inscrição comtista que causa alguma justificativa ali. Esta ordem e progresso, sem o substrato do catolicismo, é uma pretensão tal que não há expressão que a qualifique.⁵⁵

É evidente que as críticas também se dirigiam ao caráter científico e antirreligioso do positivismo, plataformas do nacionalismo

53 A doutrina maçônica. *GB*, n.190, p.11, 15 nov. 1922.

54 Brito, Farias de. *A fé*. *GB*, n.177, p.4, 29 jun. 1922.

55 Centro Católico Nacionalista. *Bandeira brasileira*. *GB*, n.185, p.7, 22 ago. 1922.

católico, ao gosto de Jackson Figueiredo. Astrogildo Azevedo afirmava que, diferentemente do positivismo que só pregava a ordem, “o catolicismo a dinamizava”,⁵⁶ razão pela qual em *Gil Blas* a religião defendida era o “sustentáculo e o remédio único para ordem” de uma nação civilizada.⁵⁷ Ao lado das apreciações violentas contra a maçonaria, o positivismo, o espiritismo e o judaísmo foram especialmente visados como inimigos do catolicismo.

Estudos mostram que, no século XIX, no Brasil, o espiritismo apoiou movimentos como o abolicionismo, a emancipação feminina e, principalmente, o republicanismo (cf. Fernandes, 2008, p.97). Na campanha republicana, o espiritismo também teve o apoio da maçonaria, situação que ajudou a colocar a associação e o espiritismo na mira da crítica do catolicismo. Após o advento da República, no Código Penal de 1890, a crença foi enquadrada, no artigo 157, do capítulo III, “Dos crimes contra a saúde pública”, como “transgressão à lei, em alguns de seus dispositivos dúbios”, ao “ser utilizada como curandeirismo”:

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos e ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública: Pena de prisão celular por um a seis meses e multa 100\$ a 500\$000. $\text{§}1^{\text{a}}$ Se por influência ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psíquicas: Pena de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.⁵⁸

Entretanto, a Constituição de 1891, ao proclamar um Estado laico e permitir a prática de diferentes cultos, deu a possibilidade

56 Azevedo, Astrogildo. Reminiscências. *GB*, n.179, p.4, 14 jul. 1922.

57 Mendonça, José Thomaz. A crença sustentáculo e remédio único. *GB*, n.179, p.7-8, 14 jul. 1922.

58 Brasil. Poder Executivo. Decreto n.847 de 11 de novembro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislação/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.

aos espíritas de exercerem sua crença, ainda que os opositores tentassem caracterizá-la como charlatanismo e curandeirismo. Em 1897, no Rio de Janeiro, foi fundada a Federação Brasileira Espírita, dirigida, entre 1898-1899, pelo político e médico Adolfo de Bezerra de Menezes Cavalcanti.

Em virtude do seu apoio à República, o espiritismo ganhou simpatizantes entre políticos e intelectuais e de 1905 a 1930, teve grande impulso, sendo tema de jornais e revistas, o que valeu um combate mais determinado por parte da Igreja Católica. Assim, a incorporação espírita era taxada de tentativa de personificação demoníaca ou mesmo puro charlatanismo, críticas que não podem ser desvinculadas da luta por fiéis (cf. Stoll, 2002, p.374-5).

Em *Gil Blas*, a discussão assumia contornos legais e recorria-se ao Código Penal de 1890, como se vê na série: *Alto e baixo espiritismo*, assinada por João Batista. A partir da análise do *Livro dos espíritos*, de Allan Kardec, além da crença em bruxaria e o curandeirismo, ancorava-se nas posições assumidas pelos papas Pio IX e Leão XIII,⁵⁹ e alertava-se que a prática do espiritismo causava danos mentais.⁶⁰ A disputa pelo controle da religiosidade popular ganhava foros jurídicos e de saúde pública, não faltando artigos que tentavam relacionar o espiritismo com a loucura e o suicídio: “Que o espiritismo causa suicídios e leva à loucura, é fato que só um cego pode negar. Afirmam-no os médicos os mais afamados e ilustres escritores e os fatos inumeráveis aí estão para atestar a verdade do asserto supramencionado”.⁶¹

Além disso, o espiritismo foi associado ao internacionalismo, como se verifica nos textos do padre Gustavo Locher que, sob essa perspectiva, aproximava a crença do judaísmo, tido como antinacionalista e contrário à unificação propiciada pelo catolicismo:

59 Nessas frases os papas criticavam o curandeirismo, a bruxaria e até mesmo o próprio espiritismo. Conferir a série de Batista, João. O alto e o baixo espiritismo. *GB*, n.152, p.10, 6 jan. 1922; *GB*, n.153, p.8, 13 jan. 1922; *GB*, n.154, p.8-9, 20 jan. 1922.

60 Ibidem. *GB*, n.152, p.10, 6 jan. 1922.

61 Espiritismo. *GB*, n.171, p.7, 20 maio 1922.

Estimados leitores! Sois brasileiros católicos apostólicos romanos? Então não adotar a pernicioso heresia do Espiritismo, sob pena de ser excomungados da Igreja de Jesus Cristo. Não podeis admitir religião falsa e insulta, importada do estrangeiro, sob pena de enxovalhardes a honrosa tradição, quatro vezes secular do povo brasileiro, que sempre foi católico apostólico romano e viu e venerou até hoje esta crença comum com o vínculo unitivo e o paládio de sua nacionalidade. Por este e outros motivos a Igreja proíbe sob pecado a todo e qualquer católico que assista às seções Espíritas. Ler ou guardar escritos que defendam essa heresia é igualmente proibido.⁶²

Na revista, não se poupou ataques ao judaísmo; veja-se, a título de exemplo, o seguinte excerto:

Somos dos que consideram os problemas sociais contemporâneos sob o prisma mais que radical, e que entreveem na rede de ambições políticas e no coágulo de sangue dos campos de batalha a obra nefasta do Judaísmo, na sua oposição sistemática ao mundo latino, filho querido da Igreja Católica (...) o judaísmo nada mais tem feito e realizado, por suas características capitalistas internacionais que o enfraquecimento e a dissolução das nacionalidades, pelo vírus da corrupção e das paixões desencontradas. Nem bem Cristóvão Colombo descobriu a América e já as hordas judias procuravam brocar a cerne do novo mundo, que principiava, a ascender, verdescendo e frutescendo.⁶³

Num discurso pouco sofisticado, os judeus eram tidos como os responsáveis pela morte de Jesus Cristo, contrários às iniciativas católicas, defensores do internacionalismo e identificados à maçonaria. Judeus e maçons eram acusados de atacar valores morais

62 Locher, Gustavo. Espiritismo. *GB*, n.166, p.6-7, 14 abr. 1922.

63 O internacionalismo corruptor e sua obra nefasta na América do Sul. *GB*, n.194, p.9, 6 jan. 1923.

próprios do cristianismo, como família, costumes e trabalho.⁶⁴ Aos judeus atribuíam-se “características oportunistas” e a consciência de que “a conquista moderna de uma nação” dava-se pelo domínio econômico e não pelas armas.⁶⁵

A ideia de um suposto complô judaico, com o intuito de dominar a economia e a política das nações, era um tema recorrente na revista, desde seus primeiros momentos, quando até mesmo José Oiticica, que não tinha nenhuma ligação com o catolicismo, criticou o judaísmo.⁶⁶ Porém, o antissemitismo ganhou nova significação no seio da nova postura assumida pela revista.⁶⁷

O perigo mais temido, porém, era o protestantismo. Atacou-se a Associação Cristã de Moços (ACM), apontada como um instrumento de disseminação de iniciativas protestantes,⁶⁸ cuja condenação

64 De acordo com esse discurso, apresentado em artigos não assinados, essa junção entre as duas crenças era a responsável pela Primeira Guerra e pelos acordos do pós-guerra. O embaixador da França contra o frei Pedro Sinzing. *GB*, n.195, p.10, 27 jan. 1922.

65 Bomilcar, Álvaro. A conquista econômica de uma nação. *GB*, n.177, p.3, 29 jun. 1922.

66 Oiticica. Ingênuos. *GB*, n.18, p.1, jun. 1919. Tal discurso contra o elemento judeu propagandeado nessa época, segundo Hannah Arendt (2004, p.42-55 e p.75), fazia parte do antissemitismo moderno e foi “flamejado na Prússia, após a derrota ante Napoleão em 1807 (...)”. No entanto, segundo ela, foi no começo da década de 1920 que começou a ser sistematizado e reorganizado. “Essas ideias divulgadas na revista estavam em conformidade com a direita nacionalista, que ganhava força em todo mundo e teve seu auge na década de 1930.”

67 Ela sempre ela. *GB*, n.173, p.9, 3 jun. 1922, Oliveira, Alberto Ildefonso. Os horrores da paz. *GB*, n.165, p.3, 7 abr. 1922. Na série de artigos escritos por Álvaro Bomilcar, que depois foram compilados em um livro denominado *Ordem Militar e Ordem Judaica*, ele relacionou judeus a outros inimigos do nacionalismo católico, como espiritismo e protestantismo. Bomilcar. Brasil e a fé católica. *GB*, n.186, p.1, 1^a set. 1922; Idem. Pátria perdida território achado. *GB*, n.185, capa, 25 ago. 1922.

68 Em defesa do que temos de mais caro na vida. *GB*, n.184, p.6, 18 ago. 1922; Alerta!. *GB*, n.181, capa, 23 jul. 1922. A Associação Cristã de Moços (ACM) é a representante no Brasil da Young Men’s Christian Association (YMCA), organização de origem filantrópica e cristã/evangélica, fundada por George Williams, em Londres (1844). Apesar de suas origens, consolidou-se como instituição ecumênica, que aceitava membros de todas as crenças religiosas.

vinha do próprio papa que, “pela Congregação do Santo Ofício declarou, em 5 de novembro de 1922, que a Associação Cristã de Moços é perniciosa, inimiga de nossa fé e mais uma armadilha do protestantismo contra nossa religião”.⁶⁹ Ao mesmo tempo que se criticavam as religiões protestantes, insistia-se que os ideais católicos ampliavam-se e fortificavam-se, tanto no mundo das ideias como em números de fiéis, para o que se exaltavam as conversões em países como Alemanha, Inglaterra e Suíça, de maioria protestante. Tal discurso fez-se presente, sobretudo, nas seções de cunho religioso, “Pelo Mundo” e “Pedacinhos de Ouro”.⁷⁰ No entanto, como aconteceu com a temática do nacionalismo em anos anteriores, a partir de 1922 o catolicismo extrapolou esses limites para invadir várias páginas da revista.

Na seção “Através dos Livros”, cresceram as resenhas de obras dedicadas à religião. Além disso, Francisco Bustamante, presidente da Liga de Defesa e Propaganda da Religião Católica, e chefe do Centro Católico Nacionalista, tornou-se responsável pela seção em 1922 e suas escolhas recaíam em trabalhos de padres e bispos. Nesse sentido, é exemplar a resenha dos livros *Coroa do Centenário* e *Centenário da Independência* que contêm, respectivamente, a missa celebrada pelo então Arcebispo João Becker, na abertura do I Congresso Eucarístico Nacional, em 27 de setembro de 1922, e o discurso proferido por ele em 7 de setembro de 1922, no Colégio Militar de Porto Alegre. Além de críticas elogiosas a livros que faziam apologia à moral católica, como *Do que devem fazer os pais para o bem dos filhos e do que devem evitar* (1922), do Padre Joaquim Silvério de Souza, e *Traços de Lutas* (1922), do Padre Antônio Carmello.⁷¹

Esteve ligada, entre outras obras filantrópicas, à criação da Cruz Vermelha, em 1864. A primeira ACM da América Latina foi fundada no Rio de Janeiro, em 1893, por Myron Clark. João do Rio, em *Religiões do Rio*, salientou o crescimento da ACM na cidade e sua relação com a divulgação do protestantismo.

69 Cuidado com as associações Cristãs!. *GB*, n.197, p.3, 2 mar. 1923.

70 Pelo mundo. *GB*, n.156, p.9, 3 fev. 1922.

71 Bustamante, Francisco. *Através dos Livros*. *GB*, n.192, p.5, 8 dez. 1922; Idem. *Através dos Livros*. *GB*, n.193, p.3, 18 dez. 1922; Idem. *Através dos Livros*. *GB*, n.157, p.3-4, 10 fev. 1922 e Idem. *Através dos Livros*. *GB*, n.164, p.6, 31 mar. 1922.

Em *Correio de Gil Blas*, registravam-se cartas de leitores que elogiavam as matérias de cunho religioso.⁷² Já em *Pensamentos nacionalistas*, por seu turno, vale destacar a presença de intelectuais próximos ao catolicismo, como Lacerda de Almeida: “Somos um país aberto, um país de conquista, e o que é pior, um país que parece timbrar e ter gosto de ser conquistado (...). Houve até a audaciosa ideia de nos recolonizarem, e só não conseguiram pois eram acatólicos, bastante fracos, desmoralizados e corrompidos”.⁷³

Nos artigos referentes à literatura, a questão religiosa também se fez presente e dos sessenta artigos contabilizados em 1922, quarenta traziam algum tipo de referência ao catolicismo.⁷⁴ Além disso, publicou-se textos religiosos, como *No templo*, assinado por João Batista: “É a casa do Senhor! Ali, silêncio brando. Ecoam pelo Templo angelicais canções; Hinos de puro amor, amor de mãe rezando; No conchego sutil de nossos corações (...); E nessa adoração a Fé vai persistindo; Ante a voz da verdade em que Deus aparece; Ante a voz da Mentira em que o mal recrudescer”.⁷⁵ Ou, ainda, o *Hino ao Santíssimo Coração de Jesus*, de Carlos Laet, intelectual católico:

72 Souza, Monsenhor Benedito apud Redação. *Correio de Gil Blas*. GB, n.163, p.11, 24 mar. 1922 e Castro, Monsenhor Nascimento apud Redação. *Correio de Gil Blas*. GB, n.163, p.11, 24 mar. 1922.

73 Almeida, Lacerda apud *Pensamentos Nacionalistas*. GB, n.181, p.7, 23 jul. 1922.

74 Na revista 152, a primeira de 1922, publicou-se um conto, baseado na passagem do Antigo Testamento, sobre um ladrão que acolheu Jesus Cristo, ainda criança, quando fugia dos Romanos, de autoria da educadora Maria Junqueira Schmidt, ligada à *Legião da Mulher Brasileira*. Schmidt, Maria Junqueira. Jesus e Dimas – em torno de uma lenda. GB, n.152, p.2, 6 jan. 1922. Foram publicados outros contos e crônicas baseadas em passagens bíblicas, que objetivavam difundir mensagens de fundo moral e católico. Conferir: O último monge de Saint Aubin. GB, n.163, p.3, 24 mar. 1922 e Schmidt, Maria Junqueira. Na escuridão das catacumbas. GB, n.164, p.4, 31 mar. 1922. Além disso, publicou-se narrativas sobre vidas de santos e religiosos brasileiros que, na percepção da revista, tinham potencial de se tornar santos, caso de Frei Gaspar, autor de *Memórias para a história da Capitania de São Vicente (1795)*, comentada em: Schmidt, Maria Junqueira. Frei Gaspar da Madre de Deus. GB, n.172, p.7, 27 maio 1922.

75 Souza, Batista. No templo. GB, n.156, p.8, 3 fev. 1922.

Ó Coração Sacratíssimo; Do nosso amado Jesus! Bendito esse amor boníssimo; Que foi do presépio à Cruz!; Junto ao seio de Maria; Quando infante repousava; Pelo mal que te oprimia; Brandante palpitavas; Quando a morrer te quedaste; Santa vítima do amor; A redenção consumaste; Do perdido pecador. Eia pois! Nossos pecados; Excusa, apaga, perdoa; Chama a ti os desvairados; Conforta a quem te magoa; Do sangue esparso do milagre; No jardim das oliveiras; Tira uma gota de sangue; A terra das Laranjeiras!; Ao lado que tolerastes; A judaica lança hostil; Deixa correr quanto baste; Para salvar o Brasil!⁷⁶

Nos textos reunidos sob a rubrica “Sociedade”, mais de 50% dos artigos publicados em 1922 referiam-se, de uma forma ou de outra, ao catolicismo. Tratava-se de divulgar um modelo de moralidade baseado nos valores católicos, cujo distanciamento colocava em risco o futuro da nação brasileira. Na opinião de alguns colaboradores da revista, como Carlos Ribeiro, a moralidade no Brasil estava longe do ideal, pois o país “tinha se distanciado da religião católica, que era a base da moralidade a ser seguida no país”.⁷⁷

Entre os vilões figuravam o ócio,⁷⁸ o cinema, o carnaval⁷⁹ e os vícios do fumo e do álcool, malefícios capazes de comprometer uma

76 Laet, Carlos. Hino ao santíssimo coração de Jesus. *GB*, n.187, p.5, 22 set. 1922.

77 Conferir: Ribeiro, Carlos. O hábito da mentira. *GB*, p.8, 17 mar. 1922.

78 Para Carlos Ribeiro o ócio desvirtua a sociedade, pois “a verdadeira função do trabalho, que deveria ser da evolução das faculdades raciocinadoras do homem e não uma obrigação com o intuito de acúmulo material”. Assim como a religião católica, para ele o trabalho era fundamental para a solidificação de uma condição moral necessária “na construção de uma pátria sadia, forte e católica”. Idem. A desvirtuação da ideia do trabalho. *GB*, n.156, p.3-4, 3 fev. 1922.

79 Segundo um articulista não identificado, “o cinema: (...) que bem poderia ser um instrumento de Moral e Cívica, tornou-se nas mãos escrupulosas e mercenárias um agente de desmoralização. Muitas vezes, o espetáculo habitua e instiga ao crime (...) As paixões com torpe linguagem, dos olhos das mãos e do corpo (...) Que diremos dos *films* anticatólicos, satanicamente feitos e exibidos contra a Igreja. Muito se fará, porém se começarmos por exigir a supressão dos *films* ou fitas particularmente nocivas”. Cinema corruptor. *GB*, n.171, p.9, 20 maio 1922.

sociedade calcada nos “bons costumes e na moralidade católica”.⁸⁰ Criticavam-se práticas médicas como aborto e eutanásia e certas terapias psiquiátricas que, na opinião de Felício dos Santos, “iam contra a moral cristã, prejudicando a construção de um Estado Nacional coeso”.⁸¹

Em 1923, completou-se a mudança em direção do catolicismo: a maioria dos artigos particularizou-se por enfatizar temas essencialmente religiosos, sendo que dos 134 artigos publicados, 53 (39,9% do total) eram consagrados ao catolicismo.

Tabela III
Artigos por temas (1923)

Temática	Total de artigos	Nº de artigos assinados (%)	Nº de artigos não assinados (%)
Catolicismo	53 (39,9%)	27,9%	72,1%
Nacionalismo	18 (13,4%)	35%	65%
Literatura	16 (11,9%)	56,25%	43,75%
Política nacional	12 (8,9%)	50%	50%
Sociedade	8 (5,9%)	14,2%	85,8%
Educação	7 (5,2%)	71,4%	28,6%
Política regional	3 (2,2%)	33,3%	66,7%
Cultura	3 (2,2%)	66,6%	33,4%
Economia	2 (1,4%)	50%	50%
Política internacional	1 (0,7%)	—	100%
Esporte	—		
Saúde	—		
Operariado	—		

O fato de o catolicismo ter tomado conta da revista no seu último ano também pode ser evidenciado pelos nomes de colaboradores da revista: dentre os catorze autores que assinaram artigos, apenas um, Nuno Pinheiro, não comungava abertamente da postura católica.

80 O maior inimigo do homem e a sua confissão. *GB*, n.164, p.9, 31 mar. 1922; conferir também: Silvério, Padre. O fumo. *GB*, n.166, p.3, 14 abr. 1922.

81 Santos, A. Felício dos. Em vez de peão, escorpião. *GB*, n.159, p.10, 24 fev. 1922.

Tabela IV
Colaboradores (1923)

Autores	Número de matérias	Porcentagem	Temática dominante
Anônimos	84	67%	Catolicismo (80%)
Autores com apenas um artigo assinado	14	32,8%	Catolicismo (75%)
F. Bustamante	5	10,4%	Literatura (100%)
Arthur Gaspar Vianna	5	3,7%	Educação (80%)
Maria Junqueira Schmidt	3	3,7%	Literatura (66,6%)
Afonso Celso	3	2,2%	Catolicismo (66,6%)
A. Felício dos Santos	2	2,2%	Catolicismo (100%)
Alcebíades Delamare	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Nuno Pinheiro	2	1,4%	Economia (100%)
José Thomaz de Mendonça	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Lacerda de Almeida	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Ildefonso de Oliveira	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Cônego Mello Lula	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Monsenhor Sólton Pereira	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Padre Bento	2	1,4%	Catolicismo (100%)
Padre José Rodrigues	2	1,4%	Catolicismo (100%)

Além disso, nota-se o aumento de artigos assinados por membros da Igreja Católica, como Cônego Mello Lula, Monsenhor Sólton Pereira, Padre Bento e Padre José Rodrigues. Os próprios responsáveis fizeram questão de explicitar a mudança ao adotarem um novo subtítulo para *Gil Blas*: “Pela brasilidade e o catolicismo”, o que rendeu loas de Lacerda de Almeida:

Posso dar-lhe agora e dar a mim também os mais fervorosos parabéns! Vejo inscrito no seu esperançoso periódico o verdadeiro lema, o título que convinha a uma folha de regeneração, o título que vejo enlaçado o verdadeiro patriotismo e a verdadeira religião. Não foi às minhas convicções que fez honra o diretor de *Gil Blas* foi à VERDADE, (...) ao regresso ao sentimento religioso, às práticas religiosas, à política inspirada na religião. O *Gil Blas* agora tem uma alta missão a desempenhar, agora que conjugou em uma epígrafe aquilo que anda divorciado desde 1889.⁸²

Afonso Celso também foi parabenizado em 1923 por ter contribuído para a guinada de *Gil Blas*: “O Nacionalismo Católico Brasileiro, que tem por orientador da palavra *Gil Blas*, saúda o glorioso patriota”.⁸³ Delamare, por seu turno, publicou artigos defendendo o catolicismo e valeu-se de duas páginas da edição 195 para transcrever discurso proferido na Biblioteca Nacional, em nome dos jornalistas católicos, no qual salientou o importante papel da imprensa católica, “abençoada por Leão XIII e recomendada por Pio X, considerada por esses dois grandes pontífices, como uma das mais poderosas armas de defesa da fé católica”.⁸⁴

Ainda que se insistisse no combate aos inimigos do catolicismo, especialmente o judaísmo,⁸⁵ as matérias, aos poucos, foram ganhando conotação essencialmente teológica e concentraram-se na divulgação de encíclicas papais, notícias sobre o crescimento do catolicismo pelo mundo, biografia de santos e narrativas religiosas.⁸⁶

82 Almeida, Lacerda. Pela brasilidade e o catolicismo. *GB*, n.194, p.1, 6 jan. 1923.

83 Ibidem.

84 Delamare, Alcebíades. Felício dos Santos. *GB*, n.195, p.4-5, 27 jan. 1923.

85 Na maioria das vezes, o judaísmo era relacionado ao capitalismo internacional. Conferir: O internacionalismo corruptor e sua obra nefasta na América do Sul. *GB*, n.194, p.9, 6 jan. 1923.

86 Assinadas, na maior parte das vezes, por Maria Junqueira Schmidt, exaltavam o poder religioso da Igreja Católica e seus dogmas. Um exemplo é a história de uma batalha durante a Primeira Guerra que teve como pano de fundo um convento. Na narrativa, Schmidt evidenciava a importância do convento e da religião católica para os combatentes. Ver Schmidt, Maria Junqueira. Uma

Nesse caso podem-se destacar matérias sobre as Encíclicas de Pio XI, nas quais se afirmava que São Francisco de Salles “é o padroeiro dos escritores e dos jornalistas”; além disso, salientava-se que o referido pontífice dava atenção à imprensa, pois sabia de sua importância para a disseminação do catolicismo. Publicaram-se também notícias do Vaticano, nas quais se chamavam a atenção para as iniciativas de Bento XV, além de várias matérias dedicadas aos milagres de Cristo e dos santos católicos.⁸⁷

Da mesma forma, a seção “Pensamentos Nacionalistas” publicava textos de membros destacados da hierarquia: Papa Bento XV, Pio XI e Sebastião Leme.⁸⁸

Em algumas notas anônimas, defendiam-se as publicações católicas e criticavam-se as laicas, denominadas “má imprensa”, em contraposição à “boa imprensa”, ou seja, alinhada com seus ideais (cf. Wiazovski, 2008, p.59), como se observa no texto assinado pelo Monsenhor Sólton Pereira:

A imprensa sensata e moralizada é um dos mais poderosos púlpitos, por isso ela educa, civiliza, instrui (...). Uma boa imprensa é uma escola onde se aprendem as ciências, as artes, onde os bons costumes se cultivam e as belezas da Religião nos fazem alimentar a fé e a confiança em Deus nosso Pai e Senhor da Misericórdia. Entretanto, quanto não nos é doloroso o descrever-se uma imprensa pelourinho pornográfica, má, numa palavra, uma imprensa que corrompe e mata! São as leituras que corrompem que combatemos (...) contra os quais chamamos a postos a família e a sociedade.⁸⁹

batalha no campo sagrado. *GB*, n.194, p.6, 6 jan. 1923. Idem. Rubens, o grande pintor flamengo. *GB*, n.200, p.10, 6 maio 1923.

87 São Francisco de Salles, o padroeiro dos escritores e dos jornalistas. *GB*, n.196, p.7, 11 fev. 1923. Papa Bento XV apud *Gil Blas*. *GB*, n.199, p.1, 8 abr. 1923 e Santa Sé. *GB*, n.199, p.3, 8 abr. 1923. Mendoza, José Thomaz. O Natal de Jesus. *GB*, n.194, p.8, 6 jan. 1923.

88 Pensamentos nacionalistas. *GB*, n.197, p.8, 2 mar. 1923.

89 Pereira, Monsenhor Sólton. Os méritos da boa imprensa e os deméritos da má. *GB*, n.198, p.9-10, 16 mar. 1923.

A revista não se furtou a publicar lista das revistas recomendadas e das que deveriam ser evitadas:

Recomendamos aos nossos amigos além da leitura de *Gil Blas*, da *União*, prestigioso bisemanário católico, de que é diretor o Sr. Felício dos Santos, *A Ordem*, brilhante mensário dirigido pelos Drs. Jackson Figueiredo e Perillo Gomes, *Vozes de Petrópolis*, magnífico quinzenário dos Frades Franciscanos de Petrópolis, *Ave Maria*, excelente semanário fundado pelos beneméritos Padres do Coração de Maria de São Paulo, da *Cruz*, do *Apóstolo*, do *Pão e Luz*, do *Lábaro*, da *Fé e Luz* e de muitos outros órgãos da publicidade, orientados pela mais sã moral e inspirados no mais alto patriotismo.⁹⁰

No que se refere à política, nota-se uma aproximação da revista com o fascismo, mas sempre não deixando de lado a religião: “Na Itália os fascistas enfrentam e vencem o judaísmo maçônico, a corrupção administrativa e comunismo degenerado, tríplice causa da próxima ruína nacional”.⁹¹ Tal posicionamento era uma evidência de que, no seu último ano, *Gil Blas* aproximava-se da extrema direita, o que não era estranho ao laicato católico, sob o argumento de combate ao inimigo comum, o comunismo. Essa postura era defendida por Jackson Figueiredo (apud Dias, 1996, p.92) “que entendeu que, no período anterior a 1928, a conjuntura política nacional havia colocado seu grupo diante de dois caminhos: optar pelo fascismo ou pelo comunismo, ou ficar com o liberalismo burguês; em decorrência desta situação, a aliança entre catolicismo e direitismo era inevitável”.

De acordo com tais mudanças pode-se dizer que a grande ênfase às questões teológicas fez da revista, em seus últimos números, uma publicação de caráter religioso.

90 *GB*, n.198, p.9-10, 16 mar. 1923.

91 Haja um partido!. *GB*, n.197, p.2-3, 2 mar. 1923.

Decadência: crise e encerramento

O estigma xenóforo que dominou o semanário comprometia a vinculação de *Gil Blas* como porta-voz do governo Epitácio Pessoa e tampouco contribuía para atender aos interesses políticos de Alcebíades Delamare, razão pela qual, a partir de 1921, ele tentou se dissociar e dissociar sua revista do caráter militante nacionalista e lusóforo. A eleição de Bernardes, de outra parte, comprometeu as relações de proximidade com o poder, manifestadas no quadriênio anterior. A junção desse conjunto de fatores – quiçá aliada a uma efetiva conversão ao catolicismo – aproximou-o da Igreja e do laicato católico. De toda forma, é evidente que objetivos partidários, políticos e nacionalistas deixaram de ser o foco principal do semanário: agora os intuítos doutrinários subordinavam-se à religião.

Em outubro de 1922, Delamare desligou-se da Ação Social Nacionalista e de todos os movimentos militantes de que fazia parte⁹² e, em dezembro daquele ano, foi promovido a Subinspetor Geral de Bancos, segundo ele, graças “a eleição de Bernardes”.⁹³ Semelhante decisão já tinha sido tomada por Afonso Celso que, em agosto de 1922, também deixou a ASN, cuja presidência coube a Camillo Prates.⁹⁴

A julgar pelas suas próprias justificativas, Delamare ponderava ser necessário livrar-se das críticas a ele dirigidas, especialmente depois de se tornar funcionário público, tal como explicitou na sua revista.⁹⁵ No entanto, a aproximação com o catolicismo não foi suficiente para livrá-lo dos ataques. Em 1923, ainda recebia críticas pela sua postura lusófoba, razão pela qual publicou depoimentos de colegas de trabalho que atestavam sua honestidade, capacidade e

92 Delamare, Alcebíades. Aos meus amigos correligionários. *GB*, n.188, p.8, 20 out. 1922; Idem. Ação Social nacionalista. *GB*, n.189, p.5, 4 nov. 1922.

93 Idem. *GB*, n.192, p.2, 8 dez. 1922.

94 Prates, Camillo. Ação Social Nacionalista. *GB*, n.184, p.2, 18 ago. 1922.

95 Delamare. Aos meus amigos correligionários, op. cit.

idade no exercício do cargo de fiscal.⁹⁶ Ao que parece, a questão recrudescera pelo fato de sua ascensão na carreira haver “sido regulamentada por um Decreto Presidencial, antes de Epitácio deixar a presidência”.⁹⁷

Delamare valia-se de *Gil Blas* para provar que se libertara da militância lusófoba, o que indica que soube valer-se da revista para fins pessoais. Ainda assim, cabe notar que a revista sempre se manteve fiel a Epitácio Pessoa e sua herança, conforme se observa em texto de 1923:

Gil Blas, na modéstia e na obscuridade do seu posto de lutas, está e estará sempre firme, indefectível e intransigente na defesa do governo e do nome de Epitácio Pessoa. Enquanto o insigne estadista estiver ausente da pátria, seremos a toda hora (...) sentinelas avançadas em guarda do nome, da reputação, das glórias e dos feitos do seu triênio de luz, da justiça, da energia e de patriotismo.⁹⁸

Nesse mesmo sentido, pode-se entender a série de artigos assinados por um colaborador identificado apenas pelas iniciais F.M., publicada entre dezembro de 1922 e março do ano seguinte, na qual se propunha a criação do Partido Nacional, com objetivo de colocar em prática os ideais divulgados em *Gil Blas*,⁹⁹ qual seja, “o civismo e a moral nacional para o país, por meio da educação, o que devia também acontecer no ensino superior e para os Congressistas, assim sanearia o ambiente do Congresso (...)”.¹⁰⁰ E argumentava-se:

(...) é preciso, saber conciliar, o cosmopolitismo útil com o racionalismo necessário, depois de regulamentadas as relações de capital e

96 Santos, Josefino Felício dos Santos. Estudos econômicos. *GB*, n.195, p.3, 27 jan. 1923.

97 Revidando as infâmias dos cães rafeiros do anonimato. *GB*, n.195, p.6, 27 jan. 1923.

98 Pulverizando a infâmia. *GB*, n.196, p.2-3, 11 fev. 1923.

99 Conferir: F. M. Partido Nacional. *GB*, n.190, p.7, 15 nov. 1922.

100 *Ibidem*. *GB*, n.192, p.2, 8 dez. 1922.

trabalho, entre nacionais e estrangeiros, entre patrão e operário (...) A fórmula Brasil para os brasileiros, digna de nosso apoio, de nossa defesa, deve ser entendida, porém em sentido liberal, restringida a uma sábia hermenêutica, sendo de efeitos contraproducentes, quando interpretada pelo acanhado cérebro do jacobino, exclusivista e antipatriótico, que julga fazer obra digna, ofendendo, perseguindo ou prejudicando estrangeiros, que conosco colaboram no engrandecimento da pátria.¹⁰¹

A nacionalização não poderia permanecer no âmbito do discurso, pois “essa fase já tinha sido cumprida por *Gil Blas*”, e clamava-se por um partido “católico e não xenófobo”:¹⁰²

É preferível morreremos vencidos nesta luta, quer pacífica, quer armada, a vivermos párias, como até aqui, e na expectativa de pior futuro. Não se quer; e muito pelo contrário se combate a favor da xenofobia, sentimento gerador de monstruosidades sociais, impossíveis no solo americano e máxime no Brasil livre, generoso, liberal e democrático. O que pretendemos, o que queremos, o que exigimos, o que impomos aos bons brasileiros é a execução prática de um programa redentor (...). É um dos meios que nos afiguram mais convenientes para a formação do Brasil é a formação de um grande partido político que tenha este programa definido. (...) Estamos, também, firmemente convictos pela experiência do passado e pela observação do presente de que a catolicização do Brasil será o meio mais eficiente, mais fácil, mais direto, mais rápido, para sua nacionalização. Mas, à falta de um partido católico, organiza-se um partido nacionalista com este tríplice objetivo: reconhecimento da Igreja Católica Apostólica Romana como religião nacional, emancipação econômica e financeira do Brasil e defesa da integridade física, política e social da nação brasileira (...). Para chefiar essa organização política só vejo um homem – o Dr. Epitácio Pessoa.¹⁰³

101 Ibidem. *GB*, n.193, p.1, 18 dez. 1922.

102 Idem. Haja um partido!. *GB*, n.197, p.2-3, 2 mar. 1923.

103 Ibidem.

A fidelidade a Epitácio, contudo, não impedia que a revista enfrentasse dificuldades. Segundo notas publicadas no decorrer do ano 1922, *Gil Blas* atravessava uma crise financeira. No número 154, solicitou-se aos leitores que renovassem suas assinaturas:

Gil Blas é o baluarte do nacionalismo. Há quase quatro anos vem este panfleto sustentando, sozinho, desamparado, uma campanha de heroísmo, de sacrifício, de abnegação e de patriotismo. É justo que nossos correligionários nos ajudem a carregar a cruz ao Calvário. Individualmente não pesará a ninguém o desembolso da assinatura – a insignificância de 20\$000. Para *Gil Blas*, o recebimento de milhares de assinaturas representa a garantia, a segurança, a certeza de vida, de prosperidade e triunfo. Temos convicção de que o nosso apelo não será em vão.¹⁰⁴

Na mesma nota, anunciou-se criação de um fundo para manter a revista:

Sendo *Gil Blas* um panfleto que, em hipótese alguma, explora a parte comercial de anúncios e publicações – exceção talvez única no exemplo que fazem revistas doutrinárias na Europa e do que está praticando aqui a *Ordem* (...) resolveu sua direção aceitar donativos para o seu custeio e manutenção, publicando a cada número, a relação de pessoas que tenham contribuído para este fim altruístico e cívico. Funda-se nesta redação, uma CAIXA especial para donativos, destinando-se todas as quantias recebidas às despesas, aliás grandes e pesadas, de impressão e expedição de panfletos.¹⁰⁵

Em números posteriores, constam outras notas, com o mesmo título, nas quais se nomeiam os colaboradores e as quantias doadas para o fundo.¹⁰⁶ Na capa do número 158, reafirmava-se, a despeito das dificuldades, a inabalável vontade de nacionalizar o país:

104 Aos nossos leitores. *GB*, n.154, p.6, 20 jan. 1922.

105 Ibidem.

106 Aos nossos leitores. *GB*, n.156, p.8, 3 fev. 1922; Aos nossos leitores. *GB*, n.158, p.7, 17 fev. 1922; e Aos nossos leitores. *GB*, n.159, p.11, 24 fev. 1922.

No espaço de tempo decorrido do seu primeiro número ao de hoje vai uma epopeia de sacrifícios desconhecidos, de esforços heroicos, de dedicações extremas. Paladino de uma causa tão hostilizada pelas mãos de brasileiros e tão deturpada pelos estrangeiros de má-fé, *Gil Blas* arvorando a bandeira do nacionalismo armou-se cavalheiro e entrou na liça dos mais árdus prélios, dispostos a todos embates até a vitória final de seu programa.¹⁰⁷

Além disso, observa-se, no decorrer do ano, gradual diminuição de número de páginas que, a partir do número 169, estabilizou-se em nove, ademais de falta de periodicidade, cujo intervalo variava de uma semana a vinte dias.

Em 1923, publicaram-se apenas sete números e ainda assim de maneira bastante irregular. O primeiro, de 6 de janeiro, o segundo em 21 e o terceiro somente em 11 de fevereiro. O número de páginas voltou a aumentar e, a partir do número 198, somou catorze, uma espécie de compensação frente à irregularidade da circulação. Na revista número 197, publicou-se uma nota na qual se afirmava:

Resolvemos que doravante o *Gil Blas* passará a sair quinzenalmente, nos dias 2 e 16 de cada mês. Somos assim forçados a proceder, primeiro por motivo de ordem interna de nossa redação e administração e, segundo, para podermos oferecer aos nossos leitores números mais amplos, mais seletos e mais cuidados. Órgão de Doutrina, não tendo fins comerciais, desprezando anúncios para só viver das assinaturas e da venda avulsa, o *Gil Blas* pede encarecidamente aos seus amigos e correligionários que espontaneamente enviem ao seu diretor a importância de suas assinaturas para o corrente ano de 1923. Os bons católicos e os verdadeiros nacionalistas devem, sem tardança, atender nosso pedido (...).¹⁰⁸

107 Aos nossos leitores. *GB*, n.158, capa, 17 fev. 1922.

108 Direção, A. *Gil Blas* – Aos nossos leitores e assinantes: apelo aos católicos e nacionalistas. *GB*, n.157, 2 mar. 1923.

Os números 199 e 200 não seguiram tal determinação e foram publicados, respectivamente, em 8 de abril e 6 de maio. Mesmo com tais irregularidades publicou-se, em 11 de fevereiro, edição comemorativa de aniversário, na qual se afirmava que em quatro anos *Gil Blas* não tinha fugido ao seu programa e reafirmava a opção pelo catolicismo, recente em suas páginas:

Completa *Gil Blas* no presente número o seu 4º ano de vida combativa, cheia de lutas, sacrifícios, de esforços, dedicações e de muitas desilusões também. Vencemos com a graça de Deus, e vencemos de cabeça erguida – 196 semanas de combates tremendos sem que tivéssemos, no meio da jornada, enfraquecido o nosso ânimo ou abatido a nossa energia um só instante. Batendo-se em campo em raso, pela causa da Pátria e de Deus, isto é, pelo Brasil e pela Igreja, mais claramente, pelo nacionalismo e pelo Jesus Cristo (...) Ao entrar *Gil Blas* no seu 5º ano de vida declaramos aos nossos amigos como aos nossos adversários que jamais nos afastamos do programa (...).¹⁰⁹

Em 1923 Epitácio Pessoa não estava mais na Presidência da República; por sua vez, Arhur Bernardes não cumpriu as promessas de dar continuidade às iniciativas nacionalistas do antecessor e tampouco apoiou o movimento capitaneado pela revista. Nesse ano, *Gil Blas* ainda perdeu também um dos seus principais colaboradores na militância nacionalista. Álvaro Bomílcar mudou-se para Fortaleza, pois foi exercer um alto cargo na Comissão do Tribunal de Contas no estado do Ceará. Nas páginas de *Gil Blas* lamentou-se a perda de um personagem que “balizava teoricamente o grupo”.

Em 6 de maio de 1923, quando veio a público o último exemplar da revista, *Gil Blas* já não cumpria o seu intuito original, qual seja, apoiar o presidente da República e divulgar o nacionalismo excluyente professado por seu fundador no momento do lançamento. O campo católico, do qual se aproximou a partir de 1921, não se cons-

109 196 Semanas de Luta – 4 semanas de sacrificio. *GB*, n.196, capa, 11 fev. 1923.

tituía em arena sem disputa: basta lembrar o lugar ocupado pela revista *Ordem*, projeto da militância católica desde a sua origem. A despeito de todas as transformações, *Gil Blas* pouco sobreviveu ao quadriênio de Epitácio Pessoa.

Pode-se afirmar que o encerramento da revista em 1923 articulou-se com as mudanças operadas ao longo de sua trajetória e com um possível desinteresse de seus idealizadores. No entanto, não se deve esquecer que *Gil Blas* surgiu com o objetivo de dialogar para e com um grupo restrito e que, no decorrer de seu percurso, evidenciou-se o caráter panfletário da publicação, que foi se sobrepondo ao da própria revista, situação que contribuía para limitar suas possibilidades de sucesso junto a um público mais amplo, ávido por publicações leves, ricas em imagens e textos não muito pesados. Ao mesmo tempo, ficou evidente que o núcleo responsável pela revista reordenou-se e aproximou-se do responsável pelo periódico *A Ordem*, que já surgiu como porta-voz dos católicos. Noutros termos, as duas publicações passaram a compartilhar os mesmos objetivos, colaboradores e destinavam-se ao mesmo público, numa competição pouco favorável a *Gil Blas*, que acumulava uma trajetória atribulada e com muitas idas e vindas em termos de objetivos. Assim, não parece descabido afirmar que o encerramento das atividades de *Gil Blas* em 1923 foi consequência da nova postura adotada pelo periódico, que o colocou no mesmo campo de *A Ordem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa época em que a maioria das revistas de conteúdo doutrinário e político durava poucos meses, *Gil Blas* pode ser considerada uma exceção, pois circulou sem interrupções durante cinco anos (1919-1923), nos quais manteve estreitas relações com o presidente Epitácio Pessoa. Não se pode afirmar que recebeu subvenções oficiais diretas, mas a relação de proximidade com o chefe do Executivo Federal rendeu facilidades que, muito provavelmente, contribuíram para a existência do semanário, que não sobreviveu ao final do quadriênio de Epitácio. O fato é que *Gil Blas* exemplifica a postura de pelo menos parte da imprensa da época, ávida por servir ao poder e desfrutar das vantagens daí advindas, algumas de ordem pessoal – como a nomeação de Delamare para cargo público.

Entretanto, *Gil Blas* não se limitou ao papel de porta-voz oficial do Governo Federal. É fato que agregou, em suas diferentes fases, personalidades da cena carioca das décadas iniciais do século XX que compartilhavam o ardor nacionalista: Delamare, Álvaro Bomílcar, Afonso Celso e Jackson Figueiredo, para citar alguns dos nomes mais proeminentes que, porém, nem sempre estiveram de acordo a respeito do futuro da nação e/ou sobre os desafios a serem enfrentados no presente.

O nacionalismo lusófono foi a primeira e a mais duradoura leitura difundida pela revista, fato que levou parte da historiografia a tomar *Gil Blas* como publicação antilusitana. Entretanto, o antilusitanismo foi questionado no interior do próprio periódico que, já no seu segundo ano de circulação (1920), tornou-se órgão da Ação Social Nacionalista, movimento que tinha como presidente Afonso Celso.

O conde não considerava os imigrantes lusos um problema, pelo contrário, via-os com simpatia e tinha em alta conta a herança cultural portuguesa, os estrangeiros que mereciam crítica eram outros, qual seja, os comprometidos com iniciativas revolucionárias, o que estava em consonância com o discurso da época, marcada pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores, greves e protestos contra as condições de vida a que eram submetidos os operários. A resposta do governo e das elites dirigentes resumia-se a considerar a situação fruto de ideologias de esquerda, introduzidas por imigrantes indesejáveis.

A convivência de duas leituras tão distintas gerou tensão no semanário, uma vez que o posicionamento xenófono e radical de Álvaro Bomilcar e Alcebiades Delamare encontrou oponentes de peso. É interessante perceber como a decisão de Delamare de lançar-se no mundo da política, aliada aos problemas que a postura do semanário já começava a causar para o governo e a pessoa do presidente Epitácio Pessoa, levou-o a abrandar seus posicionamentos. Em 1921, Delamare aproximou-se do nacionalismo católico que, a propósito, também era defendido por Afonso Celso.

O fato é que a revista abraçou as propostas da Igreja Católica, então empenhada em recuperar seu espaço na sociedade brasileira, para o que mobilizava seus fiéis. No decorrer de 1922, os temas católicos foram intensamente debatidos em *Gil Blas*, num momento em que Delamare já ocupava cargo federal. Ainda que a revista tenha tentado se aproximar de Bernardes e emprestado seu apoio ao candidato no difícil episódio das cartas falsas, a relação de proximidade com o poder não se manteve, o que contribuiu para a crise da revista, que foi definindo até deixar de circular.

A análise sistemática da publicação evidenciou a sua complexidade e as constantes alterações de rumo, que impedem que se atribua a *Gil Blas* um perfil único. Pelo contrário, seus objetivos e ideais perseguidos, alguns deles frutos de projetos de cunho pessoal do diretor, mudaram ao sabor de interesses diversos, que incluíam a tentativa de manter a revista próxima da política presidencial. Cabe ressaltar que a relação entre *Gil Blas* e o atribulado, mas pouco estudado governo Epitácio Pessoa, não é mencionada na historiografia, que se limita a associar a publicação ao clima nacionalista imperante nos anos 1920.

De outra parte, o estudo do semanário permite distinguir os diferentes sentidos que o nacionalismo assumia. As várias alterações nos subtítulos, nos ideais perseguidos e na redação, apesar de sempre capitaneada por Delamare, não configuram um projeto único e coeso – muito pelo contrário: dependendo do momento, mudam as temáticas, os colaboradores, as ênfases. A preocupação com a questão nacional foi uma constante, o que não autoriza, contudo, a tomar a publicação como dotada de linha única e coerente, tendo em vista os diferentes sentidos que ela assumiu ao longo da existência do semanário.

O debate em torno da nação antecedeu a *Gil Blas* – e aqui cabe lembrar a revista *Braziléa* (1917-1919) ou a *Revista do Brasil* (1916-1925), ambas em suas primeiras fases – e continuou na ordem do dia depois de seu desaparecimento. Em 1924, Delamare, juntamente com Nicolau Debané e Álvaro Bomílcar, elaborou o programa da Academia Brasileira de Estudos Econômicos e Sociais (RJ), associação com propósitos nacionalistas e antisemitas.¹

Entre 1931 e 1932, os mesmos nomes foram responsáveis pelo relançamento de *Braziléa*, dirigida por Álvaro Bomílcar, com colaboração de Afonso Celso e membros da futura Ação Integralista

1 Segundo Wilson Martins (1978, p.324), os propósitos nacionalistas desse movimento eram semelhantes à da Sociedade Alberto Torres, criada em 1930. Para Jeffrey Lesser (1995, p.110), esses movimentos “apresentavam ideologias contrárias aos imigrantes e aos estrangeiros”, incluindo, principalmente, “o componente antijudaico explícito”.

Brasileira (AIB) – Plínio Salgado, Raimundo Padilha, entre outros. Nessa segunda fase, a revista divulgou um programa calcado na necessidade da nacionalização do comércio e da indústria, no combate ao comunismo e às “agitações demagógicas propagadas pela Rússia”. Por outro lado, defendeu a aproximação econômica com os Estados Unidos, apresentando-o como “melhor freguês de nosso produto”.² Chama a atenção, nessa fase, o pouco comprometimento com o antilusitanismo,³ o apoio ao governo de Getúlio Vargas e a relação com a Legião de Outubro, criada por Gustavo Capanema em Minas Gerais.⁴

Delamare, por sua vez, teve ativa participação no Integralismo e atuou na ala antissemita, capitaneada por Gustavo Barroso,⁵ o que corrobora a hipótese levantada por Lucia Lippi Oliveira (1990, p.192):

Uma variante do nacionalismo católico, representada por Alcebíades Delamare e pela Ação Social Nacionalista, entrou na luta político-ideológica e contribuiu para identificação entre o anar-

2 Nosso programa. *Braziléa*: mensário nacionalista, n.1, p.1, ago. 1931.

3 A referência ao antilusitanismo ficou restrita aos artigos de Álvaro Bomilcar e aqueles sobre acordo ortográfico entre Brasil e Portugal. O Impossível. *Braziléa*: mensário nacionalista, n.1, p.11-8, ago. 1931.

Bomilcar, Álvaro. A minha sociologia de aplicação. *Braziléa*: mensário nacionalista, n.4, p.2-3, nov. 1931; Idem. Nacionalizemos o comércio a retalho. *Braziléa*: mensário nacionalista, n.6, p.12, jan. 1932.

4 Conferir: O nosso maior interesse. *Braziléa*: mensário nacionalista, n.1, p.3-4, ago. 1931. A Legião de Outubro foi um movimento fundado por Gustavo Capanema, Francisco Campos e Amaro Lanari, com o objetivo de apoiar o “regime surgido da Revolução de 1930 (...), teve uma existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas”. Capanema, Gustavo. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/gustavo_capanema. Acesso em: 31 jan. 2011.

5 Na década de 1930, Delamare atuou como advogado e procurador da AIB, além de contribuir com o jornal integralista *Offensiva*, em 1937. Atuou próximo de Gustavo Barroso e, segundo Olbiano Melo (1957, p.124-5), esteve entre os responsáveis, durante o Estado Novo, pela tentativa de colocar Barroso no Ministério da Educação e Saúde, isso antes de Vargas fechar o movimento capitaneado por Plínio Salgado.

quismo e o estrangeiro. Esse foi, certamente, um dos pilares sobre o qual se organiza o integralismo no Rio de Janeiro dos anos 30.

Parte considerável das propostas nacionalistas divulgadas em *Gil Blas* ganhou concretude no governo Vargas, caso da centralização política, de algumas das reivindicações dos católicos, obtidas na Constituinte de 1934 e mantidas pelo Estado Novo, do incentivo à indústria e ao comércio nacional, além da política de restrição à entrada de estrangeiros no Brasil, para citar algumas das ideias defendidas em *Gil Blas*.

Assim, o acompanhamento da trajetória de *Gil Blas* foi profícuo, pois possibilitou distinguir uma leitura inédita que pôde ser encarada como matriz de um nacionalismo carioca, que ganhou força nos anos 1930 e 1940, marcado por posturas radicais xenóforas e católicas. Além disso, ao estudar a sociabilidade do grupo que circulava em torno de *Gil Blas*, foi possível evidenciar a presença de um pensamento conservador, pouco pesquisado na historiografia, mas que repercutiria com força na Capital Federal, nas décadas seguintes.

É certo que tais propostas não eram exclusividade dos responsáveis pela revista, mas aí encontraram espaço fértil, por isso pode-se dizer que a publicação também deu sua contribuição para a formação do pensamento autoritário nacionalista que ganhou terreno na década de 1930 e balizou a direita nacionalista brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Referências Bibliográficas

A REVISTA NO BRASIL. São Paulo: Abril, 2000.

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *Uma nação à paulista: nacionalismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo, 2002. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. *A pátria paulista*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa*, Lisboa. v.XXXI, n.135, p.183-201, 1996.

ALVES, Jorge Luis dos Santos. Duas interpretações da nacionalidade brasileira. In: 25ª REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 2006, Rio de Janeiro. *Comunicação Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. p.224. Disponível em: <http://sbph.org/2005/poder-e-sociedade/jorge-luis-dos-santos-alves>. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. A memória do luso-brasileirismo na historiografia brasileira: a “História da Colonização Brasileira no Brasil”. In: 26ª REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 2006. Rio de Janeiro. *Comunicação Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Disponível em: sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge_Luis_dos_Santos_Alves/ Acesso em: 16 nov. 2008.

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Rio de Janeiro: INL, 1968.
- ARNT, Héris. A realidade nos trilhos da ficção: a notícia no século XXI. *Revista Rio de Janeiro*, FAPERJ, n.20-21, jan.-dez. 2007.
- AZEVEDO, Ezequiel. *Tico-Tico: cem anos de revista*. São Paulo: Via Lettera, 2005.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBOSA, Orestes. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925.
- BARBOSA, Rui (Ed.). *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. 4v.
- _____. A questão social e política no Brasil. In: _____. *Pensamento e ação de Rui Barbosa*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso. *Educar em Revista*, Curitiba, n.20, p.245-60, 2002.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BERSTEIN, Sergi. A cultura política. In: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J.-F. (Orgs.) *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p.349-64.
- BITTENCOURT, Feijó. *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*. Rio de Janeiro: MEC/SD, 1967.
- BONFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BONIFÁCIO, José. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil.1823. Disponível em: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1072/digitalizacao/pagina/25>. Acesso em: 14 jan. 2009.

- BURNS, Bradford E. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. p.375-400. Tomo III.
- CAMPOS, Regina Maria Salgado. A latinidade na América do Sul: Anatole France e Paul Adam. In: MOISÉS, Leila Perrone. *Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. p.79-126.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____; PRADO, Maria Ligia Coelho. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Classes Sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A Primeira República: texto e contexto*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Capítulo I: Primeiros Passos (1822-1930). In: _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.15-83.
- _____. *Os bestializados*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. 4.ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAVANTES, Ana Paula. *Consolidação do sistema bancário em São Paulo nos anos 1920*. Campinas, 2004. 152p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. p.11-62. (Capítulo I. Política Monetária e Cambial. Inserção dos Bancos no Contexto.)
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1997.

- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galanti. *Enciclopédia da Literatura Brasileira*. São Paulo: Global/Fundação Biblioteca Nacional/Academia Brasileira de Letras, 2001.
- CRAIG, James. *Produção gráfica*. 2.ed. São Paulo: Mosaico, 1980.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/Fapesp/Imprensa Oficial, 2000.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile (1890-1939)*. California: Stanford University Press, 1999.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem: A doutrina Católica sobre autoridade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1996.
- DIAS, Sônia. Epitácio Pessoa. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro. Pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.IV.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3v.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.
- FERNANDES, Annie Gisele. As respostas da intelligentsia lusitana ao Portugal de fins de oitocentos: o nacionalismo e o messianismo literários. *Revista Via Atlântica*, CELLP, FFLCH/USP, São Paulo, n.6, 2003, p.29-44.
- FERNANDES, Paulo Cesar da Conceição. *As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência*. Brasília, 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880/1910)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FERREIRA, Marie-Jo. *Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX, início do século XX*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/portugueses.pdf>. Acesso em: 4 maio 2009.

- _____. As comemorações do primeiro centenário da Independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.119-38.
- FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.
- _____. A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.9-23, 1993.
- FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*. São Paulo, 2008. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FIGUEIREDO FILHO, João Sidney. *Política monetária, cambial e bancária no Brasil sob a gestão do Conselho do Sumoc, de 1945 a 1955*. Niterói, 2005. 201f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense.
- FIGUEIREDO, Jackson. *Do nacionalismo na hora presente*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1921.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões: Campanha de Canudos*. ed. crít. São Paulo: Ática, 1998.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.143-79.
- GIUMBELLI, Emerson. Modernidade do Cristo Redentor. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.51, n.1, p.75-105, 2008.
- GOFF, Jaques Le. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: _____.; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p.161.
- _____. *Essa gente do Rio...* Modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Rio Arte, 1996.
- GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- GONZÁLEZ Victória; KAMPWIRTH, Karen. *Radical women in Latin America: left and right*. Philadelphia, PA: Pennysilvania University, 2001.
- GRINBERG, Lucia. República católica, Cristo Redentor. In: KNAUSS, P. (Org.). *Cidade vaidosa*. Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p.57-72.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Manoel Querino e a formação do “pensamento negro” no Brasil, entre 1890 e 1920. *Comunicação apresentada no 28º Encontro Nacional da Anpocs*. Caxambu, out. 2004. Disponível em: http://mrquerino.blogspot.com/2007_04_01_archive.html. Acesso em: 19 abr. 2007.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Relações culturais luso-brasileiras. *Anais... Usos do Passado*. XII Encontro Regional de História. ANPUH-RJ, 2006. Disponível em: www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias. Acesso em: 25 jan. 2009.
- GUIMARÃES, Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- HARDMANN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Revoluções brasileiras – Gonzaga Duque*. São Paulo: Unesp, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. A construção das nações. In: _____. *A Era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.101-6.
- _____. Bandeiras desfraldadas. In: _____. *A era dos Impérios*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.203-32.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento de Jackson Figueiredo. In: _____. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.109-58.
- INÁCIO, Inês. *Quando fala o presente... história e reminiscências*. São Paulo, 1990. 432p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- JANNOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*. Revisão editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: Unesp, 2006.
- LAMARÃO, Sérgio. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro (1905-1915). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n.29, p.75-96, 2002.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. p.343-74. Tomo III.
- LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Assis, 2009. 136p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.
- LAZZARI, Alexandre. Longe do sertão: literatura, política e nacionalismo em Afonso Arinos. *Anais... ANPUH-Rio de Janeiro*, 2008. Disponível em: www.encontro2008.rj.anpuh.org. Acesso em: 8 jan. 2009.
- LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 1984.
- LEAL, Ernesto Castro. A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX. *Ibérica: revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos*, Juiz de Fora, MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, ano III, n.12, p.3-20, dez.2009-mar.-2010.
- LEHMKHUL, Luciene; SILVA, Geanne Paula de Oliveira. Revista Ilustração Brasileira: texto e Contexto. *Horizonte Científico*. Revista da Propp da Universidade Federal de Uberlândia, v.8, p.1-26, 2008. Disponível em: www.prop.pufu.br/revistaeletronica. Acesso em: 15 set. 2009.
- LESAGE, Alain René. *História de Gil Blas de Santillana*. Bocage (trad.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- LESSER, Jefrey. *O Brasil e a questão judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.
- LUCA, Tania Regina de. A *Revista do Brasil* (1916-1944): notas de pesquisa. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; _____; FERREIRA,

- Antonio Celso (org.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Unesp, 2008. p.117-27.
- _____. História dos e nos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.111-143.
- _____. *Revista do Brasil: um diagnóstico para (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. *Revista Nova: um periódico do início dos anos 1930*. 2006. Texto apresentado no VIII Congresso Internacional da BRASA. Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1969.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999.
- MALATIAN, Teresa. *Império e missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MALIN, Mauro. Arthur Bernardes. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro. Pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.I.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Guia de História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revista em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001.
- _____; LUCA, Tania Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 5.ed. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1894. 2v.
- _____. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 5.ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1920.
- MARTINS, Paulo Haus. *Origem e histórico do certificado de utilidade pública*. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/paulo_haus_martins_certificado_utilidade_publica.pdf. Acesso em: 6 maio 2010.

- MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. v.6.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philip Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia*. Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.389-411, 1845.
- MELO, Fernando. *Epitácio Pessoa: uma biografia*. João Pessoa: Ideia, 2005.
- MELO, L. C. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Prefeitura Municipal/Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MELO, Olbiano. *A marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1957.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2.ed. São Paulo: LTC, 1978.
- _____. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILAN, Yara Maria Martins. *O reacionarismo católico e a educação como ação*. Campinas, 1986. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.
- MOTTA, Marly Silva. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOURA, Sergio Lobo; ALMEIDA, José Maria Gouveia. A Igreja na primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. p.323-42. Tomo III.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. p.259-92. Tomo III.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1970/1920)*. São Paulo: Annablume, 2002.

- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOVAIS, Fernando, A. (Org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v.3.
- _____. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v.4.
- NUNES, Eliane. Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. *Revista Ohun*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, a.3, n.3, p.237-61, set. 2007.
- O'DONNELL, Julia Galli. *No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio*. Rio de Janeiro, 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional.
- OLIVEIRA, Augusto César Freitas de. A "Sociologia do Branco" e a questão moral do pensamento de Álvaro Bomilcar. Rio de Janeiro, 1999. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. Imprensa e imigração na República Velha: A revista Lusitânia e a colônia luso-carioca (1929-1934). *Portuguese studies review*, Peterborough, v.12, n.1, p.143-61, 2005.
- OLIVEIRA, Cláudia Maria de Silvade. *A Arqueologia da modernidade: fotografia, cidade e indivíduo em Fon-Fon, Selecta e Para Todos*. Rio de Janeiro, 2003. 364 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v.2, n.4, p.172-89, 1989.
- _____. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ORTIGÃO, Ramalho. *A Holanda*. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- PAIVA, Vítor Fernando Pedrosa de Carvalho; CRISTO Francisco Manuel Homem, In: AVEIRENSES ILUSTRES. RETRATOS À MINUTA. Edição do X Encontro de Professores de História da Zona Centro, Aveiro, 1992.

- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- _____. Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa paulista. *Revista Alceu*, Departamento de Comunicação Social/PUC-RJ, v.4, n.7, p.83-98. jul.-dez.2003.
- PESSOA, Epitácio. *Pela verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRADO, Maria Emília. Manoel Bonfim. *Uma leitura apaixonada do Brasil e da América Latina*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/anais/1998/Maria>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- QUEIROZ, Sueli Robles Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *Por Uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. (Org.). *Brasileiros e cidadãos*. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. “Cabras” e “Pés de Chumbo”: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro. Niterói, 1987. 2v. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- _____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj, 2002.
- RIBEIRO, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Condé, 1950.
- RIO, João do. *As religiões do Rio*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000185. Acesso em: 20 jan. 2009.
- ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

- ROCHA, Leonel Severo da. *A democracia em Rui Barbosa: o projeto político liberal-racional*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995. (Coleção Estudos políticos constitucionais).
- RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920*. São Paulo: Ática, 1997.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROMERO, Sílvio. Introdução à história da litteratura brasileira. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n.9, maio 1881, p.168-89.
- SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. *Rui Barbosa e Pinheiro Machado: política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca*. São Paulo, 2005. 309 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SARETTA, Fausto. A Política Econômica na década de 1920. In: LORENZO, Helena de Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 1997. p.217-34.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, v.8, n.1, p.84-97, 1^a sem. 2000.
- SCHWARCZ, Lilian. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.20, n.39, p.67-114, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Evaneide Araújo. As faces do realismo: *Gil Blas* e a tradição realista do século XVIII. *Revista Lettres Françaises*, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, n.9, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/ltres/article/viewFile/2041/1669>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões Políticas no caso “Itabira Iron”. In: LORENZO, Helena de

- Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 1997. p.15-35.
- SILVA, Marco Antonio da. *Caricata República*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por Uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *A presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Raquel dos Santos Madanêlo. *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva*. São Paulo, 2008. 420 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- STOLL, Sandra Jaqueline. Religião, ciência ou auto-ajuda? Trajetos do espiritismo no Brasil. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v.45, n.2, 2002.
- TAUNAY, Visconde de. *Céus e terras do Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- _____. Inocência. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto.pdf. Acesso em: 5 maio 2009.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política interna e política externa no Portugal de 1890: o *ultimatum* inglês. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa*, Lisboa, v.XXIII, n.98, p.687-719, 1987.
- TELES, Maria Amélia da Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1933.
- _____. *A organização nacional*. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1933.
- TORRES, Antonio. *As razões da Inconfidência*. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o Fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1979.

- _____. Integralismo. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro. Pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p.2.807-2.814. v.III.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Levantamento da Revista Gil Blas*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Mimeo, 1978.
- _____. A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.89-112, 1993.
- _____. *A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica. Revista de Ciência Política*. v.21, n.2, 1978.
- _____. Lembrar e esquecer: a memória de Portugal na cultura modernista brasileira. *Revista Semear*. Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, n.5, 1999. Disponível em: [www.letras.puc-rio.br.Catedra/revista/5sem_07.htm](http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/5sem_07.htm). Acesso em:
- _____. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- VIEIRA, David Gueiros. *Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa*. Brasília: UNB, 1996.
- VOLPI, Ana Silvia. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DE ZARAGOZA, 2001. *Anais Eletrônicos*. Zaragoza: [s.n.], 2001. Disponível em: www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf. Acesso em: 11 nov. 2008.
- WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a História. *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa*. Lisboa. v.XIV, n.56, p.865-72, 1978.
- WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2008.

2. Legislação

- BRASIL. Congresso Nacional. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República na abertura da terceira sessão da décima legislatura. 3 de maio de 1920. Disponível em: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u1312/index.html>. Acesso em: 12 dez.2010.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto n.847, de 11 de novembro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*.

- Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL. Poder Legislativo. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891. *Diário Oficial da União*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n.173, de 10 de dezembro de 1823. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 6 maio 2010.
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n.1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n.4.247, de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. *Coleção de leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n.4.269, de 17 de janeiro de 1921. Regula a Repressão do Anarquismo. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.
- BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n.4.743, de 31 de outubro de 1923. Regula a Liberdade de Imprensa e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/Lista_Publicacoes. Acesso em: 20 jul. 2009.

II. Fontes

1. Livros

- BOMÍLCAR, Álvaro. *A conquista no conceito moderno*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1926.
- _____. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.
- _____. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1916.
- DELAMARE, A. *As duas bandeiras: catolicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Anuário Brasil/Centro D. Vital, 1924.

_____. *Línguas de fogo*. Rio de Janeiro: Typografia Annuário do Brasil, 1926.

_____. *Primeiros ensaios*. São Paulo: Typografia Maré & Caixa D'água, 1909.

2. Revistas

Revista Gil Blas, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica *Jornal do Brasil*. 1919-1923. Semanal.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Zebber

